

Euclides Pereira Cintra

# Do Litoral a Vargem Grande



# BRASÓPOLIS

Aspectos Históricos Gerais

MAZA  
edições

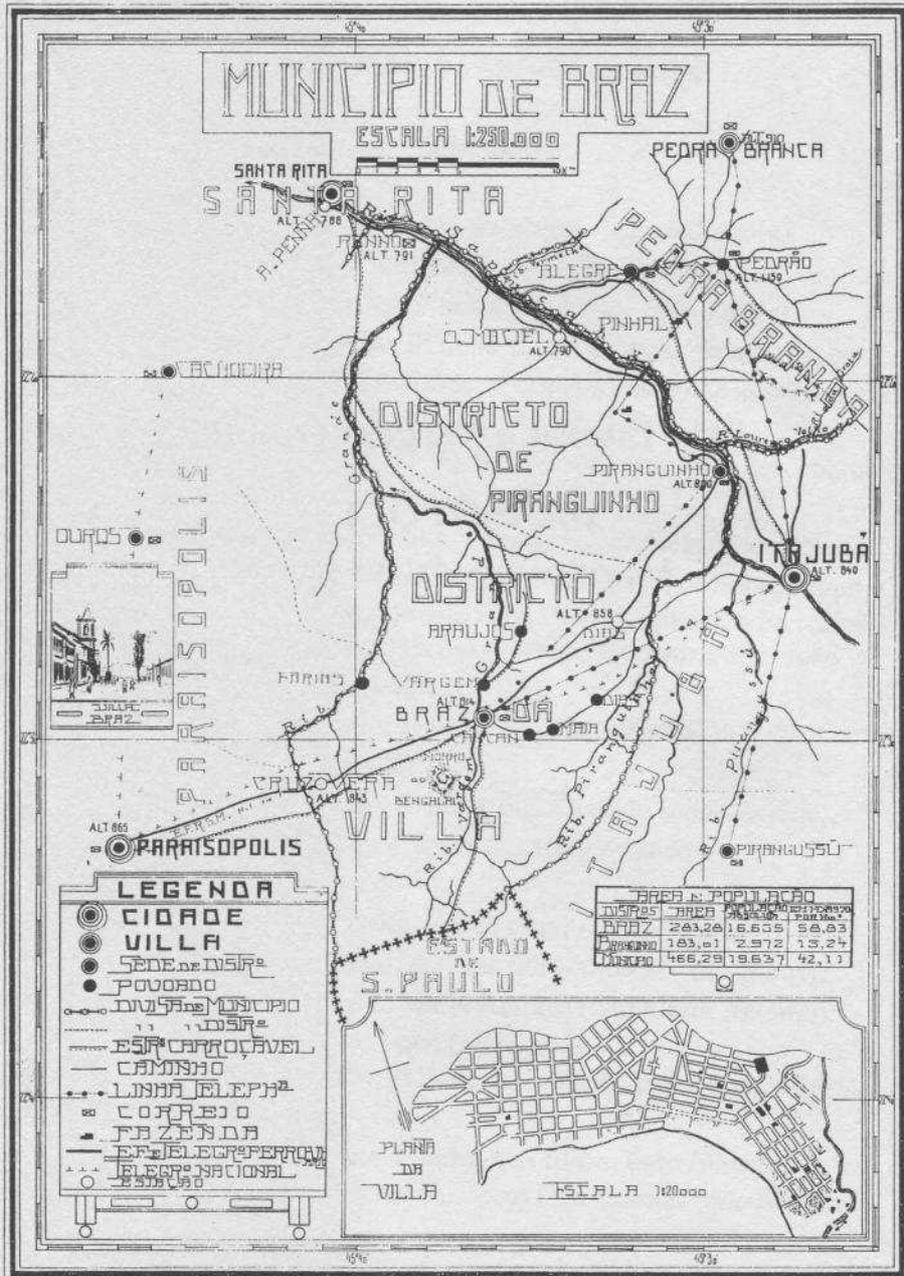
**ERRATA**

- Sumário – Cap. VI, 2ª linha, é ... de leitura (*não* delLeitura).
- Pág. 17 – No título, é ... formulados (*não* fomulados).
- Pág. 17 – No 1º parágrafo, 5ª linha, é ... Leyde (*não* Layde).
- Pág. 17 – No 1º parágrafo, 9ª linha, é ... Históricos (*não* istóricos).
- Pág. 19 – No 2º parágrafo, 1ª linha, é ... inquiririam (*não* inquiririram).
- Pág. 22 – No 3º parágrafo, 3ª linha, é ... 1948 (*não* 1951).
- Pág. 34 – No 5º parágrafo, 2ª linha, é ... Com mais essa descoberta (*não* Com mais essa posição de).
- Pág. 131 – No 2º parágrafo, última linha, é ... daquela (*não* dequela).
- Pág. 133 – No início, 1ª e 2ª linhas, é ... Alfredo Rezende Filho, Joaquim Luiz Gonzaga, Antônio Faria Filho, José Pereira Faria, João Cândido Mendonça (*não* Alfredo Rezende Faria, João Cândido Mendonça).
- Pág. 177 – No 1º parágrafo, 1ª linha, é ... encarregada (*não* Encarregada).
- Pág. 225 – No 2º parágrafo, 5ª linha, é ... Cândido (*não* Cândida).
- Pág. 240 – No 2º parágrafo, 4ª linha, é ... acrescentando (*não* acescentando).
- Pág. 252 – No início, 2ª linha, é ... de sentir (*não* se sentir).
- Pág. 261 – Nas 8ª e 9ª linhas, é ... aos filhos (*não* aos dos filhos).
- Pág. 261 – Na 11ª linha, é ... Maria Antônia (*não* Maria Antônio).
- Pág. 262 – Na 32ª linha, é ... que (*não* o que).
- Pág. 281 – No 3º parágrafo, 8ª linha, é ... capelão colado (*não* capelão curado).
- Pág. 296 – No 5º parágrafo, 4ª linha, é ... filhos; (*não* filhos:).
- Pág. 312 – No nº 3-8, 4ª linha, é ... Jesus (Ver Garcias (*não* Jesus Ver Garcias).
- Pág. 312 – No nº 3-8, 5ª linha, é ... João (*não* J(oão)).
- Pág. 333 – No nº 4-5, 2ª linha, é ...1833 (*não* 1933).
- Pág. 337 – No nº 2-3, 6ª linha, é ... Ferreira (*não* Pereira).

**Do Litoral a Vargem Grande**

**BRASÓPOLIS**

Aspectos históricos gerais



Euclides Pereira Cintra

*Do Litoral a  
Vargem Grande*

BRASÓPOLIS

Aspectos históricos gerais

  
MAZA  
edições  
1 9 9 5

Copyright © 1995 by Euclides Pereira Cintra  
*Todos os direitos reservados*

*Digitação:*

Angela Maria Lopes de Figueiredo

*Composição eletrônica:*

Maria Carmelita Ferreira Andrade

*Fotos:*

Capa: Jornal "O Globo"

Miolo: Arquivo do Autor

*Produção gráfico-editorial:*

Mazza Edições Ltda.

Rua Bragança, 101, Bairro Pompéia – Tel: (031) 467-6999  
30280-410 Belo Horizonte – MG

Cintra, Euclides Pereira

Do litoral a vargem grande : Brasópolis,  
aspectos históricos gerais / Euclides Pereira  
Cintra .- Belo Horizonte : Mazza Edições,  
1995.

450p.

1.Brasópolis – história. I:Título.

CDD 981.51

CDU 981.51

ISBN 85-7160-050-3

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	17
Esclarecimentos .....	19
Notas preliminares .....	21
Prefácio .....	25
Introdução .....	29

### CAPÍTULO I

<b>Início da Colonização do Brasil .....</b>	<b>33</b>
Ação dos desbravadores .....	33
A busca das riquezas .....	35
Fundação dos primeiros núcleos populacionais .....	36
Passos iniciais da organização administrativa .....	38
<b>Os Sertões de Minas Gerais .....</b>	<b>40</b>
Desbravadores do território .....	40
Invasores e descobridores .....	42
Pioneirismo de Fernão Dias e seus seguidores .....	44
Caminhos abertos na região .....	47
Exploração das minas de ouro .....	48
Atividades agropecuárias .....	49
Transposição do Rio Sapucaí .....	50
<b>A Terra Brasopolense .....</b>	<b>52</b>
Primeiras iniciativas do colonizador .....	52
Bairro Bom Sucesso .....	53
Cemitério de Bom Sucesso .....	54
Capela da Laje .....	54

Capela de Sant' Ana – Bairro Várzea Grande .....	55
Capela de São Miguel .....	58
Capela da Bandeirinha – Bairro Esmeril .....	59
Capela do Bairro Capote .....	60
Bairro dos Araújo's .....	61
Bairro de Anhumas .....	62
Bairro Cruz Vera .....	62
Bairro dos Dias (Estação Dias) .....	63
Criação da Freguesia .....	64
Criação do Distrito .....	65
Capela de Nossa Senhora do Rosário .....	66
Capela de Nossa Senhora Aparecida .....	68

## CAPÍTULO II

<b>Criação de Municípios .....</b>	<b>69</b>
Os três primeiros municípios de Minas .....	69
Os mais velhos municípios sul-mineiros .....	71
O Distrito e Freguesia são desmembrados de Itajubá .....	72
<b>Vida Administrativa .....</b>	<b>75</b>
Capitania de São Paulo e Minas Gerais .....	75
Vinculação original .....	75
Vila Braz .....	76
Brasópolis .....	77
Piranguinho .....	78
Luminosa (Candelária) .....	79
Olegário Maciel .....	80
Dias .....	80
<b>Vida Judiciária .....</b>	<b>82</b>
Raízes da vinculação judiciária .....	82
Termo Judiciário e Vila da Campanha da Princesa .....	83
Comarca da Campanha da Princesa .....	84
Termo Judiciário do Grande Distrito de Sapucaí .....	85
Grande Termo Judiciário de Pouso Alegre .....	85
Termo Judiciário e Município de Itajubá .....	86
Grande Termo e Comarca de Itajubá .....	87
Termo Judiciário de Vila Braz .....	87
Comarca de Brasópolis .....	92
Comarca de 2ª Entrância .....	92

### CAPÍTULO III

<b>Educação</b> .....	95
Primeiras escolas .....	95
Internato e Externato Vargem-grandense .....	95
Colégio Externato .....	96
Colégio São Caetano, de Vila Braz .....	96
Sociedade Protetora da Instrução .....	97
<b>Estabelecimentos de Ensino</b> .....	98
Grupo Escolar Cel. Francisco Braz .....	98
Ginásio Brasópolis .....	100
Ginásio Estadual/Colégio Estadual Presidente Wenceslau ....	101
Escola Normal de Economia Doméstica .....	103
Escola Estadual Dona Maria Carneiro Braz .....	104
Colégio Comercial .....	106
Jardim de Infância Cônego Teodomiro .....	107
Escolas Reunidas Nossa Senhora Aparecida .....	108
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Monsenhor Noronha ....	108
Brasópolis perde sua Faculdade de Filosofia .....	116
Escola Estadual Técnica-industrial Tancredo Neves .....	117

### CAPÍTULO IV

<b>Instituições Filantrópicas e Assistenciais</b> .....	119
Santa Casa de Misericórdia / Hospital São Caetano .....	119
Asilo de Inválidos Maria Adelaide .....	121
Sociedade de São Vicente de Paulo .....	123
Lar da Criança Monsenhor Noronha .....	124
Dispensário de São José	

### CAPÍTULO V

<b>Etapas do Progresso</b> .....	129
Serviço de telefonia .....	129
A ferrovia .....	130
Iluminação pública – Força e luz .....	131
Aeroclube .....	131
Pioneiros da TV .....	133
A rodovia asfaltada .....	135
Observatório Astrofísico – Laboratório Nacional de Astrofísica ....	136

## CAPÍTULO VI

<b>Instituições Sociais e Culturais</b> .....	139
Gabinete de Leitura – Instrução pública .....	139
Clube Recreativo Vargem-grandense .....	141
Clube Recreativo e Literário Wenceslau Braz .....	141
Clube Republicano .....	143
Clube Operário Brasopolense .....	143
Grêmio Operário 1º de Novembro .....	144

## CAPÍTULO VII

<b>Ocorrências Históricas Notáveis</b> .....	147
Marco pioneiro .....	147
Primeira Capela .....	148
Primeira eleição .....	150
Obras da Matriz – Novo Capelão .....	150
Novo Diretor de obras .....	151
Visitas Pastorais .....	152
Capitão Gomes administra Itajubá .....	152
Henrique Braz Pereira Gomes .....	152
Wenceslau, o futuro Presidente da República .....	153
Fiéis querem Matriz concluída .....	155
Grandes Missões do Frei Caetano .....	156
Vargem Grande liberta escravos .....	156
Proclamação da República .....	158
Regime Republicano – 1ª eleição distrital .....	158
O herói José Gouvêa .....	160
Rede de abastecimento d'água .....	161
Mercado Público .....	162
Primeira Conferência Vicentina .....	162

## CAPÍTULO VIII

<b>Eventos Históricos</b> .....	165
Revolução de 1842 .....	165
Revoluções de 1930/1932 .....	166
O Estado Novo .....	168
Segunda Grande Guerra .....	168
Reconstitucionalização do País .....	171
Revolução de 1964 .....	172

A Nova República .....	173
Candelária incorporada ao Município .....	173
Dados históricos de Candelária .....	174
Efemérides brasopolenses .....	177
Outros fatos importantes .....	187

## **CAPÍTULO IX**

<b>Vida Religiosa</b> .....	191
Capela da Laje – Sacerdotes .....	191
Igreja Matriz – Capelães, Vigários e Padres .....	192
Assistência especial .....	195
Irmãs da Providência .....	195
Sentimento cristão do povo .....	197
<b>Atividades Culturais</b> .....	199
Teatro .....	199
Imprensa .....	200
Arte musical .....	202
Bibliotecas .....	207
Esportes .....	208
Escritores, poetas e trovadores .....	211
Corais .....	215
Radiofusão .....	217

## **CAPÍTULO X**

<b>Lendas e Histórias</b> .....	221
Observação .....	221
O castigo da laje .....	221
Luz que caminhava .....	223
As tropas e seu papel na economia do País .....	226
Caminhos, ranchos, pousos – “Pinheiro” encontrado no rancho ....	228
<b>Povo, Tradições e Costumes</b> .....	232
As congadas .....	232
Os negros escravos .....	233
Índios da região .....	236
A Guarda Nacional .....	237
Expoentes da comunidade .....	238
Contextura sociológica brasopolense .....	250

Brasopolenses humildes e populares .....	253
Algumas damas da época .....	259

## **CAPÍTULO XI**

<b>Pioneirismo, Administração e Política .....</b>	<b>265</b>
As sesmarias .....	265
Governos Municipais .....	270
Observação oportuna .....	275
Parlamentares brasopolenses .....	275
Secretários de Estado brasopolenses .....	277
Força político-eleitoral .....	277

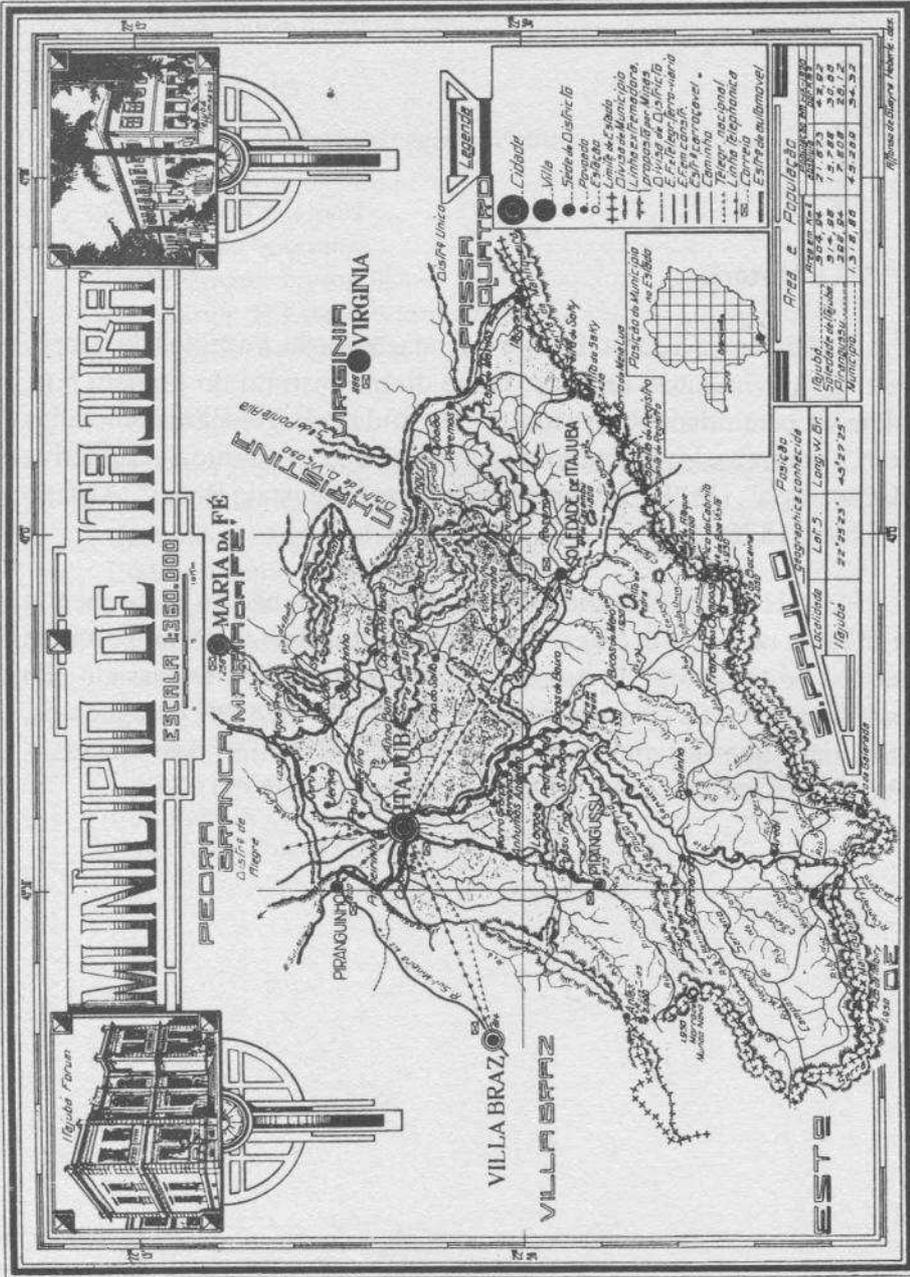
## **CAPÍTULO XII**

<b>Aspectos Históricos, Biográficos e Genealógicos .....</b>	<b>279</b>
Pioneiros da fundação da Comunidade .....	279
Benfeitores vargem-grandenses .....	283
Esclarecimento necessário .....	290
As famílias Dias Pereira/Pereira Dias .....	291
Família Pereira da Rosa .....	293
Família Cintra, de Brasópolis .....	295
Outras importantes famílias .....	298
Aspectos genealógicos locais .....	300
Últimas palavras .....	301
Bibliografia .....	303
Os Pereira Gulartes .....	308

### **A História...**

“História é a consciência em lenda, tradição, vestígios do tempo, ruínas, movimentos, escritos, desse divino instinto do homem que, além da perenidade da espécie, conseguida pela geração, como aliás toda a natureza, logrou para si, exclusivamente, a eternidade subjetiva da memória”. (*In* “Poeira da Estrada: Terra e Gente do Brasil”, Afrânio Peixoto, 1876-1947)

“A História é a realidade do homem. Outra não há. Nela chegou a se fazer tal como é. Negar o passado é absurdo e ilusório, porque o passado é ‘o natural do homem que volta a galope’. O passado não está mais aí e não se deu ao trabalho de passar para que o neguemos, mas para que nos integremos nele”. (*In* “Rebelião das Massas – Prólogo para Franceses”, Ortega y Gasset, 1883-1955)



## BRASÓPOLIS

### UMA CIDADE QUE ATÉ PARECE PRESÉPIO

“Na viagem pela antiga MG-26, que liga a Rio-São Paulo ao Circuito das Águas, no Sul de Minas, a certa altura, depois de uma curva e do alto de uma lombada, surge um cenário de presépio: uma grande igreja, toda pintada de azul bem clarinho e com o telhado vermelho, cercada de casas pequenas e multicoloridas. Do lado direito da estrada, uma placa informa o nome da cidade: é Brasópolis”. (Reportagem de Vera Lúcia Miranda e Luiz Peña, enviados especiais – *In* “O Globo”, 13/12/71, 2ª feira, pág. 7)

## HINO A BRASÓPOLIS

Todos cantam sua terra,  
Eu canto a minha também...  
Minha terra parece  
O presépio de Belém.

Belas ruas bem tratadas  
E em cada praça um jardim...  
Ao lado, a mata frondosa,  
Em torno, serras sem fim.

Nossa Matriz é uma jóia  
De tão bonita que é...  
Orgulho de minha terra  
É um belo templo da fé.

O coqueiro lá do largo  
É relíquia para nós...  
Recorda ele os bons tempos  
De nossos caros avós.

O Vargem Grande desliza  
Em demanda de outras terras...  
Vai deslizando, mansinho,  
A despedir-se das serras.

Acolá, bem no cantinho  
Desta cidade querida,  
Fica situada a capela  
Da Senhora Aparecida.

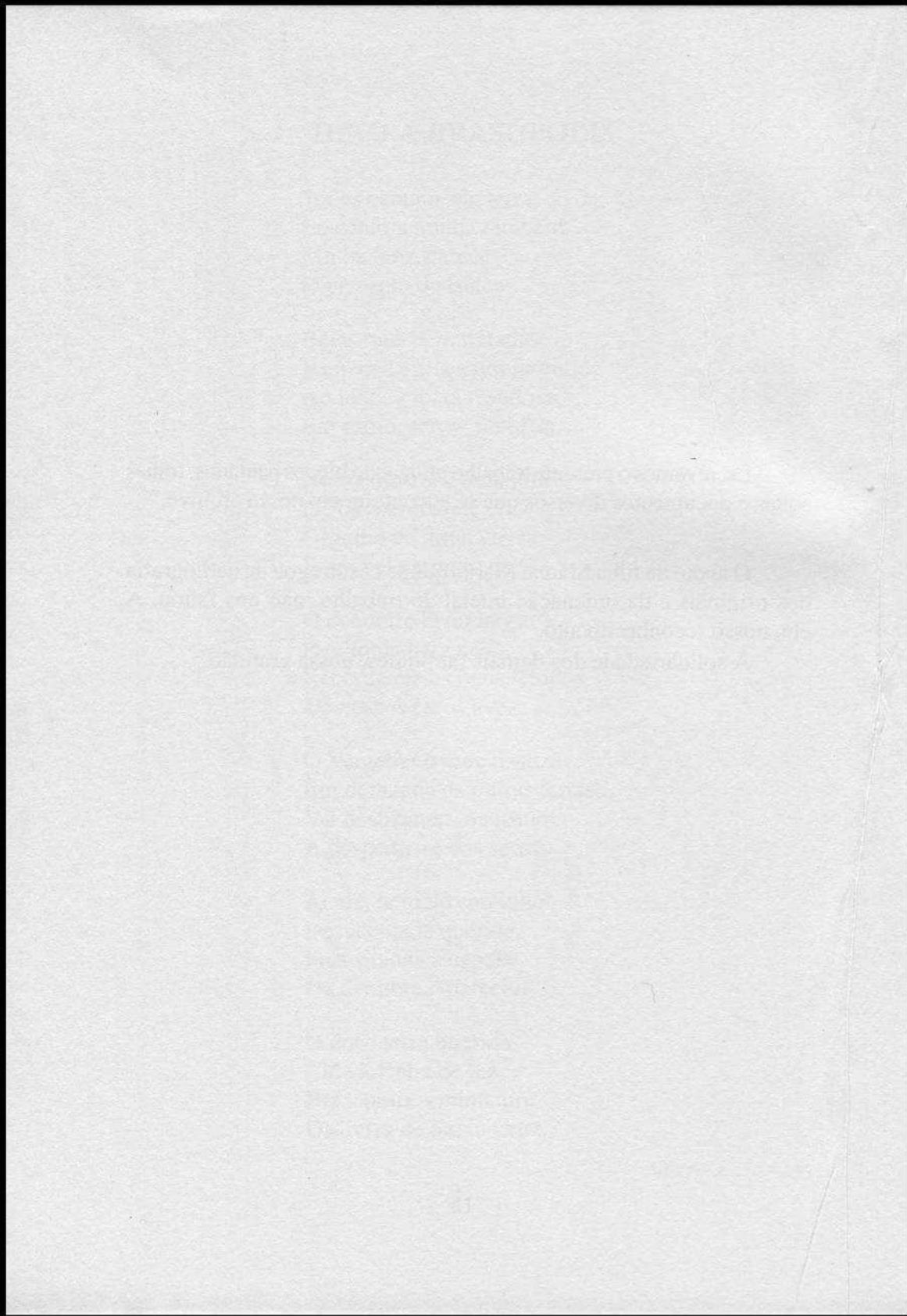
Ó doce terra querida,  
Cidadezinha de luz...  
Brasópolis – miniatura  
Da Terra de Santa Cruz.

*Alfredo de Noronha*

Escrevemos o presente trabalho utilizando blocos pautados, folhas soltas e documentos diversos que se encontram em nosso arquivo.

O apoio da filha Márcia Maria, que se encarregou da datilografia dos originais e da ordenação inicial do trabalho, não nos faltou. A ela, nosso reconhecimento.

À solidariedade dos demais familiares, nossa gratidão.



### **Agradecimentos especiais são fomulados**

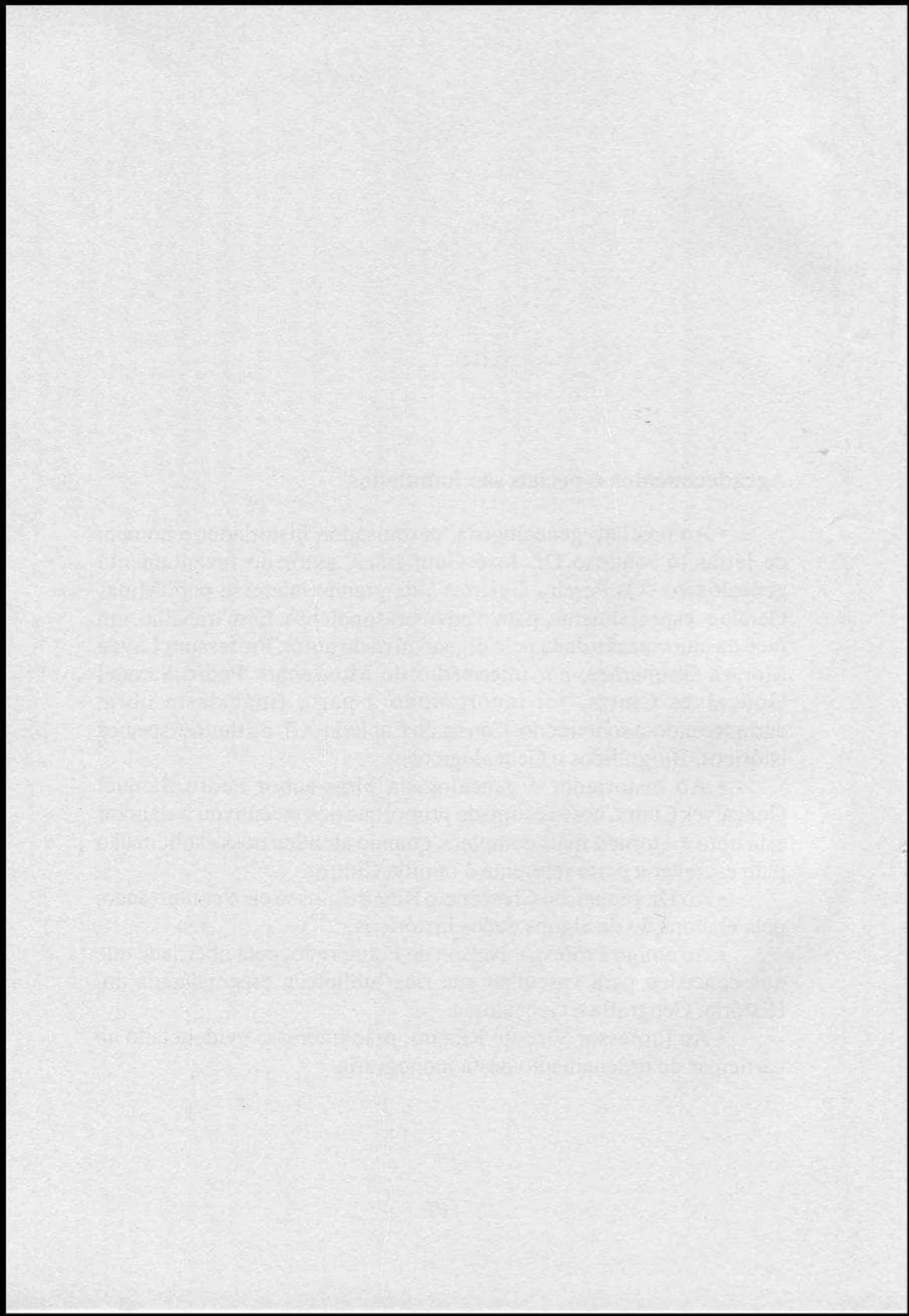
- Ao preclaro genealogista, pesquisador, historiador e homem de letras, o saudoso Dr. José Guimarães, autor do levantamento genealógico “Os Pereira Gulartes”, de grande interesse para Minas Gerais e, especialmente, para o povo brasopolense. Esse trabalho, em face da autorização dada pela digna viúva do autor, Professora Layde Moraes Guimarães, por intermédio do Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra, foi incorporado à parte final desta obra, enriquecendo-a sobremodo. Consta do Capítulo XII, no título Aspectos históricos, Biográficos e Genealógicos.

- Ao historiador e genealogista Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra, nosso estimado primo, que nos incentivou a elaborar esta obra e a tornou mais completa, quando atendeu nossa solicitação para escrever a parte referente à família Cintra.

- Ao Dr. Francisco Crescêncio Ribeiro, nosso caro conterrâneo, pela elaboração de alguns dados históricos.

- Ao amigo Professor Nelson de Figueiredo, pela liberdade que nos concedeu para vasculhar sua rica biblioteca especializada em História, Geografia e Genealogia.

- Ao Professor Vicente Ribeiro, pelo interesse evidenciado ao participar do ordenamento desta monografia.



## ESCLARECIMENTOS

É possível que a curiosidade pura e simples, a malícia, ou, quem sabe, até mesmo uma análise crítica mais alentada pudessem conduzir os apreciadores da historiografia a uma indagação a respeito do porquê do título deste livro – “Do Litoral a Vargem Grande”.

Por que tal título? – inquiriram uns. Como teria ele surgido? – argumentariam outros. Haveria justificativa para a escolha feita? – certamente indagariam aqueles mais curiosos. É pois o motivo por que julgamos oportuno um esclarecimento a respeito, evitando assim possíveis controvérsias.

Mas a realidade, em evidência, talvez não seja desnudada, à primeira vista. É que a escolha desse título foi propositada. Teve em vista dar à obra uma dimensão maior no campo da historiografia, de conformidade com a amplitude das pesquisas realizadas, possibilitando, aos que a compulsarem, a conclusão tranqüila de que este trabalho não teve por fim realizar somente uma farta reportagem sobre Brasópolis mas, sobretudo, tentar o esboço, de forma racional e lógica, do enquadramento da História dessa cidade, no amplo contexto da História Mineira.

Trata-se, não há como negar, de uma denominação pomposa, abrangente, sob certos aspectos, contendo espaço e motivos para acolher um conteúdo rico e vasto na área de sua especificidade. Efetivamente, outro não foi o nosso objetivo senão o de oferecer ao público interessado uma sinalização clara da extensão das pesquisas realizadas, tornando-as distintas da maioria das que se conhecem, que não passam, algumas vezes, de um grande esforço de dedicados

pesquisadores para batizar sua longa e bem trabalhada reportagem de “história” de alguma comuna.

Assim, o que estamos dizendo é que “Do Litoral a Vargem Grande” não é uma monografia que trata, pura e simplesmente, da História de Brasópolis. Teve ela, por filosofia, a inserção da terra brasopolense, explicitamente, no encadeamento da História de Minas e até do Brasil, sob alguns aspectos, de modo a patentear a importância dessa comunidade, em cujo meio também brotaram e foram cultivadas, com especial carinho, inúmeras maneiras, plenas de mineirice, de plasmar a gente das montanhas, maneiras e características essas também utilizadas com arte e senso de oportunidade, por inúmeros outros núcleos populacionais, plantados nas ricas terras das Gerais pelos nossos colonizadores que partiram do litoral e de outros quadrantes para realizar tão patriótico trabalho.

## NOTAS PRELIMINARES

Vem desde a época em que o Altíssimo concedeu-nos a ventura de poder iniciar as atividades de cidadania, a aspiração de elaborar um estudo histórico de nosso torrão – Brasópolis – em que, mercê de Deus e do carinho de nossos queridos pais, Ludgero Pereira Cintra e Ana Ferraz Cintra, tivemos a felicidade de libertar nosso primeiro vagido.

Entrementes, a árdua luta pela vida, as preocupações com o bem comum e as sucessivas pugnas eleitorais, com a conseqüente carga de compromissos, consumiam vorazmente nosso tempo. Destarte, outra não poderia ser nossa atitude senão a de adiar a disponibilidade de tempo para dar vazão àquela aspiração que, com a mesma intensidade, sempre nos acompanhou. O transcurso do tempo fazia-nos acentuar tão acalentado desejo. Como se fora um eterno sonhador, víamos crescer em nossa mente, ora pelos vãos naturais do ser, ora pelos próprios impulsos do dever moral, esse antigo propósito.

Vivendo este latente estado de espírito, naturalmente o ser humano é conduzido a uma posição irreversível. Aquilo que antes era apenas uma fantasia, uma expectativa, um devaneio, tende a transformar-se em sério compromisso. Dever mesmo. Chega-se assim ao momento em que há que se encontrar a forma, o caminho, a maneira de concretizar essa contribuição para um melhor e mais amplo conhecimento das nossas raízes históricas. Tentar resgatar e consolidar várias etapas de nossa formação política, sociológica, cultural e econômica, serão objetivos a serem alcançados em nosso trabalho. A argúcia, a curiosidade e a indagação do investigador de nosso passado, já distante, estão sendo desafiadas a se entregar a tão afanosa tarefa.

É o que nos propomos agora, já ao entardecer de nossa existência, quando se nos ofereceu ensejo para transformar em realidade uma leve fantasia da juventude. Para levar avante tão pesado encargo, mister se torna que sejamos, como sempre nos consideramos, bafejados pelas bênçãos celestiais, sem as quais nada seríamos. Elas hão de clarear nossa inteligência, inspirando-nos e nos proporcionando vida, saúde e coragem para realizarmos o despretenso sonho de outrora.

Encontramos alguns obstáculos para a realização deste trabalho, representados pela inexistência de algum roteiro ou informação seqüentes, que facilitassem a elaboração da pesquisa. Também proclamamos que só coletamos informes dignos de credibilidade. Pesquisamos e analisamos cuidadosamente o documentário encontrado nos arquivos paroquiais, municipais e eclesiásticos, além do Arquivo Público Mineiro, fonte riquíssima e inesgotável de informações fidedignas. Recorremos também ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao qual temos a honra de pertencer, como sócio efetivo. Outras fontes foram também alvo de pesquisas, apesar de terem sido consideradas, no presente caso, de reduzido interesse.

Seria de bom alvitre que se registrasse o fato de ser o historiador também participante e testemunho, em certa fase desta memória histórica, em face de ter exercido, no período de 1951 a 1990, cargos eletivos (vereador e deputado) e executivos em nível estadual e federal, através dos quais atuou diretamente junto às respectivas esferas, granjeando, para sua terra, importantes benefícios e influenciando decisivamente nos destinos administrativos e políticos da comuna. Nessa condição o ensaísta confunde-se, de certo modo, com o partícipe ao narrar e ser, concomitantemente, o próprio testemunho dos fatos. O trabalho torna-se ainda mais difícil quando somos obrigados a falar de nós mesmos, dos nossos feitos, conjuntamente com os nossos coevos. É óbvio que em tais casos nossa atenção redobrou, evitando os riscos oriundos da distorção das ocorrências, da omissão ou da vaidade pessoal. Tratando-se de um estilo literário ingrato e pouco comum – juntar trabalho do memorialista ao do próprio participante e testemunho dos fatos – impõem-se-nos os riscos aludidos. Entretanto, sem esse sincretismo não seria possível oferecer um relato autêntico que possa representar, para os que nos honrarem com sua atenção, a

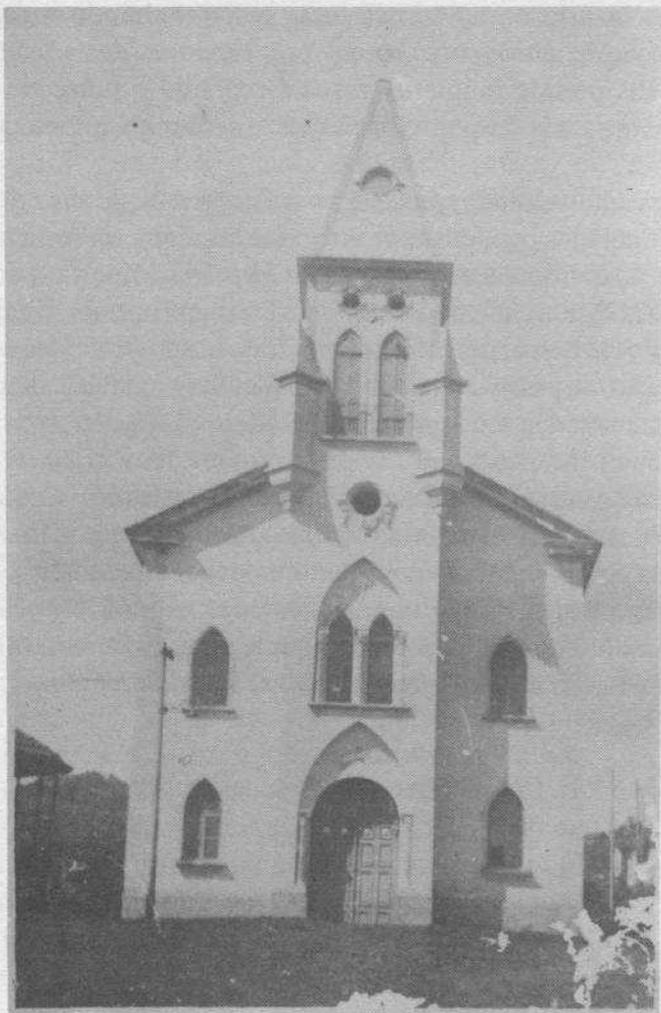
oportunidade de conhecer melhor o que efetivamente aconteceu em Brasópolis, especialmente no mencionado espaço de tempo.

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos leitores e de dar mais racionalidade à obra, o memorialista decidiu, ao falar de seus próprios trabalhos, de sua atuação política e de sua presença na História, fazê-lo como se estivesse testemunhando e narrando a participação de outros personagens, colocando-se, destarte, na terceira pessoa. Eis porque inúmeras vezes é repetido o nome de Euclides Pereira Cintra a cada participação ou testemunho seu na ocorrência relatada.

Ressalte-se ainda que esta nossa contribuição visa despertar a atenção daqueles que, em épocas vindouras, dedicarem-se a um mais amplo e profundo vasculhamento da História Mineira, para a parte referente ao Município de Brasópolis. Desta forma, acreditamos estar prestando à historiografia de Minas modesta, porém efetiva colaboração, ao passo que, também, rendemos espontânea homenagem à terra que nos deu a luz primeira.

Concluindo estas notas preliminares, entendemos que não poderão ser esquecidas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram conosco nesta agradável tarefa. Entretanto, citar nominalmente todos os nossos colaboradores, interlocutores e incentivadores seria muito difícil. Eis porque resolvemos destacar alguns nomes apenas, consignando, entretanto, a todos aqueles que de alguma forma nos ajudaram, nosso melhor e mais sensível agradecimento.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 1990



*Santuário de Nossa Senhora Aparecida, antes de ser reformada e ampliada  
(versão primitiva)*

## PREFÁCIO

Está bem propositado o título que **Euclides Pereira Cintra** deu ao estafante trabalho de pesquisa histórica e de memória sobre Vargem Grande, hoje, Brasópolis.

Vem de longe a pertinaz investigação a que se propôs, movido pelo nobre sentimento de amor telúrico e de espírito empreendedor, porque, em nosso País, é tão grande o despreço pela História que torna-se difícil e desafiante a tarefa de encontrar o fio da meada para urdir, pacientemente, o remoto passado. Que o digam quantos ousaram penetrar nas impérvias picadas das terras de Minas.

O autor, firme e determinado, aceitou o desafio. Buscou com pertinácia os escassos registros dos Curatos e Freguesias; vasculhou os Cartórios de Registros Cíveis; fez do Arquivo Público Mineiro, durante anos, seu pouso, ao lado do saudoso Hélio Gravatá; valeu-se de extensa bibliografia; serviu-se das anotações do dia a dia, desde quando, jovem, tomou-se de encatamento pelo passado de sua terra natal; destrinçou guardados de familiares e de amigos, sempre com a preocupação de fundamentar o que pesquisou, deixando à margem tudo aquilo que, vindo de oitiva, lhe soava falso e, então, conseguiu tecer quadros e costurar contornos, com mestria, para publicar uma História que vem de longe, desde quando iniciou-se em Minas o desbravamento dos sertões incultos.

Partiu da primeira expedição chefiada por Francisco Bruza Espinilosa, em 1553, que teve a participação do Jesuíta João de Aspicuéta Navarro. Prosseguiu pela caminhada de Felix Jacques à Serra da Mantiqueira, pela garganta do Embaú, até alcançar o Rio Verde.

Seguiram-se a marcha heróica de Fernão Dias até o Sumidouro; a expedição de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que partiu de Taubaté em 1674; o reinício da canseira de Miguel Garcia Velho pelo Vale da Bocaina, Serra dos Marins até o Planalto do Capivari, onde os sinais da presença de ouro marcaram o local que veio a se chamar Caxambu e, em seqüência, as Minas Novas de Itagybá; a fundação, em 1706, por Miguel Garcia Velho, do aglomerado que veio a se denominar Santo Antônio de Itagybá.

Começava a desabrochar na terra dadivosa dos Rios Sapucaí e Verde as sementes de uma civilização: Nossa Senhora da Soledade, Capituba de Cima, Capituba de Baixo, Vargem Grande.

O historiador e memorialista desceu fundo em suas pesquisas; numa das catas trouxe a lume a presença do inconfidente Antônio de Oliveira Lopes, encarregado pelo governo da Capitania de proceder aos levantamentos de terras na bacia do Rio Santo Antônio, com vistas à distribuição de sesmarias na região que se chamou Sertões da Mantiqueira.

O que ocorreu na Zona da Mata, na segunda década do século XIX, quando o Bispado do Rio de Janeiro invadiu território que lhe não pertencia, acontecera pouco antes, nas áreas denominadas Bom Sucesso, no Sul de Minas, apossadas pelo Bispado de São Paulo, através do Padre José Geraldo de Souza e Silva, exatamente na faixa que compreendia o atual Município de Brasópolis.

A seqüência de acontecimentos marcantes é desfiada pela habilidade do autor. Prudente, admite apenas ter sido mesmo João Bernardes da Mata um dos pioneiros da área que compreendia os Sítios do Bom Sucesso, da Laje e da Vargem Grande.

A segunda década do século XIX registra efeméride importante: o deferimento da Provisão, em 2 de junho de 1812, a pedido de Manoel Pereira Goulart e de José Gonçalves da Silva para a construção da Ermida da Laje. Ressalta, depois, a figura lendária de quem, durante trinta e cinco anos, guiou toda a gente que por lá fincou raízes: o Padre Athanásio José Rodrigues.

Vargem Grande foi pólo de atração. Para o aprazível recanto demandou gente de Baependi, da Campanha, de Pouso Alegre, de Pouso Alto, de Carmo do Rio Verde, do Ribeirão do Carmo. A ameni-

dade do clima e a fertilidade da terra eram acenos para quem se dispusesse ao trabalho.

D. Ana Dias Chaves e seu marido, João Gonçalves de Moraes, bem como Joaquim Pinto da Fonseca e Cassiano Pereira de Toledo, e respectivas esposas, doaram as terras para o Patrimônio que, hoje, forma a Cidade de Brasópolis.

Na constância de suas buscas, Euclides Cintra não se ateve à Capela de Sant'Ana, mas, também, às de São Miguel, de Bandeirinha; do Bairro Capote. Descobriu os fundamentos dos Bairros de Anhumas, de Cruz Vera, de Dos Dias.

O coroamento da infrene luta dos povoadores veio em 30 de setembro de 1848, quando a Capela Curada de Vargem Grande e o respectivo povoado foram elevados às categorias de Freguesia e Distrito, este, abarcando área de quatrocentos quilômetros quadrados.

A nova unidade política-administrativa teve crescimento de tal ordem que na eleição para o I Conselho Distrital e para a Câmara Municipal de Itajubá, realizada no início da República, sozinha, elegeu cinco dos oito Vereadores que compunham a Edilidade, além de um Vereador especial.

Avultou a figura ímpar do Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, um dos maiores benfeitores de Vargem Grande, eleito, então, Chefe do Executivo.

Euclides Cintra colocou no merecido pedestal de honra o brasopolence ilustre, pai do Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República no difícil período 1914-1918.

O topônimo Brasópolis advém da homenagem que o povo prestou ao Cel. Francisco Braz em 7 de setembro de 1923, quando a Vila foi elevada a Cidade.

A citação das pessoas de todas as camadas sociais, que tanto trabalharam pela comunidade, justifica menção, eis que Euclides Pereira Cintra deve ter-se munido de incontáveis anotações para relatar o feito de cada um e ressaltar o quanto de apego o brasopolense tem pela sua terra natal. Causa enternecimento pressentir o cuidado com que se houve para não se esquecer até mesmo do esmoler que compunha a paisagem de Brasópolis. Tanta gente!

Contou até o desencanto provindo do malogro quando da perspectiva de realizar-se o sonho que acalentou por tantos anos: a Facul-

dade de Filosofia, Ciências e Letras Monsenhor Noronha, que foi por água abaixo face a questiúnculas que se não chega a entender...

Se Brasópolis perdeu o importante núcleo de ensino superior, ganhou o Laboratório Nacional de Astrofísica!

O autor, participe nestes últimos quarenta anos de todos os movimentos políticos e sociais de sua terra natal, teve o cuidado de relacionar, tanto quanto possível, nomes daqueles que figuram na galeria de honra da terra brasopolense. São tantos, desde D. Ana Dias Chaves!

A verdadeira História de Minas somente estará completa quando cada uma das células vivas possuir sua monografia. Nota-se, com agrado, um interesse maior pelo estudo dos rincões de nossas Gerais. Como este, de Brasópolis, que veio para ficar. Denso e analítico, produto de pesquisador que não se apressou e que enriqueceu o cabedal de conhecimentos através de anotações que vêm de longe, Euclides Cintra deu abrangência ao seu trabalho e homenageou, com afeto e singeleza, sua abençoada Brasópolis.

À História de Minas Gerais incorpora-se, agora, mais um valioso subsídio.

*Celso Falabella de Figueiredo Castro*

Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

## INTRODUÇÃO

Quando arquitetamos o arcabouço desta monografia, com o fim de elaborar o levantamento da memória histórica de Brasópolis, já imaginávamos um projeto inédito para a área, bem mais abrangente, que, sob alguns ângulos, extrapolasse a circunscrição territorial municipal. Seria um novo figurino, diferente daquele utilizado normalmente pelos memorialistas.

O trabalho em tela seria iniciado tendo-se à frente o mapa do Brasil, quase em branco, em que se destaca todo o litoral, com o sistema orográfico correspondente e alguns pontos importantes: Rio de Janeiro, Parati, Salvador, Santos etc. Não faltariam, na hipotética carta, as linhas mestras de possíveis e futuros caminhos, indicando os rumos e locais a serem perseguidos pelos sertanistas e invasores da terra desconhecida, em direção a Minas do Ouro, aos Sertões dos Cataguá e do Cuieté (*in op. cit.* – Cunha Matos), entrando pelo Sul dessa Capitania. Todo esse vasto território, aparentando um imenso paralelogramo, ocuparia o espaço cartográfico compreendido entre o Sul da Bahia e o Norte de São Paulo, projetando-se longitudinalmente para o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso, no sentido da Cordilheira dos Andes.

Na grande e longa figura geométrica imaginada estariam as terras percorridas pelos denodados bandeirantes, do litoral ao Triângulo Mineiro, de Salvador a São Paulo, de Parati a Vargem Grande (Brasópolis). Nela encontraríamos também os roteiros, caminhos e trilhas que, partindo das praias atlânticas, de São Paulo e de outros pontos, levariam os pioneiros de nossa conquista territorial às mais

ricas regiões, aos descobertos de ouro, ao Itacolomi, ao Riacho Tripuí, a Ouro Preto (Vila Rica), a Mariana (Vila do Ribeirão do Carmo), a Sabará (Vila Real do Sabarabuçu), enfim, aos diversos recantos da rica Capitania mineira, quase todos passando pelo Sul desta e pelo Norte de São Paulo.

Portanto, nosso trabalho vasculha todas as áreas inseridas nesse simbólico paralelogramo, porém de maneira suave, assinalando apenas alguns aspectos históricos gerais. Entretanto, no que toca à parte compreendida por Vargem Grande, ele é abrangente, minucioso. Acolhe todos os fastos referentes à atividade humana. Esmiúça os escaninhos da História. Tudo registra. Preocupa-se até com detalhes. Afinal, nosso objetivo essencial é falar de Brasópolis, formulando indagações de todos os gêneros, com o fim de conhecer e analisar todas as realidades dessa comuna. Descreveremos assim, na parte geral do trabalho, quase que só a penetração do homem terra adentro, partindo do litoral.

São abordados perfuntoamente os planos da Coroa, em relação ao tratamento futuro a ser dado à Terra de Santa Cruz, além daqueles adotados para a descoberta de ouro, prata e outras riquezas. Os demais, destinados a orientar e regular a conquista da terra, sua colonização, posse, povoamento e exploração, não passarão despercebidos.

Como se pode depreender, embora modestamente, estamos fazendo algo importante para a História do País, no que se refere à parte territorial circunscrita pelos limites citados, embora de modo sucinto. História plena fazemos apenas do Município de Vargem Grande, inserindo essa comuna na História de Minas Gerais e do Brasil, de modo expressivo.

Evitamos, em decorrência, o lugar-comum geralmente preferido pelos historiógrafos, quando circunscrevem a uma única municipalidade a tarefa de elaboração de sua memória histórica. Esta nossa filosofia encontra o apoio do notável historiador Diogo de Vasconcelos, quando afirma: "... Hoje, com o desenvolvimento de métodos e técnicas de trabalho, é difícil à História Geral, impondo-se as segmentações em histórias especiais com cortes, que se fazem no todo, que podem ser no tempo, no espaço ou na própria disciplina" (*in* "História Antiga de Minas", Diogo de Vasconcelos, Ed. Itatiaia, vol. I). Ilustrando esta afirmação, o autor pontifica: "... 'A História de

Minas Gerais', de Waldemar de Almeida Barbosa, em três volumes, por exemplo, é um corte na História do Brasil no espaço (como esta o é na História Geral), como pode ser no tempo – antiga e média. Na maioria das vezes a história regional tem perspectiva limitada, com a simples descrição que raramente ultrapassa o nível da crônica. É o caso da história de estados ou de cidades, quase sempre pobres, homenagens sentimentais que exprimem o amor ao local do nascimento ou mesmo bairrismo”, conclui. Diante do posicionamento didaticamente apresentado por esse historiador sentimo-nos fortalecidos na opção de extrapolar os limites do Município e do Estado, inserindo com grandes vantagens, no amplo desenho do mapa do Brasil, as raízes, a colonização, a vida e o progresso de Minas Gerais, sobretudo de nossa região, com todo o seu conteúdo histórico, conjunta e harmonicamente. Fica, assim, a História de Brasópolis, efetivamente, considerada como parte da História mineira. A amadurecida meta que traçamos leva-nos a oferecer modesta mas interessante contribuição aos investigadores da evolução sociológica, econômica, antropológica e política do Estado e quiçá da República, a partir da época em que a Coroa portuguesa deliberou colonizar as terras recém-descobertas, até então consideradas apenas como áreas de exploração.

Poderão assim os abnegados lapidadores da memória histórica de Minas e do País adentrar, com mais facilidades, os meandros daquele trabalho extraordinário que resultou na fundação, crescimento e prosperidade da comuna brasopolense, que remonta aos idos da já histórica e lendária Vargem Grande, primitiva denominação do Burgo. Essa terra simples e modesta, abençoada por Deus, também contribuiu, eficazmente, para a consolidação de uma consciência cívica nacional bem-sedimentada, que haveria de influir, sensivelmente, na formação de uma sociedade pluralista, democrática e humanística.

Dentro, pois, dessa visão, chegou-nos o momento em que encontramos a forma, o caminho pelo qual vamos concretizar nosso ideal de revelar, à luz da História, fatos encerrados por nossa comunidade.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 1994



*Posse do Presidente Juscelino Kubitschek em 31/1/56, no Palácio do Catete. O Deputado Euclides Pereira Cintra com a bancada estadual do PTB mineiro.*

# CAPÍTULO I

## INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

### **Ação dos desbravadores**

Passados os primeiros anos do descobrimento da Terra de Santa Cruz, a perplexidade, o deslumbramento e a natural inquietação com o desconhecido foram desaparecendo, para dar lugar às preocupações dos descobridores com tantas e tamanhas riquezas.

O desejo natural e indisfarçável de buscar o desconhecido, penetrando os imensos e bravios sertões para avaliar de perto a real importância das terras descobertas, dominava a todos.

Assim, com o passar do tempo, os invasores começaram a conhecer melhor a vastidão da nova terra e suas incalculáveis riquezas. Inicialmente, só tiveram ao alcance, com mais facilidade, nosso maravilhoso litoral.

Não muito distante estavam as altas cordilheiras, os grandes cursos d'água, as densas matas, como fortes desafios à coragem, à fé e à audácia de quantos, sequiosos de grandes aventuras e de enriquecimento fácil, deixaram a Pátria distante.

Inicialmente, algumas poucas penetrações foram feitas, pelos mais audazes e açodados. As informações que chegavam eram animadoras, porém, traziam a certeza de que, sem bravura, espírito de sacrifício e recursos financeiros, para cada nova arremetida contra o desconhecido, nada se conseguiria. As notícias davam conta, também, da existência de riquíssimos e férteis vales, de densas e maravilhosas florestas e de fortes indícios da existência de ouro em todas as áreas visitadas.

O recebimento de novas e animadoras comunicações sobre o trabalho das várias expedições exploratórias, enviadas ao interior, permitiam aos responsáveis pela ocupação da nova terra, inicialmente, uma razoável avaliação da longa extensão de sua faixa litorânea, bem assim das áreas a serem adentradas.

Desse modo, podia-se pressupor, com toda tranquilidade, decalcado nos depoimentos e informes já existentes, que o território brasileiro, além de muito mais que uma simples ilha, como se supunha, possuía características próprias a um grande continente.

As riquezas minerais, animais e vegetais detectadas sem muito esforço, pelos exploradores, davam a nítida impressão de que a terra descoberta era uma das mais ricas do globo.

Por isso a Coroa, à proporção que as informações iam chegando, cada vez mais se convencera de que Santa Cruz apresentava perspectivas de um futuro promissor, principalmente se comparada com as Índias, de onde recebia também produtos de grande importância comercial que proporcionavam apreciáveis recursos financeiros para sua debilitada economia.

A nova Colônia estava, assim, em valores absolutos, bem mais cotada perante o Reino. Com mais essa posição de descoberta, concluíam os analistas, Portugal passaria a ocupar maior destaque no plano internacional.

Passada a fase do reconhecimento, das avaliações e das informações seguras sobre a significativa importância da Terra de Santa Cruz, era chegado o momento de se intensificar os trabalhos de aproveitamento planejado das riquezas nela existentes, bem como o ordenamento das ações, visando rapidez e economia nos dispêndios com mencionado programa.

Diretrizes começaram a ser traçadas, com rigor, objetivando a canalização regular, para a Coroa, da produção de madeiras e outras. Nesta fase já se preocupava com o desvio, pela ação de pirataria organizada, do pau-tinta (mais tarde pau-brasil), então de grande interesse para vários países da Europa.

Inicialmente, por óbvios motivos, decidiu-se que a nossa Terra ficaria classificada como uma colônia de exploração. Dela dever-se-ia tirar o que representasse riquezas, rendas e tudo o mais para Portugal. Nada de investimentos, de despesas. Não se cuidaria ainda dos mínimos detalhes que tivessem por fim a sua colonização organizada.

Acredita-se que, por isso, a economia da Terra de Santa Cruz, nas primeiras décadas de sua existência, teve um forte sentido predatório. Quase por um descuido, permitiu-se que aqui alguma coisa fosse feita com fim espiritual, social e econômico.

O enriquecimento da Corte constituía-se na grande preocupação dos colonizadores enviados. Pouco ou quase nada havia de interesse por parte desses com a evolução, o desenvolvimento e a prosperidade do novo território.

## **A busca das riquezas**

Corria o ano de 1502. Em toda a Europa já se tinha relativo conhecimento das excelentes condições de exploração que a cobiçada madeira brasileira, denominada pau-brasil, apresentava para a poderosa indústria de corantes fortes.

O pau-brasil era assim chamado pelos aborígenes de Ibirapitanga, segundo informa Silveira Netto. A espécie tem o nome científico de *Caesalpinia echinata* e é bastante comum na parte tropical do Brasil. O corante extraído da madeira tem a cor de ferro em brasa e, naquela época, era muito utilizado na indústria, motivo por que alcançava preços convidativos.

A Terra de Santa Cruz, além das belezas de suas matas, de suas maravilhosas cascatas, de seus cursos d'água e de clima agradável, possuía uma rica fauna: macacos, papagaios, araras, pássaros de lindas plumagens e outros interessantíssimos espécimes espalhavam-se pelas nossas luxuriantes florestas, além de onças, sucuris e jacarés.

Não se pode deixar sem um destaque, além do pau-brasil, uma gama imensa de plantas silvestres, de grande interesse medicinal e comercial, de que se valiam nossos silvícolas para o tratamento da saúde. Como se pode depreender, havia na Colônia, também no reino vegetal, incalculável riqueza a ser recolhida por Portugal, na sanha de extrair sempre os maiores rendimentos possíveis das terras sob seu domínio.

O trabalho extrativo, como facilmente se verifica, esteve sempre a cargo dos aborígenes, conhecedores de tudo e facilmente atraídos mediante a troca de seus produtos por objetos de adorno por eles cobiçados. Quantas preciosas cargas de pau-brasil foram adquiridas

por alguns poucos metros de tecidos de cores extravagantes, espelhos e grosseiros objetos de adorno?

Somente a partir de 1530 é que se verificou mudança da filosofia adotada, de não colonizar a Terra de Santa Cruz. Porém, já em 1526, pelo Alvará de 4 de julho, D. João III, Rei de Portugal, autoriza o retorno, à Corte, de Pero Capico, que aqui se encontrava com algumas missões especiais. Era ele uma espécie de Governador-geral. Em sua gestão foram tomadas algumas medidas que, com boa vontade, podem ser classificadas como de colonização indireta, tais como as feitorias e suas Capitânicas Hereditárias, além de algumas outras de menor importância.

Com a ordem para o regresso a Lisboa de Pero Capico, D. João III designou Cristovam Jacques como Governador de algumas partes do Brasil. Este, por sua vez, percorreu inicialmente o litoral, de 1526 a 1528, numa ação enérgica contra o contrabando do pau-tinta, muito do gosto de piratas franceses. Realizada essa tarefa, Cristovam Jacques propôs ao Rei o povoamento da terra, trabalho este a que se entregaria por ordem expressa dessa autoridade.

Em face da crueldade com que Cristovam Jacques tratou alguns franceses prisioneiros, e que foi denunciada ao Rei, a incumbência que havia recebido de planejar e iniciar a ação colonizadora foi cancelada. Assim, D. João III, por Alvará de 20 de novembro de 1530, nomeou o Capitão-mor da Armada, Martin Afonso de Souza, com 30 anos de idade, porém veterano em campanhas militares e primo do Conde de Castanheira, para governar as “terras do Brasil e outras que ele, dito Martin Afonso, viesse na dita terra descobrir”, com amplos poderes, sem direitos de apelações, salvo para fidalgos que, delinquindo, poderiam ser recambiados.

Esta foi, pois, a primeira decisão tomada pelo Reino, com a finalidade de estabelecer medidas destinadas à colonização e povoamento do Brasil.

### **Fundação dos primeiros núcleos populacionais**

Martin Afonso de Souza iniciou sua ação de Governador-geral com muitas atribuições. Detinha poderes para nomear funcionários, prover ofícios, conceder sesmarias sem caráter hereditário, criar núcleos populacionais etc. Além destas, caberia ao novo Governador-

geral dar cumprimento às decisões de D. Manoel, que já havia determinado, sem ser atendido, que o território do Brasil deveria ser colonizado sistematicamente por meio de expedições e outras medidas tendentes a tal fim.

Estava, assim, derrogada, definitivamente, aquela determinação de se retardar o povoamento e a colonização da terra brasileira, que de um simples território de exploração passaria, daí para frente, a uma fase de colonização ordenada.

O Governador nomeado, cumprindo as decisões emanadas da Corte, determinou que se cuidasse de povoar a terra, concedendo, a todos que a desejassem, imensas áreas para implantação de grandes propriedades rurais, cujo direito não passaria do período de vida do sesmeiro.

Martin Afonso de Souza, homem bravo, decidido e erudito, muito fez pelo Brasil. Faleceu em idade avançada. Houve por bem, como uma de suas primeiras medidas importantes no campo jurídico, transplantar para o Brasil as normas adotadas pelo Reino, contidas nas Ordenações Manoelinas, que previam a criação das *urbis* (cidades), do tipo metropolitano, dotadas de estruturas político-administrativas.

Como resultado imediato dessa decisão, determinou a fundação dos dois primeiros municípios brasileiros: um, na Ilha de São Vicente, com este nome. Outro, às margens do Rio Piratininga, distante nove quilômetros do primeiro, com o nome de Piratininga. Estas foram as duas primeiras vilas brasileiras, dotadas de organização e autoridades, representadas por pessoas designadas para nelas se instalarem imediatamente.

Era o municipalismo que estava sendo implantado no Brasil e que haveria de produzir os frutos esperados pelo então Governador-geral do Brasil. Tudo foi feito em cumprimento ao que determinava a legislação portuguesa.

Concomitantemente, intensificava-se o combate ao contrabando do pau-tinta. D. João III percebeu que a vasta extensão litorânea e a insistente ação dos invasores e dos piratas estava a exigir uma outra importante medida administrativa, ou seja, a completa divisão das terras, em Capitânicas Hereditárias, principalmente ao longo do litoral, de Norte a Sul da Colônia.

## Passos iniciais da organização administrativa

Com essas primitivas mas importantes medidas é que foi iniciada realmente a ocupação do solo brasileiro, com a disseminação de nossos primeiros núcleos populacionais que mais tarde iriam se transformar em comunidades maiores.

A ocupação do litoral foi uma ação dirigida com o objetivo de proteger a terra contra a evasão de suas riquezas, levada a efeito pela pirataria institucionalizada. Todavia, o interior do território somente foi sendo ocupado após a penetração das bandeiras.

O ciclo do ouro e também a época do pau-brasil (cujas atividades extrativas ocorreram intensamente ao longo do litoral nordestino) cederam lugar a outras atividades econômicas – o gado, a cana-de-açúcar, o café. Por todos os recantos do solo pátrio adentravam os bandeirantes, portadores de alvarás régios, autorizativos para a exploração aurífera. Eram os verdadeiros sertanistas a explorar os rios e todos os locais que apresentavam indícios da existência do valioso metal. As grupiarias, como diria o saudoso Plínio Salgado, as encostas, com formação vermelho-escuro, os vales e até os pequenos cursos d'água eram revolvidos na luta interminável pela busca de riquezas.

Feito estafante o trabalho realizado por esses gigantes que, abandonando o conforto e a família e desprezando todos os perigos, penetravam as nossas florestas, vales, colinas, encostas e serras, a tudo vasculhando. Este afã era sempre acompanhado da constante preocupação de plantar, no desconhecido, os marcos das futuras povoações, vilas e cidades. Havia aí também uma aspiração maior e propositada, isso é, a de afastar, tanto quanto fosse possível, as linhas limitadoras das nossas fronteiras, alargando, sempre e cada vez mais, o espaço de nosso território.

Com tal objetivo, muito se fez nessa fase importante de nossa colonização, que os historiadores denominaram o **ciclo do ouro**.

Este, como outros movimentos econômicos anteriormente desenvolvidos, haveria de sofrer sua própria superação, como aconteceu, ensejando o surgimento de outras atividades planejadas, mais condizentes com a realidade evolutiva da economia.

Eis o motivo por que, já na fase final do ciclo do ouro ou das atividades mineradoras mais intensas, os bandeirantes e sertanistas

passaram a cuidar, com mais interesse, da fixação de pessoas de confiança de suas bandeiras e até mesmo de familiares em certas áreas privilegiadas. Era o início da preparação para a passagem a outras atividades, agora produtivas, das quais deveriam ocupar-se, principalmente quando já se tinha em vista o crescimento constante de nossa população, cujos meios de subsistência deveriam ser provisionados.

Foi essa a época em que os nossos audazes colonizadores voltaram suas vistas para glebas de melhores terras, com amplas possibilidades para a agropecuária. Tinha-se em vista assegurar um futuro promissor para os povoados e vilas em que haveriam de ser transformados, com o correr do tempo, os rarefeitos aglomerados populacionais de então.

Para tanto, os invasores preocupavam-se com a escolha de locais de topografia menos acidentada para colocar os marcos de sua passagem, muitas vezes fugaz, pelas terras percorridas.

Quando não erigiam grandes cruzeiros de madeira nesses pontos estratégicos, ou até mesmo construía pequenas capelas, quando o tempo o permitia, plantavam sementes de árvores frondosas (figueira silvestre) que se desenvolveriam facilmente às margens dos primitivos caminhos ou trilhas dos índios e dos bandeirantes, assinalando-os perenemente.

Essas árvores, de porte gigantesco, semeadas pelos bandeirantes, balizariam no futuro os caminhos abertos no sertão desconhecido. Elas existem até a época presente, em diversos lugares, atestando, centenariamente, a presença do homem na região.

Hodiernamente, quando nos colocamos sob a sombra desses gigantes e frondosos marcos, facilmente vêm-nos à memória os feitos inesquecíveis daqueles heróicos e legítimos conquistadores que, com audácia, coragem e indômita bravura, vasculharam a terra desconhecida, adentrando-a pelos vales e gargantas apertadas, serpeando as íngremes faces dos grandes maciços orográficos, na louca e desmedida ânsia da descoberta dos filões de ouro e da sonhada, mas não encontrada, serra das esmeraldas.

## OS SERTÕES DE MINAS GERAIS

### Desbravadores do território

A ocupação do território mineiro foi feita através de penetrações pela Bahia, pelo Rio de Janeiro (Parati) e por São Paulo, conforme nos relata a História. As bandeiras paulistas, formadas também por portugueses, índios e escravos, tiveram papel fundamental na conquista, exploração e colonização desses sertões.

Nesse incomensurável trabalho, os sertanistas encontraram por toda parte a resistência dos donos da terra – os silvícolas. Estes, na luta pela manutenção de suas posses territoriais, retardavam e até mesmo impediam a marcha para as Minas dos Cataguá.

As áreas adentradas, que não apresentavam indícios da existência de ouro e outras riquezas minerais, pouco interesse despertavam nos sertanistas, que prosseguiam em demanda a novas terras. Não havia, até então, outro interesse da Coroa senão o da descoberta das citadas riquezas. A área onde seria, no futuro, implantado o Município de Brasópolis, e outras próximas, não possuía o que se procurava. Por isso foi deixada, com suas excelentes terras, sem um registro sequer.

As tentativas de conquista de Minas Gerais, utilizando-se em muitas delas os rios, como se planejou, não ofereceram à administração e aos desbravadores o retorno esperado. Outra alternativa – a caminhada só por terra – esbarrava com os altos maciços, no caso, a Serra da Mantiqueira, cuja transposição exigia imensos sacrifícios. Todavia, a audácia e o interesse pelas riquezas, que reservava o solo a ser conquistado, superavam

todos os obstáculos naturais à jornada. Informa o historiador Lúcio José dos Santos que a primeira expedição que penetrou o solo montanhês foi chefiada pelo espanhol Francisco Bruza Espinosa. Organizada em 1553, por ordem do primeiro Governador-geral, Tomé de Souza, cumpriu ela a missão recebida. O Padre João Aspilcueta Navarro, missionário da Companhia de Jesus, dela participou.

A penetração foi iniciada pela Bahia, passando por Caravelas, por onde foram alcançados o Rio Pardo, nas cabeceiras, e o Rio Jequitinhonha; a seguir, passando pelas Serras de Itacambira, Grão Mogol e Almas, a expedição prosseguiu até atingir um curso d'água, que seria o Rio São Francisco. Desceu por este, retrocedendo, para alcançar Porto Seguro. Enfrentaram esses exploradores toda sorte de dificuldades nessa longa viagem.

Foi, portanto, Espinosa o primeiro desbravador das nossas terras. O Padre Navarro, que o acompanhou, foi o "primeiro apóstolo que nelas pregou" a doutrina cristã, segundo afirma o saudoso historiador Diogo de Vasconcelos. Em que pese a importância das informações recolhidas, os resultados desta audaciosa iniciativa foram pouco compensadores.

Várias outras expedições foram posteriormente enviadas à terra mineira, entre 1560 e 1645, todas elas utilizando preferencialmente os rios, de tal sorte que, afinal, já se tinha uma noção do que representava esse imenso território, com suas riquezas em ouro, prata e pedras preciosas, tendo-se em vista os relatórios apresentados às autoridades responsáveis. Estas, após a análise dos resultados pouco expressivos alcançados até então, decidiram adotar outra filosofia na orientação a ser dada às futuras expedições.

Com a fundação da Vila de Taubaté, na planície que se segue a partir do sopé e ao longo da Cordilheira da Mantiqueira, melhores condições passaram a ser oferecidas à execução da nova estratégia, a ser seguida, para a conquista das terras localizadas do outro lado desse importante acidente geográfico.

Seriam, também, prestigiados os paulistas, povo resolutivo e empreendedor, nas novas arremetidas a serem programadas, agora pela transposição da Mantiqueira, diretamente. Taubaté tornou-se ponto de apoio logístico de grande significação para as futuras expedições. "Daí partindo em 1646 Félix Jacques transpôs a

Mantiqueira pela Garganta do Embaú (hoje Cruzeiro), chegando a Rio Verde, em Minas”.

Lourenço Castanho Tacques, outro desbravador, foi elogiado pelo governo português como o primeiro bandeirante paulista a penetrar pela Mantiqueira (Embaú) as terras mineiras, em 1662.

Dom Afonso VI, percebendo a importância dessas expedições na conquista de novas terras, tendo em vista o alargamento das fronteiras da Colônia, deliberou estimular a conquista do interior, incumbindo Raimundo Barbalho de pesquisar as esmeraldas, em 1664. “Por morte deste, a importante e difícil tarefa, por Carta Régia de 27 de novembro desse ano”, foi entregue a Fernão Dias Paes, que daria início a uma nova etapa da conquista de Minas. Este revelou-se um dos mais notáveis bandeirantes recebendo, em 20 de outubro de 1672, os poderes de Governador da região das esmeraldas, como chefe da grande bandeira que seguiria para o aludido território.

Saindo de Taubaté, Fernão Dias passou por Guaratinguetá, galgou a Mantiqueira pela passagem do Embaú. “Transpôs os Rios Passa Quatro e Capivari, adentrando a terra mineira até alcançar um sítio, onde suspendeu provisoriamente a marcha”. Esse local é atualmente a histórica Cidade de Baependi. Reencetando a caminhada, atravessou os Rios Verde e Grande, estabelecendo-se em Ibituruna, até que passasse a estação chuvosa e pudesse dar continuidade à sua notável façanha de maior bandeirante de todos os tempos.

Como se pode perceber, a terra mineira foi conquistada efetivamente pelos bandeirantes, que ultrapassaram a Mantiqueira pelo Embaú e outros locais. Transposta essa grande muralha, os sertanistas penetraram os sertões mineiros, passando primeiramente pelo Sul de Minas e, certamente, pelas terras da área onde foi implantada a comunidade de Vargem Grande e outras.

Por tudo isso, podemos afirmar que essa região representou o grande, o imenso portão por onde entrou grande parte dos bravos e intrépidos conquistadores do torrão mineiro, cuja epopéia é aqui reverenciada.

## **Invasores e descobridores**

O interesse pelas riquezas, o aventureirismo e a ação pioneira são, principalmente, os fortes motivos por que quase todas as nossas

idades, vilas e lugarejos tiveram seus descobridores, seus fundadores, seus grandes e inesquecíveis líderes.

Entrementes, a muitos dos responsáveis faltou a preocupação, o interesse ou a inspiração de lavrar atas ou registrar os mais importantes fatos verificados antes, durante e após a fase inicial de formação do Burgo, de tal sorte a permitir, de alguma maneira, que cada povoado tivesse a sua memória histórica, sempre tão significativa para os que ali viessem a nascer.

Eis o motivo por que inúmeros núcleos populacionais não possuem registros e anotações, indicando os nomes dos primeiros homens que pisaram aquele solo, que o vasculharam de Norte a Sul, principalmente os cursos d'água.

Há outros que apresentam apenas alguns dados isolados, dificultando aos pesquisadores a articulação de ocorrências, na tentativa de penetrar a tecitura da ação daqueles que se ocuparam do descobrimento de nossos vastos e imensos sertões, bem assim, do povoamento, mais ou menos ordenado, do solo conquistado.

Por mais que a curiosidade do pesquisador se acentuasse nem sempre conseguiu ele encontrar na tradição, nos costumes, nos arquivos das igrejas, que são sempre o mais puro repositório histórico das localidades, ou na memória dos anciãos a satisfação de suas indagações, a informação desejada para armar, judiciousa e seriamente, a estrutura histórica das origens vetustas de muitas comunas e regiões de nosso País.

No rol daquelas que não possuem dados históricos satisfatórios, quanto às suas origens e formação, ou seja, uma seqüência de registros de toda a ação pioneira, exploratória e inicial de seus descobridores, salvo informes isolados, referentes a alguns fatos, porém, sem se referir expressamente àqueles que ali chegaram primeiro, está São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, a bela e querida Cidade Presépio.

Pesquisou-se bastante a respeito da penetração territorial dos bandeirantes que, vindos geralmente de São Paulo, transpuseram a Serra da Mantiqueira pela Garganta do Embaú, para alcançar o Sertão dos Cataguá, onde encontrariam ouro e facilidades para aprisionamento de silvícolas a serem empregados em atividades agrícolas e de mineração.

Tais registros, embora ricos de informes sobre os feitos e objetivos daqueles que vanguardemente penetraram as terras do Sul de Minas por essa alcantilada passagem, são bastante falhos, sobretudo quando se referem à região do Alto Sapucaí.

É o ilustre historiador Dermeval José Pimenta quem informa, no seu trabalho “Aspectos Gerais da História de Itajubá”, ter sido o povoamento dessa região resultante do bom apoio logístico representado por Taubaté, de onde partiram as primeiras bandeiras a se preocupar, especialmente, com essa área de terras tão ricas.

Segundo o mencionado historiador, Félix Jacques, bravo bandeirante, com suas bases estabelecidas nessa Vila, pelos idos de 1636, foi dos primeiros a preocupar-se com a transposição da Serra da Mantiqueira. Após grandes esforços e buscas cansativas pelas íngremes encostas dessa cordilheira, conseguiu transpô-la nas proximidades de Guaratinguetá e, abrindo passagem através de picadas, por lugares quase que inacessíveis, alcançar a Garganta do Embaú e, por ela, chegar aos sertões do Rio Verde, depois de percorrer parte do Vale do Rio Sapucaí.

O feito desse e de outros arrojados e patrióticos bandeirantes despertou o então Governador do Rio de Janeiro para a conquista da terra e a descoberta de ouro, razão pela qual convocou elementos capazes de organizar expedições encarregadas da procura das jazidas de esmeraldas, tão decantadas por quantos haviam subido o Rio Doce, no último quartel do século XVII, bem como por outros sertanistas que tinham investigado várias regiões e vales ainda desconhecidos.

De Taubaté e de outras localidades partiram para a conquista do outro lado da chamada muralha da Mantiqueira, entre outros, Fernão Dias Paes, o fundador do Arraial de Ibituruna – “o primeiro lar da Pátria mineira”, conforme registra Diogo de Vasconcelos (*in* “História de Minas Gerais”, Waldemar de Almeida Barbosa, vol. I, Ed. Comunicação).

Várias picadas e trilhos de difícil trânsito permitiram a conquista de outras bacias orográficas importantes, além do Rio Sapucaí.

### **Pioneirismo de Fernão Dias e seus seguidores**

Investido no pomposo título de “Governador das Terras das Esmeraldas”, Fernão Dias Paes partiu de São Paulo aos 21 de julho de 1674, com poderosa e bem-equipada bandeira.

O roteiro incluía, inicialmente, o Arraial de Taubaté, o pouso de Guaratinguetá, a passagem do Embaú, a transposição da Mantiqueira e a travessia dos vales do Rio Sapucaí, do Rio Verde e do Rio Grande.

O plano de marcha foi seguido, apesar das dificuldades naturais ao empreendimento. Depois de atravessar o Rio Grande, o indômito bandeirante paulista, tomando conhecimento de que no local onde se achava havia sido descoberto ouro, fundou ali a primeira Feitoria em Minas Gerais, dando-lhe o nome de Bituruna (Ibituruna).

Este foi, efetivamente, o primeiro povoado de Minas Gerais, afirmam eminentes historiadores. Nesse local deixou Fernão Dias homens de sua confiança, que cuidariam do plantio de roças e da criação de animais, preparando, assim, um primeiro ponto de apoio para a grande jornada, estabelecida para a descoberta das esmeraldas.

A bandeira prosseguiu a caminhada. Pela Serra da Borda do Campo seriam alcançados o Vale do Paraopeba e, finalmente, as margens do Rio das Velhas, onde, num histórico sítio, foi implantado o Arraial do Sumidouro, palco de acontecimentos significativos para a expedição. Ali, Fernão Dias fixou-se por cinco anos, preparando-se para dar seqüência à sua missão maior.

A Serra das Esmeraldas, então denominada Serra Resplandecente, só foi alcançada em 1680. Ao atingi-la, o extraordinário sertanista julgou-se vitorioso em seu empreendimento, tendo ali recolhido alguns sacos das ambicionadas pedras verdes (para ele, esmeraldas) que trouxe, regressando ao Sumidouro, em 1681. Já bastante alquebrado e doente, após suportar tão ásperas jornadas, ali veio a falecer.

Desfeita, com a morte do grande líder, a poderosa bandeira que abriu e alargou as fronteiras das Gerais, o primeiro filho de Fernão Dias, Garcia Rodrigues Paes, também participante da primeira, organizou nova expedição.

Devidamente autorizada por El-Rei, a nova bandeira partiu, tendo por fim abrir em definitivo o caminho entre São Paulo e os longínquos sertões das Minas Gerais. Tinha-se em vista alargar os estreitos trilhos, a fim de que o trânsito de muares, carregados de mercadorias, pudesse ser realizado normalmente. Este objetivo importante foi alcançado plenamente.

Taubaté ficou sendo, desde 1636, mais ou menos, o ponto ou a base das expedições que partiam em busca de riquezas e da exploração

daqueles sertões, a partir do Alto Sapucaí. Abastadas e nobres famílias paulistas passaram a ter na Vila de Taubaté ponto fixo de residência.

Pode-se, pois, destacar, com facilidade, inúmeros sertanistas que se localizaram nessa vila a partir de 1674. Entre estes citam-se Cunha Gago, Cabral, Miguel Garcia Velho, Pires, Porto Del'Rei, Furtado de Mendonça e respectivas famílias.

O Sargento-mor Miguel Garcia Velho, sobrinho do Capitão Manoel Garcia, foi um dos mais destemidos conquistadores das terras mineiras, tendo por via de acesso a passagem do Embaú. Ambos pertenceram à expedição chefiada pelo Cel. Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, que partiu de Taubaté em 1674 para descobrir ouro nos sertões de Itaverava, perto de Conselheiro Lafaiete. O precioso metal foi ali adquirido por Miguel Garcia Velho para ser, segundo as normas de mineração da época, levado às autoridades em Taubaté com o fim de se registrar, oficialmente, o evento e o local onde primeiro se descobriu ouro em Minas Gerais.

Atendido este imperativo de interesse da Coroa e dos sertanistas, deu-se seqüência às novas descobertas, que ocorreram em 1699, no Ribeirão do Carmo (Carmo de Minas) e afluentes deste, que foram abandonadas posteriormente, com o retorno dos aludidos sertanistas a Taubaté, em 1702.

Nos anos de 1703 a 1705 deu-se o reinício das atividades do Sargento-mor Miguel Garcia Velho que, partindo de Taubaté, "galgou a Serra da Mantiqueira e, após transpor a Garganta do Embaú, não sendo seu desejo prosseguir em direção às Minas de Ribeirão do Carmo, onde estivera em 1699, desviou-se do trajeto para a esquerda, adentrando o Vale da Bocaina, transpôs a Serra dos Marins, alcançando o Planalto do Capivari, onde descobriu pintas de ouro nas imediações do Córrego Alegre, em local que denominou Caxambu". Prosseguindo, mais à frente, encontrou minas de ouro com melhores perspectivas de exploração, no Rio Santo Antônio, próximo a uma grande cachoeira, com cerca de quarenta metros de queda. A este novo descoberto deu o nome de Minas Novas de "Itagybá", denominação indígena cuja significação é "água que cai ou cachoeira". Transferindo-se com sua família para esse local, Miguel Garcia Velho fundou um arraial, assentado entre o Rio Tabuão e o Córrego do Rosário, área onde começa o Rio Santo Antônio, e fixou residência,

em 1706. Durante quatro anos permaneceu ali, explorando a jazida. Estava assim implantado, por esse audaz sertanista, o Arraial que inicialmente era chamado de Santo Antônio de Itagybá. Posteriormente, como Freguesia paroquial, recebeu o nome de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá.

Essa comuna é a atual Cidade de Delfim Moreira, cuja economia está embasada nas atividades agrícolas e na produção de frutas em grande escala.

O Arraial de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá foi, pois, o primeiro núcleo humano implantado naquela área da Mantiqueira. Dali e de outros pontos, possivelmente, partiram os sertanistas que descobriram Bom Sucesso, Várzea Grande e outros sítios adjacentes, à procura de ouro. Não encontrando a riqueza almejada, prosseguiram seus trabalhos exploratórios, pouca importância dando às terras, pelo que deixaram de fazer História a respeito.

### **Caminhos abertos na região**

Somente a partir da descoberta desse filão aurífero – as Minas Novas de Itagybá – é que as vistas dos conquistadores da terra voltaram-se para o imenso e rico Vale do Rio Sapucaí e adjacências, principalmente quando se teve a certeza de que esse descoberto de ouro era de reduzida potencialidade, o que colocava em risco o futuro dos mineradores que nele permanecessem.

Em face de tal realidade, vários empresários iniciaram sua localização em glebas produtivas, visando cultivar cereais e outros produtos próprios às pequenas e grandes propriedades rurais. Essa opção possibilitou o retorno da comuna ao ritmo de desenvolvimento anterior, condicionado à melhoria das condições de acesso, até então precaríssimas. Era ainda o primitivo caminho, que passava pelo Embaú, o utilizado pelos sertanistas até 1741. Havia, também, a picada do Capivari, aberta por outro grande desbravador que foi Gaspar Vaz, mas que atendia mais aos interesses de Campos do Jordão.

Atraído para a região do Vale do Paraíba o próspero fazendeiro, Capitão Lázaro Fernandes, escolheu o sopé da Mantiqueira, nas proximidades de Lorena, para implantar sua propriedade. Esse impávido empreendedor explorou as fraldas dessa Serra e,

aproveitando as partes de topografia mais suave da área, conseguiu grande melhoria do caminho, o que permitiu o estabelecimento de mais segura ligação de Lorena com as minas de ouro de Itagybá. Essa importante medida abriu para o arraial, ali formado, melhores condições de desenvolvimento.

### **Exploração das minas de ouro**

O Arraial de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá subordinava-se ao Bispado de São Paulo. Em 1762 foi elevado à condição de Freguesia, passando a exercer forte impulso no desenvolvimento da região e também a contribuir para o surgimento de novos aglomerados populacionais na área de sua influência. Mercê de tal influxo, foram formados Capituba de Cima (Pedralva); um pouco mais distante, Capituba de Baixo (Cristina) e, ainda, Vargem Grande, este à direita do Rio Sapucaí.

O topógrafo português Antônio de Oliveira Lopes, também conhecido pela alcunha de Pouca Roupa ou Fraca Roupa, residente na Freguesia de Soledade de Itagybá, foi encarregado, pela administração da Capitania, da medição e levantamento das terras situadas à jusante da foz do Rio Santo Antônio, compreendidas pelo Vale do Alto Sapucaí, mais tarde pertencentes ao Município de Itajubá e outros da região.

A tarefa profissional, entregue à execução desse topógrafo, tinha por finalidade possibilitar, ao Governador da Capitania, a concessão de cartas de sesmaria àqueles que se interessassem pelo amanho da terra.

Após a conclusão das medições e levantamentos topográficos de que fora encarregado, o profissional deveria entregá-los à Câmara Municipal de São João del-Rei. Com tal objetivo, seguiu para aquela cidade.

Durante a viagem, no pouso de Vargem Alegre, Fraca Roupa encontrou-se com o Alferes Joaquim José de Silva Xavier, que não perdeu oportunidade para sua pregação e doutrinação, relativas à conspiração planejada (Inconfidência Mineira). Com sua grande loquacidade e raro brilho, Tiradentes transmitiu ao seu interlocutor o ideário completo da revolução. Demonstrou, entre outros objetivos, a possibilidade e vantagens de o Brasil transformar-se em uma república, livrando-se do jugo português.

Antônio de Oliveira Lopes entusiasmou-se com o convite, aderindo ao movimento dos inconfidentes de corpo e alma, tendo recebido de Tiradentes delegação para levar à sua região aquela pregação cívica.

Descoberta a Inconfidência Mineira, o topógrafo foi denunciado por Joaquim Silvério do Reis, que de longe acompanhava os passos de Tiradentes, sendo preso e processado, tendo sido condenado ao degredo perpétuo, na África. Após a condenação, seguiu no mesmo navio que transportou, ao exílio, o poeta Tomás Antônio Gonzaga.

Concluído seu trabalho de levantamento das terras do Alto Sapucaí, Oliveira Lopes comunicou aos mineradores de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá que as terras que percorrera, através de picadas para a medição, eram de ótima qualidade, próprias para a agricultura. Cientificou-os, ainda, da existência de uma colina ou elevação do solo, nas margens do Rio Sapucaí, conhecido como Morro do Ibitira, localizado em uma região formada por terras menos acidentadas e dotada de clima agradável, favorável, portanto, à fundação de um arraial.

Diante de tais informações e dos sinais de exaustão já evidentes nas jazidas de ouro de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, os moradores desse Burgo, na sua maioria, resolveram procurar glebas com clima mais favorável e melhores condições topográficas e outras, para início de atividades na agricultura. O deslocamento dos interessados em busca de novas áreas deu-se paulatinamente, o que muito contribuiu para o nascimento, com pujança, da hoje florescente Cidade de Itajubá, centro industrial, político e cultural que se destaca na região.

### **Atividades agropecuárias**

Alguns historiadores informam que o esvaziamento da atividade mineradora em Nossa Senhora da Soledade de Itagybá proporcionou e estimulou o crescimento do Arraial de Boa Vista do Sapucaí.

A opção pela agricultura, influenciada pela informação de Antônio de Oliveira Lopes, levou a maioria dos habitantes que pretendiam abandonar Soledade de Itagybá a realizar uma exploração completa de toda a região, à procura de sítios que mais facilitassem a implantação de suas novas atividades empresariais. A esse respeito

não há nenhum registro detalhado, porém, ficou provado que, à época, famílias inteiras deslocaram-se pelas margens do Rio Sapucaí abaixo, até as proximidades do Monte Ibitira e para além deste. Ali, diversos retirantes, transpondo o referido curso d'água, adentraram a área, com o fim de implantar novos núcleos habitacionais. Foi, quem sabe, em virtude desse deslocamento que aconteceu o início da formação, a partir de 1769, dos aglomerados populacionais de Bom Sucesso, Laje, Vargem Grande e outros, na área.

Deve-se, provavelmente, ao grande número desses empresários (mineradores), procedentes de várias regiões do país, o desenvolvimento da vasta área compreendida pelo Alto e Médio Sapucaí, por meio da implantação de uma agropecuária bastante promissora.

### **Transposição do Rio Sapucaí**

Os registros e a tradição oral nos dão conta de que o Padre José Geraldo de Souza e Silva, cumprindo instruções do Monsenhor Mateus Gonçalves de Andrade, Visitador Diocesano do Bispado de São Paulo, oficializou a posse das áreas denominadas Bom Sucesso e outras, para o Bispado, mandando erguer no local, por ele considerado o mais apropriado, o símbolo de Cristo, em 25 de junho de 1803. Essa medida despertou alguns desbravadores, que para o local se transferiam, fazendo com que se desenvolvessem em pleno sertão os sítios de Bom Sucesso e outros, no atual Município de Brasópolis.

As longas e difíceis pesquisas levaram os interessados a acreditar que a região em que se acha incrustado esse Município, antes de ser pisada por descobridores vindos de Soledade de Itagybá, o foi por outros sertanistas, também procedentes de São Paulo, porém utilizando trilhos e vias de acessos diferentes. É que houve colonizadores que, com o objetivo de transpor a Serra da Mantiqueira, partiram de Pindamonhangaba, passando por São Bento do Sapucaí, por onde chegaram a Vargem Grande, São José das Formigas (atual Paraisópolis) e outras áreas. Foi, acredita-se, este o trilho seguido pelo Padre José Geraldo de Souza e Silva para alcançar o Sertão de Bom Sucesso.

Assim, o religioso conseguiu chegar a esse sítio, partindo de Pindamonhangaba, passando pelo local denominado Eugênio Lefrève,

em plena Mantiqueira, para atingir São Bento do Sapucaí e, um pouco mais à frente, Bom Sucesso.

Esse caminho era o mais curto para a ligação, naquela época, do Bispado de São Paulo com as terras empossadas onde se implantou um Cruzeiro. Essa versão vem em abono à tese de que a região de Bom Sucesso foi descoberta por sertanistas vindos de Pindamonhangaba. Só posteriormente, quando já haviam fracassado as atividades mineradoras de Soledade de Itagybá, é que outros colonizadores desceram o Rio Sapucaí, transpuseram-no nas proximidades do Monte Ibitira (Itajubá) e penetraram a região pela outra margem, chegando a Bom Sucesso.

## A TERRA BRASOPOLENSE

### Primeiras iniciativas do colonizador

O pesquisador lamenta a inexistência de informações e registros acerca dos descobridores que, anteriormente a 1803, passaram ou se fixaram, como moradores, nos locais onde firmaram-se as raízes da comunidade emergente, tais como Bom Sucesso, Laje, Vargem Grande, entre outros menos expressivos, compreendidos pelo então Município de São Caetano da Vargem Grande.

A conclusão a que chegamos, segundo a memória histórica e a tradição oral existentes, é a de que João Bernardes da Mata foi um dos primeiros habitantes da área, senão o primeiro, e seu maior desbravador. Encontramos alguns dados referentes a outros pioneiros que só tiveram a presença ali registrada a partir de 1803.

Seria compensador, para o nosso trabalho, se tivéssemos podido aqui registrar, também, os nomes daqueles outros vanguardeiros que ali chegaram antes de João Bernardes da Mata, seguindo as trilhas feitas pelos habitantes naturais da terra – os índios – que perambularam pelos vales e serras da terra brasopolense.

Pressupõe-se, assim, que alguns desbravadores, que batizaram com o tacão de suas pesadas botas as riquíssimas terras das Minas dos Cataguá, onde se acha circunscrito o Município de Brasópolis, foram relegados ao esquecimento. Que injustiça! Não tiveram seus nomes anotados nem seus feitos registrados!

João Bernardes da Mata foi, pressupostamente, o primeiro colonizador que chegou a Bom Sucesso e, conseqüentemente, a Brasópolis, segundo os dados e levantamentos até então existentes.

Tomando posse livremente das terras de excelente qualidade que ali encontrou, esse bravo sertanista implantou sua fazenda, dando início às atividades agrícolas compatíveis com seu empreendimento. A par de tais medidas, cuidou da ordem e da segurança, indispensáveis ao futuro da área em questão.

### **Bairro Bom Sucesso**

Sobre o local escolhido pelo Padre José Geraldo de Souza e Silva para implantação do importante marco histórico e religioso – o Cruzeiro – que seria a prova indiscutível, o sinal evidente da presença de autoridades eclesiásticas e civilizadoras por essas formosas plagas da terra mineira, encontramos alguns dados contidos no “Calendário de Brasópolis”, editado em novembro de 1957 pelo estimado conterrâneo José Cavichi. Os informes ali consignados foram fornecidos pelo historiógrafo Comendador José Alfredo Gomes.

Este brasopolense, embora não faça menção a nomes, informa terem sido “os bandeirantes que descobriram as terras onde hoje se localiza Brasópolis”, ali deixando as marcas de sua passagem pelos sítios que receberam os nomes de Bom Sucesso, Laje e Vargem Grande, no alvorecer do século passado.

Quem, estudioso, conhece e analisa os estágios e a evolução do surgimento das comunas brasileiras, sabe que somente depois de rápida exploração das áreas que se iam descobrindo é que os sertanistas, com sua longa experiência, inteligência e larga visão do futuro, passavam ao momento da escolha dos locais preferidos para o início das atividades de desbravamento e colonização, visando à implantação de fazendas e futuros núcleos populacionais.

Segundo nossos registros históricos, em 1803 foi oficialmente escolhido, por meio da presença de um sacerdote, o local onde deveria ser formado um núcleo pioneiro, já denominado Bom Sucesso. O evento ocorreu em 25 de junho de 1803 e se constituiu, assim podemos dizer, numa demarcação da terra descoberta. Não se pode afirmar com precisão quando, antes de 1803, teve início a azáfama dos

exploradores dessa área. Presume-se que os primeiros desbravadores por ali passaram pelos idos de 1704, época em que o Sargento-mor Miguel Garcia Velho, depois de ter estado minerando em Passa Quatro e no Ribeirão do Carmo (Carmo de Minas), entre 1699 e 1701, retornou à Serra da Mantiqueira.

Embora disponhamos de todos esses informes, ignora-se a época em que João Bernardes da Mata chegou a Bom Sucesso, ali apossando-se da grande gleba, no centro da qual havia uma colina, que ficou conhecida como Morro do João Bernardes. Como se depreende, até que se chegasse ao importante evento da implantação do cruzeiro, vários lustros foram transcorridos, enquanto continuava o ir e vir dos invasores, pelos trilhos e caminhos abertos nos sertões, inclusive na região de Bom Sucesso.

Decalcados, pois, nesses registros e em informações de outras fontes históricas, deduzimos que as primeiras ocupações de solo, posteriormente à fase exploratória, realizadas em território brasopolense, deram-se por volta de 1760 ou bem antes.

### **Cemitério de Bom Sucesso**

Durante muitos anos após sua oficialização, em 1803, o Cemitério de Bom Sucesso deu sepultura às pessoas falecidas em um raio de cerca de 12 quilômetros em torno de sua localização. Isto significa que boa parte da área do atual Município de Brasópolis, até determinada época, encaminhava seus mortos para esse campo-santo.

Somente com a criação da necrópole de Vargem Grande, ocorrida em 1838, é que foi subdividida a área territorial considerada anteriormente, o que veio reduzir, consideravelmente, a utilização daquela, que já não mais existe.

### **Capela da Laje**

Em 1812 os Capitães Manoel Pereira Goulart e José Gonçalves da Silva, pessoas estas que, já no início de suas atividades na região, instalaram-se nas proximidades de Bom Sucesso, postularam requerimento à Diocese, solicitando permissão para a construção da Capela da Laje.

O local escolhido, a Fazenda da Laje, equidistante igualmente de Bom Sucesso e de Piranguinho, deu denominação à ermida. O sítio preferido pelos requerentes para a construção estava, como se verifica, compreendido na região de Bom Sucesso e pouco distava da sede desse local. Sabe-se ainda que, próximo à Capela da Laje, bem mais tarde, em 1891, quando da construção do ramal ferroviário de Paraisópolis, foi criada uma subestação ou parada de trem, que se denominava Parada Cel. Henrique Braz. E, para servir mais diretamente aos habitantes do Bairro Bom Sucesso, foi criada outra estação mais à frente, à qual se deu o nome de Estação Dias.

A petição subscrita pelos Capitães Manoel Pereira Goulart e José Gonçalves da Silva, dirigida à Cúria Diocesana de São Paulo, foi deferida, tendo o Cônego Antônio Paes de Carvalho editado, em 2 de junho de 1812, medida concedendo a necessária Provisão, conforme documento existente na Arquidiocese de Pouso Alegre.

Tendo sido a iniciativa do pedido de autorização para a construção do templo em causa originária de pessoas importantes, residentes no Bairro Bom Sucesso desde a oficialização, conclui-se que o povo desse bairro tenha optado por uma melhor localização de sua capela, preferindo construí-la na Fazenda da Laje.

O Padre Athanásio José Rodrigues foi o Capelão residente da Capela da Laje, de junho de 1812 até 1847, quando assumiu a direção da Capela Curada de Sant'Ana da Vargem Grande em substituição ao Padre João Batista de Alvarenga.

Esse templo foi construído e sagrado sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade. À época, para essa Capela convergiam, além dos paroquianos de Bom Sucesso, também os de Piranguinho e de outros núcleos.

Posteriormente, na parte mais densa do Bairro Bom Sucesso, foi construída uma capela, no local onde se encontra a atual. Também a área onde foi implantada a Estação Dias, em virtude da construção da linha férrea que ligou Piranguinho a Paraisópolis, a partir de 1891, ganhou sua capela, que é espaçosa e de fino acabamento.

### **Capela de Sant'Ana – Bairro Várzea Grande**

A divisão do território brasileiro em células administrativas, à proporção que as terras iam sendo ocupadas, resultou de sábia decisão

política do Reino, objetivando a ocupação e a exploração das regiões descobertas e o desenvolvimento da Colônia.

Essa diretriz administrativa e política, adotada para a Terra de Santa Cruz, passou a ser, então, não somente a exploração de riquezas – ouro, diamantes e prata -, mas também a fixação de uma população permanente, nas áreas conquistadas, que se dedicasse à produção dos bens necessários à subsistência das famílias dos desbravadores, ao desenvolvimento de cada novo núcleo e do próprio País.

Talvez em consequência dessa nova filosofia, adotada para as terras ocupadas, tivesse nascido o Povoado de Várzea Grande ou Vargem Grande, em uma encosta ensolarada, até certa época coberta de densa mata formada por viçosos pinheiros. Assim, alguns daqueles que inicialmente se fixaram com suas famílias em Bom Sucesso, com o objetivo de ocupar novas terras, sem grande esforço foram à frente alguns quilômetros (Vargem Grande), passando a influir e a participar da vida e do crescimento desse novo núcleo.

A ação vigorosa de homens intrépidos, operosos e portadores de consideráveis recursos materiais e financeiros fez com que para o novo Arraial se transferissem empresários como Francisco José Dias Chaves, João Gonçalves de Moraes, Cassiano Pereira de Toledo e Joaquim Pinto da Fonseca, vindos de Baependi, Campanha, Pouso Alto, Carmo do Rio Verde, Ribeirão do Carmo e outras localidades sul-mineiras.

Com essa afluência de povoadores não tardaria a surgir a idéia de se construir, na colina onde se fixavam os novos habitantes, uma nova capela. Esta, no início, era uma tosca casa de orações, pequenina, humilde, construída em uma alongada colina, ainda coberta de matas, ao lado direito do Rio que a banhava, que mais tarde viria a ser denominado Vargem Grande, em virtude das longas e contínuas várzeas, nas quais cavou seu leito natural.

No local referido, foi erigido o templo. Logo ao lado, a algumas dezenas de metros, em área contígua, foi demarcado o Cemitério, que até hoje ocupa quase que o mesmo local, tendo sido apenas deslocado e ampliado. Mais recentemente, recebeu a denominação de Cemitério Bom Pastor.

A primitiva Capela de Vargem Grande e algumas casas ocupavam o local onde atualmente fica a parte posterior da Praça Sagrados Corações, ou seja, a parte situada atrás da atual Igreja Matriz.

O cemitério e uma nova capela foram implantados pela iniciativa do Padre João Batista de Alvarenga e dos beneméritos doadores do Patrimônio. Em 1838, por Ato da Diocese de São Paulo, foi a nova Capela de Vargem Grande, recém-construída e bastante ampliada, elevada à condição de Capela Curada (denominação correspondente à sede de um Distrito), sob a invocação de Sant'Ana, ficando vinculada à Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá e ao Termo de Pouso Alegre.

Nessa importante fase da História de Brasópolis, já havia ocorrido a sábia e nobre decisão de alguns proprietários do local, onde foi construída a capela inaugural, de doar trinta alqueires de terras ao Patrimônio, ou seja, aquelas que circundavam o templo recém-construído, com o que se pôde concretizar a formação do Arraial de Vargem Grande. Este ato foi da mais alta transcendência para o desenvolvimento futuro desse núcleo populacional. Os doadores da gleba foram Dona Ana Dias Chaves, filha do Capitão Domingos Dias Chaves e de Dona Ana Joaquina de Jesus, e seu esposo João Gonçalves de Moraes, e, também, Joaquim Pinto da Fonseca e Cassiano Pereira de Toledo e respectivas mulheres (estes dois, cunhados de Dona Ana Dias Chaves). O nome de solteira dessa nobre Senhora era Ana Josefa de Jesus. Após o casamento com João Gonçalves de Moraes passou a chamar-se Ana Dias Chaves. Era ela, portanto, esposa e não cunhada de João Gonçalves de Moraes, como informam alguns historiadores. Outro equívoco: era filha do Capitão Domingos Dias Chaves e não do Tenente Francisco José Dias Chaves (ver "Esboço Genealógico dos Pereira Gulartes", trabalho este que se encontra publicado na parte final desta obra).

A área doada ao Patrimônio da Capela de Sant'Ana foi ocupada pela Cidade de Brasópolis. Constituído o patrimônio paroquial, tornou-se fácil a aquisição de lotes e de áreas para a construção de casas residenciais e de prédios destinados a repartições públicas e obras sociais, bem como a elaboração do indispensável planejamento antecipado da futura cidade.

Construída e oficializada perante a Diocese de São Paulo, através da Vigararia de Guaratinguetá, a Capela de Sant'Ana da Vargem Grande teve como seu primeiro Capelão o Padre João Batista de Alvarenga, que orientou e dirigiu sua construção, demarcou o cemitério e administrou o patrimônio paroquial até 1847.

O segundo Capelão desse templo foi o Padre Athanásio José Rodrigues que reuniu, sob sua administração eclesiástica, sediada em Vargem Grande, os Povoados da Laje, Bom Sucesso e Esmeril, além de outros de menor importância.

### Capela de São Miguel

Em nosso trabalho de pesquisa fomos surpreendidos ao deparar à página 449, do “Almanaque Sul-Mineiro”, referente ao ano de 1884, com a narrativa sobre as capelas de Vargem Grande, de autoria do historiador Bernardo Saturnino da Veiga. É que ali consta a Capela de São Miguel, templo cuja existência ignorávamos, salvo a pequenina capela-jazigo da família Pereira da Rosa, que conhecíamos há bastante tempo.

Como temos na comunidade o caso da Capela de Nossa Senhora do Rosário, que foi demolida, achamos que a dúvida teria que ser esclarecida devidamente, pois somos daqueles que, tanto quanto o eminente escritor Dr. Vivaldi Moreira, Presidente da Academia Mineira de Letras, estamos conscientes de que, quando viramos páginas de documentos históricos, o fazemos “para penetrar no mundo da busca e interpretação do passado, convencidos de que a narrativa histórica não consiste, apenas, em examinar textos arcaicos, para extrair fatos desconhecidos, ignorados ou esquecidos, mas para revelar, em estilo literário, a verdade que enobrece a alma”.

Assim, recorreremos mais uma vez ao Dr. Francisco Crescêncio Ribeiro, pedindo-lhe que se valesse da bondade e compreensão do operoso Pároco Monsenhor José Roberto da Silva, e pesquisasse os Livros do Tombo a respeito. Baldados foram, porém, os esforços do pesquisador *ad hoc*, que nada encontrou nos arquivos paroquais sobre esse templo. Entretanto, *sponte sua*, recorreu à ilustre Professora Francisca Rosa Pereira (Chiquita) que, como membro do nobre clã Pereira da Rosa, poderia fazer luzes à nossa dúvida, o que de fato ocorreu.

Essa distinta conterrânea que, diga-se de passagem, foi nossa primeira e cara professora no antigo Grupo Escolar Cel. Francisco Braz, argüida a respeito, teve a nímia gentileza de, com riqueza de detalhes, prestar as informações que desejávamos, escritas de próprio punho.

Recebemos, assim, da ilustre informante, os esclarecimentos a respeito da Capela de São Miguel, existente no Cemitério Bom Pastor, que é o mausoléu da família Pereira da Rosa.

O templo em apreço foi construído à época em que Brasópolis era ainda o simples e progressista Arraial de Vargem Grande. “Tobias Pereira da Rosa e mais três irmãos o construíram, para o repouso eterno de seus antepassados, bem como deles próprios e de seus descendentes”, informa Dona Chiquita.

A construção primitiva do referido sepulcro já recebeu várias reformas e melhorias. Ali repousam o Capitão José Pereira da Rosa, genearca da família Pereira da Rosa, casado com Feliciano Maria da Silva (também ali sepultada), filha do Alferes Antônio Dias Pereira. Ele, segundo a tradição oral, nasceu em alto-mar, quando seu pai (tinha o mesmo nome do filho) e sua mãe, Luíza Inácia Joaquina, portugueses, viajavam para o Brasil.

Informou ainda Dona Chiquita que José Pereira da Rosa e Dona Feliciano Maria da Silva tiveram 24 filhos e, ainda, foram os maiores proprietários de terras em Vargem Grande.

### **Capela da Bandeirinha – Bairro Esmeril**

A Capela da Bandeirinha atendia à comunidade do Bairro Esmeril, quando se iniciou o Arraial de Vargem Grande. Pouco se sabe a respeito desta ermida. Acredita-se tenham sido os primeiros proprietários da Fazenda Bandeirinha os seus construtores e mantenedores.

Esse modesto templo desempenhou, naqueles distantes tempos dos primeiros passos para a formação da importante comunidade de Vargem Grande, relevante papel na sinalização, no povoamento e no desenvolvimento político, sociológico e econômico da região.

O historiador e conterrâneo Sebastião Gomes registrou no jornal “Brasópolis” (5 de dezembro de 1948, 2ª página) importante observação a respeito, informando que essa Casa de orações esteve, durante muito tempo, sob os cuidados pastorais do Padre Athanásio José Rodrigues, à época, Capelão residente na Laje.

Essa afirmação é verídica, eis que se fundamenta em carta encontrada por esse pesquisador, datada de 1844, escrita por Vicente

Ferreira Braga, residente nessa fazenda, e dirigida ao citado padre. Só não foi revelado o nome do detentor de tão precioso documento.

Esclarece mais esse informante que o missivista desejava acertar com o Capelão uma data para celebração de missa.

Tais informações permitem a tranqüila conclusão de que essa ermida foi uma das mais antigas da área de Vargem Grande.

### **Capela do Bairro Capote**

O templo, cujo nome encima o subtítulo, é bastante conhecido pelos que trafegam pela BR-459, nas proximidades de Piranguinho. Localiza-se em um ponto que permite ser descortinado à distância. Percebe-se que é bem cuidado, eis que seu aspecto externo apresenta sempre boa aparência, denotando a preocupação constante dos fiéis com sua conservação.

Jamais tivemos oportunidade de assistir celebrações nesse Templo. Nem tampouco ensejo de vê-lo aberto ao público. Sempre o encontramos fechado.

Sobre a capela vamos encontrar no “Anuário Histórico e Corográfico de Minas Gerais”, de 1909”, às páginas 1.114 e 1.115, referências a respeito. Essa publicação, ao noticiar e historiar os antigos povoados, distritos e municípios do Estado, incluiu em seus textos o tópico “CXXXIII – Vila Braz (ex-São Caetano da Vargem Grande)” em que consta um amplo e detalhado relatório dessa vila, que se reporta também a acontecimentos verificados ali desde os primórdios de sua fundação.

Desse noticiário faz parte (transcrição) o relatório de autoria do Ten.-cel. Luiz Antônio Nogueira, publicado na página 387 do “Anuário de Minas Gerais”, de 1870, em que essa autoridade inseriu informações completas sobre toda a área da então Freguesia de São Caetano da Vargem Grande, detalhadamente, desde o surgimento de seus primeiros aglomerados populacionais.

O ilustre historiador Nelson de Senna, com o fim de ampliar suas notícias sobre Vila Braz, atualizou os dados fornecidos pelo referido oficial, adotando-os, à falta de outros registros, como base de seu trabalho. Assim é que à página 1.115, da citada publicação, vamos encontrar o seguinte trecho: “Há na Vila três templos: a Igreja Matriz, uma das melhores do Sul de Minas, a do Rosário e a da

Aparecida. Há, além disso, a Capela de São Benedito e a de Santa Cruz, no Bairro ou Povoado de Capote”.

Tentamos, por meio de várias pesquisas, encontrar informações e registros sobre o Templo do Bairro do Capote, dada sua importância na contextura histórica do Município de Vargem Grande, principalmente. Desejávamos conhecer seus idealizadores e construtores, época em que foi sagrado, seus primitivos capelães etc. Debalde foram os nossos esforços.

## **Bairro dos Araújos**

Quem se der ao trabalho de pesquisar, no afã de conhecer como se deu a entrada do homem pelas matas da região que seria batizada por Vargem Grande, ou seja, a área compreendida pelo Município de Brasópolis, chegará facilmente à conclusão de que a conquista dessas terras foi feita por pioneiros, que se espalharam igualmente em todas as direções, a partir de uma base inicial, instalada no local a que se denominou Bom Sucesso.

Pela descrição feita por Bernardo Saturnino da Veiga (*in* “Almanaque Sul-Mineiro”, ano 1884, págs. 451 e 452), em que apresenta o território já com todos os seus aglomerados populacionais localizados em vários quadrantes, tendo por centro Vargem Grande, verifica-se que houve progresso razoável em vários dos locais referidos.

Formaram-se com certa rapidez diversos aglomerados em torno daquelas áreas que ofereciam melhores condições para a fixação do homem, tais como clima, topografia, água, acesso, qualidade das terras etc.

Foi assim que o aglomerado dos Araújos se formou, tendo adquirido bom desenvolvimento. Informa, ainda, o historiador (*in op. cit.*), que “ao N de Vargem Grande, e a duas léguas de distância, está o Bairro dos Araújos, com mais de 50 casas habitadas”. Registra também que esse bairro “não possui uma escola de instrução, e é falta que convém reparar”. Completa o autor seu registro: “A SE, e a uma légua, existe o Bairro dos Dias ou Bom Sucesso, contando com mais de 40 casas”.

O Bairro dos Araújos foi, como se infere, uma das molas propulsoras do progresso de Vargem Grande, estagnando-se posteriormente.

## **Bairro de Anhumas**

Este bairro faz parte do conjunto de pontos que se destacaram em torno do centro básico – Vargem Grande.

Área de terras bastante férteis, boas aguadas, clima excelente, Anhumas, assim como outros burgos, destacou-se, apresentando um quadro inicialmente animador.

Bernardo Saturnino da Veiga (*in op. cit.*), registra que o bairro em tela está localizado “ao NO de Vargem Grande, a 1,5 légua de distância, tendo casas em número superior a 30.

A área é banhada pelo Ribeirão Anhumas, cujo curso segue até a divisa com Ouros e Cachoeira de Minas, até alcançar o Rio Sapucaí”, conclui a referida fonte.

Anhumas é assim um recanto dos mais aprazíveis de Brasópolis. Foi acentuada sua contribuição para o progresso dessa comunidade, embora tenha se estacionado no seu desenvolvimento.

## **Bairro Cruz Vera**

Implantado nas proximidades da divisa com o vizinho Município de Paraisópolis, cortado pela Rodovia MG-295, está o Bairro Rural de Cruz Vera, pertencente ao Município de Brasópolis. Teve sua origem no aglomerado populacional “Os Farias” e na extinta estação ferroviária local.

Vera Cruz foi a denominação primária da localidade, que apresentou bom índice de progresso desde sua formação. Passou a chamar-se Cruz Vera quando a extinta Estrada de Ferro Rede Sul-Mineira (desativada) atravessou a região rumo a São José do Paraíso (Paraisópolis), implantando na área uma parada de trens para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, a Estação de Cruz Vera. Segundo historiadores vargem-grandenses, a ocupação da terra, verificada com maior intensidade nesse local, ocorreu igualmente, e à mesma época, nos seguintes pontos do Município de Brasópolis: Vargem Grande, Araújos, Esmeril, Laje, Anhumas, Bengalal e Piranguinho.

Quando da ocupação pioneira das terras de Vera Cruz, foi numeroso o contingente de posseiros que ali se instalou. Tal ocorrência levou as autoridades mineiras a implantar no local, prioritariamente,

uma escola pública, cuja frequência, já no primeiro ano de funcionamento, foi superior a trinta alunos.

A operosidade dos ocupantes da terra, a uberdade do solo e a boa localização dessa comunidade permitiram-lhe apreciável índice de progresso, que se tornou mais acentuado quando começaram a circular diariamente os trens, recebendo a produção agrícola local e facilitando o intercâmbio comercial e social com a região.

Presentemente, Cruz Vera caminha a passos largos para tornar-se o mais novo Distrito de Brasópolis. Dispõe de ótima Escola Estadual de 1º grau, áreas de lazer, quadras esportivas, posto de saúde, telefone público e um ativo centro comunitário. É importante sua contribuição para o progresso local e regional.

A população cruz-verense responde plenamente aos investimentos recebidos. A boa frequência às escolas e bibliotecas e o bom estado de saúde de todos atestam a veracidade de nossa assertiva. Não há desemprego. O rastro desolador da estagnação e da miséria, ao que nos parece, não deixou suas pegadas nesse álcere recanto do Município de Brasópolis.

### **Bairro dos Dias (Estação Dias)**

O local escolhido pelo Padre José Geraldo de Souza e Silva para marcar a presença do Bispado de São Paulo na região em 1803, o Sítio Bom Sucesso, não fica muito distante da área que, mais tarde, quando da construção do ramal ferroviário de Brasópolis, inaugurado em 9/11/1910, foi escolhida para a localização de uma parada de trens que, em homenagem ao dinâmico Alferes Antônio Dias Pereira, foi denominada Estação Dias.

Essa decisão, como não poderia deixar de ser, deu origem ao surgimento de outro núcleo populacional e comercial, com boas possibilidades de crescimento, apesar dessa estação estar localizada nas proximidades do Bairro Bom Sucesso.

Com o deslocamento de elementos influentes e dinâmicos dali para outros locais, como foi o caso do Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, entre outros, Bom Sucesso teve seu desenvolvimento sobreestado, passando a alimentar o crescimento do mais novo bairro da região, o de Várzea Grande, entre outros.

O estágio de progresso alcançado, inicialmente, por Bom Sucesso, e que alimentou também o aparecimento do Arraial da Estação Dias, apesar do deslocamento de razoável número de seus elementos progressistas, foi mantido.

Bem mais tarde, pelo Decreto-Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, o Bairro da Estação Dias, já bastante desenvolvido, foi elevado à condição de Distrito, com o nome de Distrito dos Dias, que é o mais novo dentre os atuais de Brasópolis. Lutaram pela criação desse novo Distrito o ex-Prefeito Benedito Pereira Mendonça, o ex-Vereador Antônio Gomes de Oliveira e Euclides Pereira Cintra.

Como se verifica, o Núcleo dos Dias, instalado por influência da ferrovia, prosperou muito mais que o de Bom Sucesso, certamente em prejuízo deste que, de certa época em diante, estagnou definitivamente.

### **Criação da Freguesia**

Em nosso País, como sabemos, a Igreja foi ligada ao Estado até certa época. Este entrelaçamento entre os poderes, espiritual e temporal, permitiu que tanto a Igreja como o Estado pudessem praticar determinadas medidas administrativas com validade em ambas as esferas jurisdicionais.

Assim é que, por decisão do Bispado de São Paulo, em 1847, antes mesmo que as autoridades provinciais o fizessem, o Templo de Sant'Ana Mãe de Nossa Senhora, de Vargem Grande, foi elevado à condição de Capela Curada, passando, assim, a ter um capelão remunerado pelo Estado (recebia a cômgrua).

Com este ato, a nova Capela desvinculou-se da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, passando a ter autonomia, antes que o governo da Província tivesse editado legislação criando o Distrito de Vargem Grande.

Como se pode concluir, foi uma deferência especial conferida a essa comunidade pelo seu alto espírito de religiosidade e pela comprovada prosperidade material que apresentava.

A medida eclesiástica em tela retirou da Capela da Laje o relativo poder espiritual que exercia, até então, em toda a circunscrição de Vargem Grande. Daí o deslocamento do Padre Athanásio José Rodrigues dessa Capela para o novo Templo de Vargem Grande.

## Criação do Distrito

O extraordinário estágio de progresso alcançado pelo Curato de Vargem Grande possibilitou-lhe alcançar, em nível provincial, medidas administrativas da mais alta monta. Assim é que, pela Lei Provincial nº 364, de 30 de setembro de 1848, a Capela Curada de Vargem Grande e o respectivo povoado foram elevados à categoria de Freguesia e Distrito, conservando o nome.

O novo Distrito foi anexado ao Termo Judiciário de Itajubá, segundo consta das atas respectivas, aos 2 de outubro de 1848, isto é, três dias após sua criação.

Em cerca de 400 quilômetros quadrados de área foi instalada essa nova subunidade administrativa que teve por limites a Leste, Itajubá; ao Sul, Estado de São Paulo; a Oeste, Paraisópolis e Conceição dos Ouros; a Noroeste, Pedralva, e, ao Norte, Santa Rita do Sapucaí.

Com altitude de 850 metros acima do nível do mar, o Distrito de Vargem Grande apresenta clima suave. Mesmo durante o mais rigoroso inverno a temperatura poucas vezes baixou a menos de 1 grau, conservando-se, durante essa estação, com a média de 5 graus positivos. No verão, só algumas vezes atingiu 32 graus mantendo, nesta época do ano, a média de temperatura de 28 graus (*apud* “Sinopse Estatística do IBGE – Questionário de 1898”, págs. 11-9 – Fm 318-Q-Cx2b – Arquivo Público Mineiro).

Como se vê, a localidade detém o privilégio de possuir um clima moderado, que oferece excelentes condições de saúde em qualquer época do ano. Fertilíssimas são suas terras que, mercê das condições climáticas, são altamente produtivas em culturas as mais variadas.

A Capela da sede do novo Distrito ganhou, daí para frente, a denominação de Capela Curada de São Caetano. A entronização do novo padroeiro e protetor da localidade, no altar-mor, verificou-se quase à mesma época. A imagem foi doada pelo Tenente-coronel Caetano Ferreira da Costa e Silva, grande empresário, que exercia as funções de Juiz da Capela e de Resíduos.

A elevação do povoado à condição de Capela Curada, também chamada Freguesia, com a mesma denominação – Vargem Grande, foi o coroamento de um longo trabalho junto às autoridades provinciais feito pelo Major Joaquim Carlos de Noronha, sogro do Deputado

Estadual Dr. Manoel Joaquim Pereira de Magalhães, pelo Alferes Antônio Dias Pereira e pelo Capitão Manoel José Pereira Gomes.

O mencionado deputado foi o autor da emenda ao projeto, que então transitava na Assembléia Provincial de Minas Gerais, objetivando a nova Revisão Administrativa e Judiciária da Província. Aprovada, a proposição transformou-se na Lei nº 364, de 30/9/1848, criando o Termo Judiciário de Itajubá, o Distrito de Vargem Grande, vinculado ao citado Termo, entre outras importantes medidas.

Couberam ao Alferes Antônio Dias Pereira, como Juiz de Paz em exercício, as providências necessárias à instalação do Termo, ao qual passou a servir como Juiz Municipal, *ad hoc*.

Os atos necessários à instalação foram executados pelo Capitão Manoel José Pereira Gomes e por seu sogro, o Alferes Antônio Dias Pereira. Esses beneméritos cidadãos providenciaram mediante subscrição popular, na qual aparecem como os maiores contribuintes, a aquisição dos edifícios destinados à Câmara Municipal, ao Fórum e à Cadeia Pública.

### **Capela de Nossa Senhora do Rosário**

A acalentada esperança dos escravos vargem-grandenses, oriundos de Moçambique e de outras regiões da África, de erguer uma capela destinada ao culto à Nossa Senhora do Rosário começou a transformar-se em realidade a 26/4/1844, com o início do levantamento de recursos para tal fim, por meio de dádivas, festas e outras modalidades de contribuição.

Um grupo de congado, tendo à frente um estandarte com a estampa da santa escolhida pelos negros para sua protetora, começou a apresentar-se, constantemente, depois de bem-ensaiado. Com sua formação típica, trajes próprios e músicas, rememoradoras dos velhos costumes africanos, percorria o povoado e bairros, solicitando colaboração para essa finalidade.

Gabriel Inácio Nogueira fora eleito Procurador da Comissão de Obras. Como Capitão-recebedor foi escolhido Joaquim Rebolo, escravo do Guarda-mor Inácio José Nogueira. Tanto o procurador como o recebedor foram eficientíssimos em seu trabalho, acolitados pelos demais companheiros. Deste modo conseguiram, em curto prazo,

os recursos necessários à construção dessa capela que foi iniciada em 1/1/1848. Não faltaram o apoio decisivo da população e a integral dedicação dos responsáveis pelo andamento das obras.

Assim, já em 1855, sob a capelania do Padre Manoel José de Faria, o templo, ainda em construção, foi utilizado para as solenidades litúrgicas que assinalaram a primeira Visita Pastoral feita pelo Bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo.

Em virtude de as obras da Igreja Matriz permanecerem quase que paralisadas, durante longos anos, a Capela foi utilizada como a igreja principal da comunidade, valorizando, deste modo, a modesta iniciativa dos negros, àquela época.

Também em 1889, o santuário foi palco das solenidades realizadas por ocasião da Visita Pastoral realizada por Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, novo Bispo de São Paulo.

Sabe-se que em julho de 1858 ocorreram a inauguração e sagração desse templo, cuja construção foi concluída no vicariato do Padre Gaudêncio Ferreira Pinto.

Registro especial mereceu o trabalho do escravo liberto, alcunhado Pai Domingos, dedicado à causa da construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário. É que Pai Domingos, após sua libertação, devotou todo o resto de sua vida como verdadeiro escravo à causa da protetora dos negros, trabalhando sempre e oferecendo a ela o fruto de seu trabalho.

Ainda há pessoas que se lembram da Igreja do Rosário, como comumente era denominado o citado templo. Era um belo santuário. Amplo, internamente rico em trabalhos de madeira entalhada, com alta e imponente torre central de onde partiam, para todos os recantos da cidade, as maravilhosas vibrações sonoras de seus melodiosos sinos, cujos dolentes sons a todos encantavam.

A Igreja do Rosário ocupava o local que até algum tempo ainda se encontrava vago, em frente à atual Praça Monsenhor Noronha, anteriormente denominada Praça do Rosário. Aos domingos e dias santificados era ali celebrada a Santa Missa, seguida das aulas da escola catequética que ali também funcionava.

A população não fazia reserva nas críticas feitas aos responsáveis pela falta de conservação dessa igreja que, com o abandono, as goteiras, a falta de pintura e até mesmo a falta de limpeza teve sua

estética e até mesmo sua segurança comprometidas. Alguns bisbilhoteiros, de quando em vez, punham-se em atividade... é para deixar cair, diziam alguns, enquanto outros opinavam pela demolição. Foi o que aconteceu. Veio a demolição e, com esta, deixaria de existir a histórica e tradicional Casa de Orações edificada pelo esforço dos escravos, com total apoio do povo.

E não se sabe por que Brasópolis das últimas décadas, cem por cento católica, sempre tão fervorosa na sua crença, aceitou tão descabida decisão, com o que reduziu a já pequena quantidade de seus templos, sem nenhuma reação digna de menção.

### **Capela de Nossa Senhora Aparecida**

A bela igreja foi implantada em terrenos (pasto da Aparecida) de propriedade do Ten. Francisco José Dias Pereira, doados ao patrimônio paroquial por esse dinâmico cidadão, para o fim especial de nele edificar-se um templo sob a invocação da milagrosa Virgem.

Firmino de Oliveira Melo foi o construtor da capela, cujas obras foram concluídas em 1862, recebendo, logo a seguir, a sagração mediante delegação do Bispado de São Paulo.

Posteriormente, o Templo recebeu reformas apreciáveis, com o objetivo de melhorar e ampliar suas instalações, tendo-se em vista o crescimento progressivo das atividades religiosas programadas para o culto a Nossa Senhora Aparecida e melhor abrigar o número crescente de peregrinos que ali comparecia anualmente.

Ainda com o fim de atender às constantes romarias de fiéis, mais freqüentes na ocasião do transcurso do Dia de Nossa Senhora, um novo projeto foi elaborado e executado, bem mais suntuoso, que também ampliou bastante a área anteriormente construída, transformando, assim, o templo na magnífica capela da atualidade.

Concluída essa terceira e última reforma, foi o Santuário, com seu belo altar-mor artisticamente talhado em madeira e a bela pintura de seu teto, inaugurado aos 7 de abril de 1919, passando a oferecer à Cidade Presépio a magnitude de suas linhas arquitetônicas, que muito contribuíram para enriquecer o contexto urbanístico local.

## CAPÍTULO II

### CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

#### Os três primeiros municípios de Minas

A Rainha Regente, Dona Luíza de Gusmão, devidamente autorizada pelo Rei Dom Afonso VI, editou a Provisão de 17 de setembro de 1658, determinando a desvinculação das futuras Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais do Governo da Bahia. A região, em virtude desse ato, passou a constituir um novo órgão administrativo, denominado Repartição Sul, subordinado ao Governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Assim, a recém-criada unidade administrativa passou a ser dirigida, a partir dessa data, por essa autoridade (*in* “História Administrativa e Econômica do Brasil”, 1ª ed.). A Repartição Sul seria, posteriormente, dividida em três capitânicas, com as denominações já citadas.

Com a edição da Carta Régia de 9 de novembro de 1709, criando isoladamente a Capitania do Rio de Janeiro, o então futuro Município de Brasópolis passou a vincular-se às Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais, ainda unificadas.

Aos 2 de dezembro de 1720 foi publicado Alvará Régio desmembrando a Capitania de Minas Gerais da Capitania de São Paulo (*in* “História Antiga de Minas”, Diogo de Vasconcelos). A partir desse édito, Itajubá e Brasópolis passaram a pertencer à Capitania de Minas Gerais, Minas dos Cataguá ou Minas do Ouro, denominações estas também atribuídas ao território.

Segundo os registros oficiais, foram criados, em 1712, antes do desmembramento das Capitânicas citadas, os três primeiros municípios,

todos localizados na área da futura Capitania de Minas Gerais: Vila Rica (Ouro Preto), Vila do Carmo (Mariana) e Vila Real (Sabará).

O Município de Vila Rica abrangia as regiões Sul, Oeste e Serra das Vertentes; o de Vila do Carmo se estendia pela Zona da Mata até a margem direita do Rio Doce; o de Vila Real compreendia o restante da Capitania. Por essa primeira divisão territorial da Capitania, a área a ser ocupada pelo Município de Brasópolis ficou pertencendo ao Município de Vila Rica.

Em 8 de dezembro de 1713, Vila Rica sofreu o primeiro desmembramento de sua área territorial, com a criação da Vila de São João del-Rei, à qual esse Município passou a pertencer.

A Vila, Termo Judiciário e Cabeça de Comarca, incorporou grande parte da região chamada, àquela época, Sertão do Cuieté, denominação essa não oficializada, mas que perdurou por dezenas de anos.

Segundo afirma o ilustre historiador Cunha Matos, o Sertão do Cuieté foi adentrado pioneiramente pelos desbravadores Manoel Corrêa, Bartolomeu Bueno da Silva (ou de Siqueira) e Fernão Dias Paes. Esses são “os mais conspícuos cidadãos constantes na lista dos famosos bandeirantes que, no meio do século XVII, já tinham caminhado além da região banhada pelo Rio Grande e Rio das Mortes, no Sertão do Cuieté”.

Informa ainda o historiador que o nome Rio das Mortes deve-se ao fato de terem sido suas margens palco de renhidas lutas entre tribos de índios, pela posse dessa região, dada a abundância da caça e da pesca. Há também a versão que fala de feroz combate entre gentios e paulistas, na área, quando estes invadiram essas terras.

Todavia, há ainda uma terceira, informando ter havido ali um confronto entre paulistas e forasteiros (portugueses). Sabe-se, também, que o autor das duas primeiras versões não se refere à época dos combates, mas supõe-se que a grande matança tenha ocorrido em 1707, com o que está de pleno acordo o Bispo Azeredo Coutinho, natural dessa região (*in op. cit.*, pág. 88, vol.I).

Após a criação da Vila de São João del-Rei, foi implantada a Comarca do Rio das Mortes, com sede nessa vila. Monsenhor José do Patrocínio Lefort (“Descoberta e Povoamento do Sul de Minas”) informa que toda a região sul-mineira pertenceu a essa Comarca por espaço de tempo superior a 80 anos.

São João del-Rei foi a primeira Vila de Minas Gerais a ser visitada pelo Governador e Capitão-general dos Exércitos de São Paulo e Minas Gerais, Dom Braz Baltazar da Silveira. O nome dado a essa vila significou uma homenagem do povo ao Rei de Portugal, Dom João V. O então Governador compareceu pessoalmente à instalação da nova vila, por recomendação de Sua Majestade, o Rei de Portugal.

O Termo Judiciário da Vila da Campanha da Princesa foi criado e instalado por mandado contido no Alvará Real de 20 de outubro de 1798. Segundo informa Cunha Matos, o Conselho Ultramarino elevou o antigo Arraial da Campanha do Rio Verde à categoria de Julgado, por Provisão, com esse nome. Em virtude do extraordinário progresso alcançado em pouco tempo, pela localidade, foi possível elevá-la ao predicamento de Vila e Termo Judiciário. (*Ver transcrição do aludido alvará, por fac simile, nas páginas 88 e seguintes*).

### **Os mais velhos municípios sul-mineiros**

Inicialmente a região sul-mineira, toda ela compreendida pela Comarca do Rio das Mortes, foi, segundo os mais ilustres historiadores, a que deu passagem aos grandes conquistadores da terra e das minas de ouro. Afirma o nobre historiador, Monsenhor José do Patrocínio Lefort, que “foi o ouro a principal causa do povoamento dos sertões sul-mineiros. Coube a ele o talismã de despertar a atenção dos bandeirantes e faiscadores para todas as direções dos novos descobertos”.

Através dessa região, homens extraordinários, como Fernão Dias Paes e outros, alcançaram os densos sertões em Minas Gerais e outras regiões. Claro está que, a par dos caminhos, os bandeirantes procuravam, preferencialmente, as regiões onde seriam localizados os descobertos de ouro.

Segundo ainda o historiador da Campanha, com base em antigos documentos, os mais velhos descobertos auríferos sul-mineiros são: Pouso Alto e Baependi, que datam de 1692; Itagybá (atual Delfim Moreira), 1703; Aiuruoca, 1723; Serranos, 1725; Caxambu, 1730; Rio Verde (nucleado na Campanha), 1732-1737; Conceição do Rio Verde e Santana do Capivari, 1733; São Gonçalo do Sapucaí, 1739; Santa Catarina da Pedra Branca (atual Natércia), 1741; Ouro Fino e

Silvianópolis (antiga Santana do Sapucaí), 1745; Lambari (atual Jesuânia) e São Bento do Abade (ex-Deserto Dourado e Campo Formoso), 1749; e Santa Luzia (em São Gonçalo do Sapucaí), 1750.

Constata-se, assim, que a contribuição das minas de ouro localizadas no Sul de Minas, para a formação da quota anual de arrecadação de ouro, estipulada pela Coroa à Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei), foi das melhores, permitindo que a Comarca entregasse sempre quantias superiores às exigidas (100 arrobas) resultando, deste fato, por certo, o grande prestígio de que desfrutava perante as autoridades superiores.

Essa rica região ofereceu, portanto, contribuição valiosa para a colonização e povoamento de Minas Gerais possibilitando, aos bandeirantes e faiscadores, passagens e caminhos mais convenientes para a penetração e, também, fornecendo, como produto de suas minas – Itagybá, Campanha, São Gonçalo do Sapucaí, as principais –, muito ouro à Coroa.

### **O Distrito e Freguesia são desmembrados de Itajubá**

O acentuado índice de desenvolvimento, de entusiasmo e de influência política de que desfrutavam o Distrito e Freguesia da Vargem Grande, à época, abriu celeremente caminho à sua elevação a Município.

Para que se possa avaliar a excepcional projeção alcançada por esse Distrito, na região e no Município de Itajubá, ao qual pertencia, basta apenas analisar-se a importância do fator político. Ao examinar este, vamos constatar que na eleição para o I Conselho Distrital e para a Câmara Municipal de Itajubá, realizada aos 31 de janeiro de 1892, o Distrito de Vargem Grande, isoladamente, elegeu cinco dos oito Vereadores de que se compunha o Corpo Legislativo, além de um Vereador especial.

O resultado dessa pugna eleitoral evidencia, indubitavelmente, a preponderância política e econômica exercida pelo Distrito. Ao reverso da medalha, Itajubá, com o apoio das demais Freguesias (três) que lhe eram vinculadas, é que deveria eleger a maioria dos vereadores, como se esperava e que não aconteceu.

Possuindo, como de fato possuía, maior número de Vereadores, o Distrito conseguiu eleger o Presidente da Câmara Municipal, a quem

competia, em decorrência, exercer o alto cargo de Agente Executivo Municipal (Prefeito, na atualidade). Nesse pleito, a escolha recaiu, aliás, com muita justiça, no Vereador mais votado, o Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, que assim passou a exercer este cargo no Município-sede.

Os dados estatísticos da época registraram que o Distrito de São Caetano da Vargem Grande, com uma área de 400 quilômetros quadrados, possuía uma população de 7.200 habitantes, aproximadamente. Só na sede existiam 280 casas, que abrigavam cerca de 1.700 pessoas.

Diante de tão expressivos dados estatísticos, de tão eloqüente prova de pujança, por um imperativo de justiça, o então Distrito e Freguesia foi elevado de categoria, constituindo-se em um Município autônomo (Lei nº 319, de 16/9/1901).

À época, o ilustre e eminente filho de Vargem Grande, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, era o titular da Secretaria do Interior, Justiça e Educação, enquanto que outro sul-mineiro ilustre, o Dr. Francisco Bueno Brandão, era o Presidente do Estado.

A emancipação política e administrativa do Distrito foi medida justa e oportuna, pois apresentava ele todos os pré-requisitos exigidos para a criação de um novo Município. Não houve, pois, no caso, ação paternalista.

Sobre ter sido uma providência embasada na legislação, foi ela também do agrado geral da população, que a buscou permanentemente. Veio no momento em que o povo, através de seus líderes, fez a reivindicação, com pleno direito, junto às altas esferas do Estado. Talvez tenha sido por isso que o ato de criação do novo Município ecoou com grande entusiasmo em todos os corações, repercutindo em entusiásticas manifestações populares.

Realizadas as eleições dentro de curto prazo, já no dia 2 de janeiro de 1902 era empossada e instalada a I Câmara Municipal de São Caetano de Vargem Grande.

Os primeiros Vereadores do novo Município, eleitos em 1901, foram os grandes líderes e respeitáveis senhores: Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, Joaquim José de Faria e Souza, José Serôdio, Cândido Rennó, Antônio Ferreira de Castro Gouvêa, Antônio Pereira de

Mendonça, Tenente João Gonçalves Cintra, Alfredo Viana e Joaquim Carlos da Silveira.

A primeira mesa da Câmara Municipal foi assim constituída: Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, Presidente e, em consequência, Agente Executivo Municipal; Joaquim José de Faria e Souza, Vice-presidente; José Serôdio, Secretário.

Logo após foram nomeadas e empossadas as mais altas autoridades, o que possibilitou ao Município iniciar suas atividades, como célula independente. Passava, assim, a funcionar uma nova unidade administrativa, um novo Município.

Inúmeras e importantes medidas foram baixadas pelo Chefe do Executivo, objetivando dotar a municipalidade dos cargos necessários e do respectivo provimento, com pessoas capazes e dinâmicas.

O quadro de funcionários municipais ficou assim constituído: Fiscal-Geral, Olegário Batista de Noronha; Fiscal do Mercado Municipal, Eugênio Noronha; Encarregado do Serviço de Água: Francisco Rezende da Costa Braz; Contínuo, Pedro Vieira da Silva; Representante do Executivo, Diretor de Obras e Chefe da Arrecadação, Pedro Gomes.

Já em março do mesmo ano é instalada a Coletoria Estadual que teve como seu primeiro titular Pedro Gomes. Durante os 10 meses de funcionamento, no ano de 1902, o referido órgão arrecadou apreciável soma.

Pela Lei Estadual nº 513, de 11 de outubro de 1909, São Caetano da Vargem Grande teve o seu nome mudado para Vila Braz, como oportuna e justíssima homenagem ao seu grande líder, Cel. Francisco Braz Pereira Gomes.

Em 12 de setembro de 1911, a Lei Estadual nº 152, de 11 do mesmo mês e ano, criou o Distrito de Piranguinho e o manteve vinculado ao Termo Judiciário de Vila Braz. Com esta medida, o Município passou a ter dois Distritos: o da sede e o recém-criado.

## **VIDA ADMINISTRATIVA**

### **Capitania de São Paulo e Minas Gerais**

Segundo afirmam ilustres historiadores, até o ano de 1711 não havia divisão administrativa em Minas Gerais, isto é, no território não existia nenhum Município ou Distrito. A própria Capitania de Minas Gerais, àquela época, ainda se encontrava indivisa, formando ao lado da Capitania de São Paulo uma única região.

Só em 1720 foi separada a Capitania de Minas Gerais da Capitania de São Paulo, pelo Alvará Régio de 2 de dezembro daquele ano. Quando dessa separação, foi estabelecido que o marco divisório entre as citadas Capitanias seria a Comarca do Rio das Mortes, segundo informa o preclaro historiador Augusto de Lima.

A Ordem Régia de 30 de abril de 1722 determinou que as terras devolutas, porventura existentes entre os dois territórios, então separados (Minas e São Paulo), fossem divididas igualmente pela distância, para evitar novas contendas.

### **Vinculação original**

O território do atual Município de Brasópolis, bem assim toda a região sul-mineira, incorporava-se, quando da primeira Divisão Administrativa e Judiciária provincial, ao Município de São João del-Rei e à Comarca do Rio das Mortes.

A vinculação que, como se pode depreender, muitos sacrifícios impôs aos nossos colonizadores, tenderia, por várias razões, a desaparecer

com o tempo, por meio do desdobramento de alguns termos em novas comarcas, em consequência do progresso da Capitania.

A extração do ouro em abundância na região da Campanha da Princesa, Rio Verde e São Gonçalo do Sapucaí projetou e desenvolveu com razoável rapidez a primeira dessas comunas, que assim foi territorialmente elevada às condições de Município e Termo da Comarca do Rio das Mortes, incorporando toda a vasta região circunvizinha, até a divisa com a Capitania de São Paulo, cujos limites foram, inicialmente, bastante disputados pelos bravos colonizadores do Sul de Minas.

Desde a criação do Município da Campanha, o então território e depois Arraial de Vargem Grande passou a pertencer, conseqüentemente, a esta nova unidade administrativa, com todo o território compreendido pelos vales do Sapucaí e do Rio Verde. Mais tarde passou a vincular-se ao Município de Pouso Alegre.

Somente em 30/9/1848, com a edição da Lei Provincial nº 364, Brasópolis foi elevada à condição de Freguesia e Distrito, com o nome de São Caetano da Vargem Grande, passando, assim, a integrar o Município e Termo de Itajubá, criado três dias antes, já que foi desmembrado da Comarca da Campanha e do Município de Pouso Alegre.

### **Vila Braz**

O evento maior, representado pela instalação do Município de São Caetano da Vargem Grande, ocorrido aos 2 dias do mês de janeiro de 1902, veio comprovar que não foi em vão a batalha travada pela população vargem-grandense em busca de novas e valiosas vitórias.

Com efeito, uma grande e expressiva vitória foi alcançada. Predisposição não faltaria, em face dos estímulos recebidos, para o engajamento de todos, com o mesmo intenso idealismo, em novas campanhas. Foi o que aconteceu.

As lideranças unidas, com o pensamento voltado para o futuro do novo Município, conseguiram dos Poderes Provinciais vários atos, os quais vieram dar-lhes maior expressão política. Foi o que aconteceu em 1909, com a sanção da Lei nº 531, de 11 de outubro do mesmo ano, pela qual o Município de São Caetano da Vargem Grande foi promovido, recebendo a denominação de Vila Braz.

A elevação do Município à condição de vila foi mais um grande avanço que se deu na caminhada difícil, encetada em busca do desenvolvimento, preconizada e mantida pelo nobre povo vargem-grandense. Efetivamente, o ato significou um prêmio natural a uma comunidade que acreditava naquilo que fazia.

Passados os primeiros meses, ou seja, assentada a poeira, no dizer de nossa gente, nova reivindicação começaria a ser elaborada por tão dinâmica e jovem sociedade, com vistas a outros e mais ousados empreendimentos.

## **Brasópolis**

Pela Lei Estadual nº 843, de 7/9/1923, Vila Braz foi elevada na hierarquia das comunidades brasileiras, passando a ser Cidade, com o nome de Brasópolis.

A sanção da mencionada lei veio evidenciar, mais uma vez, o pleno reconhecimento do governo estadual aos destacados serviços prestados à região, ao Estado e à Pátria, pelos insignes homens públicos, representados pelo ex-Deputado Provincial Cel. Francisco Braz Pereira Gomes e por seu filho, o Presidente Wenceslau Braz. Decidiram as autoridades governamentais que essa comunidade privilegiada, cheia de fé e de esperança no futuro, fosse consagrada como a Cidade dos Braz.

Havia na localidade, além das citadas, outras notáveis lideranças políticas e empresariais. Não faltavam, também, as marcas inconfundíveis da prosperidade, nem tampouco aspirações merecidas a serem atendidas. A postura entusiástica do povo foi sempre notada pelos que acompanhavam a evolução comunitária.

Considerado com justiça este imperativo histórico, as Revisões Administrativas de 31/12/1936 e de 31/12/1937, aprovadas pelos Decreto-Lei Estadual nº 088, de 3/3/1938, e Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17/12/1938, respectivamente, contemplaram o Município, a partir desta última data, com três Distritos: o da sede, o de Piranguinho e o de Candelária, recém-criado.

O Bairro de Bom Sucesso, por vários motivos, não se desenvolveu de maneira que pudesse ser transformado em um Distrito. Conseqüência: permaneceu, como ainda é, apenas um aglomerado populacional.

É fato inegável que, nos primórdios do desbravamento da área, diversos conquistadores fixaram-se, inicialmente, em Bom Sucesso, porém, em uma segunda etapa, transferiram-se para Vargem Grande. Apesar de ter contribuído para formar outros núcleos, Bom Sucesso não feneceu. Permanece vivo e economicamente forte, em face da fecundidade de seu solo e da excelência de seu clima, não se podendo esquecer o valor de sua gente laboriosa e criativa.

## **Piranguinho**

Os marcantes sulcos, advindos da ação contínua e benfazeja do progresso, vez por outra exigem dispêndio com pesados tributos. Foi o que aconteceu com o Município de Brasópolis, em relação à emancipação do Distrito de Piranguinho.

Até aqui argumentamos somente a respeito da criação de novos Distritos e do desenvolvimento do Município de Brasópolis, bem como do empolgante envolvimento popular, objetivando a evolução constante dessa comunidade. Agora, não nos esquecendo que efetivamente desejamos, neste trabalho, fazer História com toda seriedade possível, por oportuno, vamos inserir no contexto desta monografia esse fato singularíssimo para os brasopolenses e, porque não dizer, para os piranguinhenses também, que foi a decisão governamental de, através de uma Revisão Administrativa e Judiciária, desmembrar do Município de Brasópolis a área compreendida pelos Distritos de Piranguinho e Olegário Maciel que, pela Lei Estadual nº 2.764, de 31/12/1962, passou a constituir um novo Município – Piranguinho.

No cenário dos municípios mineiros surgiu, assim, essa nova unidade administrativa, já constituída por dois Distritos, reduzindo, dessa forma, o Município de Brasópolis de cinco para três Distritos. Também no que concerne à área territorial, a redução foi grande. Embora consciente do imenso prejuízo que representaria para o Município o desmembramento desses dois Distritos, a comunidade brasopolense, conduzida por suas lideranças maiores, contribuiu para que a emancipação fosse concretizada, numa demonstração de civismo e de compreensão, dado que o desmembramento traria, no futuro, grandes vantagens para toda a região, já que o ato da emancipação

propicia ao novo município condições de crescimento, prosperidade e desenvolvimento político.

A atuação de Euclides Pereira Cintra, na concretização dos anseios do povo brasopolense, foi decisiva, através de emenda ao respectivo projeto de Revisão Administrativa e Judiciária, propondo a criação do Município de Piranguinho e vinculando a ele o Distrito de Olegário Maciel.

Como já se previa antecipadamente, Piranguinho é uma cidade que se desenvolve a olhos vistos. Apesar de estar bastante próxima de Itajubá, centro regional aglutinador de atividades, essa comunidade surpreende a todos pelos seus altos níveis de crescimento.

Por outro lado, não obstante a grande perda sofrida, Brasópolis não estacionou, mantendo sua caminhada constante pela senda do progresso. Evoluiu bastante, acompanhando *pari passu* o desenvolvimento por que passa toda a região sul-mineira, bem servida por rodovias pavimentadas e por boa infra-estrutura básica.

### **Luminosa (Candelária)**

O antigo Território e Povoado de Candelária, compreendido pela área de terras que antigamente pertencia ao Estado de São Paulo, cuja anexação a Minas Gerais é tratada em outra parte de nosso trabalho, foi elevado a Distrito a partir de 17 de dezembro de 1938, por Decreto-Lei Estadual da mesma data, que fixou o novo quadro de Revisão Administrativa e Judiciária do Estado, a vigorar para o quinquênio 1939/1943.

Em virtude da mencionada legislação, o Município de Brasópolis, que era constituído pelos Distritos sede e Piranguinho, passou a ser formado por três Distritos, incluído aí Candelária.

Posteriormente, em face da Revisão Administrativa de 31 de dezembro de 1943, que manteve o mesmo número de Distritos, Candelária passou a denominar-se Luminosa, em homenagem a Nossa Senhora das Candeias, Padroeira da localidade.

Esse Distrito é formado por uma área de terras de excelente qualidade, própria às mais importantes atividades rurais. Seu clima é saudável, em face da altitude em que se acha localizado. Seu nobre povo é trabalhador e evoluído.

Assim, o Distrito em exame tem apresentado bom nível de crescimento ostentando, com os grandes melhoramentos recebidos, um quadro econômico, político e social animador.

### **Olegário Maciel**

Situado às margens do Rio Sapucaí, nasceu e prosperou o Povoado de Olegário Maciel, em torno da estação ferroviária da extinta Rede Mineira de Viação, que por ali passava.

A qualidade de suas terras e o valor de sua gente permitiram um desenvolvimento razoável desse núcleo populacional que, a partir de determinada época, passou a oferecer os pré-requisitos para elevação a Distrito.

Contando com o merecido apoio das autoridades do Município de Brasópolis, esse povoado foi elevado a Distrito pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, que fixou a nova Divisão Administrativa e Judiciária do Estado para o quinquênio 1949/1953.

O Cel. Geraldo Félix da Mota, grande empresário, ex-Prefeito de Brasópolis, ex-Prefeito de Piranguinho e ex-Vereador, foi um destacado incentivador dessa reivindicação vitoriosa.

Elevando esse povoado a Distrito, o Município de Brasópolis passou a constituir-se dos seguintes Distritos, a partir de 1949: Brasópolis (sede), Luminosa, Piranguinho e Olegário Maciel.

Essa subunidade administrativa pertence, atualmente, ao Município de Piranguinho. Vem apresentando boas perspectivas para o futuro, tendo em vista sua localização, economia estabilizada e boas condições climáticas.

### **Dias**

O Distrito de Dias ou Vila Dias teve, também, sua formação localizada em torno da área próxima à estação ferroviária do mesmo nome, pertencente à extinta Rede Mineira de Viação.

O nome dado à estação teve por objetivo homenagear aquele que foi um dos maiores beneméritos na luta pelo desenvolvimento da região, compreendida pelos Municípios de Brasópolis e Itajubá, o Alferes Antônio Dias Pereira.

Inaugurado o ramal da ferrovia e a citada estação, teve início a formação do novo povoado, que se situou em área então subordinada à influência econômica, política e social do Bairro Rural de Bom Sucesso.

Dotado de todos os requisitos indispensáveis à formação de um arraial, esse novo núcleo cresceu, oferecendo condições de se transformar em Distrito pela Lei Estadual nº 2.764, de 31 de dezembro de 1962.

A Emenda Legislativa que resultou na criação desse Distrito foi apresentada por Euclides Pereira Cintra, em atenção às solicitações dos ilustres líderes locais de então, o Prefeito Cel. Geraldo Félix da Mota, residente em Olegário Maciel, o Vereador Comendador Antônio Gomes de Oliveira, na sede do futuro Distrito, além do ex-Prefeito Benedito Pereira de Mendonça, um dos grandes líderes do Município.

## VIDA JUDICIÁRIA

### Raízes da vinculação judiciária

Por muito tempo foram proteladas as medidas administrativas destinadas a organizar, judiciariamente, as comunas já existentes na Colônia.

Somente aos 6 de abril de 1714, deliberou o governo de D. João V iniciar essa organização, na parte de Minas Gerais, criando as seguintes comarcas: Vila Rica (Ouro Preto, Mariana e Vila Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete); Rio das Mortes (São João del-Rei e mais sete vilas); Rio das Velhas (Sabará, Pitangui e Caeté); Serro Frio (Vila do Príncipe e Minas Novas); e Paracatu (a Vila e quatro Julgados), conforme registra Cunha Matos, *in* “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais”.

Esta foi, portanto, a primeira Divisão Judiciária feita na parte mineira da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, sendo certo que as Comarcas de Paracatu e Serro Frio foram criadas em data posterior.

Com a divisão, a área de Brasópolis ficou vinculada à Comarca do Rio das Mortes, que compreendia oito vilas: São João del-Rei (sede), São José, Barbacena, Tamanduá, Campanha da Princesa, Sapucaí, Baependi e Jacuí.

Registra o historiador citado que, à época em que realizou sua pesquisa, essa Comarca confinava, ao Norte, com as Comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Paracatu; a Leste, com a Comarca de Paracatu, Julgados do Araxá até o Rio Grande, direcionando-se à Serra da Mantiqueira pelo Morro do Mogi-Guaçu, até o Morro do Lopo, indo até a Vila de Guaratinguetá, além da Serra da Mantiqueira.

A partir da expedição do Alvará Régio de 2 de dezembro de 1720, a Capitania de São Paulo e Minas Gerais foi dividida em duas: a de Minas Gerais e a de São Paulo que, assim, passaram a ter vida própria.

O marco provisório dividindo essas duas Capitânicas, estabelecido por esse Alvará Régio, ficou sendo o limite externo da Comarca do Rio das Mortes, que vinha até Guaratinguetá, Morro do Lopo etc. (“Limites entre Minas e São Paulo”, Augusto de Lima, pág. 93).

Posteriormente, em 30 de abril de 1722, foi editada Ordem Régia estabelecendo que as terras devolutas, que porventura surgissem da divisão das Capitânicas, fossem distribuídas igualmente, entre as Capitânicas recém-separadas, considerando-se as distâncias, isto é, as terras mais próximas das divisas de Minas Gerais seriam desta Capitania, o mesmo ocorrendo com a Capitania de São Paulo.

Diz Cunha Matos que “o imenso território, agora denominado Capitania de Minas Gerais, situado além do Rio Grande e do Rio das Mortes, foi conhecido durante dezenas de anos como Sertão do Cuieté” (*op. cit.*, vol. I, pág. 88).

Apesar das preocupações da Coroa, buscando evitar os conflitos que pudessem surgir e dirimindo controvérsias quanto às áreas territoriais limítrofes, dois choques foram criados: o chamado “do Rio Sapucaí”, em que foi protagonista o Alferes Bartolomeu Corrêa Bueno, que levou as facções à luta armada, motivado, principalmente, pelo desentendimento das Câmaras Municipais interessadas. A intervenção do Governador das Capitânicas colocou fim à contenda, restabelecendo a concórdia entre os litigantes. Uma outra grande polêmica foi iniciada quando se determinou a mudança do marco de Caxambu, objetivando levar a divisa de Minas Gerais até um acidente geográfico que dista 10 léguas de Guaratinguetá, isto é, a Serra do Lopo ou Morro do Lopo, na Cordilheira da Mantiqueira. Este incidente também foi solucionado diplomaticamente.

### **Termo Judiciário e Vila da Campanha da Princesa**

A Vila que dá nome a este subtítulo foi criada em área que compreende dois grandes Distritos: o 1º Distrito (sede) e o 2º Distrito, que recebeu a denominação de Grande Distrito Paroquial, e compreendia os embriões de futuros Distritos ou Arraiais. Estes eram

formados pelos núcleos do Barreiro, com 395 almas; Santa Fé, com 1.306 almas; Japão, com 278 almas; Campo Grande, com 446 almas; Lambari Grande, com 246 almas; Água Virtuosa, com 206 almas; Mundo Novo, com 749 almas; Santa Rita, com 443 almas; Mutuca, à margem esquerda do Rio Verde, com 963 almas, e Vargem Grande, com 384 almas. E ainda São Pedro, São Bento, Lambari Pequeno e Pavão.

Também faziam parte do citado Termo Judiciário os Povoados ou Distritos seguintes, todos com Igreja Paroquial: São Gonçalo, com 1.136 almas, próximo à margem direita do Rio Sapucaí; Santa Catarina (Natércia), com 1.685 almas, e Itajubá, com 581 almas, situado a pouca distância do Ribeirão Lourenço Velho, afluente da margem direita do Rio Sapucaí (*op. cit.*, vol. I, fls. 117).

Segundo esclarecimentos de Cunha Matos, o Grande Arraial de Itajubá reunia os seguintes aglomerados populacionais: Ribeirão José Pereira, com 1.146 almas; Bicas do Piranguçu, com 917 almas; Ano Bom, com 816 almas, e Água Limpa, com 679 almas.

Campanha foi, como se constata pelos dados citados, a primeira Vila criada e instalada em pleno Sul de Minas, compreendendo também o território de Baependi. Limitava-se, ao Norte, pelos Rios Sapucaí, Verde e Peixe, que a separam do Termo Judiciário e Comarca de São João del-Rei; ao Sul, pela Serra da Mantiqueira e Capitania de São Paulo; a Oeste, desde o Morro do Lopo até a cabeceira do Rio Lourenço Velho; e Registro de Itajubá, a Leste.

### **Comarca da Campanha da Princesa**

A região compreendida pelo atual Município de Brasópolis, então pouco povoada, passou a integrar a futura Comarca da Campanha da Princesa, juntamente com o então Distrito de Itajubá, deixando de pertencer diretamente à Comarca do Rio das Mortes (Alvará Régio de 20 de outubro de 1798).

Campanha da Princesa, que teve seu início com o nome de Arraial da Campanha do Rio Verde, foi elevada à categoria de Julgado por Provisão, pelo Conselho Ultramarino, em 20 de julho de 1785. Por Alvará Régio foi elevada ao predicamento de Vila e Termo Judiciário da Comarca do Rio das Mortes, compreendendo também o território de Baependi, formando o que se chamava um Grande Distrito Paroquial.

## **Termo Judiciário do Grande Distrito de Sapucaí**

A Lei nº 335, de 27 de setembro de 1848, que emancipou o Distrito de Itajubá, estabeleceu em seu artigo 4º que o novo Termo de Itajubá vinculava-se administrativamente ao Grande Termo de Sapucaí, continuando, porém, a pertencer à Comarca de Campanha da Princesa. Conseqüentemente, o recém-criado Distrito de Vargem Grande passou a vincular-se ao Termo do Grande Distrito de Sapucaí, no que tange ao aspecto administrativo.

Esta repartição compreendia a própria sede, atual Silvianópolis, localizada às margens de um ribeirão, a pouca distância da margem esquerda do Rio Sapucaí, com igreja paroquial vinculada ao Bispado de São Paulo, 76 casas e os já adiantados Arraiais de Douradinho, Caldas do Rio Verde, Pouso Alegre, Camanducaia e Ouro Fino.

Criado o Distrito de Pouso Alegre dele passaram a fazer parte, administrativamente, os Bairros Rurais de Cervo, Entre Rios, Vargem Grande, Capivari e Itaim (Lei nº 134, de 16 de março de 1839).

O nascente Arraial da Vargem Grande, depois de pertencer ao Termo Judiciário e Vila da Campanha da Princesa, passou a pertencer, administrativamente, ao Distrito de Pouso Alegre e, conseqüentemente, a vincular-se judiciariamente ao Termo do Grande Distrito de Sapucaí, Comarca da Campanha, até que, pela Lei nº 335, de 27 de setembro de 1848, passou a pertencer ao Termo Judiciário de Itajubá.

## **Grande Termo Judiciário de Pouso Alegre**

Pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855, o Termo de Itajubá, com seus Distritos e Freguesias, inclusive o Distrito de São Caetano da Vargem Grande, passou a pertencer à Comarca de Jaguari, sediada em Pouso Alegre.

Essas mutações de jurisdição, como no presente caso, pouca significação tinham para Distritos como São Caetano da Vargem Grande. Assim, essa vinculação ao Grande Termo de Pouso Alegre nem chegou ao conhecimento geral de sua população. É que, à época, a referência de grande importância para todos, na realidade, era aquela que apontasse para Itajubá.

Este liame natural, entre Vargem Grande e Itajubá, já era percebido desde a formação pioneira dessas comunidades.

## Termo Judiciário e Município de Itajubá

O território de Itajubá pertenceu, como Grande Distrito Paroquial, à Campanha da Princesa até 16 de março de 1839, quando pela Lei nº 134, da mesma data, foi desmembrado daquele Município e anexado ao Termo de Pouso Alegre. Somente em 1848, pela Lei nº 355, de 27 de setembro, foi desligado de Pouso Alegre, passando, assim, a ter o predicamento de Vila e Termo Judiciário, administrativamente independente, com as demais Freguesias e Distritos que o acompanharam.

Segundo o artigo 4º da Lei nº 355, conforme informa o ilustre historiador Armelim Guimarães, o Termo Judiciário Vila da Boa Vista de Itajubá, com seus Distritos e Freguesias, deixou de pertencer, judiciariamente, à Comarca da Campanha, passando a pertencer à Comarca do Sapucaí (atual Silvianópolis).

Para a instalação dessa Vila e Termo Judiciário, criados pela mencionada lei, foi grande a cooperação de pioneiros do porte intelectual, social e econômico do Alferes Antônio Dias Pereira, do Capitão Manoel José Pereira Gomes, de José Pereira da Rosa, do Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, do Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva e de outros ilustres vargem-grandenses.

Aproveitamos o ensejo para registrar uma importante informação de José Armelim Bernardo Guimarães, em seu respeitável trabalho “História de Itajubá”, página 109, consubstanciada no trecho seguinte: “... naquele tempo a emancipação política do Município se dava com a elevação de sua sede à categoria intermediária de vila. Nos dias que correm já não é assim. O Decreto-Lei nº 38, de 30 de março de 1938, determinou que às sedes dos municípios se dê a denominação de cidades, e às sedes dos distritos, a denominação de vila” (“Atlas de Minas Gerais”, organizado por Israel Pinheiro da Silva, então Secretário da Agricultura de Minas Gerais).

A partir da vigência desse decreto-lei, todo distrito, logo após sua emancipação, passa a denominar-se cidade. Da mesma forma, todo arraial, ao ser elevado a distrito, recebe a denominação de vila.

Ainda é esse eminente historiador quem nos esclarece que, à época em que a Igreja era ligada ao Estado, o poder civil reconhecia oficialmente as denominações eclesiásticas de curato, freguesia, paróquia, correspondentes a distrito, vila e cidade. Esses nomes foram mantidos até a edição do citado decreto-lei.

## **Grande Termo e Comarca de Itajubá**

Por iniciativa do então Deputado Provincial, Dr. José Pereira dos Santos, autor do projeto, foi sancionada, em 15 de julho de 1872, a Lei nº 1.867, criando o Grande Termo e Comarca de Itajubá, a ele subordinando os seguintes Termos e Distritos: Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), Santa Rita do Sapucaí, Piranguçu, São Caetano da Vargem Grande, São José do Paraíso, Capivari e São João Batista das Cachoeiras (Cachoeira de Minas), formando esse grande Termo.

Em cumprimento ao que determinou a Lei nº 355, de 27 de setembro de 1848, passaram a pertencer ao Município e Termo Judiciário de Itajubá as Freguesias do Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina), São Sebastião da Capituba (Pedralva), Soledade de Itajubá (Delfim Moreira) e o Distrito de Vargem Grande, com o nome de São Caetano da Vargem Grande.

Com a vigência da Lei nº 575, de 4 de maio de 1852, as Freguesias de Santa Rita do Sapucaí, São Sebastião da Bela Vista, Natércia, Conceição da Pedra e parte do Município de Careaçú passaram a pertencer também ao Termo de Itajubá ("Almanaque Sul-Mineiro de 1874," Bernardo Saturnino da Veiga, pág. 301). Posteriormente, essas freguesias voltaram a vincular-se a Pouso Alegre para, finalmente, pela Lei nº 2.673, de 30 de novembro de 1880, serem anexadas ao Município de São Gonçalo do Sapucaí.

Todas estas mutações de jurisdição administrativa e judiciária eram feitas e desfeitas, como aconteceu com as freguesias de que trata a Lei nº 2.673, em virtude das altas influências políticas existentes nessa rica e importante região.

## **Termo Judiciário de Vila Braz**

O Município de Vila Braz foi elevado a Termo, vinculado à Comarca de Itajubá, em 18 de setembro de 1915, pela Lei nº 663, sancionada nessa data.

A novel unidade judiciária foi instalada em 15 de junho de 1917. Seu primeiro titular ou Juiz Municipal foi o Dr. José Gorgulho Nogueira, que muito se esforçou para que esse órgão da Justiça,



**I**U A RAINHA Faço saber aos que este Meu Alvará virem: Que sendo-Me presente, em Consulta do Conselho Ultramarino, o muito que se tem augmentado o Arraial da Campanha do Rio Verde, Comarca do Rio das Mortes, que pelo crecido numero dos seus habitantes, e de outros mais Lugares, que povoão a vasta extensão do seu Districto, se tem feito tão consideravel, que he huma das Povoações mais importantes da Capitania de Minas Geraes; e que por estar situada em longa distancia da Villa de S. João de ElRei, Cabeça da dita Comarca, comprehendendo alguns Lugares distantes da mesma mais de cem leguas, padecião os seus moradores gravissimos perjuizos, e incommodos na decisão dos seus pleitos, pela difficuldade do recurso ao Ouvidor da referida Comarca, e que por este motivo já Eu os tinha attendido de alguma maneira, mandando por Minha Provisão de vinte de Junho de mil setecentos e oitenta e cinco crear naquelle Arraial novo Julgado, independente da jurisdicção do dito Ouvidor, quanto ao conhecimento das acções novas; mas como não obstante esta providencia, continuão os mesmos Povos a soffrer, na falta de huma regular Administracção da Justiça, aquelles detrimetos, que são inevitaveis nos Governos das grandes Povoações regidas por Juizes Ordinarios, e Leigos, principalmente em tão remotas distancias: e para obviar os sobreditos inconvenientes, pedia a necessidade que Eu fosse servida erigir em Villa o dito Arraial da Campanha, e crear nella hum Lugar de  
Juiz

Juiz de Fóra, do Cível, Crime, e Orfãos, a que deverão ficar sujeitos todos os mais Lugares, que comprehender o termo da sua Demarcação. E querendo Eu promover a tranquillidade, e segurança pública daquelles Povos; e conformando-Me com o parecer do dito Conselho, sendo ouvidos os Defembargadores Procuradores da Minha Fazenda, e Coroa: Hei por bem, e Me praz erigir em Villa o sobredito Arraial da Campanha do Rio Verde, liberalizando-lhe logo no momento da sua criação a Mercê de hum Juiz de Fóra do Cível, Crime, e Orfãos, com os Ordenados, e Emolumentos, que vence o Juiz de Fóra de Mariana, regulados estes pelo Alvará de Lei de dez de Outubro de mil setecentos e cincoenta e quatro, para que na sobredita Villa novamente erecta se possa administrar a Justiça, e promover o bem commum della, como convem ao serviço de Deos, e Meu: Ordenando, como por este Ordeno, que com a Denominação de Villa da Campanha da Princeza seja desde a publicação deste tida, havida, e nomeada; e que haja, e tenha todos os Privilegios, Liberdades, e Isenções, de que gozão as outras Villas do mesmo Estado do Brazil, sem differença alguma, porque assim he Minha vontade, e Mercê.

Pelo que: Mando a todos os Meus Tribunaes, ao Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Geraes, e a todos os Provedores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, Officiaes de Justiça, ou Fazenda, e mais pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, que o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum,

gum, não obstante quaesquer Leis, Ordenações, Regimentos, Disposições, Doações, Decretos, ou Estilos contrarios, que todos para este effeito fômente Hei por derogados, como se de todos, e de cada hum delles fizessê expressa menção, ficando aliàs em seu vigor. Ao Desembargador José Alberto Leitão, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mór do Reino, Ordeno, que o faça publicar na Chancellaria, e registar em todos os lugares, em que se costumão registar semelhantes Alvarás, e o Original se mandará para a Torre do Tombo. Dado em Lisboa aos vinte de Outubro de mil setecentos e noventa e oito.

## PRINCIPE ∴

*Alvará, por que Vossa Magestade, pelos motivos nelle declarados, He servida erigir em Villa o Arraial da Campanha do Rio Verde na Capitania de Minas Geraes, e crear nella o Lugar de Juiz de Fóra, Cível, Crime, e Orfãos, com os Ordenados, e Emolumentos, que vence o Juiz de Fóra de Mariana, regulados estes pelo Alvará de Lei de dez de Outubro de mil setecentos cincoenta e quatro, como affima se declara.*

Para Vossa Magestade ver.

Por

Por Immediata Resolução de Sua Magestade de doze de Maio de mil setecentos noventa e oito, em Consulta do Conselho Ultramarino.

*Barão de Mossamedez. D. João Pedro da Camara.*

*O Conselheiro Francisco da Silva Corte-Real o fez escrever.*

*José Alberto Leitão.*

Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mór da Corte e Reino. Lisboa 29 de Janeiro de 1799.

*Feronymo José Correa de Moura.*

Registado na Chancellaria Mór da Corte e Reino no Livro das Leis a fol. 116. Lisboa 29 de Janeiro de 1799.

*Manoel Antonio Pereira da Silva.*

*João Carlos Finali o fez.*

Na Regia Officina Typografica,

conseguido pela força das lideranças políticas locais, passasse, efetivamente, a contribuir para o progresso da comunidade.

Implantada em prédio especialmente construído para acolher os serviços forenses, o fato simbolizou para a Vila uma demonstração de prestígio junto às altas autoridades estaduais pois, geralmente, no início, os serviços judiciários são instalados em imóveis adaptados.

A edificação, a curto prazo, do prédio próprio para abrigar as atividades judiciárias e a instalação do Juizado Municipal significaram acontecimentos de singular importância para a localidade.

## **Comarca de Brasópolis**

Após longos preparativos foi instalada solenemente, em 1º de janeiro de 1926, como órgão de 1ª Entrância, a Comarca de Brasópolis, criada pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923.

O primeiro Juiz de Direito ali empossado foi o ilustre conterrâneo, Dr. Francisco Pereira Rosa, enquanto que o não menos ilustre Dr. João Melo Júnior foi o primeiro Promotor de Justiça.

Esse importante órgão da Justiça, além de oferecer à sociedade local assistência direta, deu novo *status* ao Município. Os Doutores Juiz de Direito e Promotor de Justiça, representados sempre por profissionais de notório saber e de acendrado espírito público, muito contribuíram para a projeção social e cultural da comunidade.

## **Comarca de 2ª Entrância**

Em 31 dezembro de 1962, pela Lei nº 2.764, a Comarca foi elevada a 2ª Entrância, em virtude da aprovação de emenda ao projeto de Revisão Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais, então em tramitação no Poder Legislativo, apresentada por Euclides Pereira Cintra.

A elevação de entrância da Comarca deu maior destaque à Cidade, em virtude, principalmente, do interesse despertado nos Juízes de Direito e Promotores de Justiça, candidatos à promoção, em conhecer a localidade.

Como Comarca de 2ª Entrância Brasópolis tem tido a honra de ser servida por eminentes e ilustres Juízes e Promotores, vindos de outras latitudes do Estado. Muitos deles ainda serão, outros já foram, promovidos a desembargadores ou procuradores do Estado, cargos esses que constituem a cúpula dessas duas honrosas e cobiçadas carreiras funcionais.

O Edifício do Fórum traz no seu frontispício o saudoso nome do Desembargador Francisco Pereira Rosa, eminente ex-Magistrado que ocupou durante longos anos, com competência, dedicação e extraordinário amor à causa pública, o cargo de Juiz de Direito de Brasópolis.

O homenageado, um dos ilustres filhos da terra, foi permanente e dedicado amigo de seu torrão natal. Muito trabalhou por ele, servindo à Justiça, como bom Juiz; à Cultura e à formação da juventude, como insigne Professor, e, à causa social e assistencial, como exemplar vicentino e abastado fazendeiro.

A iniciativa de dar à Casa da Justiça essa denominação foi de Euclides Pereira Cintra, sempre preocupado em perpetuar, na memória do povo e nos anais da História, os nomes e os feitos dos grandes brasopolenses (Lei nº 7.697, de 13 de maio de 1980).



*Euclides Pereira Cintra recebendo do Desembargador José de Castro,  
- Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - o diploma de deputado estadual,  
reeleito pela 8ª vez, com 36.790 votos*

## **CAPÍTULO III**

### **EDUCAÇÃO**

#### **Primeiras escolas**

Compulsados os registros existentes e ouvidas as pessoas mais antigas do lugar constatou-se que, desde épocas anteriores à criação da Freguesia e do Distrito, Vargem Grande contava com boas escolas públicas na sede e no Bairro de Vera Cruz (Cruz Vera).

Por outro lado, já era ali sentida, concomitantemente, a presença da escola particular, com significativa expressão, pois também já existiam no Arraial, à mesma época, duas escolas particulares, funcionando com bons professores e apreciável frequência.

Aliás, merece destaque o fato de que, desde a formação do povoado, já se podia perceber com facilidade a preocupação de seus habitantes com a boa instrução e esmerada educação de seus filhos, cuidado esse que foi uma constante na vida da comunidade, perdurando até nossos dias.

#### **Internato e Externato Vargem-grandense**

Já em 1892, atendendo a constantes apelos, o saudoso Professor Jorge de Boucherville fundou e fez funcionar regularmente, no Distrito de São Caetano da Vargem Grande, uma escola particular com a denominação que intitula este tópico, recebendo apreciável quantidade de alunos, em regime de internato e externato, para os cursos primário e secundário.

Essa iniciativa, segundo informações e registros existentes, foi recebida com aplausos, contando com o apoio das lideranças da comunidade, tendo tido ótima repercussão também fora da circunscrição do Distrito.

Com boa freqüência funcionou, ali, este primeiro colégio, prestando relevantes serviços à localidade naquele fase longínqua de sua história.

Inúmeros brasopolenses fizeram seus primeiros estudos no Colégio do Professor Boucherville que foi, todos reconhecem, um passo arrojado que se deu à época, no sentido de se afirmar uma tendência daquela gente brava, delineadora dos caminhos da educação, da instrução e da cultura a serem seguidos.

Após alguns anos de atividades, o fundador e Diretor desse educandário resolveu atender a outras solicitações, cerrando as portas de sua casa de ensino.

### **Colégio Externato**

O Colégio Externato de Vargem Grande, outra iniciativa ousada, foi idealizado e concretizado pelo Mestre Vicente Vargas de Andrade, com o fim de suprir, à época, uma lacuna aberta na área da educação.

Este estabelecimento de ensino iniciou suas atividades pedagógicas em 1898, acolhendo grande número de jovens que já se ressentiam da falta de oportunidade local para iniciar ou prosseguir seus estudos.

Apesar de nosso empenho, não nos foi possível conseguir dados mais completos e preciosos sobre esta casa de ensino. Sabe-se, apenas, que funcionou até os idos de 1915, com boa freqüência e excelentes resultados, sendo à época um bem-estruturado educandário, ao qual a terra de Wenceslau Braz muito ficou a dever.

### **Colégio São Caetano, de Vila Braz**

Esse instituto de ensino, dotado de internato e externato, só matriculava rapazes. Tinha também quase que as mesmas características do Colégio Internato e Externato Vargem-grandense. Funcionava com os cursos primário e secundário.

Foi seu fundador e Diretor o Doutor Francisco Pereira Rosa, que o implantou em 1917. Por esta casa de ensino passaram inúmeros brasopolenses de grande expressão cultural, profissional e econômica, de saudosa memória.

Como um estabelecimento de ensino aplaudido por todos, pela sua reconhecida idoneidade e modelar padrão pedagógico, o Colégio São Caetano foi mais uma das demonstrações do amor e do carinho que seu estimado fundador devotou à sua querida terra.

Depois de prestar os mais assinalados serviços a Brasópolis e à região, o Colégio encerrou suas atividades, após passar por sérias dificuldades financeiras.

Com o fechamento do Colégio São Caetano a cidade deixou de contar com os meios indispensáveis à educação, em nível ginasial, para sua juventude. Para sanar tal lacuna um pugilo de aplaudidos líderes comunitários houve por bem decidir pela fundação de uma instituição educacional, sem fins lucrativos, que teria a finalidade de instalar e manter, mesmo sem viabilidade econômica, duas escolas secundárias.

### **Sociedade Protetora da Instrução**

A fundação da Sociedade Protetora da Instrução, ocorrida em 1927, com a obrigatoriedade de instalar e manter na sede do Município duas escolas secundárias, o Ginásio Brasópolis, com internato só para rapazes e externato amplo, e a Escola Normal de Economia Doméstica, com internato só para moças, foi medida providencial, oportuníssima, recebida com aplausos pela sociedade brasopolense.

Com o funcionamento dessa entidade educacional encontrou-se a forma de assegurar sobrevivência aos educandários e de oferecer à Cidade padrão ideal de ensino.

Essa sociedade foi implantada em 13/5/1927. Foram seus fundadores e principais mantenedores, além de seu idealizador e mentor principal, Comendador José Alfredo Gomes, os ilustres brasopolenses Dr. Francisco Pereira Rosa, José de Almeida Vergueiro, Cel. Henrique Braz Pereira Gomes, José Martins Tosta do Amaral e Joaquim de Almeida Campos Silva. Outras dignas pessoas irmanaram-se nessa cruzada sacrossanta, sem o que não se teria alcançado plenamente os objetivos programados.

## ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

### **Grupo Escolar Cel. Francisco Braz**

Pelo Decreto nº 2.107, de 5 de outubro de 1907, foi criado o Grupo Escolar de Vila Braz. Este tipo de escola, assim chamado à época, atualmente é denominado escola estadual.

Foi, assim, implantada em Vila Braz a primeira grande escola pública estadual, com estrutura administrativa e pedagógica capaz de atender plenamente, em nível de educação primária, à população escolar então ali existente e também em condições de acolher contingentes mais numerosos de educandos, nas décadas futuras.

Desta forma, a cidade foi aquinhoada com um grande benefício na área da educação. Coube à esforçada Mestra Maria Noêmia da Fonseca Pires o encargo de implantar e colocar em funcionamento a unidade escolar recém-criada, que recebeu no seu frontispício o honrado nome do Cel. Francisco Braz.

A referida Professora cumpriu, com inextinguível brilho, sua honrosa tarefa. Também o Agente Executivo Municipal e patrono da escola não faltou, adaptando um imóvel para tão importante finalidade, até a construção do prédio próprio.

Paralelamente, com recursos financeiros do Estado, iniciava-se a construção do edifício destinado a abrigar a escola, dotado de todos os requisitos técnico-pedagógicos recomendados à época.

O novo prédio, com linhas arquitetônicas interessantes, foi inaugurado em 1912, com a presença do então Presidente do Estado, Dr.

Júlio Bueno Brandão, e do Secretário do Interior e Educação, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

O novo Diretor nomeado foi o Sr. Sebastião Gomes, homem dinâmico, ilustre historiador e líder comunitário nato, que prestou relevantes serviços à educação em sua terra.

Pelas espaçosas e arejadas salas de aulas do G. E. Cel. Francisco Braz passaram inúmeras gerações de jovens, que ali receberam instrução e educação, ministradas com amor, carinho e espírito cívico. Todos que o freqüentaram receberam boa formação e valioso preparo para a vida.

Centenas deles dali partiram para a luta, em busca de novos conhecimentos. Muitos venceram e, em terras distantes, escreveram e continuam produzindo trabalhos apreciáveis engrandecendo seu torrão natal. Nas Ciências, nas Letras, nas Artes, na Política e em outras áreas assinalaram sua presença pela inteligência, pelo civismo e pelo saber.



*Fachada do Grupo Escolar Cel. Francisco Braz, Rua Cap. Gomes  
(Pronto para ser utilizado)*

Dirigiram o Grupo Escolar Cel. Francisco Braz: Profª Noêmia da Fonseca Pires, em 1907 e 1908; Prof. Antônio Gomes Horta, em 1909 e 1910; Profª Floripes Leite da Cunha Camargo, interinamente, até 1º de setembro de 1911; Prof. Sebastião Gomes, de 1911 a 1919; Dr. José Mendonça Chaves, de 10/1920 a 2/1927; Profª Marieta Ferraz Egreja, de 2/1927 a 5/1939; Profª Carlota Pedroso Mendonça, de 6/1939 a 6/1952; Profª Déa Carvalho Stussi, de 7/1952 a 12/1953; Profª Maria Isabel Morais, de 1/1954 a 12/1961; Profª Maria Alexandrina Pereira Gomes Faria, de 1/1962 a 3/1987; Profª Cléia Maria Gomes de Carvalho, de 3/1987 a 3/1992; e Profª Maria Romeiro Noronha, que iniciou sua gestão em 3/1992.

### **Ginásio Brasópolis**

Registramos, linhas atrás, a grande preocupação da jovem sociedade brasopolense com a boa educação e excelente formação de sua juventude. Este estado permanente de alerta propiciou o desenvolvimento, na comunidade, de um senso de autocrítica obrigando todos ao cumprimento de seus deveres sociais, com amor e dedicação.

Preparar bem os jovens, dando-lhes uma boa formação humanística, bem como as condições para um bom desempenho profissional, era como que uma divisa, uma indisfarçável preocupação de cada ser humano.

Vários nomes ilustres colocaram-se, em certa época, à frente do movimento educacional, tendo sempre como responsável maior o Presidente Wenceslau Braz. Este jamais deixou de cooperar, com a sua influência política, com seu forte apoio financeiro e seu incedível interesse, para que sua terra natal fosse dotada de bons e modernos estabelecimentos de ensino.

Por iniciativa dessas pessoas, foi implantada a Sociedade Protetora da Instrução. Essa entidade, que se tornou forte pelo total apoio que recebera, transformara-se no órgão mantenedor do Ginásio Brasópolis, fundado em 13 de maio de 1927, sob a responsabilidade, experiência e devotamento do ilustre Professor José Antônio Raposo Lima que, durante vários anos, dirigiu o renomado Educandário, com

internato e externato funcionando satisfatoriamente, atraindo jovens estudantes de várias cidades sul-mineiras.

Essa casa de ensino foi instalada no velho e histórico Solar dos Braz, após sua completa remodelação e ampliação. Estudaram ali, como alunos internos principalmente, jovens de quase todas as cidades vizinhas: Santa Rida do Sapucaí, Cristina, Maria da Fé, Paraisópolis, São José do Alegre, Pedralva, entre outras, porque ali encontraram uma excelente escola, onde se aprendia bastante e se educava, com relativo conforto, sob a responsabilidade de um corpo docente devotado.

Ocuparam também a diretoria do Ginásio Brasópolis os Professores Antônio de Oliveira Noronha, Antônio Palma de Melo, Francisco Júlio dos Santos, José Otaviano de Azevedo, Celso Gomes Negrão, Francisco Pedroso Vergueiro, Milton Ribeiro Noronha, Padre Vicente Pereira Gomes e Dr. José Raimundo de Faria. A este último coube a grande responsabilidade de encerrar as atividades pedagógicas e administrativas do estabelecimento, em virtude da sua encampação, pelo governo estadual, sob a denominação de Ginásio Estadual de Brasópolis.

### **Ginásio Estadual / Colégio Estadual Presidente Wenceslau**

A criação do Ginásio Estadual local, justa aspiração do povo brasopolense, foi concretizada pelo então Governador José de Magalhães Pinto. Tratou-se de uma reivindicação oportuna de Euclides Pereira Cintra, representante de Brasópolis no Parlamento Mineiro, que foi atendida, enquanto o nobre Dirigente de Minas Gerais conquistava o apoio leal de mais um Parlamentar para o seu patriótico governo.

A Lei nº 3.114, de 19/5/1964, criou o Ginásio Oficial da cidade. A implantação deste se deu por meio de encampação do acervo patrimonial, curricular e pedagógico do tradicional Ginásio Brasópolis, que tantos e tão assinalados serviços prestou à cidade e à região.

O Professor José Raimundo de Faria, que dirigia o Ginásio Brasópolis, encerrou as atividades dessa casa de ensino e, como Diretor

nomeado para dirigir o Ginásio do Estado, implantou e colocou em funcionamento o novo educandário, sem solução de continuidade para os alunos, em face do pleno entrosamento que se deu com a Secretaria da Educação, cuja titularidade encontrava-se nas mãos do ilustre mineiro e então Deputado Estadual Aureliano Chaves, também apoiado pela comunidade.

A implantação do Ginásio Estadual, oficialmente, ocorreu no dia 1º de agosto de 1964, abrindo para a comunidade amplas perspectivas na área educacional, principalmente para as classes menos favorecidas.

Concluída a instalação, o Diretor, Dr. José Raimundo de Faria, passou a exercer junto às lideranças políticas locais e a Euclides Pereira Cintra, especialmente, redobrado esforço objetivando a criação dos cursos de 2º grau, para a formação de professores de 1º grau e para a preparação dos jovens para o vestibular, através do Curso Científico.

Em um trabalho como este, que foi desenvolvido pelos referidos diretor e parlamentar, junto ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, ambos cordiais amigos do deputado conterrâneo, outros objetivos a médio prazo tinha-se em vista. E os frutos de tão bem coordenada ação não se fizeram esperar.

Imediatamente, de acordo com a legislação vigente, conseguiu-se autorização para a implantação de uma primeira classe do Curso de Magistério e outra do Curso Científico, cuja concretização se deu em 1965. Em 1966 passaram a funcionar as 1ª e 2ª classes de cada um dos referidos cursos.

Verificado um alentado fluxo de alunos em 1965 e 1966, foi mais fácil, em 1967, a criação oficial dos cursos de 2º grau e a conseqüente transformação do ginásio em colégio estadual.

O Colégio Estadual de Brasópolis, ainda por iniciativa de Euclides Pereira Cintra, passou a denominar-se Escola Estadual Presidente Wenceslau (medida legislativa). Foi mantido como Diretor o Professor José Raimundo de Faria.

Esta importante conquista não arrefeceu o ânimo do diretor, nem o entusiasmo do deputado, dois permanentes lutadores pelo desenvolvimento da educação e do ensino oficial em Brasópolis. É que, já em 1967, iniciava-se vigorosa luta pela criação de um curso técnico de alto gabarito, junto à Escola Presidente Wenceslau,

destinado à formação de Técnicos de 2º grau, em Eletrônica e em Telecomunicações, para atender à demanda do mercado de trabalho, então ambicioso nas referidas áreas.

A nova batalha foi árdua, exigiu esforço, inteligência, tenacidade e prestígio político junto à Secretaria da Educação e ao Conselho Estadual de Educação. Mercê de Deus, nova e retumbante vitória foi alcançada em 31/1/1975, tendo o Conselho Estadual de Educação baixada a Resolução nº 1.175/74 que criou, em Brasópolis, junto ao Colégio Estadual Presidente Wenceslau, os dois cursos técnicos pretendidos.

Com essa resolução Brasópolis ganhava novo *status* no campo da educação, passando a possuir, a partir de 1975, dois importantes cursos técnicos, de quatro anos de escolaridade, os primeiros mantidos pela Secretaria da Educação no Estado. Não se tem notícia de que outros cursos semelhantes tenham sido criados. Foi, pois, concedida a Brasópolis uma honrosa exceção de que ela muito se orgulha. Creditamo-la, também, ao eminente Secretário da Educação à época, Proessor Agnelo Corrêa Viana.

### **Escola Normal de Economia Doméstica**

Com grande esforço e aplaudido dinamismo, a Sociedade Protetora da Instrução instalou, aos 13 de maio de 1927, no tranqüilo Bairro de Aparecida, em imponente edifício, o Curso Normal de Economia Doméstica, que funcionou por vários anos, com grande eficiência, até que foi criado o curso estadual de Magistério.

Ali foram formadas várias turmas de normalistas-ecônomas, trabalho este realizado com amor e civismo, em regime de internato e de externato. Recebendo alunas de várias cidades da região e dando uma formação profissional excelente, essa escola muito contribuiu para que o conceito educacional em Brasópolis fosse consolidado.

A primeira Diretora da escola foi a estimada Irmã Otávia, em virtude de ter sido a instituição confiada à sábia e nobre administração das Reverendíssimas Irmãs da Providência.

Com a criação, pelo Estado de Minas Gerais, do Colégio Estadual Presidente Wenceslau, nossa já histórica e veneranda Escola

Normal encerrou suas atividades, transferindo suas alunas para o Curso de Magistério do colégio Oficial, em 1967.

A partir de então a comunidade passou a contar com ensino de 1º e 2º graus, com dois cursos mantidos pelo Estado, o que veio proporcionar amplas oportunidades de estudo aos jovens carentes.

Não se pode olvidar o papel excepcional desempenhado pela Municipalidade, por muitos anos, visando amparar a educação da juventude por meio de modestas bolsas de estudo concedidas a alguns estudantes que comprovassem seu estado de necessidade.

Desde o início de suas atividades pedagógicas, a Escola Normal, o Ginásio Brasópolis e o Colégio Comercial receberam verbas destinadas ao atendimento de certo número de alunos carentes.

Destarte, mesmo antes da existência do ensino oficial gratuito na Cidade, muitos jovens estudavam utilizando-se das bolsas concedidas pela municipalidade e pela Sociedade Protetora da Instrução.

### **Escola Estadual Dona Maria Carneiro Braz**

Por ocasião da redemocratização do País, ocorrida em 1945, e das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, as lideranças da comunidade fizeram chegar à Secretaria da Educação memorial reivindicando a criação de mais uma escola estadual para a cidade, que só contava com o G. E. Cel. Francisco Braz.

Várias pessoas colocaram-se à frente dessa iniciativa. Entre tantos nomes ilustres, destacamos: Doutor Ataliba de Moraes, Comendador José Alfredo Gomes, Benedito Marcondes de Carvalho, Benedito Pereira de Mendonça, José Brito Sobrinho, Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha, Farmacêutico Heitor Machado, Comendador Antônio Gomes de Oliveira e João Cândido de Mendonça. Ecoou bem perante as autoridades responsáveis, em época de abertura democrática, a solicitação da gente brasopolense. Em 17 de dezembro de 1946 foi editado o Decreto nº 2.350, criando o Grupo Escolar Dona Maria Carneiro Braz. Prestou-se, assim, merecida homenagem póstuma àquela que foi, com muita honra, a primeira-dama do Estado de Minas Gerais e também do País, a

dedicada esposa do Presidente Wenceslau Braz, Dona Maria Carneiro Braz.

A recém-criada escola deveria ser instalada no Bairro Tejuco Preto, como realmente o foi. Segundo pesquisas feitas pela Secretaria da Educação, deveria atender à população escolar desse Bairro e ao da Aparecida.

Não obstante ter sido criada por ato de 17/12/1946, somente foi instalada em 7 de setembro de 1954, na gestão do dinâmico Prefeito Benedito Pereira de Mendonça, que muito se empenhou pelo funcionamento da citada escola. Neste trabalho, teve a seu lado, atuando junto ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação, Euclides Pereira Cintra.

Os trabalhos de planejamento administrativo e curricular para o novo estabelecimento de ensino couberam à Professora Déa Carvalho Stussi, então Diretora da Escola Estadual Cel. Francisco Braz. Foi assim instalada a segunda escola estadual urbana da cidade, tendo como sua primeira dirigente essa ilustrada Professora, sucedida pela Professora Maria Aparecida Faria Toledo que, até a época em que eram escritas estas linhas, permanecia no cargo.

Foi incansável essa Diretora em seu trabalho junto do Parlamentar contrerrâneo, objetivando a obtenção de recursos estaduais para a construção do prédio para sua escola. Este, que foi um permanente defensor junto aos governos estadual e federal de todas reivindicações de sua terra, não poupou esforços para ver atendida essa pretensão. Amigo pessoal do então Governador Francelino Pereira dos Santos e do Secretário da Educação, Deputado Federal Paulino Cícero de Vasconcelos, conseguiu a construção do modelar edifício em que se acha agasalhada a nova escola.

Não se pode olvidar o empenho dessa Diretora para que fosse ampliado o projeto inicial, com maior número de salas, incluindo-se também uma quadra poliesportiva. Este trabalho contou com a cooperação do então Prefeito José Fernandes dos Reis.

Na Escola Estadual Dona Maria Carneiro Braz é ministrada educação da 1ª a 8ª séries, com um apreciável número de alunos. Com modernas e amplas instalações, é considerada uma casa de ensino modelar.

## Colégio Comercial

Cogitava-se, na década de 50, da criação de um Curso de Contabilidade na Cidade Presépio, com o fim de ampliar o leque de profissionalização, à disposição da sociedade. A oportunidade ainda não havia chegado, porém, o projeto ganhou adeptos e maturou. Assim, no decorrer do ano de 1959, um grupo de idealistas, sob a inspiração do Professor Aberlardo Sebastião Vergueiro, reuniu-se com o objetivo de implementá-lo.

O ideário elaborado pelo grupo, em tão boa hora, consolidou-se com a fundação, aos 13 de dezembro de 1959, do hoje já tradicional Colégio Comercial de Brasópolis, mais tarde instalado em sede própria.

Não se pode esquecer aqui o nome do nobre Vigário, Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha, que em todas as horas esteve presente às atividades destinadas à fundação desse educandário e à construção do edifício próprio para seu funcionamento.

O trabalho silencioso mas objetivo de Euclides Pereira Cintra, que jamais faltou nos momentos decisivos da vida dessa escola, também deve receber registro especial.

Diversos colegas de Magistério substituíram com dedicação Abelardo Vergueiro na direção desse colégio, a partir do trágico e fatal acidente automobilístico ocorrido na Rodovia Fernão Dias, nas proximidades de Careaçu.

Presentemente, ocupa a diretoria da escola o Bacharel em Direito e alto funcionário da Prefeitura Municipal de Brasópolis, Francisco Crescêncio Ribeiro. Como devotado Diretor e ótimo Professor, tudo tem feito pelo estabelecimento que dirige.

Esta unidade escolar, pertencente à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (CNEC), foi instalada em 7 de março de 1960, tendo como primeiro Presidente do setor local o Sr. Pedro Gomes Netto, pessoa simples e acolhedora a quem Brasópolis muito deve. Inicialmente, funcionou com a denominação de Escola Técnica de Comércio de Brasópolis.

Consta da ata de fundação do colégio da CNEC, lavrada dia 7/12/1959, que a reunião foi presidida pelo Professor Eduardo Rios Neto. São membros fundadores: Waldemar Pereira de Mendonça, Antônio Gomes de Oliveira, Francisco Rezende, Monsenhor Joaquim

de Oliveira Noronha, Padre Vicente Pereira Gomes, Alfredo Noronha, Professores José Inácio Sandy, Abelardo Sebastião Vergueiro, Georgina Pereira de Oliveira, Francisco Pedroso Vergueiro, José Vergueiro, Isaura Arruda Cocensa Vergueiro, Maria Noronha Lopes, Lázaro Dias Pereira Serpa e Arduíno de Oliveira, todos signatários do documento.

Já dirigiram esta importante casa de ensino técnico os seguintes Professores: Abelardo Sebastião Vergueiro de 31/12/1959 a 14/7/1964; José Vergueiro, de 15/7/1964 a 31/7/1968; José Tarcísio, de 1/8/1968 a 22/1/1971; José Mauro Noronha, de 22/1/1971 a 1/8/1974; José Hamilton Cipresso Cintra, de 1/8/1974 a 18/2/1975; José Mauro Noronha, de 19/2/1975 a 15/8/1976; José Antônio Lobo, de 15/8/1976 a 26/4/1977; José Mauro Noronha, de 27/4/1977 a 4/10/1977; Otacílio Pereira Machado, de 5/10/1977 a 3/2/1980; Francisco Régis Rezende Noronha, de 4/2/1980 a 1/5/1981 e Francisco Crescêncio Ribeiro, a partir de 1/6/1981.

### **Jardim da Infância Cônego Teodomiro**

A Escola Estadual Cônego Teodomiro é um Curso Pré-escolar. Foi fundada em 2 de fevereiro de 1953. Acolhe crianças da faixa etária correspondente à especialização da escola. Inicialmente funcionou, em caráter particular, com o nome de Escola Infantil Cônego Teodomiro. Em 1958, no governo Bias Fortes, mercê do trabalho e entusiasmo do Padre Lúcio Remusat Rennó, junto a políticos de sua amizade, foi encampada pelo Estado.

Assim, pelo Decreto nº 5.551, de 10 de março de 1959, foi oficializada a referida casa de ensino, com o nome de Escola Estadual Cônego Teodomiro, com tipologia específica à formação de crianças na fase pré-escolar.

Foram seus fundadores: Monsenhor Teodomiro Lobo, ligado a Brasópolis por laços de amizade, residente em Caçapava-SP; Professora Maria Braga Noronha, hoje Irmã Mônica, beneditina, pertencente ao Mosteiro de Caxambu; Padre Lúcio Remusat Rennó que, como coadjutor da Paróquia, deu de si o melhor dos esforços pelo êxito do empreendimento. Para tanto, contou com o total apoio de vários elementos da comunidade. Foi essencial a ajuda do saudoso Monsenhor Noronha.

A atual Diretora, Professora Jurecê Guimarães, a quem se devem as preciosas informações históricas aqui relatadas, em certo trecho de sua correspondência afirma o seguinte em relação àqueles que contribuíram decisivamente para que Brasópolis pudesse ser uma das poucas cidades dotadas de escola estadual de pré-escolar: “São seus grandes benfeitores D<sup>a</sup> Júlia Gomes Rennó, irmã do ex-Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, que cedeu o direito e posse do terreno e de um casarão velho, de sua propriedade, para a construção do prédio; o político que muito trabalhou para que o ideal dos fundadores da escola fosse concretizado foi o Deputado, Doutor Euclides Pereira Cintra, filho da terra e grande batalhador pelas nobres causas de seu torrão natal. Outras ilustres personalidades, juntamente com a comunidade local, colaboraram para a realização do grande sonho dos fundadores”, conclui essa mestra dedicada.

### **Escolas Reunidas Nossa Senhora Aparecida**

A Escola Estadual Nossa Senhora Aparecida foi instalada em 1969, em prédio particular adaptado, com uma classe apenas. Teve por finalidade principal atender à população escolar do Bairro Alto.

Empenharam-se, sobremodo, pela criação desse educandário, a Professora Maria Aparecida Serpa Santos, o Prefeito de então, Noé Pereira Serpa, não faltando a ajuda de Euclides Pereira Cintra que, em pouco tempo, conseguiu do governo estadual a criação da escola.

Não se pode olvidar a importante contribuição do ex-Deputado Federal Austragésilo de Mendonça que conseguiu, do Ministério da Educação, a verba necessária para a construção do prédio onde se instalou definitivamente essa escola, à Avenida Artur Braz, s/nº, no Bairro Alto de Nossa Senhora Aparecida.

Desde a sua implantação até a época em que foi redigido este registro, essa escola vem sendo dirigida, com muita eficiência e dinamismo, pela Professora Maria Aparecida Serpa Santos.

### **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Monsenhor Noronha**

Inúmeros brasopolenses da presente geração sabem que a criação de uma Escola Superior, uma Faculdade, em Brasópolis, passou a constar

do ideário político de Euclides Pereira Cintra desde sua primeira eleição para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em 1950.

A alguns, principalmente àqueles que não crêem no êxito das grandes lutas por causas nobres e elevadas, o projeto parecia utópico, irrealizável, em virtude das grandes dificuldades que se teria de enfrentar para sua concretização, principalmente para uma cidade de população não muito numerosa.

Não obstante a descrença de alguns poucos e a esperança da maioria, o sonho acalentado por esse conterrâneo, sustentado com idealismo e fé por nossa gente, foi ganhando corpo. Tornou-se conhecido da comunidade, que o aplaudiu e apoiou. A cada dia que passava, um novo adepto surgia, engrossando as fileiras dos que julgavam plenamente factível tão importante iniciativa.

Iniciava-se o ano letivo de 1966. Em solenidade cívica (aula inaugural), realizada no auditório do Ginásio Estadual local, promovida pelo Diretor, Professor José Raimundo de Faria, Euclides Pereira Cintra recebeu veemente apelo da mocidade estudantil brasopolense, formulado, publicamente, através da dinâmica Professora Georgina Pereira de Oliveira, então Vice-diretora, no sentido de que não deixasse fenece o sublime ideal de dotar seu torrão de uma Escola Superior. Os governos estaduais em Minas sucediam-se. Renovavam-se os quadros do Legislativo Mineiro. Mas a fé e a confiança desse parlamentar não cediam terreno. Pelo contrário, a cada dia que passava, aumentava sua esperança na concretização de seu desejo de ver ocupado por uma Faculdade o amplo e belo edifício da antiga Escola Normal, ocioso fazia já algum tempo.

Com o decorrer dos anos, várias escolas superiores foram sendo implantadas na região sul-mineira: Filosofia (diversas), Engenharia, Medicina, Direito, Odontologia, entre outras. Estes acontecimentos faziam crepitar na cabeça do parlamentar brasopolense sua antiga e ambiciosa aspiração, exigindo-lhe redobrado esforço para concretizá-la. A intensidade de sua atuação política pela criação da Faculdade cresceu em 1966, ao instalar-se em nosso Estado o governo Israel Pinheiro. Convidado a ocupar a Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular, pelo Governador eleito, aceitou. Agora, como Secretário de Estado, julgou ele ter chegado o momento para atuar com todas as suas forças junto ao Governador, convencendo-o da

oportunidade e conveniência de se criar e instalar uma Faculdade de Agronomia em Brasópolis.

Diz velho adágio popular que “água mole em pedra dura tanto dá até que fura”. Evidentemente, a habilidade, a sensibilidade, a amizade e a argúcia do então titular da Pasta do Trabalho foram fatores decisivos para o convencimento do Governador Israel Pinheiro da Silva, de que se tratava de medida oportuna e conveniente, deferindo o pedido.

Em conseqüência, mensagem governamental, capeando o projeto de lei, foi enviada à Assembléia Legislativa que, em pouco tempo, transformou-a na Lei nº 4.709, em 9 de abril de 1968, criando a Fundação Estadual Mantenedora da Faculdade de Agronomia de Brasópolis.

Recebida com aplausos gerais a boa nova, iniciou-se logo o trabalho objetivando a consecução dos recursos para a instalação da Faculdade e a elaboração do respectivo processo. Após longas reuniões do Conselho Curador, tendo-se em vista as informações de outras escolas da área, concluiu-se que eram vultosos os recursos exigidos para o referido objetivo. Só o custo dos laboratórios, todos caríssimos, inviabilizava o empreendimento naquela oportunidade.

As conclusões negativas a que se chegou não causaram desânimo no parlamentar conterrâneo que, imediatamente, procurou sensibilizar seus amigos para que uma grande reunião da sociedade fosse realizada, com o objetivo de analisar o impasse criado, optando-se por alternativa viável, tendo-se em vista as possibilidades financeiras dos mentores do movimento.

O grande argumento – a base, o sustentáculo da idéia da Faculdade de Brasópolis – era, principalmente, a existência de um prédio muito bom, ocioso, dotado de instalações próprias até para acolher alunos residentes, além de outros importantes fatores de grande peso a serem considerados.

Efetivamente, o amplo e bem projetado prédio da antiga Escola Normal, pertencente à Sociedade Protetora da Instrução, encontrava-se fechado, o que ocasionava certo descontentamento à população. Conseguir-se, no momento azado, a doação de tão valioso patrimônio para fins educacionais não seria trabalho impossível, todos sabiam. Ficava, dessa forma, superada a mais dispendiosa exigência – a da existência de prédio próprio. Os demais requisitos seriam de mais fácil cumprimento, conforme ficou constatado.

Foi, pois, com base nas conclusões a que se chegou na reunião da sociedade brasopolense que se decidiu pela implantação de uma Faculdade de Filosofia. Seria formulada exposição de motivos ao Governador do Estado, justificando a necessidade de se remeter mensagem e projeto à Assembléia Legislativa, propondo a modificação da Lei nº 4.709, de 9/4/1968, mediante a criação de uma Faculdade de Filosofia como forma de superar o impasse criado para a instalação da de Agronomia.

A exposição apresentada ao Governador pelo parlamentar brasopolense foi consubstanciada em processo regular para a criação de escola com a finalidade de formar, inicialmente, professores e especialistas de educação habilitados para atuar na área do ensino de 1º grau. Com facilidade, em etapa posterior, teria a Faculdade ampliada a área de sua competência para a graduação de licenciados, habilitados também para o ensino de 2º grau (Licenciatura Plena). A escola pretendida firmaria também convênios com a Secretaria da Educação para realizar a reciclagem, em períodos de férias, de professores da área rural de vários municípios, conforme programa então existente no órgão, com bons resultados, também financeiros, para a futura Faculdade.

Concluídos os estudos e constatada a viabilidade da transformação pretendida, o Parlamentar conterrâneo apresentou ao Governador Israel Pinheiro a proposta, devidamente justificada, demonstrando a necessidade da modificação sugerida.

Como o então Deputado e Secretário de Estado gozava de elevado conceito e de grande estima do Governador, este, depois de examinar detidamente o pedido, atendeu-o, enviando a respectiva mensagem e projeto à Assembléia Legislativa. As grandes amizades e a experiência parlamentar desse deputado fizeram com que, dentro do menor prazo regimental possível, fosse aprovada a nova propositura, que se transformou na Lei nº 6.155, de 29/10/1973, publicada no "Minas Gerais" de 30/10/1973, criando a Faculdade de Filosofia de Brasópolis, tendo por entidade mantenedora a Fundação Educacional Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha.

Aos 13 de novembro de 1973, foi o Professor José Raimundo de Faria designado representante do Estado, nos atos constitutivos da Fundação Educacional Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha. Na mesma data foi publicada a relação dos membros do Conselho de

Curadores da Fundação: a) *efetivos*: Professor José Raimundo de Faria, Presidente; Advogado Euclides Machado de Souza e Professor Otacílio Pereira Machado, Membros; b) *suplentes*: Comendador José Alfredo Gomes, Prefeito Antônio Visotto e Professora Benedita Melo.

O Conselho tomou, em tempo hábil, todas as providências para a montagem do processo de instalação e implantação da Faculdade. Este difícil trabalho esteve a cargo do experiente Professor, Cônego Augusto José de Carvalho, por solicitação de Euclides Pereira Cintra, que financiou as despesas indispensáveis.

Este dinâmico sacerdote, historiador e professor, aceitando o convite, montou e acompanhou a tramitação do respectivo processo no Conselho Estadual de Educação, juntamente com seu tio, o ex-Vereador e homem público Waldemar Pereira de Mendonça.

A organização da biblioteca foi outra grande luta que o Cônego Carvalho e o Deputado Cintra conseguiram vencer, com a apresentação da antiga biblioteca da Sociedade Protetora da Instrução, enriquecida com várias obras adquiridas à expensas dos responsáveis pela iniciativa.

Não se pode deixar no esquecimento a cooperação do então Prefeito, Antônio Visotto, que prestigiou o empreendimento, apoiando todas as iniciativas necessárias ao êxito de tão importante trabalho. É de justiça que se afirme que o saudoso Comendador José Alfredo Gomes esteve presente, quando convocado, a todos os movimentos pela Faculdade de Brasópolis, não obstante sua propecta idade.

O mobiliário para funcionamento da FAFIB foi conseguido pelo grande batalhador da causa, Professor José Raimundo de Faria, Diretor da Escola Estadual Presidente Wenceslau.

Chegou-se, afinal, à complementação do processo que o Conselho Estadual de Educação exige para autorizar o funcionamento de uma Faculdade. Aguardava-se a sempre preocupante inspeção prévia, medida administrativa final a ser realizada por uma Comissão composta por três membros do Conselho Estadual de Educação, designada para examinar, em Brasópolis, o prédio, o mobiliário, a biblioteca e o espaço físico oferecido para funcionamento da futura Faculdade.

Graças à grande amizade e alto conceito que o patrocinador da causa sempre gozou, junto aos senhores Conselheiros, o processo da FAFIB tramitou sem delongas. A Comissão de Inspeção Prévia foi

constituída por eminentes professores. Tudo corria bem. A expectativa era de que nos primeiros dias de 1976 seria publicado o primeiro edital de vestibular para a nova Faculdade.

Nesta fase última do processo, quando já se tinha a certeza de que o parecer a ser dado pelo Conselho Estadual de Educação seria no sentido da aprovação do processo e, conseqüentemente, de se determinar a realização da chamada Verificação Prévia, Euclides Pereira Cintra solicitou à diretoria da Associação Nossa Senhora Aparecida, mantenedora do Asilo de Inválidos D. Maria Adelaide, através do Professor José Raimundo de Faria, que fosse desocupado o prédio da Faculdade, cedido provisoriamente para alojamento dos velhinhos do Asilo, pelo tempo estritamente necessário à recuperação do telhado do alojamento desses idosos.

A ocupação do prédio da Faculdade, que foi feita por um ato de força, a título precário, por alguns dias apenas, eternizou-se no tempo. Daí a solicitação para a devolução do mesmo. É que todo o edifício deveria estar completamente limpo, com seu mobiliário, biblioteca e demais utensílios em seus devidos lugares, pronto para receber a visita dos membros da Comissão de Verificação Prévia, que se aproximava. Apesar do apelo feito e de todos estarem cientes de que havia necessidade urgentíssima da desocupação, o prédio não foi entregue. Lá permaneceram os seus eventuais ocupantes, desnecessariamente, de vez que o telhado do Asilo já havia sido recuperado. Foi, como se pode verificar, uma decisão premeditada, com o fim de impedir a criação da Faculdade de Filosofia de Brasópolis, fato este que se consumou.

Pela Portaria nº 276, de 20/2/1976, do Conselho Estadual de Educação, foi nomeada a aludida Comissão, que recebeu a determinação de comparecer a Brasópolis para verificar se as instalações físicas, o mobiliário e a biblioteca da futura Faculdade de Filosofia, a ser autorizada a funcionar na cidade, atendiam às exigências da legislação vigente para o ensino superior. Como nesta fase tudo estava preparado cuidadosamente, menos o prédio, esperava-se a compreensão e ajuda daqueles que o ocupavam a título precário, desocupando-o. Tinha-se, pois, a certeza de que só assim a conclusão do trabalho da Comissão de Verificação Prévia, em parecer, poderia ser favorável ao início do funcionamento da FAFIB.



*Fachada da Escola Normal – Praça N. S. Aparecida – Prédio doado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Brasópolis*

Infelizmente, nesta adiantada fase dos trabalhos, já se renunciava o malogro de toda uma longa e estafante jornada, já vitoriosa, em prol da instalação de uma escola de nível universitário na comunidade. Este incomensurável prejuízo para a sociedade foi ocasionado pela então diretoria do Asilo Dona Maria Adelaide que, premeditadamente, resistiu a todos os apelos recebidos para desocupação do prédio da Faculdade.

A prova maior dessa desastrada decisão, quando já estava marcada a data em que se realizaria o trabalho de verificação prévia, consubstanciou-se, de forma evidente e irretratável, pela publicação, em forma de panfleto, do “Edital de Citação”, não condizente com a realidade, assim redigido:

#### “Edital de Citação

*A Diretoria da Associação Nossa Senhora Aparecida, mantenedora do Asilo de Inválidos Dona Maria Adelaide, na impossibilidade de poder dar alojamento aos pobres velhinhos de nossa cidade, em virtude de ser obrigada a cumprir exigências impostas pela Faculdade Monsenhor Noronha, vem a público citar os patronos e interessados da família para tomarem o encargo de cuidar de seus velhinhos, com a máxima urgência, e ao mesmo tempo convida o povo em geral, principalmente os patronos, e as autoridades para uma assembléia que será realizada no dia 15 de outubro de 1975, às 20 horas, no Salão da Escola Infantil Cônego Teodomiro Lobo.*

Pela Diretoria,  
(a) José Cláudio de Rezende  
Presidente em exercício”.

Quando se tomou conhecimento da deliberação da diretoria, de uma instituição benemerita e tradicional da cidade, de não devolver o prédio, todas as pessoas responsáveis e partícipes do tão salutar movimento pró-Faculdade de Filosofia, inclusive o seu próprio líder, chegaram a uma só e única conclusão: Brasópolis, a partir dessa publicação, começava a perder a grande e única oportunidade, por muitos municípios sonhada, de ter sua Faculdade, sua escola de nível universitário.

Foi o que aconteceu. Passados alguns dias, chegou a data estabelecida pelo colendo Conselho Estadual de Educação para a realização da Verificação Prévia. Aportaram a Brasópolis os ilustres Professores, membros dessa comissão, nos primeiros dias de março de 1976, Onofre Gabriel de Castro, Presidente, José da Paz Lopes e José Carlos Silva e Souza. O Professor José Raimundo de Faria os recebeu e os conduziu ao prédio da Fundação Educacional Monsenhor Noronha, sede da Faculdade de Filosofia, para que conhecessem o edifício e pudessem dar início ao trabalho de que foram encarregados. Chegaram ao prédio, de bela arquitetura, começaram a subir sua soberba escadaria, quando depararam, no frontispício do mesmo, com a seguinte inscrição: “Asilo de Inválidos D<sup>a</sup> Maria Adelaide”. Perplexos, os professores indagaram do acompanhante, Professor José Raimundo, se não estavam errados quanto ao local, pois deveriam

visitar não um Asilo e sim o prédio da futura Faculdade de Filosofia. Foram, então, informados do acontecido e que o prédio a ser inspecionado era aquele.

Impedidos quase de adentrar o casarão, ali mesmo na escadaria proferiram, após prévias considerações, lamentando a ocorrência verificada, o parecer sobre a verificação prévia, conclusivo, de que “faltava o prédio para funcionamento da Faculdade, pois o que havia sido apresentado era a sede de um Asilo e não a de uma Escola Superior”. Declararam mais que, em face daquela constatação, não havia necessidade de verificação dos demais itens, quais fossem biblioteca, mobiliário etc., enviando, aos 17 de março de 1966, comunicado ao Professor José Guerra Pinto Coelho, digníssimo Presidente do Conselho Estadual de Educação, do que foi constatado em Brasópolis. Mediante tais conclusões, já se poderia prever o fim que seria dado ao processo: arquivo. Estava, assim, perdido um trabalho difícil, longo, que foi concluído com muito amor, dedicação, perspicácia e despesas, por quantos dele se achavam espontaneamente encarregados, cujo objetivo era criar e instalar a Faculdade de Filosofia de Brasópolis.

### **Brasópolis perde sua Faculdade de Filosofia**

Coadjuvado por um grupo de conterrâneos clarividentes e verdadeiros amantes de sua terra natal, Euclides Pereira Cintra conseguiu vencer todos os difíceis trâmites burocráticos e legais que eram inúmeros e de demorada solução, visando criar e implantar a FAFIB. Porém, no momento final de tão importante cometimento, quando já estava plenamente vitoriosa a difícil jornada, a incompreensão de uns poucos ou, talvez, quem sabe, a falta de visão, levou por água abaixo o grande esforço daqueles que, de corpo e alma, trabalharam para a grande e máxima promoção reservada à terra de São Caetano: a sua Faculdade!

Seria uma grande injustiça se não fossem registrados com destaque os nomes de todos aqueles que acreditaram na conquista de tão ambicioso e nobre objetivo e tudo ofereceram para a instalação da FAFIB. Dentre outros destacamos, pelo grande esforço dispendido, Professor José Raimundo de Faria; Comendador José Alfredo Gomes;

Euclides Pereira Cintra (idealizador e seu maior responsável); Waldemar Pereira de Mendonça; Cônego Augusto José de Carvalho; ex-Prefeito Antônio Visotto; Advogado Euclides Machado de Souza; Professor Otacílio Pereira Machado e Comendador Antônio Gomes de Oliveira.

O deputado brasopolense sofreu um rude golpe nos seus sinceros e leais objetivos de ajudar sempre sua terra, no momento em que o prédio da Faculdade foi tomado *manu militari* para ser transformado em Asilo de idosos, por prazo limitado, porém, com o propósito preconcebido de não o restituir. Percebendo, posteriormente, que tal atitude comprometeria todo o trabalho feito, quando tomou conhecimento do parecer dado no processo, pela Comissão de Verificação Prévia, após a visita desta, contrário à instalação da Faculdade, abandonou, com todos os seus amigos, o campo de batalha.

Houve, como se constatou, constrangimento geral e frustração de todos os brasopolenses esclarecidos e ciosos da importância futura de uma Faculdade para a Cidade, que não se conformaram com tão esdrúxula mas consciente e premeditada atitude, adotada por algumas pessoas, mantendo o prédio da Faculdade como Asilo.

Foi deste modo que, nos idos de 1976, Brasópolis jogou pela janela, digamos assim, sua tão almejada e merecida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

### **Escola Estadual Técnica-industrial Tancredo Neves**

Com o desdobramento da Escola Estadual Presidente Wenceslau, onde funcionava também o renomado Curso Técnico de Telecomunicações e de Eletrônica, foi criada a Escola Estadual Técnica-industrial Tancredo Neves, cujos passos iniciais e principais foram dados pelo Professor José Raimundo de Faria e Euclides Pereira Cintra.

A unidade escolar acima foi criada pelo Decreto Estadual nº 25.635, de 13 de fevereiro de 1986. A autorização para seu funcionamento foi concedida pela Portaria nº 430/86, de 22 de fevereiro do mesmo ano, do Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais.

Instalada no prédio da antiga Escola Normal de Economia Doméstica, que foi todo recuperado e adaptado para o funcionamento de um curso técnico de alto nível, com recursos oriundos de um

convênio com os Bancos Interamericano de Desenvolvimento e do Estado, vem a mencionada escola prestando os melhores serviços à educação em Brasópolis e contribuindo de maneira destacada para o desenvolvimento tecnológico do Estado e do País, formando técnicos de alto gabarito para atender à demanda das áreas profissionais para as quais forma pessoal altamente especializado.

## CAPÍTULO IV

### **INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS E ASSISTENCIAIS**

#### **Santa Casa de Misericórdia/Hospital São Caetano**

Toda sociedade, à proporção que se organiza, vai tomando consciência das suas necessidades maiores, mais prementes. Em conseqüência, vão sendo implementadas medidas para preencher as lacunas apresentadas, visando torná-la em condições de oferecer aos seus membros os serviços sociais indispensáveis.

A evolução comunitária, em busca de seu melhor funcionamento, se dá em conformidade com seus foros de cultura e desenvolvimento. Esses fatores é que determinam, normalmente, as iniciativas a serem tomadas, segundo o estágio de evolução alcançado.

Aqueles que se derem ao trabalho de acompanhar, pesquisar e avaliar, em cada célula social, o empenho, o interesse e a boa vontade demonstrados por todos os seus membros, para dotá-la de melhores condições de vida, ficarão convencidos, facilmente, que há em toda parte uma força telúrica ponderável a impelir os cidadãos às ações objetivando tais finalidades.

Certamente por este motivo toda comunidade é sensível à conclamação para trabalhos e contribuições, cujos fins sejam sempre os de oferecer aos seus membros condições de implantar instituições que são julgadas indispensáveis ao progresso, ao conforto e ao bem-estar de todos.

O rápido crescimento e a prosperidade de São Caetano da Vargem Grande despertaram na comunidade a inspiração de que já havia soado a hora de se iniciar movimento em prol da construção de

um Hospital ou, melhor, uma Santa Casa de Misericórdia, como comumente se denominava um nosocômio destinado a oferecer a todos, inclusive e principalmente à classe carente, assistência médica e hospitalar gratuitas.

Líder de excepcionais virtudes, sempre preocupado com sua terra e seu povo, o Cel. Francisco Braz, apoiado por vários amigos, entre os quais encontravam-se os Srs. Dr. Álvaro Ribeiro de Barros (médico), então residente na localidade, Manoel Esteves Chaves, João Pires de Oliveira Feixas, Artur Braz Pereira Gomes e Dona Maria da Conceição Chaves, elaborou o ambicioso plano de criar e instalar uma Santa Casa de Misericórdia, na comunidade, que oferecesse as condições mínimas de internamento e recuperação da saúde a todos que dela necessitassem.

Assim, com a cooperação de todos e, principalmente, de Joaquim de Almeida Campos e Silva, homem inteligente, trabalhador e dotado de recursos financeiros, a quem a cidade muito deve, não se olvidando os valorosos “12 Apóstolos”, encabeçados por Wenceslau Braz, incumbidos de arrecadar os recursos financeiros necessários, esse autêntico chefe fundou, em 7 de setembro de 1908, a Santa Casa de Misericórdia de São Caetano da Vargem Grande.

O primeiro Provedor da entidade foi o pioneiro da iniciativa; Vice-Provedor, Joaquim de Almeida Campos e Silva; 1º Secretário, Serafim Martins dos Santos Lima. A Diretoria Clínica foi entregue a um dos maiores entusiastas do movimento, o médico Dr. Álvaro Ribeiro de Barros, a quem, também, Vila Braz muito ficou a dever. Iniciadas imediatamente as obras em ritmo acelerado, o nosocômio foi inaugurado, solenemente, em 2 de abril de 1911, devidamente equipado. A Provedoria instituiu, com muita sabedoria, o Apostolado da Construção do Hospital, com a pesada incumbência de angariar os recursos financeiros necessários, cujo trabalho foi realizado com muita dedicação. Entre os “12 Apóstolos”, lembramos os seguintes nomes: Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Joaquim de Almeida Campos e Silva, Joaquim José de Faria e Souza e Antônio Ventura de Oliveira Castro. Não temos dúvidas de que dezenas de outras pessoas de valor integraram-se ao sadio empreendimento, o que possibilitou a conclusão das obras em poucos anos.

A veneranda Santa Casa de Misericórdia prestou, através dos tempos, relevantes serviços, oferecendo à população menos dotada economicamente toda assistência de que necessitava. A cidade cresceu, desenvolveu-se e passou a reclamar mais e melhores condições de atendimento, principalmente na área da saúde. Acolhendo essa justa colocação das reivindicações, os dirigentes de então houveram por bem sugerir a constituição de uma comissão para cuidar da construção de um novo Hospital, tendo em vista que a velha Santa Casa, instalada à Rua Dona Ana Chaves, já havia cumprido plenamente sua finalidade. Por vários motivos, sua recuperação e ampliação não foram aconselhadas.

Surgiu, assim, pelos idos de 1945, um movimento tendente a iniciar logo a construção da obra planejada. A sociedade brasopolense acolheu por unanimidade a idéia. Uma comissão de alto nível foi criada, tendo como seus principais responsáveis os saudosos amigos de Brasópolis, Sr. Georges Leonard Silve e Dr. Walter Cabral. O grupo foi efficientíssimo em seu trabalho, entregando à cidade, em pouco tempo, um confortável e funcional nosocômio – o Hospital São Caetano – que sucedeu à Santa Casa, conservando, porém, conjuntamente, o nome de Santa Casa de Misericórdia e Hospital São Caetano de Brasópolis.

A primeira Mesa Administrativa do Hospital São Caetano foi assim constituída: Dr. Walter Cabral, Provedor; Cirilo Gonçalves Cintra, Vice-provedor; Francisco Rezende, Tesoureiro; Georges Leonard Silve, 1º Secretário; José Viana de Noronha, Procurador.

### **Asilo de Inválidos Maria Adelaide**

Fundado em 1º de junho de 1924, por um grupo de dinâmicos vila-brasenses, sob a feliz inspiração do Revmº Padre José Antônio Corrêa e do Cel. Paulo Orozimbo de Azevedo, tendo por patrono maior S. Exa. Revmª Dom Otávio Chagas de Miranda, Bispo Diocesano de Pouso Alegre, a entidade realiza um trabalho assistencial digno de louvor.

Segundo informa Dona Eneida Spolzino Gomes, os estatutos foram registrados sob o nº 19, no Cartório de 2º Ofício de Itajubá, depois de aprovados em Assembléia Geral do dia 8 de dezembro de

1924. Já dotada de personalidade jurídica a instituição foi assim denominada em homenagem à virtuosa Senhora Maria Adelaide, esposa do Cel. Paulo, que foi um dos seus maiores colaboradores financeiros, embora não residisse na localidade.

A direção do Asilo foi entregue, desde o início, aos cuidados das Revm<sup>as</sup> Irmãs da Providência. Essa grande responsabilidade foi assumida pela Irmã Mãe Maria Resende Lima, então Superiora da Congregação. As Irmãs Maria Isabel, Maria São Luiz e Ana Maria receberam instruções para cuidar do órgão que acabava de ser instalado. Em 1927, a Irmã Maria Valéria passou a dirigi-lo até que, em 1929, afastou-se. Assim é que a referida casa de pobres permanece sob a orientação dessa Congregação, até os dias atuais, com os melhores resultados.

Em 1932, foi organizado, e passou a funcionar nas mesmas dependências do Asilo, o Orfanato Santa Terezinha, para meninas órfãs e outras, descendentes de famílias paupérrimas, oferecendo às suas internas educação cristã e profissional, além de formação moral, tornando-as, assim, aptas para a vida.

O primeiro Provedor do Orfanato Santa Terezinha foi o incansável batalhador pela causa social em Brasópolis, o Dr. Francisco Pereira Rosa. A Revm<sup>a</sup> Irmã Genoveva foi a sua primeira Diretora. Posteriormente foi substituída por outras colegas, que ali permanecem, dirigindo-o com eficiência.

Tanto o Asilo como o Orfanato são mantidos pela comunidade e com verbas dos governos municipal, estadual e federal. Oferecem trabalho diário aos internos, em atividades variadas, cujo produto é comercializado, revertendo o resultado, parcialmente, às instituições, sendo o restante dividido entre os que se ocupam das atividades produtivas ali desenvolvidas, proporcionalmente ao rendimento de cada um.

A primeira diretoria do Asilo Dona Maria Adelaide foi assim constituída: Presidente, José Brito Sobrinho; Vice-residente, Dr. Francisco Pereira Rosa; Secretário, Waldemar Pereira Mendonça; Tesoureiro, Comendador José Alfredo Gomes, e, Procurador, João Batista Gomes. Não se pode olvidar o nome do Dr. Carlos Piolli Filho que, por longos anos, prestou plena assistência médica gratuita à casa dos velhinhos. O mesmo ocorreu com o Comendador José Alfredo

Gomes, por ter estado sempre a serviço das referidas instituições, prestando-lhes boa assistência.

Os registros acima descritos referem-se ao período inicial das atividades dessa casa de assistência, isto é, a partir da inauguração de suas atividades. Faremos ainda referência, sucintamente, ao que aconteceu ali anteriormente a 1º de junho de 1924.

As providências iniciais para a implantação do Asilo foram adotadas oficialmente no dia 9 de novembro de 1919, quando um grupo de pessoas, preocupado com a assistência aos desvalidos da sorte, reuniu-se e tomou a mencionada deliberação.

À referida reunião compareceram: Padre José Antônio Corrêa, Cel. Paulo Orozimbo de Azevedo, Doutor Francisco Pereira Rosa, Joaquim de Almeida Campos e Silva, José Alfredo Gomes, Manoel Antônio Salgado, Manoel Brito Filho, João Batista Gomes, José Brito Sobrinho, Cônego Herculano Moreira, Waldemar Pereira Mendonça, Miguel Mendes, Benedito Marcondes de Carvalho e outros.

Da união do grupo nasceu a idéia de se construir, ao lado da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, o prédio-sede do Asilo. O Padre José Antônio Corrêa, responsável pela obra, foi incansável, entregando-a pronta para a inauguração em maio de 1924.

Foi feita a inauguração da instituição com toda a pompa, que contou com a presença honrosa de seu patrono, S. Exa. Revm<sup>a</sup> D. Otávio Chagas de Miranda, Bispo Diocesano.

A entidade mantenedora do Asilo é a Associação Nossa Senhora Aparecida, benemérita entidade que já reformou as antigas instalações e construiu um novo prédio, dotado de moderna capela e confortáveis instalações. No que tange a essa obra, mérito muito grande se deve ao então Provedor José Júlio Marcondes Salgado, que foi incansável no seu trabalho até o final da construção em 8 de dezembro de 1982.

## **Sociedade de São Vicente de Paulo**

Vila Braz seguiu o caminho trilhado pelas mais importantes cidades da região, no que se refere à implantação de entidades filantrópicas.

O Conselho Particular Vicentino, da comuna, era constituído de homens dedicados à melhoria da qualidade de vida das famílias

carentes. Sempre se encontrou, nos meios sociais locais, campo fértil para todos os movimentos destinados a amparar os necessitados.

O Comendador José Alfredo Gomes, encabeçando esta salutar instituição, conseguiu reunir, com o mesmo objetivo, os senhores Antônio de Oliveira Noronha, Miguel Mendes, João Batista Gomes, entre outros valores. Foi assim fundado, em 19 de março de 1905, o Conselho Particular Vicentino da Sociedade de São Vicente de Paulo que, inicialmente, reuniu três Conferências Vicentinas: São Caetano, Santa Teresinha e Nossa Senhora Aparecida, presididas, respectivamente, por José Alfredo Gomes, Antônio de Oliveira Noronha e Miguel Mendes.

Distribuídos por essas conferências o Conselho contou, ao iniciar sua atividade, com 81 confrades, eficientes e devotados, que passaram a socorrer, semanalmente, 113 famílias desvalidas.

Com grande esforço e total apoio comunitário, foi instalada a sede da Vila Vicentina, com 35 apartamentos, onde foram acomodadas 89 pessoas desabrigadas. O trabalho, porém, não ficou por aí. Teve seqüência, com entusiasmo, como era de se esperar.

As atividades desse órgão cresceram e se expandiram. A antiga Vila Vicentina foi transformada no atual Asilo de São Vicente de Paulo, em cujo terreno foram construídas a Capela e várias casas, além de outras instalações destinadas a propiciar, aos assistidos, condições para trabalhos diversos, inclusive agrícolas, visando à obtenção de recursos e, especialmente, oferecer terapia aos que apresentam condições físicas para as atividades ali desenvolvidas.

### **Lar da Criança Monsenhor Noronha**

Com o fim de amparar, educar e formar, profissionalmente, menores desamparados, contando, para tanto, com alguns recursos financeiros estaduais, foi criada, em 1970, a Comissão Municipal de Bem-Estar do Menor de Brasópolis.

Foi dada à entidade a denominação de Lar da Criança Monsenhor Noronha, merecida homenagem ao Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha que, inicialmente, além do apoio e iniciativas que tomou em prol da instituição, doou o terreno onde foi edificada sua sede ampla e funcional.

A Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor (COMBEM) teve sua primeira diretoria assim constituída: Advogado Euclides Machado de Souza, Presidente; Eneida Spolzino Gomes, Vice-presidente; Vicente de Paula Pinto, 1º Tesoureiro; Nélia Cintra Faria, 1ª Secretária, e José Raimundo de Oliveira, 2º Tesoureiro. Esses diretores realizaram um grande trabalho, criando, assim, todas as condições para o bom funcionamento desse novo órgão assistencial.

Em 1973 a instituição elegeu e empossou a sua segunda diretoria: Professora Teresinha Serpa Brito, Presidente; Francisco Mauro da Silveira, Vice-presidente; Professor Francisco Crescêncio Ribeiro, 1º Secretário; Professora Déa Carvalho Stussi, 2ª Secretária; Maria Inês Noronha Cintra, 1ª Tesoureira; Doutor Carlos Piolli Filho, 2º Tesoureiro; José Cláudio Rezende, 1º Procurador, e José Augusto dos Santos, 2º Procurador. Aproveitamos a oportunidade para render justa homenagem a José Augusto dos Santos, que foi um grande batalhador por todas as causas comunitárias. Jamais faltou a uma convocação sequer para qualquer atividade. Foi um bravo, um grande, apesar de sua modéstia e cativante conduta.

O órgão era dirigido pelas Irmãs da Providência, com eficiência e dedicação. Trabalhadoras, modestas, essas abnegadas lidadoras muito têm contribuído para o bom funcionamento de várias instituições filantrópicas em Brasópolis. Quando estas linhas foram escritas, era a Irmã Teresinha Bagio a Diretora. Acolhe o Lar, presentemente, 196 crianças com idade entre 2 e 15 anos. O regime é de semi-internato.

A Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor, com a qual o Estado de Minas Gerais mantém convênio de ajuda financeira, recebeu total apoio de Euclides Pereira Cintra, que se fez presente a todas as suas iniciativas, inclusive apresentando à Assembléia Legislativa o Projeto nº 608/76, declarando-a de utilidade pública. Essa entidade ficou assim considerada pela Lei nº 6.969/76, publicada em 28/12/1976.

Com a finalidade de ampliar a capacidade de atendimento do órgão e facilitar a obtenção de ajuda financeira para implantação de suas atividades artesanais e de profissionalização, os dirigentes do Lar da Criança resolveram entregar o valioso patrimônio e a própria instituição a uma organização congênere, cuja capacidade e forte atuação pudessem garantir-lhe melhores condições futuras de manutenção.

Foi nesta ocasião que alguns brasopolenses tiveram a felicidade de se lembrar do humilde e carismático Frei Orestes Girard, dirigente da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora de Fátima, em Campos do Jordão-SP. É que esse operoso sacerdote já havia organizado naquela cidade, e em algumas outras, casas de amparo a menores desamparados, muito bem-estruturadas, e entregues ao controle das mencionadas freiras, mas por ele, Frei Orestes, supervisionadas, apresentando excelentes resultados.

Tomada essa sábia deliberação, Frei Orestes Girard foi procurado pela terceira diretoria do Lar da Criança para receber a solicitação no sentido de que estendesse até Brasópolis os grandes benefícios de sua organização de assistência aos menores, mediante a entrega (doação) do acervo da entidade à instituição que fundara e dirigia. Pessoa extremamente bondosa, dotada até de um certo messianismo, atendeu ao pedido, visitou as instalações e, afinal, concordou em aceitar mais aquele pesado encargo, incorporando, às casas similares que dirigia, a de Brasópolis, com o máximo de boa vontade.

Assim, em 8 de dezembro de 1978, a então 2ª Tesoureira, Tereza Nazaret de Souza, com plena aprovação de toda a diretoria e do Conselho Deliberativo, transferiu, oficial e legalmente, o Lar da Criança Monsenhor Noronha e todo o seu patrimônio para a Congregação das Irmãs Franciscanas, com sede em Campos do Jordão-SP.

Com essa oportuna atitude, a instituição passou a contar com maiores recursos financeiros, o que lhe permitiu não somente melhorar o atendimento e a assistência como, sobretudo, aumentar o número de assistidos. A casa passou a funcionar em dois turnos e a fornecer refeições completas a todos os menores matriculados.

O braço forte do Frei Orestes somado à devotada cooperação da sociedade brasopolense transformaram o Lar da Criança, ampliando todas as suas atividades.

Poucos dias antes dessas informações serem registradas, isto é, em 5 de agosto de 1988, era recebida com imensa tristeza a notícia de que Frei Orestes Girard acabava de entregar a alma a Deus. Jamais será ele esquecido pelo povo brasopolense, pelo muito que fez para a infância carente, transformando-se em mais um dos seus grandes benfeitores.

## Dispensário de São José

O Dispensário de São José é outra instituição benemerente que enobrece a sociedade brasopolense. Sua atuação tem proporcionado imensos benefícios à população periférica da cidade.

Idealizado por um grupo de abnegadas senhoras e embasado no valioso apoio do Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha, com fins puramente filantrópicos, foi fundado em 19 de março de 1950. Tem por principais objetivos promover por todos os meios cristãos o amparo moral, espiritual e material, preservando tanto quanto possível a dignidade da pessoa humana, amparando-a sob todos os aspectos, independentemente de raça, religião e outras peculiaridades.

Além do Monsenhor Noronha, batalharam na primeira linha pela fundação, instalação e funcionamento da entidade: Carmem Pedroso Vergueiro (Dona Santinha), Isabel Braz de Faria (Dona Belinha), Maria Clara de Faria (Dona Sinhá) e Amélia Rezende.

A esse grupo representativo de damas deve-se essa fecunda iniciativa que tem sido conduzida, através dos tempos, com muito carinho e eficiência, razão pela qual o dispensário se tornou uma casa modelar de assistência, respeitada e admirada por todos.

Quando estas linhas estavam sendo redigidas, encontrava-se à frente do órgão, como seu dinâmico Presidente, José Antunes de Faria, a quem consignamos nosso agradecimento pela atenção que nos dispensou e pela maneira eficiente e devotada como vem conduzindo a instituição, juntamente com os demais diretores.

Várias diretorias contribuíram com seu trabalho para o completo êxito da entidade, que foi criada e devidamente registrada nos órgãos federal, estadual e municipal, oferecendo, portanto, todas as condições para a realização de um trabalho digno de menção, o que vem ocorrendo de maneira a merecer os aplausos daqueles que procuram inteirar-se das sadias e nobres atividades dessa casa de assistência.



*O Dep. Euclides Pereira Cintra cumprimenta o General de Exército Antônio Bandeira, presente o General de Divisão Milton Tavares de Souza, na Assembleia Legislativa, em março de 1978*

## CAPÍTULO V

### ETAPAS DO PROGRESSO

#### **Serviço de telefonia**

A emancipação político-administrativa de Vargem Grande proporcionou a formação, em todas as áreas de atividades do novo Município, de uma nova aura de entusiasmo, envolvendo empresários, homens públicos e lideranças em geral.

Em função desse estado de espírito, que se apoderou de toda a população, várias idéias surgiram e foram debatidas, dando assim cobertura às ações cujas finalidades tivessem como objetivo a prosperidade, a melhoria das condições sociais e econômicas da comunidade. Entre outras sugestões, colocadas ao exame das lideranças, a implantação de um serviço de telefonia, ligando Vila Braz a Piranguinho e São José do Paraíso, recebeu apoio de todos.

Debatida amplamente, a idéia ganhou dimensões dignas de serem apreciadas por empresários e poder público, já com o fim de transformá-la em realidade.

Concluiu-se, afinal, que o serviço de telecomunicação entre Vila Braz e as comunas citadas deveria ser concretizado por meio de concessão a particulares, para exploração, por prazo determinado, contribuindo, ainda, o Município com subvenção anual.

O Padre Alberto Brigagão, Vigário da Paróquia, objetivando apenas encontrar mais rapidamente meios de concretizar tão almejado empreendimento, apresentou proposta à Municipalidade, colocando-se como interessado na concessão.

Desincumbindo-se de sua responsabilidade, o Município, pela sua Câmara Municipal e Agente Executivo, concedeu, em 1908, àquele sacerdote, o privilégio para explorar o serviço telefônico durante 25 anos, mediante o recebimento da ajuda anual de 600\$000 (seiscentos mil réis) (“Anuário de Minas Gerais”, de 1909).

Vila Braz foi, assim, interligada com as citadas localidades, por um serviço regular de telefonia, do que resultou inúmeras vantagens para a rica e próspera comuna, à época exportadora de vários produtos de grande importância econômica como fumo, café e toucinho, além de outros grãos.

## **A ferrovia**

Este extraordinário evento aguardado por muitos anos ocorreu no dia 9 de novembro de 1910, data em que foi inaugurado o trecho do ramal ferroviário ligando Piranguinho a Vila Braz, em direção a São José do Paraíso.

O Município, que já era uma região desenvolvida, onde imperava o progresso, ganhou forte impulso com mais esse grande melhoramento. Desdobramentos importantes para as atividades assistenciais, sociais, produtivas e comerciais ocorreram, produzindo ali verdadeiro impacto e novo ritmo de prosperidade.

Território dotado de terras magníficas, grande produtor de gado, café e cereais, muito necessitava de transporte eficiente e capaz de escoar, em qualquer época, sua produção. Da mesma forma, foi facilitada a chegada dos produtos importados, até então transportados no lombo dos burros e nos carros de bois.

São Caetano da Vargem Grande muito deve às fitas de aço da Rede Sul-Mineira que sustentaram, com grande eficiência, o extraordinário surto de progresso que dominou essa vasta e rica região.

O movimento ferroviário tornou-se importante, sob vários aspectos, até mesmo para as atividades sociais. As chegadas e partidas de trens, quer durante o dia ou à noite, provocavam um grande movimento na estação ferroviária, sempre muito freqüentada. Ali compareciam para o gostoso vaivém, nos horários dos trens de passageiros, elementos de todas as camadas sociais, homens de negócios etc.

Esse encontro da sociedade brasopolense na gare local, diariamente, com o tempo transformou-se em rotina e sempre foi intenso. Entretanto, começou a perder interesse, aos poucos, à proporção que foram surgindo as nossas primeiras rodovias asfaltadas.

### **Iluminação pública – Força e luz**

Não nos foi possível encontrar dados sobre a iluminação primitiva de Vargem Grande, ou seja, a época em que os históricos lampiões a querosene foram colocados em uso. Quase todas as comunas serviram-se, transitoriamente, desse processo para terem suas ruas menos escuras. Sabe-se apenas que até o ano de 1910 a Cidade ainda era iluminada daquela forma.

Enquanto várias cidades vizinhas já se serviam de iluminação elétrica, ali ela só chegou em 1911, fornecida pela Empresa de Força e Luz de Itajubá.

Após grandes esforços das lideranças políticas e econômicas locais, aos 17 de janeiro de 1911 eram inauguradas, na comunidade, sob efusivas manifestações populares, as linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

A inauguração de tão importante empreendimento representou, efetivamente, uma conquista das mais valiosas. Sem essa extraordinária ocorrência a caminhada para o desenvolvimento do burgo teria sido bastante retardada. A partir, pois, desse importante evento foi possível implantar no Município as primeiras micro e pequenas indústrias, principalmente aquelas destinadas ao beneficiamento primário da produção agrícola.

Pode-se mesmo afirmar que a energia elétrica possibilitou a São Caetano da Vargem Grande uma nova e destacada fase de entusiasmo em todos os empreendimentos comunitários.

### **Aeroclube**

Inúmeros foram os conterrâneos com os quais trocamos impressões, naqueles áureos tempos de nossa vida, acerca da fundação do aeroclube local. Acompanhamos todas as *démarches* empreendidas com essa finalidade. Muito esforço e engenho foram dispendidos para que tão importante cometimento fosse concretizado.

Dotar a cidade de uma pista de pouso para aeronaves de certo porte, com hangar, instalações e sinalizações indispensáveis à sua utilização, foi tarefa ingente, encargo para verdadeiros gigantes do progresso, ousados e idealistas.

Desde 1942 sentíamos, nos meios econômicos e sociais da cidade, evidentes sinais de que a idéia em exame ganhava terreno. Mostrava-se assim eficiente a atuação dos entusiastas da iniciativa, o que proporcionava clima favorável à institucionalização da sonhada entidade, não obstante o dispendioso custo dos investimentos a serem feitos. A campanha prosseguia com sucesso. Aqueles que nela se empenharam estavam conscientizados da grande responsabilidade que lhes pesava aos ombros. Chegou o momento em que foi selecionado, com esforço, um grupo de empresários e profissionais liberais, que desde logo convenceu-se que o Município deveria integrar-se às comunas vizinhas que já dispunham de uma Escola de Pilotagem. Para tanto seria indispensável, inicialmente, uma pista de aterrissagem.

As lideranças envolvidas já estavam certas de que a viabilização de tão importante projeto dependeria de um ponto de apoio – o Aeroclube – que deveria ser fundado com urgência. Eis porque esta meta foi considerada prioritária, a par de outras medidas pertinentes. Assim, após várias reuniões preparatórias, foi realizada dia 10 de setembro de 1944, com sucesso, a Assembléia Geral de fundação do Aeroclube de Brasópolis, que também elegeu e empossou a primeira diretoria, assim formada: Isaac Pereira de Faria, Antônio Viana de Noronha, Dr. Euclides Machado de Souza, Francisco Pedroso Vergueiro, Antônio Carvalho de Oliveira, Artur Lourenço de Faria e Dr. Antônio Carvalho Cintra.

Dos anais da instituição constam os nomes dos abnegados brasopolenses que contribuíram monetariamente para a implantação do Aeroclube. Contribuíram com Cr\$2.000,00: Artur Lourenço de Faria, Benedito Pereira de Mendonça, José Brito Sobrinho e Cirilo Gonçalves Cintra. Contribuíram com Cr\$1.000,00: Isaac Pereira de Faria, Maria Alzira Braga Faria, Pedro Pereira da Rosa, Dr. Antônio Carvalho Cintra, João Rosa, José Bernardes de Faria, Dr. Francisco Braga, Dr. José Pereira de Mendonça, João José Pereira de Mendonça, Joaquim Carlos Pereira, Francisco Rezende, Dr. Euclides Machado de Souza, João Pereira de Faria, Antônio Pereira de Faria, João

Ribeiro Rennó, Noé Pereira Serpa, José Gonçalves Cintra, Alfredo Rezende Faria, João Cândido Mendonça, João Paula Pinto, Benedito Marcondes, Geraldo Mendonça, Adelina de Alvarenga Lopes, Dr. Francisco Guimarães, José Pereira Mendonça, Euclides Pereira Galvão, Sebastião Lopes, Dr. Francisco Pereira Rosa, José Gonçalves da Silveira, Joaquim Torres Pereira e Sebastião Manoel. Uma referência especial é devida ao Dr. Antônio Carvalho Cintra, pela construção do hangar, com recursos próprios, para posterior doação dessa construção ao Aeroclube.

O Aeroclube foi implantado bem próximo à cidade. De algumas áreas urbanas avista-se a pista e demais instalações. Nesse pequeno campo de pouso já aterrissaram inúmeros aparelhos, em vôos de treinamento e de passeio. Algumas vezes foi utilizado para transporte de autoridades e até de enfermos. Vários pilotos foram nele formados para alegria da gente brasopolense.

Todos os dirigentes têm desempenhado com grandeza e austeridade seus misteres. A preservação de tão importante patrimônio brasopolense tem sido uma constante de todos os seus componentes, alguns deles, senão todos, com dispêndio de recursos próprios, de certa monta.

Presentemente, encontra-se à frente do Aeroclube o dinâmico empresário Noé Pereira Serpa, ex-prefeito municipal. Tanto quanto as diretorias das demais instituições brasopolenses, os dinâmicos diretores dessa entidade têm sabido honrar e enaltecer as tradições de austeridade e de trabalho, características da gente vargem-grandense.

## **Pioneiros da TV**

Vivíamos os idos de 1950, quando se desenvolveu no País tecnologia tendente a revolucionar nossos meios de comunicação, por meio da geração de imagens pelas estações de radioemissão. Ao mesmo tempo formava-se um grupo de técnicos brasopolenses, dispostos a envidar esforços para tornar possível a recepção na cidade das imagens de TV emitidas pelo seu centro gerador de então – a PRF3-Difusora, de São Paulo.

Empreendimento dos mais difíceis e arriscados na época, que exigiria da equipe muito trabalho, arrojo, técnica, audácia e

disponibilidades financeiras, mesmo assim encontrou em seus idealizadores racionalidade e determinação. Nem mesmo o imenso paredão constituído pela Serra da Mantiqueira, em cujos contrafortes incrusta-se Brasópolis, que seria, segundo opinião de alguns técnicos, obstáculo impeditivo à passagem das ondas de TV, abalou a execução do projeto.

Especializados em telecomunicações e eletrônica, os responsáveis por tão árdua tarefa confiavam na sua experiência e conhecimentos, não lhes faltando forte dose de entusiasmo. Uniram-se, com tal objetivo, Carlos Faria, Artur Faria Neto, Deoclécio Campos Caridade, Pedro Gomes Neto, Nadir Martins e Geraldo Gomes. Contaram ainda com o indispensável colaboração dos dignos empresários Artur Lourenço Faria e Benedito Martins, que respaldavam o apoio financeiro ao grupo.

Fazendo também vista grossa à crítica dos derrotistas, a brilhante equipe devotou-se inteiramente ao trabalho, realizando pesquisas e experiências nos locais indicados à procura dos pontos ideais para a recepção almejada. Neste trabalho foram escaladas, com grandes sacrifícios, as mais altas elevações do sistema orográfico municipal, a pé, com auxílio de animais de montaria e cargueiros, conduzindo sempre os petrechos indispensáveis à exploração que se tinha em vista.

Tangidos pela fé e pela confiança no êxito da nobre missão a que se propuseram, os abnegados pioneiros da recepção de TV em Brasópolis conseguiram, após vários dias de intensa luta, receber em seus aparelhos, no dia 4/3/1952, a imagem emitida pela PRF3-Difusora, ainda que precariamente. Como seria natural, este foi um momento de grande emoção e de incomensurável alegria para todos.

Estava, pois, vitorioso tão importante empreendimento! Mercê do esforço, da inteligência e da coragem dos valorosos técnicos brasopolenses, abriam-se as portas para novos ganhos na área dessa tecnologia de ponta, representados pela recepção das emissões de TV, a ser explorada através da continuidade das experiências e da engenharia criativa de dispositivos destinados à melhoria das ainda incipientes imagens captadas em Brasópolis. O privilégio de ser a primeira cidade de Minas Gerais a receber emissões de TV coube a essa cidade, graças à vitoriosa iniciativa.

O notável acontecimento foi noticiado pela imprensa do País, com os merecidos elogios. Conquistado a duras penas, o evento ofereceu oportunidade para que se revigorasse na memória dos brasopolenses a convicção de que a comunidade, apesar de sua modéstia, jamais distanciou-se dos centros econômicos e sociais maiores, no que tange à evolução do progresso cultural, científico e tecnológico.

### **A rodovia asfaltada**

O povo brasopolense recebeu com entusiasmo a notícia do extraordinário acontecimento representado pela abertura da rodovia Piranguinho – Paraisópolis. Essa iniciativa do então Governador Juscelino Kubitschek veio abrir, para toda a região, largas possibilidades para a implementação do progresso.

Houve, assim, depois de um longo período de arrefecimento das expectativas populares, o renascimento de uma nova fase de animação, plenamente vivida pelo povo brasopolense, cujos corações passaram a pulsar com mais intensidade.

Era o asfalto que chegava à cidade para permitir novas e acentuadas transformações que abririam longas clareiras para o futuro de uma comunidade inteligente, trabalhadora e esforçada.

Os brasopolenses passaram a viver novos dias, em que até os futurólogos tinham oportunidade de emitir suas previsões, sempre promissoras, que criavam em todos muito otimismo, além de novos sonhos a serem acalentados.

Muitas ocorrências importantes para Brasópolis aconteceram com a chegada do asfalto. Se nos dermos ao trabalho de analisar com serenidade e interesse o que representou esta nova etapa do desenvolvimento da Cidade e do Município, proporcionada pela rodovia asfaltada, vamos encontrar, com facilidade, vários fatos significativos a influir na vida do homem comum, a começar pelo renascimento da fé e da esperança em dias melhores.

## **Observatório Astrofísico – Laboratório Nacional de Astrofísica**

Quem conheceu o Cônego Teófilo Jazedé, e privou de sua honrosa amizade, teve oportunidade de apreciar de perto a dedicação desse sacerdote, durante longos anos, ao trabalho científico de observar detidamente a natureza e, principalmente, a atmosfera, em Brasópolis e imediações, como experiente técnico em assuntos climáticos e atmosféricos. Todavia, jamais se poderia supor que essa comunidade seria altamente beneficiada, no futuro, com o resultado de tão importante, despretensioso e completo trabalho.

As coisas quando têm de acontecer, acontecem. Foi o que ocorreu com o Cônego Jazedé. Seu trabalho de caráter técnico, seguro, profissional, cuja finalidade era ignorada, veio permitir, mais tarde, que Astrônomos e Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro pudessem ser despertados para a observação do céu de Brasópolis, no seu longo e estafante trabalho em busca de um recanto, no Brasil, que apresentasse as melhores condições atmosféricas e climáticas para observação e pesquisa do Sistema Planetário.

Baseados nos registros feitos dia a dia, durante anos seguidos, por esse sacerdote, os cientistas encarregados desse trabalho instalaram postos provisórios de observação no Pico dos Dias. Fizeram dali, durante alguns anos, observações e concluíram que o Padre francês estava certo quando resolveu, como cientista, fazer o registro de tudo que percebia de importante na atmosfera da cidade onde passou a residir.

Foi em consequência, especialmente, do trabalho do Padre Jazedé que hoje o Município conta com este importantíssimo ponto de referência, que o destacou em nível nacional e até internacional.

Vários sítios apropriados do País foram também objeto de longas e permanentes pesquisas que deveriam, afinal, indicar a melhor região, a mais propícia, isto é, aquela que apresentasse o céu mais claro e descoberto, ou seja, sem névoas e nuvens, por maior espaço de tempo possível.

É que os pesquisadores (astrônomos), depois de instalado o Observatório, necessitam ter ao alcance de seus instrumentos de observação, por maior espaço de tempo possível, um céu completamente limpo e com baixa movimentação do ar. Em todas as

regiões observadas, o céu é quase que encoberto ou semicoberto pelas nuvens ou por outros elementos da natureza, como névoas, vapores, poluição etc., impedindo a perfeita e necessária visibilidade para a plena utilização dos instrumentos.

A natureza foi assim generosa para com esse Município, reservando ali uma área que oferece, permanentemente, o céu descoberto e limpo, em um ponto bem alto, que é o Pico dos Dias, com seus quase dois mil metros de altitude, onde foram instalados dois possantes telescópios e construídas as demais instalações necessárias. De sorte que a região de Brasópolis foi transformada em um importante *campus* avançado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a implantação do Observatório ou Laboratório Astrofísico Brasileiro, presentemente o mais importante da América Latina.

Não fossem esses registros, formulados durante longos anos pelo Cônego Teófilo Jazedé, os cientistas da UFRJ não teriam sido despertados para as condições especiais que apresenta o Pico dos Dias para a pesquisa e observação por alunos, professores, cientistas e grandes mestres, alguns vindos de várias partes do mundo em busca de condições técnicas para a elaboração de suas teses de pós-graduação.

O ilustre médico Artur de Mendonça Chaves, brasopolense dos mais entusiastas, que acompanhou de perto a evolução dos trabalhos realizados pelas autoridades e políticos, para a decisão de se implantar no Pico dos Dias o Observatório Astrofísico da UFRJ em convênio com a UFMG, de certa feita manifestou ao autor destas linhas sua grande alegria por tão importante acontecimento, dizendo, em carta hoje histórica, que “aguardava o dia que fosse visitar o Pico dos Dias para colocar os joelhos em terra e rezar um Padre-nosso e uma Ave-maria por alma do grande pioneiro que foi o Alferes Antônio Dias Pereira, genearca da grande família Pereira, de Brasópolis e da região, que foi homenageado com a denominação dada ao conhecido e comentado acidente geográfico, escolhido para a implantação do observatório”.

Os brasopolenses sentem-se envaidecidos por terem conquistado tão cobiçado instrumento de pesquisas espaciais que, além de trazer para a região sul-mineira as importantes atividades do órgão, possibilitou a projeção internacional alcançada por seu torrão natal.



*O Dep. Euclides Pereira Cintra congratula-se com sua ex- professora Dona Marieta Ferraz Egreja pelo transcurso de seu 100º aniversário, em solenidade realizada no Clube Wenceslau Braz*

## CAPÍTULO VI

### INSTITUIÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

#### **Gabinete de leitura – Instrução pública**

Fazer-se abstração a um relevante aspecto da sociedade vargem-grandense, observado e registrado pelos historiadores desde os primórdios de sua formação, não seria desejável, a não ser que se almejasse, inconscientemente, abrir pernicioso lacuna no contexto sócio-histórico em exame. Referimo-nos ao permanente estado de espírito que se formou entre os membros mais expressivos do Burgo, tornando-os seriamente preocupados com o nível cultural da população.

No decorrer de nosso trabalho pudemos constatar, e até mesmo nos convencer, que esta forte tendência popular de empenhar-se, profundamente, pelo progresso, sob todos os ângulos, tornara-se uma constante na evolução material e social da comunidade.

Ainda no alvorecer de sua história, já manifestava ela essa benfazeja preocupação, de modo convincente, através de suas lideranças, comprovada pela criação e implantação de escolas públicas e particulares, em todos os aglomerados populacionais, ainda nascentes, capitaneados por Vargem Grande. É o historiador Bernardo Saturnino da Veiga (“Almanaque Sul-Mineiro”, 1884) quem nos dá conta, em linhas gerais, do que era esse Distrito àquela época, o que possuía de bom, de belo e de futuroso, produzindo, assim, um espelho da comuna em que procurou focalizar os mais importantes aspectos.

Decalcado no amplo e sério relato desse autor, vamos falar sobres as primeiras escolas instaladas no citado Distrito. Assim se

manifesta o dedicado historiador: “Na Freguesia há aulas públicas de instrução primária para ambos os sexos, existindo mais uma escola para meninos do Bairro Vera Cruz (atual Cruz Vera), com frequência de 30 alunos. A escola pública de Vargem Grande para o sexo feminino contava, à época, com mais de 50 alunos, enquanto que a destinada a meninos possuía frequência superior a 30 estudantes. As escolas particulares então existentes acolhiam adolescentes em número superior a 30”, conclui.

A instrução pública vargem-grandense encontrava-se, então, entregue aos cuidados do Cel. Francisco Braz, na condição de Delegado da Instrução, e aos Professores regentes de classe Ezequiel Ferreira de Melo, Leopoldina Ribeiro da Silva e Guilherme Ferreira de Melo, sendo que este último regia a Escola do Bairro de Vera Cruz.

As duas escolas particulares, então existentes na sede, eram dirigidas pelos Professores Antônio Domingos Pereira Filho e Gaspar José de Souza, ambos dotados de vocação para o magistério.

Tal era a preocupação dos líderes do Distrito com a boa formação cultural da população, que tinha até em grande atividade uma associação benemerente destinada a manter em funcionamento um gabinete de leitura. Este contava, conforme registrou Bernardo Saturnino da Veiga, com razoável número de associados e boa frequência.

Os fundadores do centro de leitura foram o Professor Antônio Domingos Pereira Filho e o Farmacêutico Henrique Braz Pereira Gomes.

Como sabemos, os gabinetes de leitura são uma instituição cultural bastante difundida em Portugal e em outros países. Tão logo a família real transferiu-se para o Brasil, em 1808, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura, entidade ricamente instalada, com renome internacional, que ainda se encontra em franco funcionamento, como repositório de obras clássicas raras, de renomados autores nacionais e estrangeiros. Trata-se de uma notável instituição, dotada de ambiente agradabilíssimo para leitura e pesquisa, o que muito concorre para que o usuário disponha do conforto e da tranquilidade de que necessita para o máximo aproveitamento de seu tempo, significando um convite antecipado para novas visitas.

Estamos convencidos que a criação e o funcionamento de um gabinete de leitura comunitário falam bem alto das aspirações desse povo ainda jovem, em relação ao seu próprio futuro, que assim se anunciava promissor.

### **Clube Recreativo Vargem-grandense**

Vargem Grande, já àquela época, era realmente motivo de orgulho para seu povo e para toda a região. Vários acontecimentos históricos ali ocorridos nos dão argumento forte e convincente para fazer esta afirmação, sem receio de sermos criticados.

Só o fato de, como simples Distrito, possuir um clube recreativo bem-instalado e em funcionamento seria um destes sérios motivos, principalmente quando se sabe que muitos municípios não o possuem. Dispor de um local apropriado para reuniões da sociedade, nos momentos de lazer ou em outras importantes ocasiões, constitui, efetivamente, um privilégio.

Não se descobriu a data exata da fundação dessa agremiação, mas se tomou conhecimento de que o historiador Sebastião Gomes possuía em seus registros particulares a informação de que “em 1897 ou 1898, foi fundado o primeiro clube recreativo da localidade”.

O historiógrafo informa ainda que a iniciativa da fundação dessa agremiação foi de Joaquim de Almeida Campos e Silva, abastado empresário português, a quem a terra de Wenceslau Braz deve a participação e, algumas vezes, a própria criação de obras sociais e de instituições de significativa importância para a comunidade.

O grêmio não teve vida longa, como comumente acontece com tais entidades, porém, possibilitou e estimulou grandemente, em fase importante para a vida da sociedade, a reunião e a melhor convivência de seus membros.

Foi, como se pode dizer, uma semente lançada em terra fértil que se transformou em frondosa árvore a produzir apetecidos frutos.

### **Clube Recreativo e Literário Wenceslau Braz**

O intenso trabalho desenvolvido para a implantação do novo Município em que Vargem Grande haveria de se transformar, em 2 de janeiro de 1902, propiciou o evento verificado em 27 de março de

1901, ou seja, a fundação de uma agremiação com fins sociais, artísticos, recreativos e literários – o Clube Recreativo e Literário Wenceslau Braz – orgulho dos brasopolenses.

A sociedade vargem-grandense foi acionada para iniciativa tão salutar quanto oportuna pelos seus ilustres membros, Artur Braz Pereira Gomes e Tertuliano Vilela de Castro (Padre), por meio do lançamento, com pleno êxito, das bases estatutárias dessa entidade.

O Clube Wenceslau, como é chamado, tem sede própria e está localizado na praça principal da cidade. Tem sido um centro permanente de motivação para todos os movimentos tendentes a projetar e promover a comunidade.

Os famosos bailes de Carnaval, as inesquecíveis horas de arte e outras importantes atividades desenvolvidas pela agremiação muito contribuíram para o aprimoramento social, proporcionando aos filhos da terra justos motivos para que mantenham na lembrança a agradável recordação das coisas belas e que vão sendo selecionadas pela mente, com o correr do tempo.

A entidade é freqüentada por empresários, comerciantes, professores, estudantes, altos funcionários, fazendeiros etc. Não aceita nenhuma discriminação, seja racial, social, econômica, política ou religiosa.

Como um sofisticado centro social, o grêmio já recebeu ilustres personagens do mundo político, cultural, científico e social. Ali já estiveram, em importantes solenidades, deputados estaduais, federais, senadores, secretários de Estado, bem como os Presidentes Wenceslau Braz, Juscelino Kubitschek e Trancredo Neves. Juscelino honrou sobremaneira a sociedade brasopolense participando, entusiasticamente, toda a noite, até as 5 horas da manhã, do grande baile solene realizado, entre outras várias e expressivas solenidades, em comemoração ao transcurso do cinquentenário da criação do Município, em 2 de janeiro de 1952, quando era o Governador de todos os mineiros.

O principal clube da cidade vem funcionando plenamente, desde sua fundação até os nossos dias, sem solução de continuidade.

Tem tido excelentes diretorias cujos esforços com o objetivo de ampliar, modernizar, dar esplendor às instalações e aumentar o patrimônio da entidade têm sido uma característica de todas elas.

Cada nova diretoria marca com realizações de monta sua administração. Este tem sido o ponto de honra de todas. É de se esperar que jamais falem sócios dignos, honestos, dinâmicos e inteligentes para manter bem viva esta tradição de esforço, dinamismo e austeridade, através dos tempos, honrando e dignificando a gente brasopolense.

### **Clube Republicano**

O leitor já deve ter sido despertado para a acentuada vocação do povo vargem-grandense quanto às atividades políticas e sociais. Efetivamente, as preocupações da comunidade com os aspectos ora enumerados, desde quando ainda não constituía um município, são qualquer coisa que conclama a atenção do cientista social, do pesquisador.

Vargem Grande trilhou, efetivamente, os caminhos do progresso, percorrendo todas as suas etapas de maneira constante. Várias iniciativas de alta significação testemunham esse madrugador despertar de uma população ávida pelo progresso. Por conseguinte, também sob o prisma político não poderia o filho da terra distanciar-se, abandonando o ritmo costumeiro, qual fosse o de em tudo estar sempre à frente.

Foi sábia e perspicaz a providência do Cap. Manoel José Veloso, de Pedro Gomes e de outros ilustres políticos de fundar, em 1887, o Clube Republicano e Abolicionista local. A iniciativa encontrou boa acolhida, oferecendo oportunidade de projeção do Distrito perante as comunidades da região que voltaram suas atenções para Vargem Grande, principalmente aquelas que já batalhavam pela transformação do regime político então vigente.

Assim, ainda ao despertar do sonho com a República, os vargem-grandenses, apoiados em seu Clube Republicano e Abolicionista, puseram-se em atividades, antecipadamente, o que muito contribuiu para facilitar os futuros passos a serem dados em busca da projeção sempre idealizada pela comunidade.

### **Clube Operário Brasopolense**

Tendo por finalidade unir e promover os trabalhadores, um grupo de pessoas representativas da classe liderou o movimento pró-fundação de uma entidade com esse objetivo, em Vila Braz.

Participaram ativamente dessa iniciativa João Batista Gomes, Benedito Francisco dos Santos, Antônio de Souza Cruz, José Francisco de Moraes, João Damázio, João Mamede, José Rezende Brasil e Inácio Jeremias, entre outros.

Em assembléia realizada aos 12 de março de 1922, foi apresentado, pelos idealizadores do movimento, o projeto da fundação da entidade almejada, cujo nome seria União Operária Vila-brasense. Conhecida em detalhes, a proposta recebeu emendas, sendo aprovada sem restrições.

Foi, assim, fundado em 21/3/1922, com a denominação sugerida, o grêmio. Concomitantemente, foi eleita a sua diretoria, constituída por Benedito Francisco dos Santos, Presidente; José Francisco Moraes, Vice-presidente; João Mamede, Secretário; Inácio Jeremias, Tesoureiro, e José Rezende Brasil, Procurador.

A instalação do clube e a posse da diretoria verificaram-se no dia consagrado universalmente ao trabalho – 1º de maio de 1922 – com o apoio da sociedade local e das autoridades.

A elevação, em 7/9/1923, de Vila Braz à condição de Cidade, com o nome de Brasópolis, induziu a diretoria da União Operária Vila-brasense a deliberar sobre a denominação da entidade que, em conseqüência, teve seu nome modificado para Clube Operário Brasopolense.

Bastante freqüentado, o grêmio é um agradável centro de lazer, com fins artísticos e culturais, também prestigiado por outras pessoas da sociedade. Realiza com êxito o eficiente trabalho de conagração da classe laboriosa, acolhendo também sócios de outras condições sociais. Funciona em sede própria, com boas instalações. Suas diretorias têm sido operosas e austeras.

### **Grêmio Operário 1º de Novembro**

A sociedade recebeu de braços abertos o simpático movimento visando dotá-la de mais um clube recreativo e cultural – o Grêmio Operário 1º de Novembro – que foi fundado em 1951, quando também foi criada comissão, objetivando levantar recursos para a construção da sede da nova entidade. É que também já havia sido deliberado, por um punhado de brasopolenses dinâmicos, que a construção do prédio-

sede do Grêmio Operário 1º de Novembro, ao contrário do que ocorreu com outras agremiações, deveria ser concretizada a curto prazo.

Trabalharam, incessantemente, pelo êxito do empreendimento o ilustre Vereador Henrique Aquino Ribeiro, José de Souza Lima Neto, José Cintra Siqueira e Ildefonso Bento Luiz, entre outras personalidades. O terreno foi conseguido mercê do total apoio do Município, cuja negociação foi conduzida com sabedoria pelo saudoso líder político e então Prefeito Municipal, Cel. Benedito Pereira de Mendonça.

Não faltou a cooperação da sociedade e autoridades, oferecendo sua contribuição de conformidade com as posses materiais de cada um, porém, sempre o máximo possível.

Por ocasião das solenidades comemorativas do cinquentenário de instalação do Município, 2 de fevereiro de 1952, o então Governador do Estado de Minas Gerais, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao ser cientificado da iniciativa e convidado a cooperar, atendeu a tal solicitação, às suas próprias expensas, no ato da visita que fez, com Euclides Pereira Cintra, ao local onde seria construída a sede.

Fundado e levado à frente, o Grêmio 1º de Novembro vem prestando à comunidade brasopolense os mais assinalados serviços. Assim, periodicamente, a agremiação promove festas, proporcionando à comunidade momentos agradáveis de entrosamento social. Suas programações têm produzido saldo altamente positivo, movimentando a cidade pelo intercâmbio que promove com clubes da região.

Quando se fala no Grêmio Operário 1º de Novembro não se pode deixar sem uma referência especial o já famoso baile de aniversário do clube, realizado, anualmente, desde sua fundação, no dia 1º de novembro.

Essa tradicional solenidade sempre foi executada com muito gosto, pompa e arte, em que a fina flor da agremiação coloca seu maior empenho, fazendo dela uma festa de gala. Para assisti-la comparecem representações expressivas de todas as cidades vizinhas, trazendo o apoio das entidades congêneres que representam.

A primeira diretoria do Grêmio 1º de Novembro foi constituída por Ildefonso Bento Luiz, Presidente; José de Souza Lima Neto, Secretário, e Henrique Aquino Ribeiro, Tesoureiro.



*Em solenidade realizada pela Assembleia Legislativa em 1978, em homenagem a Brasópolis, o Presidente João Ferraz cumprimenta o Dep. Euclides Pereira Cíntra.*

## CAPÍTULO VII

### OCORRÊNCIAS HISTÓRICAS NOTÁVEIS

#### **Marco pioneiro**

No que tange às primitivas origens de Brasópolis, apesar de nosso empenho, não conseguimos encontrar registros ou documentos que remontem a épocas anteriores a 1803. Entretanto, segundo a tradição oral, pode-se presumir que a partir de 1760, ou talvez até mesmo antes, os primeiros descobridores começaram a ocupar as terras brasopolenses.

Evidentemente, não chegaram ao historiador, documentadamente, os informes e as histórias avoengas, relativas aos fatos e ocorrências que originaram o corolário do evento histórico ocorrido em 25 de junho de 1803.

Naquela data memorável, cumprindo determinação do Bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, transmitida pelo Visitador da Diocese, Monsenhor Doutor Mateus Gonçalves de Andrade, o Padre José Geraldo de Souza e Silva oficializou a posse eclesiástica do aglomerado populacional de Bom Sucesso e de toda a região para a Diocese.

O ato de posse foi consumado quando toda a área era ainda sertão bruto, erguendo-se ali, na ocasião, um grande Cruzeiro de madeira tosca e celebrando-se a Santa Missa. A seguir, na mesma hora, data e local, o referido sacerdote demarcou e oficializou o terreno do cemitério, que foi utilizado durante várias décadas, atendendo à demanda ocorrida num raio de quatro quilômetros.

O proprietário da terra em que se realizaram os referidos atos públicos era João Bernardes da Mata e o local escolhido na propriedade já era conhecido como Morro do João Bernardes.

Para Brasópolis, o ano de 1803 representa um marco histórico pioneiro, oficializador das bases e fundamentos desse importante Município mineiro.

Contudo, continuamos afirmando que, antes, várias décadas do fato histórico citado, outros acontecimentos devem ter tido por palco a área de Bom Sucesso e imediações, porém, sem terem sido registrados ou preservados pela tradição.

Vamos citar apenas um fato verificado na região sul-mineira, em local relativamente próximo a Brasópolis, que é o Município e Cidade de Cristina, para demonstrar que têm fundamento as nossas afirmações quanto aos primeiros homens que passaram por Bom Sucesso, isto é, aqueles que ali chegaram bem antes de João Bernardes da Mata. Com efeito, na História de Cristina consta que, já em 1774, o Padre português José Dutra da Luz adentrara a “região da Pedra Branca, habitada por índios Puris, em busca de ouro”, instalando-se no local em que se situa a atual Fazenda da Glória, onde mandou construir uma Capela, celebrando ali a primeira missa, aos treze de maio desse ano. Aduz mais o registro que o Padre, mais tarde, transferiu-se para o local onde se acha a referida cidade, iniciando ali a formação do Povoado de Espírito Santo dos Cumquibus, que deu origem à cidade. (in “1774 – Cristina 1989 – 215 anos”, exemplar nº 3, de maio de 1989, publicação da Creche Casulo do Chapeuzinho Vermelho, de Cristina-MG, sob a responsabilidade da Professora Margarida Maria Martins).

Tratando-se de área bem próxima àquela ocupada pelo Padre, em 1774, não há razão para abandonar-se a hipótese de, na mesma ocasião, ou bem antes até, terem estado em Bom Sucesso outros vanguardeiros à procura de sítios e descobertos que lhes despertassem interesse de posse.

### **Primeira Capela**

A primeira Capela erigida nas terras da Vargem Grande foi a da Laje, que se localizou no sítio que lhe deu o nome, distante uns seis quilômetros mais ou menos de Piranguinho, e cerca de três do Distrito de Dias.

Os historiadores ignoram os motivos que levaram os Capitães José Gonçalves da Silva e Manoel Pereira Goulart a requerer, à Cúria Metropolitana de São Paulo, a construção da ermida no local, uma vez que este distava um pouco de Bom Sucesso a cuja população praticamente ela se destinaria.

Por provisão expedida pelo Cônego Antônio Paes de Carvalho, arquivada na Mitra Arquidiocesana de Pouso Alegre, foi deferido o pedido e autorizada a construção. As obras foram iniciadas e concluídas em 365 dias. Isto se deve ao dinamismo e alto espírito de liderança de que eram portadores os eficientes promotores da iniciativa.

Coube ao Padre Athanásio José Rodrigues a responsabilidade pela direção do templo recém-construído. Como capelão colado residiu ali até 1847, quando foi transferido para a Capela Curada de Sant'Ana, em Vargem Grande. Substituiu ao Padre João Batista de Alvarenga, primeiro Capelão desse templo, que a partir de então passou a atender somente na Capela da Laje.

Nessa pequenina Igreja, o Padre Athanásio celebrou missas, fez batizados e casamentos, pastoreando os fiéis da Laje, de Bom Sucesso e de outros núcleos populacionais, bem como os do nascente núcleo de Piranguinho. Acreditamos que este aglomerado populacional já apresentava os primeiros sinais de vida, inicialmente no local denominado Bairro do Capote, onde há uma Capela, ao que nos parece, a mais antiga da região.

Verifica-se, assim, que o primeiro templo localizado no vastíssimo Sertão dos Cataguá, na região Sul, onde se implantou o Município de Brasópolis, foi a Capela da Laje. Esta simples e tosca ermida atendeu, por muitos anos, a todo o movimento religioso da área, até 1838.

A Capela Curada de Sant'Ana passou a ser, a partir daquele ano, o templo mais importante desse futuro distrito e freguesia, com jurisdição sobre o território compreendido entre a margem esquerda do Rio Sapucaí e a Serra da Mantiqueira, confrontando com a Vila da Boa Vista de Itajubá e com São José do Paraíso (Paraisópolis).

O local escolhido para sua construção foi o alto da colina, ao lado direito do Rio Vargem Grande, anteriormente ocupado por denso pinheiral. Segundo informantes e historiadores, a majestosa Igreja

Matriz de Brasópolis foi construída no mesmo lugar da antiga Capela, porém, um pouco mais à frente.

Não havia ainda cemitério no povoado. Para os sepultamentos era utilizado o de Bom Sucesso. Por isso, o Padre João Batista de Alvarenga demarcou o de Vargem Grande, cercando-o e oficializando-o.

### **Primeira eleição**

Pertencendo ao Distrito e Freguesia de Boa Vista de Itajubá e ao Termo Judiciário de Pouso Alegre, o Povoado de Vargem Grande e a então Capela Curada de Sant'Ana não faltaram ao chamamento cívico para a primeira eleição geral que ali se realizou em 1844.

Preparou e alistou seus primeiros cidadãos para participarem do pleito tendo assim, desde essa época distante de sua História, oferecido importante contribuição para a escolha das autoridades políticas e administrativas da região, não somente votando, mas também oferecendo nomes de destaque para a disputa eleitoral.

Foi assim, desde as suas primeiras atividades políticas, a terra da Vargem Grande. Pequena, modesta, porém forte e aguerrida nas demonstrações de civismo, superando, às vezes, em eleitores e em votos, localidades maiores, dotadas de melhores condições no quadro administrativo e judiciário da província.

### **Obras da Matriz – Novo Capelão**

Corria o ano de 1844 quando o Cônego José Luiz de Melo designou os Senhores Coronel Francisco Braz e Pedro Gomes para os pesados cargos de Diretor e Administrador, respectivamente, das obras de construção da Igreja Matriz.

Com essa providência a construção passaria, daquela época em diante, por fase de maior dinamização, em razão dos fortes compromissos assumidos pelos dois ilustres dirigentes recém-nomeados. Até então os trabalhos transcorriam muito lentamente, dando origem a acerbas e justas críticas da comunidade.

O Padre Athanásio José Rodrigues, novo titular da Capelania de Vargem Grande, decidiu, aos 20 de junho de 1847, imprimir mais

rapidez às obras, nomeando uma Comissão de cinco membros para execução de tal incumbência. Esse órgão teve ainda valiosos cooperadores. Elaborou o projeto da futura Igreja, bem como o plano de obras, dando início imediatamente à sua tarefa.

### **Novo Diretor de obras**

A construção da Igreja Matriz, embora iniciada em ritmo moderado, teve prosseguimento normal, com total apoio do povo e das autoridades religiosas. Nunca houve, segundo observadores fidedignos, maiores preocupações das lideranças responsáveis quanto à dinamização dos referidos trabalhos.

Entretanto, o Bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo, não adotou a mesma filosofia dos dirigentes locais. Achou conveniente que se desse prioridade a essa construção, alegando que melhor seria para os fiéis se o Templo fosse concluído antes do tempo planejado. Corria o ano de 1855. No uso de suas atribuições, o Prelado houve por bem nomear o Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, então Juiz da Capela de São Caetano, para, com o cargo de Diretor, coordenar dali para frente a construção.

Foi com essa incumbência que o novo Diretor, com todo seu potencial econômico e grande influência em toda a região, assumiu o honroso e pesado encargo.

Pouco tempo bastou para que as obras em tela fossem dinamizadas. O novo Diretor não poupou esforços para desincumbir-se de sua difícil missão. Seu trabalho em busca da mobilização de recursos materiais e financeiros não passou despercebido. Não lhe faltaram, como se esperava, o apoio e a ajuda de que necessitava naquele delicado momento. Tudo corria bem ao gosto de Dom Antônio quando, em 1865, inesperadamente, falece o Cel. Caetano, enlutando a família vargem-grandense.

Com a iniciativa do Bispo de São Paulo de dar melhor andamento à construção, verificou-se na localidade um inusitado entusiasmo popular, fazendo recrudescer o ânimo comunitário pelas atividades religiosas.

A eclosão desse novo surto de desenvolvimento e de devotamento aos deveres cristãos teve seu ápice quando a Paróquia

local se encontrava nas mãos do dinâmico Padre Manoel José de Faria que, para tanto, muito se esforçou.

### **Visitas Pastorais**

Mesmo antes de ser concluída, a Capela de Nossa Senhora do Rosário foi preparada para abrigar as solenidades litúrgicas programadas para a Visita Pastoral de 1855.

A construção deste Templo teve curso bem mais rápido do que se esperava. Iniciadas em 1844, suas obras desenvolveram-se em bom ritmo, sendo concluídas em 1858, quando foi sagrada. Era Capelão local o Padre Gaudêncio Ferreira Pinto.

Durante alguns anos as solenidades religiosas oficiais foram realizadas na Capela do Rosário, de vez que a Igreja Matriz ainda não havia sido concluída. Também na segunda Visita Pastoral, realizada por Dom Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, em 1889, foi utilizada a Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Julgamos de bom alvitre registrar que, em 1889, a Igreja Matriz de São Caetano estava interdita para obra de reforma.

### **Capitão Gomes administra Itajubá**

O Capitão Manoel José Pereira Gomes, Vereador eleito pelo Distrito de Vargem Grande, Município de Itajubá, em 1862, é escolhido Presidente da Câmara Municipal da mencionada vila. Em consequência, esse ilustre representante do povo, genitor do Cel. Francisco Braz, foi, durante seu mandato de vereador, o Agente Executivo de Itajubá, realizando boa administração, o que muito contribuiu para estimular o desenvolvimento de Vargem Grande.

Neste mesmo ano de 1862, época em que era governado pelo Cap. Gomes, o Termo Judiciário da Vila de Itajubá foi elevado à condição de cidade, passando assim a ser sede de comarca.

### **Henrique Braz Pereira Gomes**

O primogênito do Cel. Francisco Braz, Henrique, nasceu aos 7 de setembro de 1863, trazendo também do berço condições para transformar-se em um dos grandes líderes políticos brasopolenses.

Formado pela escola exemplar do pai, graduado em Farmácia, por escola do Rio de Janeiro, foi ele um político atuante, revelando excelente visão administrativa. Prestou este exemplar cidadão os mais relevantes serviços à sua terra.

Como Vereador, cargo para o qual se reelegeu várias vezes, alçando sempre a presidência da Câmara Municipal, exerceu com proficiência, zelo e espírito público, por muitos anos, o alto cargo de Chefe do Executivo de Brasópolis.

Toda sua vida foi um exemplo de simplicidade, bondade e amor à causa pública. Cidadão probo, humano e operoso, muito contribuiu para o bom entendimento entre as correntes políticas locais.

### **Wenceslau, o futuro Presidente da República**

O ano de 1868 foi de gratificantes recordações para Brasópolis ao assinalar o nascimento, aos 26 dias do mês de fevereiro, de um grande brasileiro, o Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Quem poderia supor que o recém-nascido iria realizar, como homem público, uma das mais brilhantes carreiras políticas? Pois Wenceslau ocupou, com inextinguível fulgor, os mais importantes cargos públicos, no município, no Estado e na República, todos conquistados com dignidade, altivez e postura democrática.

Iniciou sua vida pública em Monte Santo de Minas, como Vereador e Agente Executivo, em 1890, tendo antes ali exercido, o cargo de Promotor Público. Eleito deputado à Sessão Constituinte e 1ª legislatura do Congresso Mineiro (1891 a 1895), tomou posse em 30 de junho de 1892. Foi reeleito para a 2ª legislatura (1895 a 1898), pela 3ª Circunscrição Eleitoral. Participou, ativamente, dos trabalhos parlamentares, revelando-se um político devotado às suas atribuições e altamente preocupado com a localização da nova capital do Estado, cuja mudança foi inserida no Texto Constitucional, constando do artigo 13, das Disposições Transitórias Constitucionais da Carta Mineira, promulgada em 15 de junho de 1891.

Foi Secretário do Interior, Justiça e Educação quando, em duas oportunidades, ocupou, cumulativamente, a Prefeitura de Belo Horizonte. Foi o Presidente do Estado de Minas Gerais no período de 2/4/1909 a 7/9/1910, realizando em curto espaço de tempo um governo

altamente positivo. Foi eleito para completar o mandato do Presidente João Pinheiro, falecido.

Na Câmara Federal, para a qual foi eleito na 5ª legislatura (1903 a 1905) e reeleito para a 6ª (1906 a 1908), ocupou a alta função de Líder de sua bancada e do governo, no quadriênio do Presidente Rodrigues Alves, com eficiência e desassombro, em hora difícil, quando se desencadeou a grande campanha contra a varíola no Rio de Janeiro.

Eleito Vice-presidente da República no quadriênio do Marechal Hermes da Fonseca (15/11/1910 – 15/11/1914), ao finalizar esse mandato foi escolhido Presidente da República, em memorável campanha cívica. Governou o País com equilíbrio, bom senso, inteligência e austeridade, no quadriênio 1914/1918, período em que o Brasil participou da Primeira Grande Guerra Mundial.

O Presidente Wenceslau Braz, apesar de ter enfrentado a maior crise econômica até então sofrida pelo País, realizou uma administração sóbria, marcada pelo rigor e pela parcimônia, com magníficos exemplos, até pessoais, de honestidade, de trabalho e de amor à Pátria, legando, assim, à nacionalidade, lições admiráveis de honradez, de desprendimento e de equilíbrio. Conduziu o Brasil por caminhos seguros durante a turbulência natural aos períodos de guerra, impedindo gastos desnecessários e concitando a sociedade brasileira a economizar tanto quanto possível e produzir o máximo.

Findo seu eficiente e trabalhoso período, deixou o governo sob os aplausos gerais da Nação. Sua administração foi toda ela realizada sob os mais eficazes e rigorosos controles, eis que o Presidente se preocupava, objetivamente, com a transparência dos atos públicos, a redução dos gastos administrativos e a melhor aplicação possível dos recursos orçamentários. Sua patriótica gestão apresentou os seguintes resultados, dignos de destaque: pacificação dos espíritos; forte redução das despesas públicas; retomada do pagamento da dívida externa, em espécie; valorização dos títulos públicos; desenvolvimento e defesa da produção nacional; aproveitamento do carvão nacional e lançamento das bases modestas, porém sólidas, para as atividades siderúrgicas; ultimação do Código Civil; solução para a questão lindeira entre os Estados do Paraná e Santa Catarina; reforma eleitoral e reforma do ensino; sorteio militar; reaparelhamento das Forças Armadas; erradicação de várias endemias.

Como nenhum outro brasileiro, passou por todos os cargos eletivos municipais, estaduais e federais, atingindo a Presidência da República aos 46 anos de idade. Sua vida pública representa motivo de permanente orgulho para seus compatriotas. Recolheu-se à atividade privada, ainda relativamente moço, passando a viver modestamente toda sua longa existência, sem, contudo, afastar-se da altivez e grandeza moral esperadas de um ex-Presidente da República.

Esse grande estadista faleceu aos 98 anos de idade, em Itajubá, no dia 16 de maio de 1966. Sua memória será reverenciada indelevelmente pela posteridade.

### **Fiéis querem Matriz concluída**

As nossas pesquisas registram que, no decorrer de 1870, a população de São Caetano da Vargem Grande iniciou manifestações de seu desagrado geral, oriundo dos constantes retardamentos das obras de construção da Igreja Matriz.

Os mais afoitos diziam mesmo que, em determinados períodos, os trabalhos chegavam a ficar totalmente paralisados, dando a impressão de completo abandono do empreendimento. A atitude tomada pelos fiéis não causou, portanto, estranheza a ninguém. Foi ela a exteriorização de um sentimento necessário, visando exigir, da Paróquia e do Bispado, uma atitude adequada. Todos desejavam ver o Templo concluído dentro do mais curto prazo.

De tal ordem foi a inquietação revelada pela comunidade que os responsáveis pela condução da referida construção foram obrigados a convocar uma reunião de todos os paroquianos para examinar o impasse criado, e dar-lhe a solução esperada. Convocado, o povo, esse grande juiz, resolveu que a responsabilidade pelo prosseguimento e término dessa obra deveria ser entregue a uma pessoa que, efetivamente, reunisse condições para desincumbir-se de tão grave responsabilidade.

Depois de longos debates, em acalorada assembléia popular, chegou-se afinal ao consenso de que ao Capitão Gomes deveria ser entregue, imediatamente, o cargo de Diretor das obras. O respeitável cidadão indicado não teria nem o direito de discordar da convocação popular. Foi o que aconteceu: aceitou o convite, assumindo imediatamente o cargo.

Para gáudio da comunidade, o resultado da atuação do Cap. Gomes, nesta sua nova e desafiadora incumbência na Paróquia, foi surpreendente. Um rápido andamento foi dado aos trabalhos, o que restabeleceu a tranqüilidade e a alegria de todos. O Vicariato de São Caetano, à época, estava entregue aos cuidados do zeloso e atento Padre Feliciano José Teixeira.

### **Grandes Missões do Frei Caetano**

Como se pode constatar nos inúmeros registros esparsos da sua História, Vargem Grande, desde os seus primeiros movimentos sociais, mostrou-se uma comunidade dotada de acentuado espírito de religiosidade.

Eis o motivo por que todas as iniciativas destinadas à propagação da fé e ao revigoração da doutrina cristã eram sempre recebidas com entusiasmo.

Não foi, portanto, menor que o verificado em outros importantes eventos o movimento religioso na localidade, quando o Frei Caetano de Messina ali esteve, em 1873.

O renomado pregador sacro e admirado capuchinho, com suas excepcionais qualidades de liderança, carisma, simplicidade e lhaneza no trato dispensado a todos os paroquianos, conseguiu levar a efeito, em Vargem Grande, notável obra catequética que marcou época.

As Missões do Frei Caetano resultaram em acentuada fase de progresso, também material, para a localidade, que recebeu importantes melhoramentos urbanísticos, na Praça da Matriz e no Cemitério, que repercutiram sensivelmente em todas as camadas sociais.

### **Vargem Grande liberta escravos**

Vargem Grande foi uma das comunidades mais expressivas da região, econômica e politicamente, por vários motivos: uberdade de suas terras, clima, dinamismo de seus líderes e, principalmente, religiosidade de sua gente.

Entre tantos e tão importantes destaques, que davam à comunidade as condições de um conglomerado urbano adiantado e progressista, guardada sua situação de núcleo populacional emergente, teria que surgir mais um, que viria marcar, definitivamente, o espírito

evoluído e altamente patriótico de seus esclarecidos proprietários rurais. Estes, quase todos homens inteligentes e capazes, afinados com a campanha a que se submetia o País, pela abolição da escravatura, souberam mostrar aos seus compatriotas alta sensibilidade humana e religiosa, bem como desprendimento no plano econômico e social, libertando seus escravos, definitivamente, quase dois anos antes que todo o País o fizesse.

Este registro devemos-lo ao Comendador José Alfredo Gomes, em histórica entrevista que concedeu ao jornal "O Globo", publicada na edição de 31 de dezembro de 1971, à página 7.

Informou o historiador, aos repórteres que o visitaram, o seguinte a respeito da libertação dos escravos do Distrito de Vargem Grande: "Em 30 de março de 1887, todos os fazendeiros da Paróquia de São Caetano da Vargem Grande reuniram-se oficialmente e assinaram um acordo pelo qual era extinta a escravatura em suas propriedades rurais".

Os vargem-grandenses, homens evoluídos, deram à Nação um belo exemplo. Evidenciaram, deste modo, seu espírito cívico e humanístico, ao oferecerem à Pátria e à História tão elevada contribuição, em hora difícil, pois sem um alto nível de compreensão e de patriotismo não teria surgido pacificamente a Lei Áurea, aos 13 de maio de 1888.

O Clube Republicano e Abolicionista Vargem-grandense desempenhou papel relevante nessa decisão de antecipar a libertação dos escravos nas fazendas da localidade. O Presidente da entidade, Cap. Manoel José Veloso, bem como o Secretário-geral, Pedro Gomes, tiveram, como representantes dessa agremiação, vigorosa e dinâmica influência na concretização de tão importante evento, preparando, com a colaboração do Diretório do Partido Abolicionista, os indispensáveis entendimentos.

Como se verifica, em Vargem Grande nada mais havia a fazer no dia 13 de maio de 1888, quanto à libertação de escravos. Notável prova de desprendimento, compreensão e civismo deram ao Brasil os seus filhos, com essa magnífica e desvanecedora atitude. A História Pátria faz alusão, com destaque, ao acontecimento, considerando-o como ocorrido no Município de Itajubá, posto que àquela época São Caetano da Vargem Grande era ainda distrito desse município.

## **Proclamação da República**

Merece também destaque especial para Vargem Grande a euforia e o entusiasmo geral que provocou, nos meios políticos da comunidade, a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

À época havia organizados na localidade três partidos políticos, todos bastante ativos: o Partido Liberal, o Partido Conservador e o Partido Republicano. Ante o importante fato, as três agremiações, com seus líderes à frente, vieram para a praça pública com todos os seus componentes. Ali, à semelhança de uma assembléia popular, como que a rememorar as que se realizavam nas cidades-estado da Grécia Antiga, em face da nova situação política do País, deliberaram, sob os aplausos do povo, fazer a união de todas as forças políticas do Distrito. Essa patriótica decisão popular foi tomada mediante uma proclamação pública, subscrita por todos os partidos e encampada, imediatamente, pelo povo, contendo os seguintes termos: "... todos unidos, sob a proteção do Pavilhão Nacional, em grande assembléia popular, indicavam e escolhiam sem discrepância, para chefe e líder do Distrito de São Caetano, naquela hora histórica, a figura impoluta do Cel. Francisco Braz Pereira Gomes". Escolhido assim, unanimemente, o brilhante homem público assumiu sua função com muito carisma e autoridade, transformando-se em um espadachim na luta pelo progresso de seu torrão natal. Jamais desmereceu a confiança de seus conterrâneos, tornando sua autoridade espontaneamente acatada e respeitada por todos.

Assim, sob a égide de um amplo e geral entendimento político, secundado pela cooperação sincera e desinteressada de todas as lideranças, a comunidade deu às suas co-irmãs da região um convincente exemplo de desprendimento e de competência política.

Vargem Grande abriu, pois, com chave de ouro sua vida republicana. A institucionalização do novo regime político propiciou-lhe a oportunidade de se unir com clarividência e compreensão, colocando acima de tudo e até das paixões políticas os altos interesses do povo.

## **Regime Republicano – 1ª eleição distrital**

Em 15 de novembro de 1889 foi implantado o Regime Republicano Federalista no Brasil, por Deodoro da Fonseca, que

assumiu o Governo Federal e realizou eleições gerais, institucionalizando-o. Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a 1ª Constituição Republicana, chamada Carta de 1891, muito comentada pelos nossos constitucionalistas. Esta mudança de regime político foi precipitada em virtude, principalmente, da “questão militar”, que perturbou a normalidade democrática no País.

O Brasil havia, assim, deixado de ser uma Monarquia Constitucional para transformar-se em uma República com a denominação de República dos Estados Unidos do Brasil. Em consequência, a velha e respeitada Província de Minas Gerais, como as demais, foi transformada em Estado-membro, com a denominação de Estado de Minas Gerais. Foi nomeado Governador provisório do Estado o Dr. José Cezário de Faria Alvim.

Essa nova organização política do Estado foi oficializada com a realização de eleições e a promulgação da Constituição Republicana Mineira, em 15 de junho de 1891. Bem antes que tudo isso acontecesse, isto é, em 17 de novembro de 1889, apresentou-se em Ouro Preto o Dr. Antônio Felício dos Santos, devidamente credenciado, para inaugurar em Minas, oficialmente, a República. Esse Delegado do Governo Federal, após o cumprimento de sua missão, entregou o governo ao Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, em face da ausência momentânea do Dr. José Cezário de Faria Alvim, Governador Provisório nomeado. Este, assumindo o cargo, determinou a realização de eleições, mantendo-se no governo até que fosse promulgada a Constituição Mineira, quando foi eleito pelos deputados constituintes, em 15 de novembro de 1891, Presidente do Estado de Minas Gerais.

Dando cumprimento à legislação então vigente, o Presidente constitucional do Estado fez realizar eleições nos municípios e distritos, destinadas à escolha dos prefeitos e vereadores, dos conselhos municipais e distritais, bem assim dos demais dirigentes das comunidades.

Essas eleições foram realizadas em 31 de janeiro de 1892 com entusiasmo geral do povo. Vargem Grande escolheu o seu primeiro Conselho Distrital, elegendo, também, cinco vereadores-gerais e um vereador especial para a Câmara Municipal de Itajubá, que se compunha de oito vereadores-gerais e de dois vereadores especiais.

O resultado da eleição evidenciou que essa comunidade era um Distrito de grande expressão política, social e econômica.

## **O herói José Gouvêa**

Entre outros acontecimentos comunitários, dignos de especial registro, destaca-se o notável gesto de civismo e de bravura do jovem José Gouvêa, abnegado filho de Vargem Grande, oferecendo-se, voluntariamente, para a defesa do governo republicano, por ocasião do histórico levante de Marinha, chefiado pelo Almirante Custódio José de Melo, em 1893, a que se deu o nome de 2ª Revolta da Armada.

O Almirante, uma das figuras mais importantes da revolução de 23 de novembro de 1891, que resultou na renúncia do velho Marechal Deodoro da Fonseca à Presidência da República, passou a exercer uma ação paralela à do então Presidente Floriano Peixoto nos altos escalões da administração pública.

Essa atitude de rebeldia, de indisciplina e de desrespeito às instituições, como é natural, teria que ser reprimida em nome da ordem, do respeito e da legalidade. O Presidente da República, como não poderia deixar de fazê-lo, reagiu ao inaceitável ato de indisciplina, provocando o inconformismo do Almirante, que promoveu o 2º Levante da Armada, sob suas ordens. Em consequência das medidas disciplinares do governo, vários atos de insurreição surgiram no País, sob a responsabilidade das forças sublevadas.

Aberto o voluntariado para reforço dos contingentes de forças leais ao governo republicano de Floriano, o jovem José Gouvêa, então quartanista de Medicina, cheio de ideal e vibrando de patriotismo, alistou-se como combatente junto às forças legais.

Descendente do ancestral maior dentre os pioneiros fundadores de Vargem Grande, o Alferes Antônio Dias Pereira, José Gouvêa foi uma das preciosas vidas perdidas no combate em defesa do Forte de Gragoatá, ameaçado pelo violento fogo das unidades da Armada comandadas pelo Almirante revoltoso.

Segundo registros feitos pelos nossos historiógrafos, José Gouvêa portou-se como um bravo, em defesa do regime republicano, nos combates do forte. Tombou, assim como outros colegas, gloriosamente, como um audaz, um exemplar guerreiro, oferecendo

seu sangue e seu ideal à causa sagrada da Pátria. Tornou-se, pois, um herói, uma figura respeitada e admirada por todos os seus conterrâneos. Herói, sim, porque se alistou espontaneamente para o serviço militar, em hora que ainda não se achava consolidada a República Federativa do Brasil, pela qual tantos lutaram.

José Gouvêa transformou-se em uma personalidade marcante de sua época que se manterá eternamente viva em nossa memória. Jovem, cheio de esperanças, quase médico, foi realmente um destaque por suas virtudes cívicas e morais entre a mocidade vargem-grandense. Impulsionado pela coragem e pelo entusiasmo deixou a comodidade do lar e a labuta da escola para enfrentar a aspereza da disciplina e do treinamento militares. Mais que tudo isto, no próprio cenário da batalha, enfrentou o fogo desfechado pelos poderosos canhões da Marinha Nacional contra o forte em cuja defesa se achava, quando sua vida foi ceifada no fragor da batalha. Tombou como um bravo! A História, com inteira justiça, imortalizou-o perenemente.

Foi o jovem José Gouvêa o primeiro filho de Vargem Grande a figurar na galeria dos heróis de sua terra ao oferecer a própria vida em holocausto à nobre causa da Democracia e da Liberdade.

### **Rede de abastecimento d'água**

Apesar de ter-se desenvolvido satisfatoriamente, o Distrito de São Caetano da Vargem Grande ainda não possuía um serviço de abastecimento de água que levasse a cada residência o precioso líquido. Essa lamentável falha causava às lideranças políticas sérias preocupações, pois era sobre a própria saúde do povo que pairavam os grandes riscos dela decorrentes.

Consciente de que tão aflitiva situação não deveria perdurar, o Cel. Francisco Braz, então Vereador-presidente da Câmara Municipal de Itajubá e Agente Executivo do Município, tomou a iniciativa de dotar sua terra natal de uma boa rede de água potável.

Na condição de Agente Executivo, autorizou a liberação dos recursos financeiros destinados à aquisição dos tubos metálicos necessários. Proprietário que era da gleba onde se encontrava o manancial a ser captado, fez doação deste ao Distrito, tomando todas as providências necessárias para que tão importante medida administrativa fosse concretizada.

Coincidentemente com a ocasião em que destinava os recursos orçamentários para o serviço de água de São Caetano, praticou ato dos mais dignos de um homem público, por poucos imitado, doando ao Município de Itajubá seus subsídios de Agente Executivo, referentes ao período completo de duração de seu mandato. Esta foi mais uma atitude marcante da vida pública desse grande e desprezado brasopolense, destacado com encômios merecidos por ilustres historiadores.

Desta maneira, o Chefe do Executivo de Itajubá executou seu plano de inaugurar, em 1896, o primeiro serviço público de abastecimento de água de Vargem Grande, que estava sob a responsabilidade administrativa de Antônio Martins de Menezes Júnior, Presidente do Conselho Distrital.

### **Mercado Público**

Mercê dos esforços do aplaudido vargem-grandense por adoção, Joaquim de Almeida Campos e Silva, então Presidente do Conselho Distrital, Vargem Grande foi aquinhoado com o belo prédio do Mercado Público, cuja construção e inauguração foram concretizadas no decorrer do exercício de 1899.

Essa medida de alto significado econômico e social veio proporcionar novas condições para a produção e a comercialização dos produtos agrícolas da região. Com ela, novas perspectivas foram criadas para a população local que, assim, ganhava plenas condições de competitividade no mercado até então só possíveis às sedes de municípios.

Este acontecimento foi, pode-se afirmar, uma das fortes evidências de que eram promissoras as condições políticas e econômicas do Distrito, cujo embrião de futuro município começava a formar-se com expressiva desenvoltura.

### **Primeira Conferência Vicentina**

Um grupo de cidadãos dotados de alto espírito de filantropia e de fervorosos sentimentos humanísticos fundou, em 19 de julho de 1905, a primeira instituição de caráter assistencial destinada a apoiar e a socorrer pessoas carentes no Município.

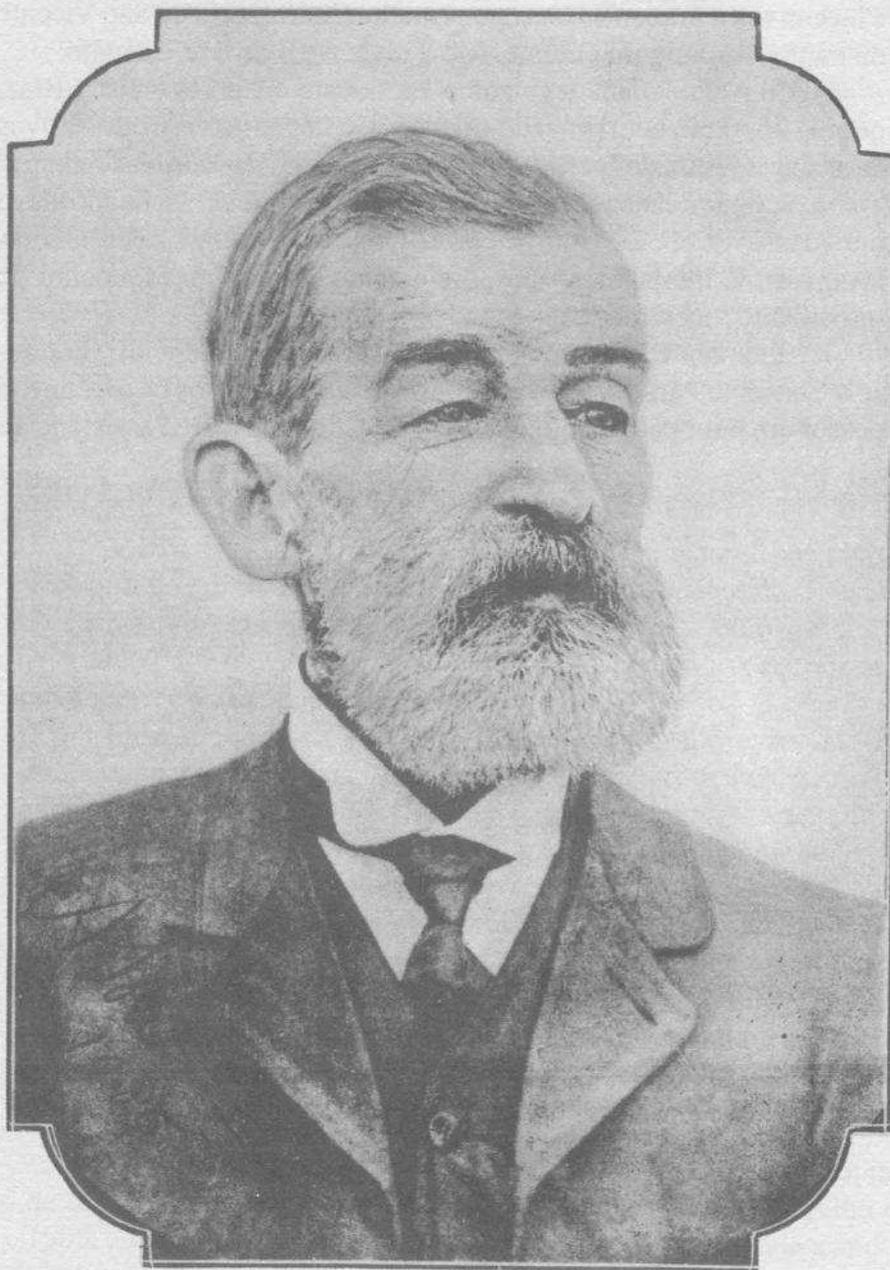
A sugestão e o estímulo à concretização dessa importante medida devem-se ao Cônego Antônio Augusto de Assis, que apoiou

e incentivou a implantação dessa primeira Conferência de São Vicente de Paulo, em Vargem Grande, sob a invocação de São Caetano.

A novel entidade teve como Presidente o Cel. Francisco Braz, que lhe imprimiu bom ritmo de atividades, compatível com os objetivos de alcançar resultados pertinentes às necessidades das famílias carentes.

A comunidade recebeu com alegria essa iniciativa, dando-lhe o indispensável apoio. Com o correr do tempo, outras conferências foram sendo implantadas, proporcionando, assim, o crescimento do movimento vicentino local.

Atualmente, dado o número elevado de Conferências, fundou-se o Conselho Particular Vicentino, que congrega todos os órgãos e já possui um bom patrimônio, todo ele voltado para a área assistencial.



*Coronel Francisco Braz Pereira Gomes – Foto de 1905 (reprodução)*

## CAPÍTULO VIII

### EVENTOS HISTÓRICOS

#### **Revolução de 1842**

Corria o ano de 1842 quando, em junho, eclodiu em Minas Gerais, São Paulo e outros pontos do País a histórica reação armada dos brasileiros que não aceitavam, pacificamente, o jogo imposto pelo Gabinete Conservador de D. Pedro II e, assim, colocavam-se sob o prisma filosófico na condição de liberais. A História registra esse levante armado como Revolução Liberal.

Os que ostentavam a bandeira liberal lutavam contra a política do Partido Conservador, então no poder.

A Freguesia de São Caetano da Vargem Grande, sendo a sede da residência do Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Itajubá, tornou-se uma localidade bem mais conhecida por essa eventual ocorrência, passando a participar intensamente do dia-a-dia revolucionário. Principalmente porque esse oficial superior, além de dinâmico fazendeiro, era um dos mais ricos empresários da região. Foi ele quem, com seus próprios recursos financeiros, conseguiu equipar e armar a unidade militar que comandava, colocando-a em condições de poder cumprir sua missão militar legalista.

Com sua tropa em condições de entrar em atividades, o Ten.-cel. Caetano acatou determinação do comando militar do Governo Imperial, marchando para São Bento do Sapucaí e depois para Baependi, onde posicionou-se para combate, juntamente com outras forças legalistas. Porém, entendimentos e negociações promovidas

pela Câmara Municipal da localidade retardaram a ação militar que, com a rendição dos sediciosos em outras partes da Província, foi evitada.

A participação eficiente e pronta do Batalhão da Guarda Nacional, comandado pelo Ten.-cel. Caetano, foi significativa para Vargem Grande. O pequeno burgo tornou-se, como era natural, centro das atenções nacionais naqueles dias difíceis.

Foi relevante o papel desempenhado pelo Batalhão da Guarda Nacional de Itajubá, nesse movimento. Por isso, ao regressar à sua sede, recebeu os merecidos elogios formulados pelo Chefe do Estado-Maior do Comando do Governo Imperial, General Barão de Caixas (*in* "História de Minas Gerais", 1972, Lúcio José dos Santos).

## **Revoluções de 1930/1932**

Todos aqueles que viveram em Brasópolis os períodos compreendidos por essas conturbadas épocas atestam que essa cidade, bem como todos os centros populacionais de relativa importância da região, não ocupou, por motivos óbvios, espaços mais destacados no noticiário da imprensa nacional durante o transcurso dos movimentos revolucionários.

A própria condição de comunidade colocada fora dos importantes eixos rodoferroviários do Estado reservou para sua população certa tranquilidade.

Havia, como era natural, mais notícias e informações desprovidas de credibilidade que mesmo de fatos verídicos e ocorrências concretas. Também não se pode dizer que ali tudo transcorreu dentro dos parâmetros normais. É que as falsas notícias, os boatos que os mais afoitos faziam circular, bastavam para manter a intranqüilidade da população.

Diversas vezes as informações terroristas provocaram movimentos tendentes a evacuar a cidade. Estas, porém, eram logo esclarecidas, permitindo que a normalidade fosse restabelecida. Não se pode esquecer que, durante os primeiros dias, perdurou na cidade um injustificado nervosismo provocado pelas notícias infundadas.

O fato é que, salvo alguns senões, o povo brasopolense comportou-se como uma população preparada, psicologicamente, para

suportar inesperados acontecimentos, comuns em épocas de profunda instabilidade social.

Exceto a chegada à cidade de um grupo de oficiais do 12º Regimento de Infantaria, encarregado de observações e explorações estratégicas na área, no decorrer da Revolução de 30, nada mais aconteceu, no que tange a movimentos de tropas.

Essa comissão de militares ficou acantonada ali por vários dias, quando se entrosou bem com a sociedade e autoridades, realizando sua missão militar com tranqüilidade. Dias depois, sem uma nota sequer que a desabonasse, deu seqüência ao seu trabalho deixando a cidade.

Este fato contribuiu para o sossego e o bem-estar de todos. Aquela falsa impressão de que as tropas poderiam a qualquer momento tomar a cidade, requisitar residências e se apoderar de bens foi dissipada totalmente.

Com a entrega do Governo Federal, a 3 de novembro de 1930, ao Presidente Getúlio Vargas, o País retornou à normalidade. A calma voltou a ser rotina na Cidade Presépio.

Só bem mais tarde começariam a chegar ao conhecimento do povo os reais informes de como foram efetivamente as revoluções nos centros onde se desenvolveram grandes combates e até mesmo as simples escaramuças entre tropas rebeldes e legalistas.

Não se pode deixar de registrar que, com relação aos altos objetivos da revolução eclodida em 24 de outubro de 1930, o povo brasopolense portou-se com galhardia, manifestando, inequivocamente, seu total apoio ao programa traçado pela Aliança Liberal.

Em decorrência do êxito desse movimento, medidas foram tomadas para institucionalizar no País o novo regime político. Assim, a 1º de janeiro de 1931 foi empossado o Conselho Consultivo do Município, juntamente com o novo Prefeito.

A nova ordem político-administrativa implantada nomeou José Alfredo Gomes para Prefeito Municipal, enquanto que o 1º Conselho Consultivo foi constituído por uma representação classista formada por representantes do comércio, das classes liberais, da classe ruralista e das classes trabalhadoras.

Salvo as ocorrências naturais às atividades administrativas e políticas de qualquer comunidade, nada de extraordinário se verificou

no Município ou na sede, durante os períodos em que se desenrolaram as Revoluções de 1930 e 1932.

## **O Estado Novo**

Apesar de estar sob o império de uma Constituição democrática e moderna, o País viveu uma época de relativa insatisfação política, o que ensejava a eclosão de movimentos demagógicos, de variadas tendências políticas e ideológicas.

As forças de esquerda procuravam ocupar os espaços que se lhes apresentavam, o mesmo ocorrendo com os que se colocavam em sentido oposto. As iniciativas dessas correntes eram intensas, levando o País, inicialmente, a certo estado de intranqüilidade.

Por outro lado, o rápido crescimento da Ação Integralista Brasileira, organização preparada para, em momento oportuno, assumir o poder e transformar o Brasil em um regime fascista, mantinha as autoridades em constante expectativa.

As ocorrências mencionadas tiveram grande repercussão social, criando condições para novas arremetidas contra nossas instituições democráticas, em fase ainda embrionária, carentes de certos cuidados.

O clima de apreensão criado e vivido abriu, assim, brechas para a implantação de novo regime de arbítrio. Foi, pois, preparado o ensejo para a edição da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937, que instituiu em nosso País o denominado Estado Novo, justificado, em termos, dada à fase de intranqüilidade em que vivíamos.

Sob a égide dessa modalidade de regime ditatorial vivemos até 1945, quando o Presidente Getúlio Vargas foi deposto, tendo assumido a mais alta Magistratura do País o Chefe do Poder Judiciário, Ministro José Linhares, até 31 de janeiro de 1946. Após a realização das eleições gerais, já marcadas pelo presidente destituído, foi transmitido o poder ao sucessor legal, o General Eurico Gaspar Dutra.

## **Segunda Grande Guerra**

Brasópolis, terra de vultos ilustres como Wenceslau Braz, Antônio Dias Pereira, Francisco Braz, José Pereira da Rosa, José Alfredo Gomes, Benedito Pereira Mendonça e de tantos outros

eminentes conterrâneos, não poderia faltar, como de fato não faltou, com sua importante contribuição para a vitória final, na luta duríssima que se travou no Velho Mundo, entre as forças da democracia e as do totalitarismo desumano e brutal.

Decidida pelo povo brasileiro a entrada do Brasil no citado conflito internacional, instalado em terras européias, foi dado início à organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, ao lado das forças das Nações Unidas, iria combater o nazi-fascismo.

Se por um lado a História estava a registrar a participação quase que simbólica do Brasil na Primeira Grande Guerra contra a Alemanha, em 1914, agora ao nosso País estavam reservadas responsabilidades de grande monta para as quais deveríamos estar convenientemente preparados.

Coube-nos, portanto, o pesado encargo de contribuir, expressivamente, para as ações estratégicas de combate ao nazismo, com forças de terra, mar e ar altamente adestradas para enfrentar os mais modernos petrechos de guerra de então e as mais rigorosas condições climáticas. Grandes batalhas caberiam à Força Expedicionária Brasileira desencadear, ao lado das forças americanas, nas geladas e montanhosas terras da Itália, contra um feroz inimigo.

Para dar cumprimento a tão árdua e importante missão partiu do Brasil, nos idos de 1942, o primeiro escalão da FEB, sob o comando geral do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, com destino aos campos de batalha das Forças Aliadas, na Itália. Tão logo chegaram, as forças da FEB foram engajadas na luta.

Outros escalões – o segundo, o terceiro etc. –, dando seqüência ao plano adredemente traçado com as Forças Aliadas, seguiram posteriormente para o mesmo destino.

Foi assim que, ao final desta cruel carnificina, havia na Europa milhares de combatentes brasileiros, entre os quais diversos brasopolenses. Em nenhum momento deixaram estes, com risco da própria vida, de cumprir seus sagrados deveres nos combates em que se envolveram. Centenas de compatriotas ali perderam a vida, enquanto outros foram gravemente feridos, porém, todos fizeram jus às medalhas comprovadoras dos grandes riscos a que se expuseram, honrando sobretudo as nossas tradições de povo ordeiro, mas dotado de inexcedível bravura.

Os nobres e intrépidos brasopolenses que engrandeceram sua terra natal e a Pátria, lutando nas mais horrendas e encarniçadas batalhas feridas em terras italianas, onde escreveram páginas empolgantes de arrojo, desprendimento e patriotismo, foram os seguintes:

- Oficiais – Advogados Celso Rosa e Antônio Pedroso Vergueiro, ambos reformados no alto posto de Tenente-coronel da Arma de Infantaria;

- Sargentos – Celso Gomes Negrão, José Dias, José Pinto Soares, José Benedito de Souza e José Monteiro Chaves Netto. Alguns destes foram, posteriormente, promovidos aos postos de Tenente e Capitão, como foi o caso do Capitão José Monteiro Chaves Netto;

- Cabos – Joaquim Noronha Lopes, José Morais, Antônio Ferreira Chiaradia, José Pereira Cintra (nosso estimado irmão) e Mário Antunes Pereira;

- Soldados – Roberto Anselmo de Oliveira, José Peixoto Neto, Antônio Gomes Rennó, Oliveira Sabino de Azevedo, José Caetano Inácio, Joaquim Pereira Cintra, José G. Rezende, Alfredo da Cunha Passos, Ageu Lemos de Morais e Nilo Mendonça Moreira.

Ao todo foram 22 os bravos brasopolenses que combateram na Europa. Muitos deles foram feridos em combate mas, graças ao Onipotente, não houve nenhuma baixa nem incapacidade parcial ou total. Quase todos estiveram nas frentes de combate, de onde retornaram ostentando, galhardamente, a dignificante condecoração da Cruz de Combate, comenda que honra sobremodo o seu detentor.

Uma página de glórias para Brasópolis foi escrita com orgulho, por seus 22 filhos, no teatro de lutas da famosa, trágica e brutal Segunda Grande Guerra Mundial.

Arrostaram, a cada momento da campanha, grandes perigos. O então Tenente Celso Rosa chegou mesmo a receber ferimentos graves em combate. Tal fato ocorreu também com vários outros, de forma que todos, uns com mais, outros com menos sorte, expuseram suas vidas, participando de batalhas decisivas para os destinos da democracia.

De uma coisa os brasopolenses têm absoluta certeza: em nenhum momento em que os nossos bravos pracinhas se empenharam em combates ferozes faltou-lhes coragem, bravura e disposição para

enfrentar o inimigo, quando puderam revelar suas altas qualidades morais e o excelente preparo que possuíam. Todos souberam dar provas inquestionáveis do valor do brasopolense nas horas mais difíceis das várias ações militares de que participaram.

Por tudo isso é que a feliz iniciativa de se erigir um monumento ao expedicionário brasopolense foi amplamente aplaudida. Nada mais justo e merecido que aquele belo conjunto de bronze levantado na ex-Praça do Rosário, com a histórica placa, onde estão escritos os nomes de todos os nossos combatentes, bem assim os postos que detinham, quando participaram do teatro de operações.

O grande livro da História Pátria registra, com letras de ouro, os bons serviços prestados, também, pelos expedicionários de Brasópolis, ao movimento mundial que se organizou para lutar, até a vitória final, pelos postulados sagrados do direito dos povos livres à liberdade e à fraternidade.

### **Reconstitucionalização do País**

O retorno do País ao regime de pleno direito deu-se quando o Presidente Getúlio Vargas foi afastado do poder, durante a campanha eleitoral de 1945, para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Essa fase política foi vivida pelos brasopolenses com euforia e esperança de que dias melhores estariam por vir com a plena liberdade política.

Nessa ordem de idéias foram reorganizados os partidos políticos e criadas condições para a reconciliação e o início de novas lutas democráticas de que tanto o País carecia.

Surgiram, então, na terra dos Braz, três grandes partidos políticos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de outros menos expressivos, que empolgaram o eleitorado durante várias campanhas eleitorais.

A reabertura do processo democrático viria oferecer clima e oportunidade para campanhas políticas realizadas com fortes doses de entusiasmo e de civismo, que iriam atrair a população. As bandeiras e programas dos novos partidos muito contribuíram para o aliciamento de grande número de adeptos. Teriam que surgir, evidentemente, duras

e contundentes pugnas eleitorais na terra brasopolense durante a campanha de 1945.

Contudo, a educação e o alto espírito cívico das lideranças políticas não permitiram jamais que, por meros motivos de atividades partidárias, pudessem os vários e esclarecidos segmentos da sociedade local desentender-se.

Dessa forma, apesar das fortes e agressivas atitudes de alguns poucos, consideradas às vezes inaceitáveis, passado o calor do pleito, apuradas as eleições, as armas foram ensarilhadas e a mais perfeita calma e entendimento voltaram a reinar no seio de Abraão.

Salvo as naturais substituições das autoridades, que geralmente trazem alegria como também tristeza para as facções disputantes, Brasópolis nada sofreu com a transição do regime ditatorial do Presidente Vargas para o Estado de Direito que a Constituição de 1946 implantou no País. Registre-se, também, que o regime de exceção em que vivemos por certo tempo não deixou nenhuma seqüela merecedora de nota em nossa sociedade.

## **Revolução de 1964**

Povo pacato e profundamente religioso, devotado quase que exclusivamente às atividades inerentes a qualquer sociedade, recebeu o brasopolense, com naturalidade, a imposição de certas restrições às instituições políticas então vigentes no País.

Tendo a Nação saído às ruas para pedir ordem, respeito e garantias ao governo de então, não poderia o comportamento do povo ser outro senão o de aplaudir e acatar as modificações adotadas pela nova ordem política.

Em Brasópolis não houve nada de importante ou significativo nesse campo durante os vinte e um anos de relativo afastamento das normas gerais de nossa Constituição.

O retorno ao leito da plenitude democrática, sempre reclamado, foi feito. Demorou mas, afinal, chegou para nossa grande alegria. Não poderá ser esquecida a atitude desassombrada do então Vice-presidente Aureliano Chaves, seguida de perto por muitos dos seus leais companheiros, entre os quais Euclides Pereira Cintra, que produziu o desequilíbrio das forças do Governo Figueiredo, permitindo

que a oposição, comandada por esse grande brasileiro que foi Tancredo Neves e engrossada pelos bravos elementos da jovem Frente Liberal, chegasse ao poder em 15 de janeiro de 1985, através do Colégio Eleitoral.

## **A Nova República**

Aureliano Chaves e seus bravos companheiros de primeira hora entenderam-se com Tancredo Neves, resultando desse ato cívico, da mais alta grandeza, a constituição de um pacto nacional, denominado Aliança Democrática, composto pelo PFL e pelo PMDB.

Pela Aliança Democrática foram lançados Tancredo de Almeida Neves, candidato a Presidente da República, e José Sarney, a Vice-presidente.

Vitoriosos nas urnas do Colégio Eleitoral, os candidatos dessa coligação partidária, em hora de imensas dificuldades para a nacionalidade, passaram a representar uma grande esperança para o povo brasileiro.

Com a inopinada e grave doença do Presidente eleito, que o impediu de se empossar, assumiu o Vice-presidente José Sarney, reafirmando os compromissos e o programa de governo formalizados por Tancredo Neves.

## **Candelária incorporada ao Município**

Após longas conferências e reuniões entre os elementos componentes da comissão designada pelos governos de Minas Gerais e São Paulo, para estudar e solucionar a antiga pendência de limites entre os dois Estados, na área compreendida pelo Município de Brasópolis e os de São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão, chegou-se afinal a um perfeito entendimento.

A conclusão de tão importante trabalho veio beneficiar o Município de Brasópolis. Como não poderia deixar de ser, a divisa natural, também naquela região entre os dois Estados, teria que ser a continuidade do procedimento geral adotado, isto é, passando pela cumeada do acidente geográfico mais importante ali existente que é a Serra da Mantiqueira.

Não havia, pois, razão para que, apenas na área fronteira com o Município de Brasópolis, a divisa entre os dois Estados fugisse da linha de águas vertentes da referida Serra, vindo para dentro de Minas Gerais, tirando deste Estado, injustificadamente, cerca de 500 quilômetros quadrados de excelentes terras.

Tudo se resumiria em uma questão de princípios a serem seguidos. Acordado pela comissão que havia, realmente, no caso, um esbulho injustificável contra Minas Gerais e em particular contra Brasópolis e seus habitantes de Candelária, principalmente pelo sacrifício imposto a esses para alcançar a sede de seu Município, firmou-se um convênio entre os dois Estados pelo qual a divisa, também na citada região, seria a cumeada da Serra da Mantiqueira.

Em virtude desse entendimento foi a área, compreendida pelo Povoado denominado Candelária, anexada ao Estado de Minas Gerais e ao Município de Brasópolis.

Cerca de 500 quilômetros quadrados de terra foram, desta maneira, anexados a esse Município, sendo que a data da celebração desse entendimento, 15 de novembro de 1936, tornou-se, para o Município e para o Distrito de Candelária, hoje denominado Luminosa, uma importante efeméride.

Foi de grande vantagem para o Município a conclusão do referido convênio. Porém, na realidade, o que se conseguiu de importante foi fazer justiça aos habitantes da área que passou para Minas Gerais, aliviando-os da difícil obrigação de procurar a Cidade de São Bento do Sapucaí, a longa distância, para o cumprimento de diversas obrigações tributárias e outras.

### **Dados históricos de Candelária**

Informam, com muita segurança, antigos conhecedores das divisas de Minas com São Paulo, na Serra da Mantiqueira, área essa então correspondente aos municípios de Delfim Moreira, Itajubá e Brasópolis, com especial destaque o Sr. Miguel Antunes da Silva, antigo morador de Candelária e Tabelião de Paz aposentado dessa localidade, que a parte da terra em causa foi, em tempos de antanho, local escolhido para valhacouto de ladrões e assassinos.

Fatos desagradáveis repetiam-se, alguns acompanhados de mortes, não só naquela região, como também ao longo de toda a Serra da Mantiqueira, até que, segundo o informante, o Alferes Tiradentes, então responsável pela segurança nos caminhos nessa parte da Comarca do Rio das Mortes, à qual ainda pertencia Vargem Grande, conseguiu, com os homens sob seu comando, localizar três cadáveres no ponto denominado Garganta da Meia Lua, da referida divisa. Essa ocorrência motivou maior vigilância policial pelos caminhos utilizados por viajantes e outros profissionais.

A garganta citada ficava no caminho para Vila Vieira, hoje a Cidade paulista de Piquete. Bastante percorrida, tal estrada deve ter sido palco de incontáveis e bárbaros assaltos.

Tiradentes, depois de estudar tão grave problema, sugeriu e conseguiu aprovação de um projeto pelo qual foram criados postos policiais nos locais de travessia da Mantiqueira próximos às nascentes de cursos d'água.

Essa medida visava proteger aqueles que transitavam pela região, cujas vidas estavam sempre expostas à ação nefasta dos bandoleiros e malfeitores, principalmente dos quilombolas da Berta (*in* "História de Itajubá", Armelino Guimarães, pág. 52), que desejavam conservar-se longe da ação das autoridades.

Pela Capitania de São Paulo foram então criados os Postos Policiais de Embaú, Vila Vieira e Correntinhos, na área de Campos do Jordão; José Rosa, na área de São Bento do Sapucaí; e Sapucaí-Mirim, no antigo Arraial de Santana, em Minas Gerais. Mais tarde, quando do acerto de divisas, esses dois postos passaram a pertencer ao Município de São Bento do Sapucaí-SP.

Na época em que foram instalados por Tiradentes os Postos Policiais, foi também criado e instalado o de Candelária, na fralda da Serra da Mantiqueira, que deu origem ao Arraial.

Para enfrentar invasores e salteadores, o Capitão-mor João Rodrigues da Costa Manso construiu uma boa casa em plena Mantiqueira, no local conhecido por Itererê, hoje Distrito do Município de Wenceslau Braz-MG, onde colocou o Tenente Lemos, homem capaz e enérgico, vindo do Rio de Janeiro, a quem entregou a incumbência de zelar e administrar a importante sesmaria de sua propriedade que ali possuía.

O Oficial em apreço levantou, topograficamente, as divisas da sesmaria de seu patrão, que começavam no Rio Sapucaí, logo abaixo da desembocadura do Rio Itererê. Seguindo, tendo por limites os acidentes geográficos mais altos, até a Serra da Mantiqueira, no posto de Vila Vieira; continuando pela referida Serra até o Posto Policial de Correntinhos, dali passando pelo local chamado Lajeado, pelo Pico do Monte Agudo, indo até a cabeceira do Rio Sapucaí-Mirim, e seguindo por este abaixo, até o encontro com o Rio Sapucaí, onde a divisa tem princípio e fim. Construiu cemitério de quatro em quatro léguas, sendo que estes já se encontram desativados.

Na área compreendida pela sesmaria estavam os Postos Policiais de José Rosa e Candelária. Em virtude do entendimento havido entre o Cap.-mor Costa Manso e o sesmeiro paulista Francisco Inácio Vieira foi a sesmaria transferida para esse senhor, mediante o pagamento, ao então proprietário, da importância de dez contos de réis.

A escritura foi lavrada por iniciativa do Tenente Lemos, dela constando que a sesmaria em questão localizava-se em território paulista, quando na realidade sua maior parte ocupava o território mineiro. Talvez seja por esse motivo, quem sabe, que a região de Candelária, e adjacência, ficou sendo considerada, por muito tempo, como pertencente a São Paulo.

Pela Lei paulista nº 333, de 17 de julho de 1895, foi criado o Distrito de Paz de Candelária, no Bairro de mesmo nome, então sede do Posto Policial pertencente ao Município de São Bento do Sapucaí.

A lei foi sancionada pelo então Presidente do Estado de São Paulo, Doutor Bernardino de Campos, e tem o seguinte teor:

*“Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu sanciono a lei seguinte:*

*Art. 1º – Fica criado o Distrito de Paz de Candelária, no Município de São Bento do Sapucaí.*

*Art. 2º – Suas divisas são as do atual Distrito Policial do mesmo nome.*

*Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.*

*O Secretário de Estado dos Negócios do Interior assim faça executar.*

*(Ass.) Bernardino de Campos, João Alves Rubião. Aos 17 de julho de 1895”.*

A decisão da comissão Encarregada de pôr termo à antiga questão lindeira baseou-se no resultado do plebiscito mandado realizar pela Lei paulista nº 125, de 3 de novembro de 1936, quando os habitantes do então Distrito paulista de Candelária optaram pelo torrão mineiro.

Como se pode concluir facilmente, foi medida das mais acertadas essa adotada pelos governos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, modificando, na região, a divisa entre os dois Estados.

Mais tarde, pelo Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o Povoado de Candelária foi considerado Distrito e incluído na organização político-administrativa do Estado de Minas Gerais com o nome de Candelária e incorporado ao Município de Brasópolis.

A partir daí, esse distrito, até então esquecido, passou a receber assistência, começando pela iluminação pública, pela construção de uma bela Igreja, além das escolas e vias de acesso que foram melhoradas consideravelmente, ensejando ao burgo um bom nível de prosperidade.

Pelo Decreto-Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, que efetivou a nova Revisão do Quadro da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado de Minas Gerais, esse Distrito passou oficialmente a denominar-se Luminosa, por solicitação de seus habitantes.

### **Efemérides brasopolenses**

#### **• 1803 – junho – 25**

– No local chamado Morro do João Bernardes, ainda quase que coberto por florestas, em uma suave encosta já desmatada, o Padre José Geraldo de Souza e Silva, assistido por algumas pessoas, cumprindo ordem do Monsenhor Dr. Mateus Gonçalves de Andrade, Visitador Diocesano, mandou levantar um grande cruzeiro, vinculando ao Bispado de São Paulo, com esse ato, a posse de uma grande área de terra, no sítio já conhecido como Bom Sucesso, cujo nome é conservado até nossos dias.

#### **• 1810 – dezembro – 20**

– Com a celebração de missa e demais atos litúrgicos pelo Vigário Colado da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, Padre Joaquim José Ferreira, junto ao Cruzeiro, no local denominado Bom

Sucesso, foi ratificada a subordinação eclesiástica da área ao Bispado de São Paulo, conforme ata lavrada no local e assinada pelo referido sacerdote, pelo proprietário daquele sítio, João Bernardes da Mata, e pelos Capitães José Gonçalves da Silveira, comandante do Bairro, Lourenço Rodrigues de Sá, Manoel Pereira Goulart e Antônio José de Oliveira.

• **1812 – junho – 2**

– Pela Provisão de 2 de junho, subscrita pelo Cônego Antônio Paes de Carvalho e arquivada por cópia na Cúria Arquidiocesana de Pouso Alegre, foi deferida a solicitação dos Capitães José Gonçalves da Silva e Manoel Pereira Goulart, autorizando a construção da Capela da Laje, em local distante cerca de três quilômetros da barra do Ribeirão de Piranguinho, onde havia uma grande laje de pedra aflorando à terra.

• **1838 – maio**

– Dedicada a Sant'Ana, Mãe de Nossa Senhora, foi edificada, em modesta construção, uma Capela no cimo de uma colina, à margem direita do Rio Vargem Grande. O local exato dessa construção, segundo os historiadores, corresponde atualmente à parte posterior da atual Praça dos Sagrados Corações. Com essa iniciativa deu-se início, oficialmente, à formação da Cidade de Brasópolis.

• **1842 – junho**

– O Tenente-coronel Caetano Ferreira da Costa e Silva, então Comandante do Batalhão da Guarda Nacional, sediado em Itajubá, convoca, prepara e equipa, às suas próprias expensas, a referida unidade militar e se desloca com ela para Baependi, segundo ordens emanadas do Alto-comando das Forças Imperiais.

• **1844 – setembro**

– Vargem Grande, sede da Capela Curada de Sant'Ana, vinculada à Freguesia Nova de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá e ao Termo Judiciário de Pouso Alegre, faz o alistamento de seus cidadãos, como eleitores, e participa da primeira eleição geral de sua História.

• **1847 – abril – 26**

– Na atual Praça Monsenhor Noronha, parte onde se inicia a Rua Ana Chaves, o escravo alforriado conhecido por Pai Domingos e outros negros oriundos de Moçambique, acompanhados ainda por outros devotos, deram início ao levantamento de contribuições populares para a construção, nesse local, da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

• **junho – 20**

– É nomeada pelo Capelão, Padre Athanásio José Rodrigues, uma comissão de cinco membros, com a incumbência de dar início imediato às obras de construção da Igreja Matriz de Vargem Grande, assim constituída: Joaquim Carlos de Noronha, Presidente; Guardamador Inácio José Nogueira, Félix Ribeiro da Silva, Francisco Batista Leite e Manoel José Pereira Gomes (Cap.), membros. Cooperadores: Alferes Antônio Dias Pereira, Joaquim Pinto da Fonseca, José Pereira da Rosa, Adolfo Schmidt, Antônio Gonçalves Torres, Antônio da Silva Melo, Gabriel Leite de Faria, Joaquim Bernardes de Oliveira, José Bernardes de Oliveira, Antônio Pereira de Souza e José Dias Chaves.

• **1848 – setembro – 27**

– A Capela Curada de Sant' Ana é elevada a Freguesia e Distrito, pela Lei nº 355, de 27 de setembro, passando a pertencer ao Termo Judiciário de Itajubá, sob a invocação de São Caetano, com a denominação de São Caetano da Vargem Grande.

• **1855 – junho – 6**

– O Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, juiz da Capela Curada de Sant' Ana, é nomeado Presidente da Comissão de Obras da Igreja Matriz, por Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo Diocesano de São Paulo, quando esse Prelado encontrava-se na localidade em Visita Pastoral. Era Capelão o Padre Manoel José de Faria.

• **1858 – julho**

– Feita a sagração do Santuário de Nossa Senhora do Rosário, construção essa iniciada em 1/1/1848, na Capelania do Padre Athanásio José Rodrigues e terminada na gestão do Padre Gaudêncio Ferreira Filho.

• **1862 – janeiro – 31**

– O Vereador Cap. Manoel José Pereira Gomes é eleito Presidente da Câmara Municipal de Itajubá e, assim, torna-se o Agente Executivo dessa Vila e Termo Judiciário.

• **1863 – julho – 5**

– Nascido aos 5 de julho de 1863, o Tenente Antônio José Rennó Júnior, cidadão de destacadas condições sociais e econômicas, faleceu em 2 de dezembro de 1940.

• **1865 – agosto – 25**

– Falece o Presidente da Comissão de Obras de Construção da

Igreja Matriz, Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, ocasionando consternação geral à comunidade.

• **1866 – dezembro – 7**

– O Cel. Henrique Braz Pereira Gomes, influente líder político, que foi várias vezes eleito Vereador e Agente Executivo de Brasópolis, veio ao mundo em 7/12/1866 e faleceu em 20/7/1944.

• **1868 – fevereiro – 26**

– Concluída desde 1862, em terreno doado pelo Tenente Francisco José Dias Pereira, a Capela de Nossa Senhora Aparecida recebeu a sagração do Bispo de São Paulo.

– Nasce em São Caetano da Vargem Grande o extraordinário homem público, Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes, estadista eminente, que ocupou quase todos os cargos públicos legislativos e executivos existentes no País, encerrando sua esplêndida carreira como Presidente da República, no quadriênio de 1914 a 1918.



*Solar dos Braz - R. Cap. Gomes - substituído pelo prédio do Colégio Est.  
Pte. Wenceslau - Aqui residiu o Cel. Francisco Braz e nasceram Wenceslau e irmãos*

• **1870 – maio**

Em assembléia popular inusitada, muito concorrida, o povo de Vargem Grande elegeu o Cap. Manoel José Pereira Gomes para Diretor único das obras da Igreja Matriz. O Templo estava então sob a responsabilidade do Padre Feliciano José Teixeira.

• **1873 – julho**

– O notável capuchinho Frei Caetano de Messina empolgou Vargem Grande com um ciclo de grandes Missões. Não somente conseguiu ele uma extraordinária obra catequética, como também levantou recursos para realizar grandes melhoramentos urbanísticos no Cemitério e na Praça da Matriz.

• **1878 – maio – 3**

– Sob o Paroquiato do Padre Feliciano José Teixeira foram concluídas, solenemente, as obras de construção da Igreja Matriz. A sagração do Templo foi realizada na mesma data.

• **1879**

– A comunidade de Vargem Grande é surpreendida com o falecimento do grande líder, Cap. Manuel José Pereira Gomes, Diretor das obras de reforma da Igreja Matriz.

• **1884**

– O Cônego José Luiz de Melo, Vigário da Paróquia, nomeia o Cel. Francisco Braz para o cargo de Diretor das obras de reforma da Igreja Matriz, tendo por Coadjutor Pedro Gomes.

• **1886 – janeiro**

– Toma posse como Deputado Provincial, em Outro Preto, o Cel. Francisco Braz Pereira Gomes. É o primeiro parlamentar filho de São Caetano da Vargem Grande a ocupar uma cadeira no Parlamento de Minas Gerais.

• **1887**

– Fundado e instalado o Clube Republicano e Abolicionista de Vargem Grande, quando foram eleitos Presidente e Secretário da entidade, respectivamente, Manoel José Veloso e Pedro Gomes.

• **1888 – março – 30**

– O Diretório do Partido Abolicionista proclama a libertação de todos os escravos do Distrito de São Caetano da Vargem Grande,

mediante um acordo geral entre os senhores de escravos. O ato teve repercussão nacional.

• **1889 – julho**

– Dom Lino Adeotado Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, realiza sua Visita Pastoral, sendo as solenidades realizadas na Capela de Nossa Senhora do Rosário, em virtude de achar-se em obras de reforma a Igreja Matriz.

– **novembro – 15**

– Comemora-se a Proclamação de República, com o pleno entendimento entre os três Partidos políticos existentes: o Liberal, o Conservador e o Republicano.

• **1890 – novembro – 15**

É lançada em circulação a 1ª edição do jornal Vargem-grandense, hebdomadário político, cultural, noticioso e agrícola. Este foi o primeiro órgão de imprensa que veio a lume em Vargem Grande. Era seu Diretor o Cel. Francisco Braz e Editor, Augusto Pinheiro de Freitas.

• **1892 – janeiro – 31**

– Empossado o 1º Conselho Distrital em São Caetano da Vargem Grande, instituído pela 1ª Constituição Republicana de Minas Gerais.

• **1894 – outubro**

– Registrou-se com grande tristeza a morte de José Gouvêa, primeiro herói de Vargem Grande. Cursava com brilhantismo a Escola Nacional de Medicina.

• **1896 – outubro**

– Inaugurado o primeiro serviço de abastecimento de água do Distrito de São Caetano da Vargem Grande.

• **1898 – junho**

– Entregue ao povo, com festas, o Mercado Público do Distrito.

• **1901 – março**

– Dom João Batista Corrêa Neri, primeiro Bispo a ocupar a Diocese de Pouso Alegre, recém-instalada, faz sua primeira Visita Pastoral a São Caetano da Vargem Grande.

– Padre Tertuliano Vilela de Castro e Artur Braz Pereira Gomes fundam o Clube Literário e Recreativo Wenceslau Braz.

**– julho**

– Comemorado no Distrito o notável feito de Santos Dumont, o “Pai da Aviação”, que contornou a Torre Eiffel em balão dirigível.

**– setembro – 16**

– Pela Lei nº 319, de 16 de setembro de 1901, o Distrito e Freguesia de São Caetano da Vargem Grande foi desmembrado de Itajubá, constituindo-se em município independente.

**• 1902 – janeiro – 2**

– Realizam-se as solenidades de instalação do novo Município. Toma posse a 1ª Câmara Municipal do Município de São Caetano da Vargem Grande, assim constituída: Presidente e Agente do Executivo, Vereador Francisco Braz Pereira Gomes; Vice-presidente, Vereador Joaquim José de Faria e Souza; Secretário, Vereador José Serôdio; membros, Vereadores Cândido Rennó, Antônio Pereira de Castro Gouvêa, Antônio Pereira de Mendonça, João Gonçalves Cintra, Alfredo Viana e Joaquim Carlos da Silveira.

**– março**

– Implantada a Coletoria Estadual do Município, tendo por seu 1º Coletor Pedro Gomes, genitor do Comendador José Alfredo Campos.

**• 1905 – julho – 19**

– O Cônego Antônio Augusto de Assis, Vigário de São Caetano da Vargem Grande, funda a 1ª Conferência da Sociedade de São Vicente de Paulo, sob a invocação de São Caetano.

**• 1908 – fevereiro**

– Instalada a Coletoria Federal do Município tendo por seu primeiro titular o Comendador José Alfredo Gomes.

**– setembro – 1º**

– Fundada a Santa Casa de Misericórdia local, em concorrida reunião convocada pelos pioneiros da iniciativa, Doutor Álvaro Ribeiro de Barros, médico então residente no Município e idealizador da entidade, Manoel Esteves Chaves, João Pires de Oliveira Feixas e Artur Braz Pereira Gomes. Como protetora perpétua da instituição foi escolhida Maria da Conceição Chaves. O Cel. Francisco Braz foi escolhido Provedor e Francisco Joaquim Pedroso, Tesoureiro.



*Matriz de São Caetano da Vargem Grande – Praça da Matriz*

• **1909 – outubro – 11**

– Pela Lei nº 513, de 11 de outubro de 1909, São Caetano da Vargem Grande foi elevado a vila, recebendo a denominação de Vila Braz, justa homenagem ao grande benfeitor da comunidade, Cel. Francisco Braz.

• **1910 – novembro**

– Inauguração da estação ferroviária da Estrada de Ferro Vale do Sapucaí, em Vila Braz.

• **1911 – janeiro – 17**

– O serviço de força e luz foi entregue ao público com energia fornecida pela Cia. Sul-Mineira de Eletricidade, com sede em Itajubá.

– **abril**

– A Santa Casa de Misericórdia iniciou seu funcionamento em prédio recém-construído, sendo paraninfo do ato o Cel. Francisco Braz.

– **setembro – 11**

– Pela Lei nº 152, de 11 de setembro de 1911, foi criado o Distrito de Piranguinho.

• **1917 – junho – 15**

– Em prédio próprio – o Edifício do Fórum – foi instalado o Termo Judiciário da Vila Braz, criado pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915.

• **1918 – abril – 7**

– Foi feita, com todas as cerimônias litúrgicas, a reinauguração da Capela Nossa Senhora Aparecida, depois de passar por uma reforma geral.

• **1922 – maio – 1º**

– Iniciou suas atividades o Clube Operário Brasopolense, instalado em prédio próprio, constituindo-se em mais um ponto de convívio social e de lazer.

• **1924 – junho – 1º**

– Com a presença de Dom Otávio Chagas de Miranda, Bispo Diocesano, foi inaugurado o Asilo de Inválidos Dona Maria Adelaide.

• **1926 – janeiro – 1º**

– Instalada a Comarca de Brasópolis, tendo como Juiz de Direito o Dr. Francisco Pereira Rosa e como Promotor de Justiça o Dr. João Melo Júnior. Escrivães: 1º Ofício, Manoel Antônio Salgado; 2º Ofício, José Manoel da Fonseca e Joaquim Eugênio de Carvalho; do Crime, Sílvio Lopes; do Registro Civil, Pedro Antunes de Carvalho e Alexandre Ferreira da Silva, e Oficiais de Justiça: Luiz Ferreira dos Santos e João Mendes de Brito.

• **1927 – maio – 13**

– A Sociedade Protetora da Instrução deu início às atividades didático-pedagógicas da Escola Normal de Economia Doméstica e do Ginásio Brasópolis, que tiveram por primeiros Diretores, respectivamente, a Irmã Otávia, educadora de escol, e José Raposo Lima, consumado mestre.

• **1929 – janeiro – 10**

– Pela Lei Municipal nº 388, de 10 de janeiro de 1927, foi aprovada subvenção destinada a amparar estudantes pobres da Escola Normal de Economia Doméstica e do Ginásio Brasópolis.

• **1930 – outubro – 24**

– Teve ampla repercussão a Revolução de 1930, deflagrada pela Aliança Liberal, propugnando pela “verdade das urnas”, em eleições universais, além de outros objetivos cívicos.

• **1931 – janeiro – 1º**

– Empossado o Conselho Consultivo local, constituído pelos representantes de classe: Comércio – José Pinto Gonçalves e Joaquim de Almeida Campos e Silva; Classes Liberais – Dr. Antônio de Barros Dias; Agricultura – Evaristo Pinto de Carvalho; Trabalhadores – Antônio Carvalho de Mendonça. Foi empossado também o Prefeito Municipal, Comendador José Alfredo Gomes.

• **1933 – fevereiro**

– Pelo Decreto nº 382, a Prefeitura Municipal concede ao DNER o auxílio de Cr\$ 5.000,00 para a construção da Rodovia Itajubá – Lorena. Ficou autorizada também a realizar o prolongamento da Avenida Cel. Francisco Braz, até o alto do Can-Can, com 1.900 metros de extensão.



*Trecho da Av. Cel. Francisco Braz – São Caetano da Vargem Grande*

• **1936 – janeiro – 29**

– Realizada no Município a grande Concentração Ruralista, patrocinada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, com apoio do Ministério da Agricultura.

– **novembro – 15**

– Concretiza-se a incorporação, ao território mineiro e brasopolense, da área territorial compreendida pelo Povoado de Candelária, que se desmembrou do Município de São Bento do Sapucaí-SP.

• **1948 – dezembro – 27**

– Pela Lei nº 366, de 27 de dezembro de 1948, foi criado o Distrito de Olegário Maciel.

• **1953 – fevereiro**

– Instalada em prédio próprio, cedido pela Paróquia, a Escola Infantil Cônego Teodomiro, da rede estadual, tendo por Diretora a Profª Maria Braga de Noronha.

– **agosto – 29**

– Pela Lei nº 853, de 29 de agosto, foi criado o Distrito de Dias (antiga Estação Dias).

• **1954 – setembro**

– Em cumprimento ao determinado na Lei nº 2.360, foi instalado o Grupo Escolar Dona Maria Carneiro Braz, tendo sido designada sua primeira Diretora a Mestra Déa Carvalho Stussi.

• **1986 – fevereiro – 13**

– A Escola Técnica-industrial Tancredo Neves foi criada pelo Decreto Estadual nº 25.635, de 13 de fevereiro de 1986, por desmembramento da Escola Estadual Presidente Wenceslau, em cujo prédio funcionavam há vários anos os aludidos cursos. Instalada em prédio próprio, iniciou suas atividades em 22/2/1986, nos termos da Portaria nº 430/86, do Secretário da Educação do Estado.

## **Outros fatos importantes**

1. Segundo registros, o Pe. Feliciano José Teixeira, dedicado Vigário da Paróquia de São Caetano da Vargem Grande, sob cujo Paroquiato foram concluídas as obras da Igreja Matriz em 3 de maio de 1878, fez

erguer nessa data, solenemente, um novo Santo Cruzeiro no largo da Matriz.

Esse ato religioso empolgou a população que a ele compareceu em massa. Ao finalizá-lo, o Padre, que há 18 anos governava a Paróquia, fez um convite com todo empenho a seus paroquianos para que não faltassem à procissão que acabava de marcar para o dia 5 de maio, dois dias após a implantação do Santo Cruzeiro, quando seria trasladada para seu altar, construído na Igreja Matriz, a imagem querida da milagrosa Nossa Senhora das Dores.

À hora marcada os fiéis começaram a chegar para iniciar o deslocamento programado quando, inesperadamente, tombava já morto o Padre Feliciano. O imprevisto e fatal acontecimento provocou uma crise emocional em todos os paroquianos, envolvendo em manto de profunda tristeza toda a comunidade (*in* “Almanaque Sul-Mineiro”, ano de 1884, pág. 494, Bernardo Saturnino da Veiga).

2. O Cel. Francisco Braz, Vereador representante do Distrito de São Caetano da Vargem Grande na Câmara Municipal de Itajubá, nos quadriênios de 1892 a 1898, foi eleito e se manteve na presidência da Câmara e na chefia do Poder Executivo de Itajubá, durante o período mencionado.

Foi uma gestão excepcional para essa comuna, registram os historiadores. Homem inteligente, dinâmico e realizador, administrando com amor, moderação, honestidade e transparência, marcou profundamente seus mandatos, revelando sua genialidade política.

Acompanhando com grande interesse o desenvolvimento de Itajubá, o Professor Nelson de Senna, eminente historiador, afirma que “o segredo da eficiência das administrações de Itajubá está nos critérios e na honestidade de seus administradores”. Continuando, aduz: “É preciso não esquecer que eles têm exercido suas funções, dando a maior prova de desinteresse pecuniário e amor à causa pública”. Concluindo, assim se expressa: “Ficou sempre na memória do povo itajubense o ato de fidalga generosidade do Cel. Francisco Braz quando, tendo que receber dos cofres municipais a quantia de 18 contos de réis de seus subsídios, ordenou que fosse ela incluída no orçamento como renda municipal. Belo exemplo a seguir...”

Nelson de Senna prossegue, ainda, analisando essa gestão, afirmando: “À fecunda administração do Sr. Cel. Francisco Braz o Município deve a fundação de uma Escola Normal que desenvolveu a instrução superior na zona, diplomando para a vida do magistério muitos moços e moças inteligentes...; e foi ainda graças a seus esforços que a cidade conseguiu a canalização de água potável e uma rede de esgotos, cujos melhoramentos o povo não esquece de agradecer” (in “Anuário Histórico Corográfico de Minas Gerais”, ano de 1909).

O ilustre historiador José Armelino Bernardo Guimarães, em “História de Itajubá”, comentando aspectos da rotina administrativa do ex-Chefe do Executivo em Itajubá, registra a atitude tomada pelo respeitado homem público quando, consultado por funcionário da fiscalização municipal sobre como fazer com determinado contribuinte em atraso com o recolhimento de tributos que, cobrado, sempre alegava só possuir em seu estabelecimento ferraduras (artefato para ferragens de animais), respondeu: “Cada um oferece o que tem. Se ele tem ferraduras, receba as ferraduras”.

Tal decisão, expungida de seu aspecto pitoresco, vem confirmar a objetividade e seriedade desse grande administrador que, mesmo em momentos difíceis, não permitia ficasse a municipalidade prejudicada em suas rendas.

3. Varsia Grande (*sic*) foi a primeira denominação dada à área compreendida pelo atual Município e pela Cidade de Brasópolis. A maioria dos proprietários de terras, naquela época, ao redigir suas comunicações à Paróquia, sobre os bens que possuíam, localização, aquisição e área dos mesmos, escreviam “Varsia Grande”. Poucos grafavam Várzea Grande ou Vargem Grande.

Esta constatação foi feita no Registro Paroquial de Propriedades, do Distrito de São Caetano da Vargem Grande, Município de Itajubá, existente no Arquivo Público Mineiro, elaborado nos anos de 1855 e 1856 pela Paróquia de Vargem Grande. Os escreventes paroquiais efetuavam o registro de cada propriedade de acordo com a forma que estava grafado o nome da localidade. Pelo que se presume, a decisão do executor do trabalho foi a de efetuar o registro tal como se acha escrito (*ipsis litteris*) no documento original.

Deparamos com esta ocorrência quando compulsamos o Registro Paroquial de Propriedade (RP) nº 236, registros nºs 01, 02, 03 e demais, constantes das suas páginas números 01, 02 e seguintes, em manuscrito bem legível em papel almaço pautado, contendo a relação de todos os proprietários de imóveis que fizeram a aludida comunicação em seu próprio interesse.

Manuseamos do começo ao fim o referido documento, de grande importância para os proprietários e posseiros de terras, na época. É que não havia ainda o governo estabelecido outra forma de oficializar a propriedade de imóveis.

Vamos relembrar significativo acontecimento histórico, que também colocou a comunidade vargem-grandense em destaque, ocorrido ao tempo da saudosa Vila Braz.

Trata-se da sábia decisão da Câmara Municipal de então, efetivando a contribuição de cem mil réis para a fundação da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, empreendimento que contou o apoio dos mineiros.

Como se pode constatar, Vila Braz colocou-se entre os municípios que adotaram idêntica e patriótica postura (“Revista Arquivo Público”, tomo XXI, fascículo 3, pág. 378). Foi, pois, mais uma atitude de afirmação das lideranças locais cujo espírito de luta pelas conquistas do progresso jamais deixamos de ressaltar.

A alta visão dos homens nascidos no recanto querido de Minas, em que se implantou a terra de Wenceslau Braz, jamais passou despercebida em toda a região o que, como era natural, ocupava espaços na imprensa, provocando longos comentários.

## CAPÍTULO IX

### VIDA RELIGIOSA

#### Capela da Laje – Sacerdotes

O Padre Athanásio José Rodrigues foi o primeiro sacerdote a prestar assistência religiosa permanente ao Arraial de Bom Sucesso e áreas adjacentes, atuando na Capela da Laje. Esse Bairro rural ofereceu contribuição apreciável à formação do aglomerado populacional de Várzea Grande quando este se implantava a alguns quilômetros dali. Com a transferência de vários moradores de Bom Sucesso, esse núcleo populacional emergente foi beneficiado. Sua denominação inicial foi mudada para Vargem Grande.

Constata-se, pois, que a tosca Capela da Laje foi, a partir de 1812, o ponto centralizador das comunidades de Várzea Grande e Bom Sucesso, além de outras. A Capela era formada por um simples e pequeno cômodo, coberto de sapé e cercado por paredes de pau-a-pique, quando começou a ser utilizada como tal. Os atos religiosos eram assistidos pelos fiéis que se abrigavam em um rancho construído à frente da Ermida, coberto por esteiras feitas de bambu e totalmente aberto, pois o interior do Templo mal acomodava o altar, o celebrante e o sacristão.

Em 1812, o mencionado sacerdote iniciou nesse Templo, precariamente construído, suas atividades que seriam mais tarde consideradas como as do Vigário de uma comunidade nascente no meio do sertão. Permaneceu à frente dessa Capela até 1847. Nos primeiros tempos a frequência maior era representada pelos moradores de Bom Sucesso, onde muito mais tarde foi também construída uma Capela.

## **Igreja Matriz – Capelães, Vigários e Padres**

Segundo registros existentes, o Padre João Batista de Alvarenga dirigiu a construção da Capela de Sant'Ana, tornando-se seu primeiro Capelão. Sabe-se também que desde 1825 ele se encontrava em Várzea Grande.

O "Calendário de Brasópolis", editado em 1958, acolhendo dados históricos fornecidos pelo Comendador José Alfredo Gomes, registra que esse sacerdote oficiava também na Capela da Laje, de 1812 até 1838, auxiliando o Padre Athanásio. A partir dessa data passou a atender só em Vargem Grande, de onde se afastou em 1847, quando o Padre Athanásio José Rodrigues foi transferido para esse burgo, onde ficou até 1853.

O Padre Manoel Antônio Camargo foi o substituto do Padre Athanásio, em 1853, na Freguesia de Vargem Grande, onde permaneceu até 1854, com a chegada do Padre Manoel José de Faria, para ficar por alguns meses apenas, até que a assumiu o Padre José Joaquim de Oliveira, por curto espaço de tempo também, pois foi substituído pelo Padre Luciano Xavier de Oliveira, ainda em caráter de interinidade. Foi, afinal, o Padre Pedro Nolasco César quem concluiu o ano de 1855 como titular da Capelania.

O Padre Gaudêncio Ferreira Pinto assumiu em 1856 a direção da Capela, onde permaneceu até 1859. Deixamos de nos reportar aos sacerdotes que dirigiram a Paróquia nos anos de 1860 e 1861 por nada constar a respeito no Livro do Tombo.

Em 1862 o Padre Feliciano José Teixeira a assumiu, ali permanecendo até 1877, quando adoeceu, vindo a falecer em 1878, sendo substituído pelo Cônego José Luiz de Melo, que foi o Vigário até meados de 1889.

O Padre Joaquim Antônio de Siqueira assumiu a Paróquia nesse ano, dirigindo-a por pouco tempo. Foi sucedido pelo Padre Ambrósio Armando de Souza Coutinho, em fins de 1889, que ali permaneceu até 1891, quando transmitiu interinamente ao Padre Augusto Leão Quartim as funções nos primeiros meses de 1892, nelas permanecendo até 1895. Coube ao Padre Antônio Olinto Batista Pinto substituí-lo até 1898. Antes de concluir o citado exercício, recebeu as funções o Padre Antônio Lopes Valente, mantendo-se nelas até 1903, quando

foi substituído pelo Cônego Antônio Olinto Batista Pinto que retornou, assim, à Paróquia para dirigi-la até meados de 1905. Assumiu em 1905 o Cônego Antônio Augusto de Assis, ali permanecendo até 1907. Em 1904, como pró-Pároco, o Padre Tertuliano Vilela de Castro também ali prestou serviços.

Durante os anos de 1905, 1906 e 1907 serviram, interinamente, à Paróquia os Padres Guilherme de Paula Rodrigues, José Lopes do Prado, Tomé Fernandes e Francisco Ozamis. Estiveram como coadjutores, no mesmo período, os Padres Gastão de Moraes e Ivo Le Bihan.

Após o Vicariato do Cônego Antônio Augusto de Assis, concluído em fins de 1907, as referidas funções foram assumidas pelo Padre Alberto Nunes de Melo Brigagão, que permaneceu à frente da Paróquia até 1911, entregando-a, no fim do mesmo ano, ao Cônego José Pinto Gonçalves.

Ao findar o ano de 1913, o Cônego José Pinto Gonçalves, que teve como coadjutor o Padre Domingos Roque do Nascimento, entregou, interinamente, a direção da Paróquia aos Padres Miguel Ângelo de Vito e José de Alencar e Souza. O Padre José Antônio Corrêa foi o Pároco que a assumiu em fins de 1913. Sua gestão, como substituto, prosseguiu até fins de 1920, quando entregou-a ao Padre José Joaquim de Sant'Ana.

Antes de findar o ano de 1921, a Paróquia passou às mãos do Cônego Herculano Moreira, que teve como coadjutor o Padre Gabriel Montesinos até o final de seu primeiro ano de atividades. Foi longo seu Paroquiato, estendendo-se até janeiro de 1927, época em que, interinamente, entregou o bastão ao Padre Alderigi Torriani.

Aos dezenove dias do mês de março de 1927, tomou posse da Paróquia o Cônego Joaquim de Oliveira Noronha que, embora tenha nascido em Conceição dos Ouros, era considerado brasopolense, em virtude de terem nascido e vivido em Brasópolis seus pais e avós.

O devotado Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha foi o primeiro sacerdote brasopolense a assumir a direção da Paróquia. Realizou uma gestão digna de encômios, extraordinária, até que veio a falecer em 10 de novembro de 1971. A ação dele foi tão significativa para os paroquianos e para Brasópolis que poderá merecer a atenção de algum historiador que a ela queira dedicar-se. É obra de um gigante,

realizada sem os exageros da popularidade, dentro dos cânones da humildade e da virtude, que caracterizam sempre a vida e a ação dos bons, dos grandes e dedicados sacerdotes de Cristo.

Durante tão longo e benéfico período de Vicariato, Monsenhor Noronha contou com a colaboração preciosa de muitos Padres coadjuvantes. Entre estes estão Padre José Carneiro Pinto que, de junho a agosto de 1948, funcionou como Vigário Substituto; Padre Francisco Stela, em 1948, ainda; Padre Generoso Siqueira, em 1952; e Padre Lúcio Remusat Rennó, durante muitos anos, a partir de julho de 1952.

Após a morte do Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha, ocuparam a Paróquia os seguintes Padres, todos objetivando dar seqüência ao trabalho modelar executado pelo seu antecessor: José Eugênio da Fonseca, de 10/10/71 a 11/01/79; José Nunes Senador, de 12/01/79 a 18/12/80; Maurício Pierone, de 18/12/80 a 28/01/81. Monsenhor José Roberto da Silva assumiu o mencionado encargo em 29/01/81. À época em que este registro histórico estava sendo elaborado, isto é, 1991, ainda exercia seu Vicariato.

Este ilustre sacerdote vem se destacando pela ação eficiente, pela dedicação aos paroquianos, pela humildade cristã e pela inteligência com que realiza seu grande trabalho apostólico. Sua profícua gestão continua recebendo aplausos dos paroquianos.

Registre-se, também, que durante a gestão dos padres que dirigiram a Paróquia de Brasópolis, após o falecimento do Monsenhor Noronha, funcionaram como coadjutores os Padres José Eugênio da Fonseca, de 28/02/70 até 09/02/71, e Arquimedes Carvalho de Andrade, de 07/02/72 a 15/02/77.

Após a coadjutoria do Padre José Eugênio da Fonseca, a Paróquia de Brasópolis deixou de possuir esta função, passando a dispor de cooperadores. Assim é que o Padre José Soares de Souza (Padre Juca) foi cooperador no período de 26/08/87 a 12/05/88. As informações sobre as gestões e respectivos períodos de todos os Vigários, coadjutores e cooperadores, que vieram após a morte do Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha, devemo-las ao Dr. Francisco Crescêncio Ribeiro.

## **Assistência especial**

A assistência espiritual prestada na Capela de Nossa Senhora Aparecida, nos asilos, escolas e hospital teve início em 1927. De 1927 a 1929, pelo Cônego José de Barros Ferraz Luz; de 1929 a 1936, pelo Cônego Benedito de Oliveira Salomon; de 1936 a 1955, pelo Cônego Teófilo Jazedé.

O Padre Adriano Schellekens sucedeu ao Cônego Teófilo Jazedé, de fins de 1955 a 1956. Desta época em diante essa Capela, bem como os aludidos órgãos deixaram de contar com o mencionado atendimento, salvo no período de 1966 a 1968, em que o Cônego Luiz Gonzaga Ribeiro dele se encarregou.

## **Irmãs da Providência**

É de todos conhecido e proclamado o valioso trabalho realizado em várias instituições assistenciais, culturais, sociais e religiosas do País, com total discricção, pela benemérita Congregação das Irmãs da Providência.

As dedicadas e eficientes representantes dessa Ordem, sempre prontas a receber da sociedade mais encargos, têm demonstrado, através dos tempos, o alto preparo que possuem e a seriedade com que encaram as responsabilidades que lhes são atribuídas.

Em face dessa excelente imagem de eficiência, dedicação e interesse pela solução de vários problemas sociais, que caracteriza a ação exercida pela entidade, as caridosas Irmãs são sempre lembradas.

Vila Braz não poderia constituir-se em uma exceção, no que tange à colaboração dessas religiosas. Por isso, construído e equipado, o Asilo de Inválidos Dona Maria Adelaide foi entregue, com autonomia, a essas freiras, cuja cooperação para a própria fundação e implantação da iniciativa foram também de grande valia.

O compromisso foi assumido em 1924, pela então Superiora da Congregação, Mère Maria Rosedde Lima, que confiou às Irmãs Maria Isabel, Maria São Luiz e Ana Maria a responsabilidade de dirigir a Casa dos Velhinhos de Brasópolis.

A Irmã Maria Valéria foi escolhida em 1927 para Diretora do Asilo, entregando esta grave responsabilidade à Irmã André, em 1929.

O mandato desta religiosa prolongou-se até 1938 tendo sido um período de grandes atividades.

De 1938 a 1943 estiveram na direção da Casa as Irmãs Maria Genoveva e Maria André (segunda vez). Assumiu a sua direção, em 1944, a Irmã Maria Eduradoc, que foi substituída em 1945 pela Irmã Paula. Ficou sob a responsabilidade da Irmã Maria Tarcísio até 1952, período também destacado por inúmeros melhoramentos e ampliação de suas instalações.

A Irmã Maria Lourenço foi a responsável pelo Asilo até 1955, sendo substituída pela Irmã Brígida, retornando à direção em 1956. O trabalho realizado pela administração da Irmã Maria Lourenço foi também de significativa importância.

Várias outras Irmãs passaram pela direção da Casa, cada qual com sua firme atuação, mantendo-a sempre em ordem e em constante progresso, inclusive, com a notável iniciativa da construção da nova sede, à Rua Capitão José Maria, 756, em área confrontante com os fundos da sede primitiva.

O novo prédio foi inaugurado dia 12 de novembro de 1982, às 12 horas, após concorrida Missa Solene, estando presentes também o Prefeito Municipal José Fernandes dos Reis, o celebrante Monsenhor José Roberto da Silva, Euclides Pereira Cintra, José Júlio Marcondes Salgado, Presidente da diretoria do Asilo, e demais membros. Também estavam presentes a Irmã Fernanda Biagioni e suas colegas, então responsáveis por essa tradicional casa assistencial de Brasópolis. Foi homenageado o médico Dr. José Piolli Filho, que sempre prestou assistência aos velhinhos, gratuitamente.

Verifica-se que, efetivamente, as Irmãs da Providência possuem um acervo invejável de trabalhos prestados à sociedade brasopolense, sem alarde, que jamais poderia ficar sem um registro especial. Não se pode deixar sem uma menção Dona Eneida Spolzino Gomes (viúva do saudoso Professor e Engenheiro Lúcio Rennó Gomes), que sempre acompanhou de perto as atividades do Asilo, destacando-se por sua marcante atuação no campo da assistência social.

Ressalte-se, também, que as dignas Irmãs encontraram para seus planos de trabalho o indispensável apoio das diretorias do Asilo, sempre entregues a homens capazes, trabalhadores e honrados.

## Sentimento cristão do povo

Segundo os costumes, a tradição e os informes prestados por pessoas mais vividas da comunidade há na gente brasopolense um fervoroso devotamento à Religião Católica e aos movimentos de benemerência e de solidariedade cristã.

Estas excepcionais tendências arraigadas na população vêm de tempos distantes, quando ainda se encontrava embrionária a expectativa alimentada pelos pioneiros da fundação da cidade, de que pela riqueza da terra e pelo valor de sua gente, Várzea Grande haveria de se transformar, no futuro, em um centro irradiador da cultura e do progresso.

Até mesmo nas senzalas, em meio ao trabalho bruto que se exigia dos negros e às arbitrariedades naturais do condenado regime, reinava o mesmo espírito de religiosidade dominante na comunidade.

O compromisso profundo com a fé e o devotamento aos cânones cristãos evidenciavam-se em todos: escravos e senhores, pobres e ricos, moços e velhos.

A se confirmar esta forte e indiscriminada disposição popular chega-se a compreender a tenaz luta dos escravos libertos e cativos pela construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, à qual não faltou a valiosa cooperação de todos os segmentos sociais.

A força aglutinadora da Fé atingia a todos, desde os tempos imemoriais. Todavia, informam os mais antigos, os negros pareciam esforçar-se mais no cumprimento dos deveres religiosos. Acredita-se que a esse estado de espírito se devia a conclusão da construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário antes que fosse concluída a da Igreja Matriz.

Merece análise especial o fato de ter sido, durante dezenas de anos, reduzidíssimo o número de cristãos filiados a igrejas não-católicas na localidade. Salvo equívoco, o surgimento do primeiro Templo independente só se consumou no decorrer da década de 1970.

Esta acomodação talvez possa ter ocorrido em face da boa e sensata atuação dos nossos Párocos, especialmente do saudoso Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha, cuja administração durou quase 50 anos. Este bondoso Vigário, cuja personalidade infundia concórdia, trabalho e humildade, conseguiu realizar ali uma ação

apostolar ímpar. Culto, inteligente e destituído das preocupações com o suntuoso, com a opulência distanciadora dos homens, fez esse Vigário uma verdadeira obra sacerdotal, reunindo em torno de sua figura, cheia de carisma, quase todos os brasopolenses.

Atuando em um meio assim favorável à concórdia e à plena observação dos fundamentos filosóficos do Cristianismo, os Padres que dirigiram a Igreja Católica na terra de São Caetano conseguiram desenvolver plenamente o alto potencial de religiosidade do povo.

Talvez seja por tudo isto que Brasópolis é tida, em toda a região sul-mineira, como detentora de um alto índice de fidelidade do povo aos compromissos para com Deus, que sempre foi invocado em todos os passos dados pela comunidade, no sentido da prosperidade, da educação, da cultura e da assistência social.



*Santuário Nossa Senhora Aparecida – Brasópolis  
No meio Imagem de N. Sra., em baixo prédio do Asilo (ainda existe) – após sua  
construção, do lado direito retrato do altar da igreja (ainda é o mesmo)*

## ATIVIDADES CULTURAIS

### Teatro

A Arte Dramática, desde os tempos de Vargem Grande, produzia na sociedade um verdadeiro fascínio. Existiram ali, no passado, grupos teatrais amadores compostos de pessoas talentosas que representavam, no povoado e nas comunidades vizinhas, com sucesso digno de menção.

Como era natural, havia épocas de maior entusiasmo, sucedidas por outras menos alentadoras. Porém, a população jamais deixou de contar com os trabalhos dos conterrâneos na ribalta, animando-a e alegrando-a, formando na comunidade uma escola de arte e de cultura.

Manoel Antônio Salgado, tratando da vida cultural de Brasópolis, informou, através da imprensa local, da existência de muitas serenatas animadas, tocatas e horas de arte, no tempo em que o saudoso Serafim Martins dos Santos Lima, jornalista e escritor, produziu várias comédias e revistas, que foram exibidas na cidade e na região, por grupos amadores, de cujos elencos participavam, além do informante, José Alfredo Gomes, Santos Lima, Henrique Braz, Nenzinha Chaves e várias outras pessoas prendadas da comunidade.

A comédia **Um Carioca em Vila Braz**, desse autor, alcançou enorme sucesso, não só na comunidade como nas cidades vizinhas. O mesmo aconteceu com **O Filho Pródigo**, também de Santos Lima. Como se pode verificar, a sociedade de então viveu várias décadas de

intensas e valiosas atividades artísticas e culturais. É que reinava ali inusitado entusiasmo pelas artes em todos os escalões sociais.

O Maestro João de Oliveira Noronha, de grande sensibilidade artística, inteligente e culto, compunha suas melodiosas músicas que despertavam grande enlevo social, quando eram executadas no decorrer das apresentações de peças e em outras oportunidades.

Na arte da ribalta a terra brasopolense teve seus tempos de glória e de fausto, ombreando-se com vantagens, às vezes, às suas co-irmãs da região.

## **Imprensa**

Até o dia 14 de novembro de 1890 o Distrito de São Caetano da Vargem Grande ainda não possuía um jornal, através do qual pudessem os seus habitantes tomar conhecimento do que se passava, de bom ou não, na comunidade e no País.

Foi exatamente no dia 15 de novembro desse ano que circulou pela primeira vez o jornal **Vargem-grandense**, hebdomadário noticioso, informativo e político, voltado para os problemas agropecuários. Fundado pelo Cel. Francisco Braz, o jornal foi bem- recebido pela população, vindo a público em hora importante da vida nacional.

Editado por Augusto Pinheiro de Freitas teve por redatores Artur Braz, Sebastião Gomes e José Alfredo Gomes. Posteriormente, foram seus editores Manoel Luiz Ferreira de Magalhães, Artur Braz, Sebastião Gomes, Francisco Ferreira dos Santos, Joaquim Bento e José Alfredo Gomes.

O **Vargem-grandense** circulou regularmente até 1911, época em que havia sido lançado, com grande sucesso, **O Imparcial**, que não tinha fins políticos. Era de cunho eminentemente literário, científico e informativo. Comprometido com o progresso e o desenvolvimento da comunidade, objetivava a cultura do povo e seu bem-estar social.

O número 1(um) do **O Imparcial** circulou em Vila Braz dia 9 de novembro de 1910, segundo noticiou a revista **Radium** (nº 5, ano II, referente ao período setembro a novembro de 1922, editada pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte).

Era um excelente jornal. Tivemos oportunidade de manusear alguns exemplares, por gentileza de Dona Hígia de Barros Costa, filha do Dr. Álvaro Ribeiro de Barros e mãe do médico Dr. Renato Barros Costa, residentes em Belo Horizonte. Ficamos surpresos com o alto padrão da publicação que tivemos em mãos: de apreciável dimensão, várias páginas, impressão magnífica, bom papel, paginação variada, noticioso, doutrinário, humanístico, crítico, dotado de um corpo de colaboradores de alto gabarito.

O fundador e Diretor-redator-chefe desse periódico foi o eminente médico, professor, cientista e pensador Doutor Álvaro Ribeiro de Barros, que residiu em Vila Braz alguns anos, a partir de 1907. Funcionaram como redatores os ilustres jornalistas Alberto Rangel, Colatino Barroso, Cândido Libânio, Oliveira Castro, Sebastião Gomes, Castro Gouvêa, Raul Rocha, José de Carvalho e João Feixas. **O Imparcial** teve sempre ótima aceitação até que, em 1912, deixou de circular em virtude do lançamento de outro jornal – o **Vila Braz** – qualificado como órgão oficial do Município.

O novo jornal teve por redatores Sebastião Gomes, José Alfredo Gomes, Joaquim de Almeida Campos e Silva, Mário Silva, Heitor Silva e, finalmente, Serafim dos Santos Lima. Este ilustre escritor e jornalista passou, a partir de 1924, a dirigir o **Brasópolis**, quando deixou de existir o que se editava, em virtude da elevação da Vila à condição de Cidade.

Desde então vem o **Brasópolis** prestando bons serviços ao Município, como órgão oficial dos poderes municipais. Seus redatores são designados pelo Prefeito Municipal.

Em 1951 o Diretório Municipal da ex-UDN passou a editar seu órgão de publicidade, denominado **Em Guarda**. Como jornal de propaganda política, prestou também serviços à comunidade durante algum tempo. Contou com bons redatores e colaboradores. Fortaleceu durante sua existência a imprensa local.

É de se acreditar que a comunidade brasopolense deve ter contado, através dos tempos, com outros jornais de vida efêmera, destinados à divulgação de idéias e de campanhas culturais e políticas. Entretanto, em nossas pesquisas não conseguimos detectar a existência, na localidade, de nenhum outro jornal.

Expoentes da vida intelectual, artística e social da comunidade, os dirigentes – diretores, redatores – desses órgãos souberam honrar e projetar a imprensa local.

## **Arte musical**

Seria possível imaginar-se que, naquela área ocupada por denso pinheiral, quando da penetração dos sertanistas invasores, poderia surgir, mais tarde, um burgo cheio de ambição, com claros indícios de prosperidade e boas possibilidades de ser, no futuro, uma comunidade preocupada com a formação cultural de sua gente? Pois esse fato ocorreu. Com efeito, voltou-se ele para o desenvolvimento artístico, inclusive para a magnífica arte dos ritmos, da métrica, da harmonia, da coordenação dos sons e da associação melódica – a Música. Preocupou-se, pois, essa coletividade com a formação do homem, também por meio de uma sensação auditiva agradável, cujos efeitos sensibilizadores ativam-lhe a inteligência e, concomitantemente, despertam-no, conduzindo-o, assim, a estados emocionais sublimadores do espírito.

Foi, pois, com especial devoção à Música, investindo na sua aprendizagem e divulgação, revivendo de alguma forma um tradicional costume de outros povos que o Arraial revelou-se, desde suas manifestações primeiras, um aglomerado humano álaçre, sociável, simpático, em que a boa música era apreciada nas tertúlias íntimas, todas as noites e também em público.

Segundo a tradição, houve sempre na comunidade pessoas interessadas na difusão de tão apreciada arte. Todos aqueles que tocavam algum instrumento ofereciam-se, de modo espontâneo, para transmitir seus conhecimentos, gratuitamente, a quem os desejasse. Tal comportamento ensejava o despontar de vocações e o desabrochar de uma aura de entusiasmo e sedução pela Música.

Com o correr dos anos tornou-se possível a formação de uma excelente banda de música, à qual se deu o nome de Corporação Musical Santa Cecília, que é, hodiernamente, uma instituição respeitável, eis que foi organizada ao tempo em que Vargem Grande era apenas um povoado. Composta por um elenco de músicos notáveis, sua manutenção e renovação se fazem, naturalmente, envolvendo pais,

filhos e netos. Patrimônio cultural e artístico de imensurável valor, a referida banda musical honra e enaltece a comunidade, participando com entusiasmo cívico de todos os eventos locais e, às vezes, regionais, abrilhantando-os.

A cultura da música popular e da erudita no seio das grandes famílias tornou-se uma tradição. Uma constante que jamais perdeu intensidade. Recordamo-nos, como se fora hoje, dos sons maviosos de afinados pianos em muitas casas, ouvidos em quase todos os pontos da parte mais central da cidade, especialmente à tarde e ao anoitecer. E como era tonificante para a alma e para o corpo o privilégio de se poder viver, assim, ao afago de enternecedoras e dolentes músicas, que a cada canto eram ouvidas e apreciadas por tantas pessoas, até mesmo durante o trabalho, na faina diária a que tantos se entregavam.

As famílias abastadas, que não ignoravam a grande importância da música na formação intelectual e moral do homem, mandavam os filhos, especialmente as moças, fazer fora, até com competentes maestros, cursos de aperfeiçoamento da educação musical já assimilada nos colégios em que estudavam.

Por especial gentileza de Dona Almira Ribeiro Guaracy Rebelo, residente em Belo Horizonte, tivemos acesso às “Memórias” de seu genitor, o ilustre genealogista, historiógrafo e magistrado aposentado, Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, nascido em Brasópolis. Tomamos, então, conhecimento de que os pais do memorialista mandaram ensinar música a todos os filhos (homens e mulheres). Das “Memórias” desse nosso tio-avô, extraímos, a respeito, o seguinte: “Eram quatro filhas (irmãs do Dr. Pedro). Todas saíram como exímias pianistas dos colégios onde estudaram, sendo que uma delas – Rita – foi discípula do grande Maestro João Gomes, em Pindamonhangaba-SP”.

Esse brasopolense de saudosa memória, que também honrou a magistratura mineira, era filho do casal Capitão Jerônimo José de Souza e Dona Gertrudes Pereira de Souza, sendo esta filha do Capitão José Pereira da Rosa e neta do Alferes Antônio Dias Pereira. Ele, que como todos os outros irmãos, também aprendeu música, registra ainda em suas “Memórias”: “... Meu pai, Jerônimo José de Souza, era particularmente sensível à arte musical, mandando ensiná-la a todos os filhos...”.

A propósito, faça-se justiça ao comportamento desse saudoso casal, no que concerne ao gosto e à preocupação com a divulgação, em alto nível, da arte musical do seio da própria família, o que não se constituiu, acreditamos, em uma exceção. Por força da transmissão de tão importante hábito, de geração em geração, foi que a sociedade em causa metamorfoseou-se sentimentalmente em um estuário remansoso e tranqüilo, ideal para compositores, músicos, seresteiros, cantores e outras pessoas, com tendências a se agruparem em coros orfeônicos, *jazz* e outros conjuntos típicos.

Era tão difundido o gosto por essa arte que em cada casa havia sempre um instrumentalista, um cantor ou um compositor. Os poetas também não faltavam, improvisando versos inspirados e dolentes cantigas. Também existiam violões, flautas, bandolins, cítaras, acordeons, violinos, cavaquinhos e violoncelos. Conclui-se facilmente que a comunidade propiciava um ambiente social acolhedor, amigo e adorável, onde também não faltavam maestros e compositores. O tão lembrado maestro, poeta e compositor João de Oliveira Noronha achava-se sempre presente, quer nos encontros das esquinas ou nas reuniões com fins artísticos e sociais, emprestando sua alta sensibilidade de fino repentista, mentalizando versos e redigindo poemas, declamando-os com graça e sutileza.

Esse talentoso compositor era admirado e respeitado por todos os conterrâneos, especialmente por seus ex-alunos de várias gerações. Com seu porte elegante, seu fino trato a todos agradava. Em qualquer lugar poderia parar, palestrar com quem encontrasse e até permanecer, não obstante sua posição singular de *expert* no campo da arte poética e musical e de cidadão austero.

Em uma de nossas visitas à conterrânea e grande amiga, a poetisa, cantora e musicista Dona Maria José Chaves de Noronha (Nenzinha), em Itajubá, muito falamos a respeito da sociedade brasopolense do passado e do presente. Nossa interlocutora, alegre e jovial, relatou-nos interessantes passagens históricas, em que foram citadas pessoas gradas, intelectuais, autoridades, enfim, muita gente boa de nossos tempos e de gerações precedentes que fizeram parte do dia-a-dia da crônica social brasopolense.

Posteriormente, voltamos a visitar nossa conterrânea, quando o nome do estimado maestro voltou a ser enfocado, eis que também

tivemos a honra de conhecê-lo e de privar de sua amizade. Dona Nenzinha nos disse textualmente: “João Noronha, meu grande mestre, muito me ajudou, ensinando-me a música e a todos meus irmãos. Dotado de alta sensibilidade, motivos incomuns, em certos momentos, o inspiravam, levando-o a compor músicas com estes consentâneas. Uma tardezinha encontrava-se ele na casa comercial do Zé Gaspar quando o popular Zé Sapinho, embriagado, caiu na sarjeta, em frente ao citado empório, gemendo de dor! Foi o bastante para João Noronha, testemunha do ocorrido, compor naquele momento a valsa **Gemidos**, que é linda!... Também a valsa **Dor Suprema**, do mesmo compositor, é bela e triste a um tempo, fazendo-nos recordar, com saudade, o passado. **Cismas e Sonhos** música também desse Maestro e letra do saudoso poeta Mário Silva, é outra composição bastante inspirada. Veja só”, continua Dona Nenzinha, “pela primeira estrofe, que beleza:



*Mercado Municipal – Praça José Gouvêa*

Quem... num viver inda em flor...  
sente as carícias do amor...  
pensa que amar é viver...  
e sem temor... principia a sofrer...”

A privilegiada memória, lucidez e inteligência de Nenzinha Chaves deixam perplexas as pessoas que a ela dedicam amizade. É incrível sua memória! Lembramo-nos bem do que falamos em 1985, quando lhe fizemos nossa primeira visita, em Itajubá. Essa brasopolense admirável, que foi grande amiga e vizinha de meus queridos pais, Ana Ferraz Cintra (Nhazinha) e Ludgero Pereira Cintra, quando residiam à Rua José Pereira da Rosa, próximo ao Mercado Municipal, local onde nascemos e vivemos os primeiros anos, alegrou-nos sobremaneira ao relembrar, com minúcias, diversas visitas que fez à nossa saudosa mãe, sua vizinha próxima. De cada encontro que havia entre ambas, ficava sempre gravado algo de interessante, caracterizando a convivência amena que mantinham mais estreitamente. Dona Nenzinha, no ensejo, trouxe-nos gratas recordações daquele infatigável e bondoso casal que nos gerou. Também percorreu longamente, enquanto fazíamos rápidos assentamentos, sobre famílias e acontecimentos sociais e políticos do passado, desde os tempos de Vargem Grande até a Brasópolis de nossos dias.

Testemunha participante de muitas ocorrências históricas e sociais, assistente de outras tantas e repositório de preciosas informações recebidas da tradição, Dona Nenzinha, que prefere atender pela alcunha, ofereceu ao historiador colaboração da mais alta valia. Cumpre-nos destacar que não obstante os seus 87 anos bem-vividos (estamos hoje em janeiro 1992), deleitou-nos, ao recordar e declamar com segurança, graça e arte, revivendo seus tempos da mocidade, bela página literária brasopolense, representada pelo mavioso soneto **Amo-a**, de José de Melo Noronha (Zezé Noronha), inspirado poeta, que, destituído de vaidade e despretensiosamente, soube, e muito bem, cantar em prosa e verso nossa querida Brasópolis. Lamentável é que tão cedo nos tenha deixado. **Amo-a** tem a seguinte letra:

“Amo-a. Vem de criança este amor sagrado,  
que me tem embalado pela vida inteira.  
E dos amores por que fui tocado,  
este ficou, por ser minha emoção primeira.

Amo-a. E na pureza deste amor sonhado  
vejo encantado a quimera verdadeira.  
E quando estou, pela distância, separado  
dela é que trago a imagem derradeira.

Por certo, queres saber quem é esta fada  
que traz minha vida assim aventurada,  
neste místico culto que minh’alma encerra.

E eu, cheio de emoção, num gesto comovido  
segredarei baixinho ao teu ouvido:  
É o meu torrão amado, amigo: a minha terra!”

Com a publicação desse soneto queremos, também, homenagear Dona Nenzinha, que o declamou com tanta magia, vida e arte, como se estivesse ainda, fisicamente, no verdor da mocidade.

Registre-se, para finalizarmos, que Bernardo Saturnino da Veiga (“Almanaque Sul-Mineiro”, 1884) nos dá notícias da existência, em Vargem Grande, de uma corporação musical em pleno funcionamento, tendo por Diretor João Machado de Carvalho. Informa, ainda, a existência, no povoado, de dois professores de música: Maria Constança de Jesus e Paulo Monteiro Chaves. Este foi citado também em volume da aludida publicação referente ao ano de 1870.

## **Bibliotecas**

A comunidade brasopolense sempre possuiu apreciável número de bibliotecas, as quais apresentavam boa frequência, confirmando as tradições de uma sociedade altamente preocupada com a formação cultural, humanística e técnica de sua gente.

O Clube Wenceslau Braz, todos sabem, sempre dispôs de atualizada biblioteca. Por isso mesmo é a mais procurada.

Também a biblioteca do Clube Operário Brasopolense é uma boa fonte de pesquisas e leituras por parte de seus associados e visitantes, sendo regularmente freqüentada.

Fundado em 1927, o Ginásio Brasópolis dispunha também de excelentes e numerosas coleções de obras didáticas e pedagógicas. Essa biblioteca recebeu valiosas contribuições dos governos federal e estadual.

A Escola Normal e Ginásio Senhora Aparecida dispunha da Biblioteca Noraldino Lima, rica em obras especializadas na área educacional, que muito contribuiu para a boa formação cultural e pedagógica da juventude local.

## **Esportes**

Os brasopolenses nas décadas de 30 e 40, principalmente, tiveram a glória de viver uma época significativa, quando a cidade era, na área esportiva, representada por um excelente time de futebol, respeitado em toda a região, que enfrentava até equipes de profissionais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Unida e plena de convencimento pelos feitos de seus craques, a sociedade local emprestava total e incondicional apoio moral e material ao seu único e importante grêmio esportivo – a Associação Desportiva Coronel Henrique Braz –, conhecido por todos os fãs por Associação. Quando se falava na Associação, todos já sabiam tratar-se do grande clube de futebol da comunidade.

Fundado em 1930, esse clube foi sempre dirigido pelo saudoso brasopolense Pedro Gomes Neto. Deu aos seus torcedores imensas e continuadas alegrias. Projetou Brasópolis intensamente entre suas irmãs da região, que possuíam também boas equipes que se impunham não só pelo preparo físico de seus jogadores, como pelos valores individuais com que contavam.

Pedro Gomes Neto foi um dos maiores desportistas brasopolenses. Bem antes de fundar a Associação já era o responsável pela direção do clube de futebol local, época em que a Praça de Esportes localizava-se às margens da linha férrea da extinta Rede Sul-Mineira e era toda aberta. Foi este valoroso brasopolense quem dirigiu a construção do conjunto esportivo a que se denominou Estádio Dr. Ataliba Moraes,

em homenagem ao grande médico e esforçado Prefeito. Esta Praça de Esportes compunha-se de duas quadras de voleibol, piscina e um excelente campo de futebol.

A Associação manteve bons treinadores, que possuíam condições de preparar grandes equipes, formando também novos valores oriundos da prata da casa, que brilharam intensamente nos campos sul-mineiros. Alguns deles foram convocados e participaram das equipes profissionais: Esporte Clube Siderúrgica, de Sabará, e Clube Atlético Mineiro, de Belo Horizonte.

Com o advento do novo estádio e dessa brilhante fase do futebol em Brasópolis, quando a Associação vencida a maioria dos clubes regionais e até grandes clubes profissionais, como o Botafogo, o América e o São Cristóvão, do Rio de Janeiro, e mesmo o famoso Itajubense Futebol Clube, o grêmio dirigido por Gomes Neto passou a contar com grandes craques. Entre os goleiros, o titular era Humberto, vindo do Botafogo, do Rio; na zaga jogavam Manoel Preto e Chico Preto (posteriormente atuaram em Belo Horizonte, no Atlético e no América); como meio-campistas atuavam Zezé Procópio, craque que mais tarde se transferiu para o Botafogo, do Rio, e, posteriormente, integrou a seleção brasileira, na Copa da Itália, em 1938; Tio Bim, grande craque, e Geraldinho Rebelo (que foi mais tarde titular do Esporte Clube Siderúrgica, de Sabará, na disputa pelo campeonato mineiro), Homero Melo, outro baluarte; como atacantes jogavam Chiquinho Corrêa, grande centroavante, com certeiras bicicletas, Alfredinho Tavares, Pascoalino, João Damásio, Ageu, Toninho Dota, Dico Faria e outros.

Com esse elenco, constituído de bravos e excelentes craques, a Associação ostentou durante vários anos um futebol que fanatizava seus aficionados, catalizando as simpatias e o apoio de todos. Foi esta, não resta dúvida, uma fase áurea do futebol em Brasópolis. A liderança de Pedro Gomes Neto era incontestável, permitindo fossem colhidos bons resultados dessa perfeita união.

Entretanto, alguns dirigentes acharam que a Cidade já comportava mais que um grande clube. Resolveram fundar outra agremiação, com planos para ser tão forte quanto a Associação. Nasceu, então, o Paladinos Futebol Clube.

Transformada em realidade a idéia, dentro de poucos meses o jovem clube construiu sua praça de esportes, com dispendiosos investimentos em terraplenagem e obras de arte. O campo do Paladinos foi construído em local atualmente ocupado pela Fábrica de Doces Sinhá. O Presidente do Paladinos Futebol Clube, Sebastião Paes, proprietário de uma alfaiataria, homem bom e operoso, muito lutou para seu clube, que foi formado por bons jogadores, alguns vindos da própria Associação, outros recrutados nas cidades vizinhas.

Esse novo clube disputou também o campeonato sul-mineiro, onde pôde se impor e alcançar sucesso, além de ter conseguido reunir um bom conjunto de atletas.

Não tardou, porém, a desilusão provocada pelo convencimento de todos de que a bipolarização das forças futebolísticas não alcançaria o sucesso esperado, já que produziria o enfraquecimento dos dois clubes e até a necessidade de se reduzir investimentos no esporte das multidões, em consequência até mesmo da séria crise por que passava a economia nacional. Resultado: os dirigentes desses dois grandes clubes resolveram recuar, na luta antes encetada, ensarilhando as armas. A disputa obstinada e o fanatismo deram lugar ao entendimento e à busca de melhores caminhos a serem percorridos. Dessa maneira, nem Paladinos nem Associação interessaram-se pela disputa. O campeonato sul-mineiro, por sua vez, também entrou em fase de desinteresse geral.

Todavia, uma nova fase surgiu ali para o futebol, com a formação de diversos clubes de menor expressão, coordenados por uma entidade (a Liga Brasopolense de Futebol) para a disputa de campeonatos internos da cidade. Seis clubes filiaram-se à Liga, dando-se início ao certame de futebol local.

Dirigiram a Liga Brasopolense, na sua fase inicial, José Firmino, Mário Lobo e Belmiro Vergueiro. Dentre os atletas dos novos times, destacamos alguns. Goleiros – Altamirando Palma, Joaquim de Souza, Armando Monfredini, Orlando Souza Cruz. Zagueiros – Benedito Arantes, Gino, Fábio Gomes. Meio-campistas – Brejeiro, Mário Lobo, Paulinho Cintra, Capinga. Atacantes – Zé Braz, Milton Melo, João Faria, Armando Faria, Dico Faria, Paulinho de Oliveira, Venâncio e Gentil.

O sistema competitivo, por meio do campeonato local, teve seqüência através dos tempos, mantendo-se em vigor com excelentes resultados. Foi posteriormente sistematizada a disputa regional, pelas seleções de cada cidade, que chegou a despertar grande interesse. Passaram a existir na cidade vários quadros de futebol, com bons valores, que funcionam como verdadeiras escolas, preparando jogadores para clubes maiores das cidades vizinhas, de onde geralmente saem para os grandes centros aqueles que alcançam projeção, através de maior dedicação, melhor preparo físico e técnico.

Não há notícia de que em Brsópolis se tenham desenvolvido alvissareiramente outras atividades esportivas. O voleibol e a natação, pela falta de aficionados, apenas tiveram alguma repercussão em determinada ocasião. Apesar da existência, no Estádio Dr. Ataliba Moraes, de piscina e quadras de voleibol, até certa época, que foram utilizadas vários anos seguidos, não encontramos registros da prática de tais modalidades. Nestes últimos anos, com a construção do Balneário de Brasópolis, reacenderam-se as esperanças dos amantes da natação, do vôlei e do basquete, principalmente com a construção de várias e excelentes quadras, possibilitando a prática, pelos esportistas locais e visitantes, dessas atividades esportivas.

### **Escritores, poetas e trovadores**

Após algumas décadas de audiência comunitária, de observação, de pesquisa, fosse por meio do contato direto com fontes seguras e plenamente confiáveis de informação, fosse pela indagação verbal ou escrita de personalidades ilustres que viveram em épocas já distantes ou ainda por conhecimento próprio, concluimos que, não obstante a crença por todos aceita, concernente ao alto nível cultural que sempre ostentou a sociedade brasopolense, os seus homens de letras não se consagraram profissionalmente.

Conta ela, entretanto, com ilustres historiadores, prosadores, jornalistas, críticos literários, músicos e escritores que, apenas de forma amadorista, ocuparam e ocupam brilhantemente espaços importantes no campo da intelectualidade, pois outras foram suas preferências no campo profissional.

Reafirmando as corretas informações consignadas neste trabalho, bem assim a constante preocupação com o bom nível intelectual da sociedade em foco, está o fato de que, quando Vargem Grande era ainda um simples Distrito, ali já se editava um bom jornal – o **Vargem-grandense** –, órgão de imprensa de fins literários, políticos e agrícolas, que circulou ininterruptamente, durante 21 anos, sempre respeitado e acatado desde seu aparecimento em 1890.

O fundador e Diretor desse hebdomadário, Cel. Francisco Braz, segundo o eminente historiador Prof. Darcy Bessone (*in* “Wenceslau – Um Pescador na Presidência”, 1968), deixou escritas as suas memórias (**Memórias** do Cel. Francisco Braz), trabalho concluído pouco tempo antes de seu falecimento e publicado em 1914 pelo “Anuário de Minas Gerais”. Ao que se sabe, até aquela época nenhum outro trabalho individual havia sido editado ali, o que transforma o memorialista no primeiro, no iniciador da publicação de trabalho intelectual na comunidade. A propósito, julgamos oportuno lembrar aqui palavras do emérito escritor José Veríssimo: “As literaturas começam sempre por um livro, que freqüentemente não tem outro mérito que o de prioridade”. Aduz, ainda, o eminente autor, que Bento Teixeira, ao mandar imprimir “**Prosopopéia**, em 1601, em Lisboa”, que transformava em herói o então governador de Pernambuco, Capitão Jorge Dalbuquerque Coelho, não alcançou “mérito de inspiração, poesia ou forma”, salvo a importância de ser, cronologicamente, a “primeira produção literária publicada por um brasileiro” (*in* “História da Literatura Brasileira”, José Veríssimo, pág. 74, José Olímpio Editora, 3ª ed., 1954).

Foi, portanto, o saudoso brasopolense Cel. Francisco Braz quem teve a primazia de marcar, com a publicação de suas **Memórias**, trabalho biográfico, histórico e genealógico de significativo valor, o nascimento público da vida literária e intelectual de sua terra.

Os ilustres irmãos Sebastião Gomes e Comendador José Alfredo Gomes, alguns dentre os experientes redatores do **Vargem-grandense** e também historiógrafos dos mais perspicazes, legaram-nos trabalhos esparsos de indiscutível importância histórica e literária. Não se preocuparam, contudo, em reuni-los em um ou mais livros.

Santos Lima, como todos o conheciam, ex-Diretor-redator do jornal oficial do Município – **Brasópolis** – escreveu várias peças

teatrais, algumas já citadas, que alcançaram sucesso na crítica especializada e nos palcos de Brasópolis e de outras comunas da região sul-mineira e do País, que também não foram reunidas e publicadas.

Portanto, desde os tempos de antanho a comunidade acolheu, estimulou e cooperou com seus historiadores, seus escritores, seus poetas, seus artistas e compositores. Todos os filhos de Brasópolis e os que ali viveram, que se dedicaram às atividades culturais, foram estimulados pela crônica escrita e falada. Dentre os ilustres escritores, permitimo-nos destacar dois, com obras publicadas, cujos trabalhos mereceram da crítica a indispensável aprovação, com encômios. Referimo-nos ao Cônego Augusto José de Carvalho, que por longos anos serviu à Arquidiocese de Pouso Alegre, que publicou dois livros: **Terra de Bom Jesus** (1982, Ed. Artes Gráficas Irmão Gino Ltda.), um trabalho de pesquisa histórica sobre Pouso Alegre, sede da Arquidiocese, cujo conteúdo romanceado agradou sobremaneira, e, ainda, **Trem de Manobras** (1982, da mesma editora) uma autobiografia preparada por seus familiares, publicada por ocasião do transcurso do Jubileu de Ouro sacerdotal do autor. Tanto quanto a primeira, esta publicação foi recebida com aplausos gerais.

Outro aclamado romancista, contista e historiógrafo brasopolense é o Dr. Paulo Ribeiro Rosa, respeitado membro da magistratura mineira, aposentado. Desse escritor ilustre conhecemos o alentado volume de contos **Primeiro e Último** (Ed. Comunicação, 1983), contemplando vivências do cotidiano mineiro com muita graça, fino senso de humor e até certa dose de ironia. Editou também, em 1988, interessante biografia do Presidente Wenceslau Braz.

Vates de notável sensibilidade, que jamais sairão da lembrança dos pósteros, pelo real valor de suas produções dadas a público, existiram e ainda existem, enobrecendo, alegrando e projetando a Cidade Presépio.

Escritores e poetas como Mário Silva, Alfredo Noronha e Heitor Silva, além de outros, cujos nomes não nos ocorrem no momento, que viveram em época menos recente e por isso mesmo mais romântica, mais devotada ao social e mais consagradora, lograram deixar, esparsos, trabalhos valiosos e apreciados lances de requintada sensibilidade, que se incorporaram à nossa literatura nos gêneros da prosa artisticamente orientada, da poética, do teatro, da eloquência,

da história, da crítica, do romance e até da filosofia. Contudo, essas produções, na sua maioria publicadas pela imprensa local e regional, portanto, sem o risco de serem devoradas pelas asas do tempo que a quase tudo consome, podem merecer, mais dia menos dia, a preocupação de alguém, tentando reuni-las em uma antologia na qual, com certo engenho e arte, poderá colocar tão valioso patrimônio cultural ao alcance dos interessados. O bom estágio de erudição e a capacidade intelectual desses conterrâneos, que se preocuparam com o burilamento da inteligência e o desabrochar da sensibilidade, produzindo belos lances de nossa tecitura literária, merecem e precisam ser resgatados e entregues à posteridade.

Entre os que vieram a publicar sua apreciada produção, sempre cheia de lirismo, tocada por laivos do romantismo de inspiração livre, em prosa e em versos, ocorrem-nos ainda alguns nomes de nossa geração, que não podem ser olvidados, como Orlando Ferraz Egreja, que foi um sóbrio e festejado narrador e que agradava com suas crônicas de cunho sociológico e histórico; Presciliana Moraes Lopes (Popê), considerada a maior poetisa brasopolense, legou-nos poemas que revelam sua rara sensibilidade e profunda inspiração artística; Afonsa Lisboa, poetisa e prosadora, que se revelou digna de elogios pela crítica; Manoel Noronha, da simpática São Lourenço, sua terra de adoção, onde está sepultado, e de onde recebíamos notícias de suas atividades literárias (poeta e prosador de fôlego), sempre bem-acatadas pela crítica; Domingos Cipresso Filho, apreciado narrador e poeta; José de Melo Noronha (Zezé), com sua simplicidade, grande amor à terra e à vida e que foi vate de reconhecida inspiração e fina sentimentalidade; e Joaquim de Souza Vichi, poeta nato, sempre a esconder-se na sua requintada modéstia e a ocultar seus inspirados versos.

Recentemente veio a lume **Reminiscências** – 1990, festejado volume de poesias e trovas de Benedito Faria e Souza (Dico Faria), com 230 páginas, cuja repercussão nos meios literários foi excelente. No posfácio dessa obra encontramos o soneto “Ao Dico”, que é a manifestação do inspirado vate João de Deus, destacado membro da Academia Itajubense de Letras, de acurada sensibilidade e profundo cunho estético-filosófico. João de Deus, na segunda quadra de seus versos, diz:

“São versos do mais clássico ecletismo,  
de alcance requintado e duradouro,  
figurando, entre os mais, com brilhantismo  
e nos painéis da glória, sem desdouro”.

São dos nossos dias os admiráveis versos livres e crônicas soltas dos ilustres irmãos Drs. Martinho e João Mário Braga de Mendonça. O primeiro é autor também de algumas peças de teatro infantil, encenadas com êxito em escolas de Itajubá, de Brasópolis e da região. São também atuais os brilhantes trabalhos da ilustre escritora Helena Cintra Faria, nossa prima, de cunho filósofo-espiritual.

Os escritores, poetas, dramaturgos, historiadores e literatos brasopolenses, ou sejam, todos aqueles que revelaram vida cultural, utilizaram-se dos mais variegados temas e gêneros para a sua produção, quase sempre ligada ao homem, à terra, à região, não se esquecendo jamais de cantar o sempre querido torrão natal. Sem os naturais arroubos da imaginação e da inteligência, mais por modéstia e timidez que por qualquer outro motivo, foram férteis em trabalhos que denotam vocações autênticas, vivas imaginações, muita inspiração e arte, graça, singeleza e estilo definido. Ademais, sempre se mostraram despreocupados com a escalada da glória, quando jamais manifestaram a intencionalidade de se tornar escritores, poetas ou literatos mais alentados. Todavia, souberam preencher com rara sabedoria, beleza, inteligência, sensibilidade e fino senso artístico a área filósofo-sociológica reservada a estas maravilhosas e encantadoras atividades da alma humana.

## **Corais**

Jamais se afastou da gente vargem-grandense a vocação para a Música, para o Canto, bem como para outras formas de manifestação do sentimento e da inteligência. Esta constatação poderá ser feita, facilmente, no ensejo das reuniões sociais, das atividades religiosas e cívicas.

Nas igrejas, desde os idos da fundação da comunidade, agrupavam-se pessoas dotadas de qualificação para participar de coros ou conjuntos orfeônicos, sempre dispostas a contribuir com suas

afinadas cordas vocais para a produção dos sons necessários ao realce dos atos litúrgicos.

É do tempo de nossa infância ou, quem sabe, bem anterior a ele o intenso trabalho das distintas Professoras Leonídia Pereira de Souza, Assunção Braz e outras em prol da formação e manutenção dos coros da Matriz e da Capela Nossa Senhora Aparecida. O processo seletivo de participantes dos conjuntos sempre foi facilitado pelo número suficiente de candidatos dotados de vocação.

Os grupos que atuavam nessas Igrejas raras vezes faziam apresentações em solenidades não sacras. Entrementes, quando convocados, exibiam-se satisfatoriamente, provocando comentários lisonjeiros. A sugestão de se estruturar um coral mais numeroso e melhor condicionado, para abrilhantar as solenidades mundanas, surgiu na década de cinquenta.

A semente lançada germinou, cresceu e não tardou a produzir frutos, para alegria dos numerosos discípulos do saudoso Maestro João de Oliveira Noronha. Não foi difícil a conscientização popular para que essa medida se tornasse realidade.

Analisada a proposta, reuniu-se a sociedade, por seus membros representativos da área artística no já histórico dia 12 de maio de 1962, no auditório do Ginásio Brasópolis, com a finalidade de institucionalizar a implantação de um Coro Orfeônico condizente com as tradições de cultura artística da cidade.

A assembléa deliberou oficializar a fundação de uma instituição com probabilidade de vida longa e de sucesso no cumprimento de sua finalidade. **Vozes de Euterpe** foi o nome escolhido para ela. A iniciativa foi recebida com aplausos.

Fomos informados que a reunião foi assistida por mais de uma centena de pessoas. Todavia, grafaram seus nomes ao sopé da respectiva ata apenas: Maria Alba Faria de Mendonça, Georgina Pereira de Oliveira, Ana Maria Vergueiro, José Inácio Sandy, José Rezende Vilela, Marília Alvarenga Chaves, Décio Rennó Faria, Newton Alfredo Ribeiro de Noronha, Inês Maria Dias, Ruth Ana Simões, Mirian Terezinha Carneiro de Toledo, Márcio Rennó Ribeiro, Delma Gomes Veloso, Judith Pereira Serpa, Judith Gomes Minchetti, Maria Regina Nogueira, Edith Ana Simões, Ângela Carneiro Dias, Maria Aparecida de Rezende Vilela.

A primeira diretoria do conjunto, eleita e empossada na data da sua fundação, foi a seguinte: Ruth Ana Simões, Presidente; Maria Terezinha Carneiro de Toledo, Vice-presidente; Marília de Alvarenga Chaves, Secretária; Mauro Rennó Ribeiro, Tesoureiro; Georgina Pereira de Oliveira e Newton Alfredo Ribeiro de Noronha, Regentes.

O grupo vocálico cresceu e se firmou como centro cultural guardião do vasto acervo artístico que existe incrustado na memória histórica brasopolense. Adquiriu renome e expressão em toda a região sul-mineira, sendo atualmente conhecido e acatado também em outras partes do País, mercê das soberbas apresentações que vem fazendo.

Registramos, ainda, a solidez econômica e técnica do conjunto, que já dispõe de sede própria. Co-participante de inúmeras campanhas, com fins filantrópicos e outros, desenvolvidas na comunidade, dada nossa honrosa condição de brasopolense representante de seus conterrâneos no Legislativo Mineiro por mais de três décadas, desejamos render justa homenagem à memória do ex-Vereador Antônio Gomes de Oliveira, que muito se empenhou pela obtenção do terreno e pelo levantamento de recursos financeiros para a construção do prédio-sede da entidade, ocasião em que também não faltou nosso total apoio.

O **Coral Vozes de Euterpe** honra e distingue Brasópolis. Granjeou fama nos centros importantes onde se apresentou. É tido como conjunto que agrada às mais exigentes platéias.

## **Radiodifusão**

Com o avanço tecnológico das telecomunicações e tendo em vista a filosofia governamental, em vigor na época, de interligar territorialmente o País, de Norte a Sul, por processos físicos e pelas ondas hertzianas, formou-se na cidade um amplo movimento social, tendo por fim organizar e implantar uma radioemissora, a exemplo do que vinha ocorrendo nas mais importantes comunas da região.

Manter lampejante a chama do progresso e da cultura na terra foi sempre um dos objetivos do ideário cívico daqueles brasopolenses defensores da tese de que a dinâmica da prosperidade deveria ser sustentada. Tanto quanto possível, o progresso das localidades vizinhas deveria ser acompanhado. Com esses objetivos foi formada

uma sociedade comercial – a Sociedade Radiodifusora de Brasópolis Ltda.

Acionados os dispositivos administrativos e políticos, foi deferido o pedido de concessão de frequência, onda e potência para a almejada estação transmissora. Nasceu, pois, a Radiodifusora Brasópolis, Z.Y.V.-26, com frequência de 1.110 Kc, onda de 270,3m, solenemente inaugurada dia 14 de julho de 1951.

Este foi mais um arrojado passo que se deu na senda do aperfeiçoamento cultural da sociedade brasopolense, abrindo-se-lhe clareiras para projetar-se em várias áreas. A iniciativa foi fruto do consenso e do entusiasmo dos dinâmicos conterrâneos Pedro Gomes Neto, Artur Faria Netto, José Machado de Souza, Geraldo Gomes, Antônio Gomes, Deoclécio Campos Caridade e Francisco Sandy, entre outros.

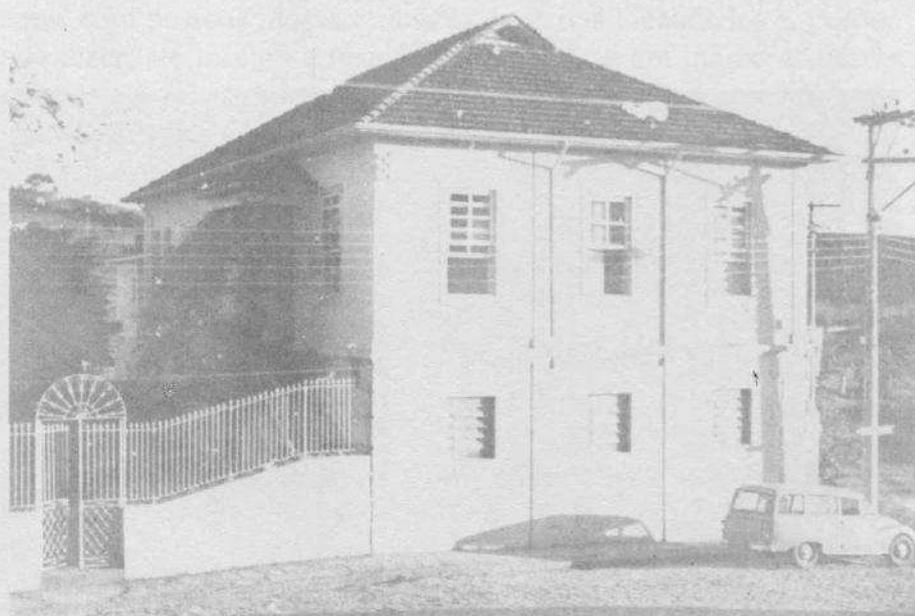
O sucesso técnico do empreendimento é devido em grande parte a Artur Faria Netto que, como experiente e capacitado técnico em Eletrônica e Telecomunicações, planejou e acompanhou de perto os trabalhos de instalação do moderno transmissor de 100 Watts, bem como os da antena de transmissão e respectiva rede de tomada de terra. Mercê da dedicação e capacidade desse conterrâneo, conseguiu-se a otimização da potência instalada e o pleno rendimento técnico do projeto.

No ar, a Z.Y.V.-26 passou a ser ouvida em todo o Sul do Estado, com índices altamente satisfatórios, conforme atesta o respeitável volume de correspondência que recebia. Em determinadas horas do dia, a programação alcançava também várias cidades paulistas e algumas paranaenses (cartas e telegramas recebidos). Essa foi, portanto, mais uma medida vitoriosa adotada pela gente brasopolense.

O elenco de bons redatores e locutores da Z.Y.V.-26 elabora programas atraentes, que motivam seu universo variado de ouvintes.

A primeira diretoria, que instalou e colocou em funcionamento a emissora brasopolense, foi constituída por Pedro Gomes Neto, Diretor-gerente; Artur Faria Netto, Diretor-técnico; José Machado de Souza, Diretor-tesoureiro. Locutores e Redatores: Deoclécio Campos Caridade, Geraldo Gomes, Antônio Gomes e Francisco Sandy.

A tradicional emissora brasopolense tem prestado, através dos tempos, os mais assinalados serviços à região sul-mineira. Inclui-se, sem favor algum, entre suas co-irmãs que vêm contribuindo com seriedade para a projeção dos veículos de comunicação no País.



*Mansão do Ten. Antônio José Rennó Jr. (Tonico Rennó) – Praça Getúlio Vargas, 78.  
Posteriormente residência do Comendador José Alfredo Gomes*



*Trecho da Rua Alferes Antônio Dias*

# CAPÍTULO X

## LENDAS E HISTÓRIAS

### Observação

As pesquisas cuidadosamente elaboradas, o largo relacionamento pessoal e a convivência, durante vários e seguidos anos, com pessoas idosas e ilustres de várias localidades e, porque não dizer, até mesmo a residência temporária em inúmeras dessas cidades e arraiais da região, levaram o historiador a convencer-se, tranqüilamente, de que Brasópolis, comparada a outras comunas, apresentava pouquíssimas lendas e casos que pudessem contribuir para o enriquecimento de seu acervo folclórico-cultural.

Apesar da constatação dessa realidade inelutável, resolvemos não deixar sem registro, ainda que resumido, o pouco que se tem a descrever nesse campo.

### O castigo da laje

O caso do jovem que se sentiu preso pelos pés à grande laje de pedra sobre a qual se postava, próxima à estrada, onde esperaria a passagem do pai, para assassiná-lo, cremos que merece ser comentado pois, segundo a tradição, é tido como verídico.

Desde os tempos de criança, já ouvíamos de diversas pessoas, que mereciam respeito, a narração sobre o que havia acontecido ao rapaz que, após sério e violento atrito com o pai, fixou-se na inconcebível decisão de vingar-se das ofensas daquele a quem devia a própria vida, pretendendo atingi-lo, traiçoeiramente, com uma carga de chumbo.

O local onde se escondeu era sobre uma pedra grande, que apenas aflorava ao solo por longos espaços, com vegetação mais alta na parte que se aproximava da estrada e que ocultaria o tresloucado das vistas dos transeuntes. O sítio ou local ora descrito – a Laje – existe, tendo sido apenas parcialmente modificado com a construção da rodovia Piranguinho – Paraisópolis. Localiza-se no Bairro Campinho, atualmente Município de Piranguinho.

O infeliz adolescente, sabendo que o pai se preparava para sair e que passaria pelo mencionado ponto, antecipou-se, deslocando-se às escondidas para o local previamente escolhido. Espingarda boa e bem carregada às costas, saíra antes daquele, caminhando pelo ralo matagal à procura da área estratégica.

Atingido o espaço escolhido, procurou o quase parricida a posição que lhe parecia mais favorável para disparar o tiro. Ali, colocou-se na tocaia, sobre a laje de pedra, aguardando a aproximação de quem pretendia eliminar.

Passado algum tempo, eis que o pai desponta na curva do caminho. O tocaiante, sentindo que era chegada a hora máxima, tentou melhorar sua posição física para acionar a arma. Nesta hora decisiva sentiu que seus pés estavam colados na pedra, cuja resistência cedera sob seu peso. Viu-se assim, de chofre, preso, sem se poder movimentar. Com os pés atolados na laje, faltou-lhe o necessário equilíbrio físico. O pai se aproximava. Seu corpo, desgobernado, baixou sobre os pés. A espingarda, esquecida, escapou-lhe às mãos. Sentindo-se irremediavelmente preso pelos pés, perdeu todo o controle emocional, passando a bradar por socorro a todos os pulmões.

Ouvindo gritos e choro o tocaiado, que se aproximava, sentiu-se aturdido, pois nada via e não sabia do que se tratava. Encaminhando-se em direção ao ponto de onde partiam os gritos, constatou estupefato que era o próprio filho, com quem havia antes atirado violentamente, que ali estava caído, em lágrimas, irreconhecível. Perguntou-lhe: O que veio fazer aqui? Por que esses gritos e tanto choro?...

Naquele estado de emoção, de nervosismo, de pavor, acovardado, o filho confessou seu plano hediondo, enquanto lhe pedia que o perdoasse. O pai, como sempre ocorre, perdoadando ao filho, abaixou-se, ergueu-o nos braços e, também já em prantos, conseguiu,

com esforço, fazer saltarem-se da laje os pés. Diante do ocorrido, conclui-se, segundo a lenda, que se tratava de um acontecimento sobrenatural, inexplicável, impossível de ser entendido: a laje de pedra bruta havia cedido ao peso do rapaz, o bastante para prender os seus dois pés, deixando para a eternidade, bastante visíveis, as duas marcas correspondentes a dois pés humanos, a atestar, a quantos do local se aproximassem, que ali havia ocorrido um fenômeno sobrenatural que serviria bem para testemunhar o castigo imposto por Deus àquele que, em momento de verdadeira loucura, pretendeu exterminar a vida do próprio pai.

Esta lenda foi sempre transmitida de pai para filho, como se tivesse sido uma ocorrência verdadeira, um fato real. Todos quantos a ouviam nela acreditavam, tal a força da tradição e o respeito que impunham os que transmitiam aquele triste fato. As pessoas mais vividas, quando contavam a história, detalhavam tudo. Chegavam mesmo a convidar os que colocavam alguma dúvida a comparecer ao local para constatar na grande laje os sulcos deixados pelos pés do jovem alucinado. Deste modo, o fato era quase sempre descrito como verdadeiro.

A respeito de tão comentada história, vamos encontrar, no livro “A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950”, existente na Arquidiocese da referida cidade, na página 73, a seguinte referência: “As missas eram rezadas pelo Padre Athanásio José Rodrigues, que depois foi vigário de Vargem Grande, na Fazenda da Laje, assim chamada pela sua situação junto da pedra desse nome, lendária e célebre por dois sulcos, ainda existentes, com a forma de pés humanos”. A obra mencionada síntese histórica das paróquias da arquidiocese (págs. 65/75), trata da história de Brasópolis.

### **Luz que caminhava**

O que está descrito, sob o título acima, acreditamos não seja apenas uma lenda ou uma ficção criada pela imaginação mística e supersticiosa do povo. É que se trata de uma versão constituída de aspectos não-naturais, que muitas pessoas respeitáveis tiveram oportunidade de constatar de viso, tranqüilamente, repetidas vezes, inclusive o próprio narrador.

Segundo relatam moradores antigos do lugar, usuários habituais da estrada municipal que, começando na saída da cidade, onde se localiza o Grupo Escolar Cel. Francisco Braz, transpõe a pista asfáltica com destino a Paraisópolis, seguindo em direção aos Bairros da Serrinha, Teodoros, Boa Vista etc., à noite, várias vezes, quase sempre a partir das 22 horas, era visualizado e acompanhado um ponto luminoso que, visto de certa distância, assemelhava-se a uma vela acesa. Aquela pequena tocha de luz clara, vista de longe, movimentava-se sempre pela parte mais alta da área, constituída por pastagens, pertencentes então a Cândido Pereira Mendonça, bem perto de Brasópolis, vindo e voltando algumas vezes, de uma extremidade à outra da propriedade, localizada parte de um lado e parte do outro da estrada, em locais não confrontantes.

O objeto luminoso era observado, esporadicamente, por transeuntes, quase sempre quando retornavam da Cidade às suas propriedades. O percurso utilizado pela luz ambulante era sempre o mesmo, com raríssimas exceções: ora em um sentido, ora em direção contrária, indo e vindo, com a velocidade correspondente ao caminhar humano. Dada a altura em que a luz era mantida em relação ao solo, podia-se ter a impressão de que era conduzida por alguém que seguia as trilhas de gado existentes no local.

Havia um ponto do percurso costumeiro, tanto em uma como em outra direção, em que a passagem, transpondo a estrada, era feita pelo foco luminoso. Este cruzamento acontecia na região conhecida como Morro do Tiro, local compreendido entre uma pequena elevação, seguida logo à frente de outra, margeando uma pequena depressão alagadiça do terreno, por onde a passagem a pé era impossível, também porque ocupada por extensa vegetação.

Assim, a luz ia e vinha normalmente por trilhas e transpunha a estrada, se naquele momento não estivesse passando alguém. Prosseguia sua caminhada ganhando, do outro lado, a pastagem que já começava a elevar-se, topograficamente, e onde já não havia trilho ou caminho.

Algumas vezes, a chegada do ponto luminoso em movimento à proximidade da estrada a ser transposta coincidia com a presença de transeuntes a cavalo ou a pé. Quando uma quase defrontação ocorria, as pessoas sentiam-se tocadas de emoção, cabelos arrepiados... Não paravam. Com grande receio, prosseguiam, enquanto a luz desviava-

se, ora para um lado, ora para outro, como aconteceu com várias pessoas, de modo a evitar o encontro ou a aproximação.

Segundo informavam os moradores dos referidos bairros, aqueles que passavam sempre pelo local (cruzamento da estrada) e que conheciam a ocorrência faziam-no com respeito profundo, coração ofegante, emudecidos e sempre tocados pelo medo, sem jamais procurar um confronto com o que viam e acompanhavam, de longe, porque consideravam aquilo um fenômeno não-natural e merecedor de todo respeito. Porém, passado o momento do possível encontro, sempre evitado, constatava-se que o ponto luminoso prosseguia sua caminhada até atingir a pastagem vizinha, logo do outro lado da estrada, fazendo o mesmo percurso.

O roteiro utilizado normalmente pela luz começava pela parte mais alta da elevação, na divisa com a fazenda então pertencente à nossa estimada tia Alvarina Pereira Cintra; transpunha a estrada no local já mencionado e terminava na parte mais alta, próxima ao fim do outro pasto, também pertencente a Cândida Pereira Mendonça, que divisava em águas vertentes com o confrontante de então, Joaquim Pereira de Lima.

Algumas raras vezes, o ponto luminoso foi visto movimentando-se paralelamente à estrada referenciada, pelo mesmo pasto, guardando constantemente regular distância desta. Quando isso ocorria, informavam os observadores, era feita uma parada em sua caminhada, ao passar próximo a uma Santa Cruz ali existente, um pouco afastada da estrada, que assinalava, por velho e tradicional costume, o local onde anos antes havia falecido um homem negro, que o narrador conheceu, mas de cujo nome não se lembra. Tendo o falecido passado por forte crise cardiovascular, segundo a tradição, sem que ninguém o tivesse socorrido, foi encontrado já sem vida sobre enorme poça de sangue. Após a parada por alguns segundos, nesse ponto, a luz prosseguia na sua já conhecida movimentação.

Todos se preocupavam com aquele mistério inexplicável da parada do ponto luminoso, na Santa Cruz, tentando formar juízo a respeito. Porém, ninguém formulava, ao comentar o assunto, conclusões que merecessem acolhimento pela sua fundamentação. O que diziam aqueles que mais vezes o observaram é que acreditavam que deveria ser a alma ou o espírito do falecido.

Essa descrição histórica não é uma simples lenda, uma história qualquer. Ela é o registro de um fato verídico, observado várias vezes ao longo do tempo, por diversas pessoas de responsabilidade, na década de 1920.

Apesar das tentativas de alguns indivíduos desabusados que, ao constatar que o foco luminoso caminhava para transpor a estrada, procuravam um ocasional encontro a fim de tentarem desvendar o misticismo criado, sem conseguir.

A conclusão de todos quanto à ocorrência em discussão era a de que, se fosse algum ser humano que estivesse tramando tudo, este não teria condições de transpor, normalmente, a área baldia, saindo do outro lado, sem dificuldades e rapidamente, como acontecia com a luz. Eis porque este argumento jamais foi aceito. Por isso, era quase unânime a afirmação de que se tratava, pressupostamente, de um acontecimento que ultrapassava as raias da naturalidade.

### **As tropas e seu papel na economia do País**

Os conquistadores do território brasileiro, experientes e conhecedores das dificuldades que enfrentariam para penetrar as terras descobertas, sem auxílio de outros elementos, lançaram mãos dos poucos recursos de que dispunham para tal fim.

No começo, tudo representava incertezas e imprevistos. Era o ignoto a ser desvendado. Não havia ainda rumos a serem seguidos. Nem ao menos veredas ou leves sinais da passagem do homem pelos sertões virgens. Alguns trilhos utilizados pelos índios só bem mais tarde seriam encontrados e utilizados.

As caminhadas eram feitas a pé. O transporte de alimentos, roupas, ferramentas e demais petrechos indispensáveis à realização da árdua missão e até as amostras de materiais recolhidos (ouro), à falta ainda de muares de carga, era feito no ombro dos escravos e dos silvícolas cativos. Foi assim, com imensos sacrifícios, que os sertanistas realizaram as incursões pioneiras.

Tão logo passaram a dispor de animais, utilizaram estes para montaria e também para transporte das cargas indispensáveis. Surgiu, a partir daí, a necessidade de serem abertas picadas para a passagem dos animais cargueiros, devidamente adestrados.

As tropas formadas, cada uma geralmente por um lote de 7 a 12 burros-cargueiros e respectivo carregamento, eram entregues aos cuidados de um homem preparado para conduzi-las: o tropeiro. A um grupo de animais treinados convenientemente e equipados com arreamento apropriado para transporte de objetos sobre o dorso (cangalhas, arreios, jacás, ganchos e demais pertences) dá-se o nome de tropa. Ao tropeiro cabia a incumbência de zelar pela carga e saúde da tropa, alimentação, jornadas de trabalho, peso das cargas e descanso dos cargueiros sob seu controle.

As Bandeiras só passaram a organizar sua composição e a planejar os trabalhos a serem executados depois que conseguiram os animais indispensáveis para tanto. Sem estes, pouco se poderia fazer.

Os muares foram preferidos para a formação dos lotes de transportadores, porque resistiam bem ao trabalho excessivo, às grandes jornadas, algumas vezes à alimentação insuficiente, além de serem dotados de acentuado instinto, que os tornava passíveis de um adestramento rápido e perfeito. Estes condicionamentos deram aos cargueiros maior segurança no trabalho de abastecimento e reabastecimento das colunas de destemidos sertanistas. A inexistência de um transporte especializado e quantitativamente suficiente durante as primeiras décadas, após o descobrimento, impossibilitou aos pioneiros alcançarem índices mais alentadores em seu trabalho.

Se foi grande a importância das tropas na conquista da terra e no alargamento de nossas fronteiras, evidentemente melhor desempenho passaram a oferecer, à proporção que o povoamento e a colonização alcançavam melhor ritmo. Até certa fase da ocupação, geralmente não era aproveitado o retorno das tropas, quando do reabastecimento das Bandeiras. Porém, tão logo os sertanistas começaram a realizar a colheita de grãos em abundância bem como a produção de fumo, açúcar, toucinho etc., e os caminhos começavam a melhorar, no retorno dos cargueiros essa produção era transportada para São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros consumidores e exportadores.

De sorte que as tropas tiveram desempenho fundamental na formação e desenvolvimento iniciais da economia nacional, utilizando os simples trilhos abertos na selva.

O carro de bois foi também contemporâneo das gerações que diretamente nos antecederam. Planejado para efetuar transportes mais

pesados que aqueles feitos pelos burros de carga, este veículo rústico veio aumentar as possibilidades de se fazer o escoamento da produção rural para os centros de consumo próximos, conduzindo, ao retornar, produtos importados. Apresentava, contudo, duas desvantagens: a morosidade (o boi anda lentamente), em comparação à rapidez dos muares, bem como a inexistência de estradas para trafegar. Além da mobilidade mais acentuada, os cargueiros transitavam com certa facilidade por regiões acidentadas, aproveitando os atalhos para percorrer grandes distâncias em menor tempo.

As tropas e os carros de bois desempenharam, portanto, papel relevante na colonização e ocupação do País. Inicialmente, proporcionando o abastecimento e o apoio às Bandeiras que se embrenhavam sertões adentro. Em fase posterior, realizando o intercâmbio comercial entre áreas produtoras e centros de consumo e exportação. Levavam para o interior ferramentas, tecidos, sal, querosene, medicamentos etc. Retornavam com toucinho, carne-de-sol, gêneros, aves, fumo, café, cacau etc.

Estes importantes porém rudes instrumentos de ação do homem realizaram, com toda eficiência e segurança, na área dos transportes, proporcionalmente às possibilidades operacionais de cada um, o decisivo e poderoso desempenho registrado posteriormente pelas ferrovias e ultimamente pelas rodovias e aerovias.

### **Caminhos, ranchos, pousos – “Pinheiro” encontrado no rancho**

Os historiadores, na ação permanente de busca e interpretação do passado, colocam-se por vezes frente a determinadas circunstâncias polêmicas, das quais depende a correta elaboração histórica. Para chegar à realidade sobre o fato discutível são obrigados a redobrar esforços, recorrendo a todas as fontes que estiverem ao seu alcance. Quantas vezes a realização de tal esforço os leva a outras conclusões de magna significação, como é o caso dos locais onde foi plantada grande parte das nossas comunas. Atualmente, já há consenso de que as povoações, vilas e cidades em Minas Gerais foram formadas em torno não só das mais humildes e rústicas ermidas, como também daqueles simples pontos de parada dos sertanistas, à margem dos

caminhos ou roteiros de penetração, a que se denominavam roças, pousos, ranchos e currais, locais esses indispensáveis ao descanso, alimentação e reabastecimento da comitiva. O eminente historiador Miguel Augusto Gonçalves de Souza (*in* "História de Itaúna", vol. I) bem como outros respeitados colegas informam que os citados e inexpressivos pontos de apoio de então, criados pelos viajores, possibilitaram, com o correr do tempo, o surgimento de diversas e importantes cidades em Minas Gerais e em outros estados.

Sem tais ancoradouros, digamos assim, não seria possível a viajantes que saíssem por mar do Rio a Parati, e dali, por terra, em direção a Taubaté, Mantiqueira, Pinheirinhos, Capivari, no Sul de Minas, por exemplo, caminhar vários dias com tropa e bagagem necessárias. Mercê dessa verdadeira organização, implantada diretamente pelos desbravadores, é que se tornou possível o planejamento de viagens, quando adredemente estabeleciam-se os locais de pernoite ou de descanso e alimentação, ao longo das grandes jornadas.

Alcançados os pontos programados, os tropeiros, com suas bestas de carga e de sela, iam penetrando pelo rancho adentro, a qualquer hora do dia ou da noite. A descarga e o desencilhamento dos cargueiros eram feitos imediatamente, sem preocupações com detalhes do local a ser ocupado, desde que houvesse um simples teto para amparar a comitiva. Outras obrigações somente eram consideradas depois de se proporcionar alimentação e descanso aos animais.

Valemo-nos da oportunidade para narrar acontecimento que se verificou em um rancho, logo após a chegada de certa comitiva. Esta, depois de um dia inteiro de viagem, chegou à tardezinha e ocupou o espaçoso rancho escolhido para o pernoite. Devido à hora, era quase que nula a visibilidade no local, que seria clareado com candeias e com o fogo a ser aceso para a preparação da refeição. Logo à chegada, percebeu o tropeiro, sem precisão, já que tudo estava escuro, que, estendida ao chão, em uma das laterais do rancho, havia uma comprida haste de pinheiro, o que o alegrou bastante, pois já não teria que se preocupar com o ponto de apoio para descansar e arejar as cangalhas. Assim, estas foram logo sendo colocadas sobre o que parecia um pinheiro, e desta maneira não entrariam em contato com a terra, preocupação constante dos responsáveis pelos transportes.

Após a descarga, o desencilhamento dos animais e a alimentação destes, o cozinheiro começou a providenciar o jantar, acendendo o fogo, no sistema de fogão adotado, junto a uma das extremidades do tronco de pinheiro. Logo que começaram a se elevar as labaredas, com o que o rancho ficou bem mais claro, todos começaram a notar, como que por encanto, um movimento com as cangalhas, que começaram a virar diretamente sobre o chão. Houve suspense geral, gritos, pavor e corre-corre. Conclusão: aquilo que pensaram ser uma vigorosa haste de araucária nada mais era que uma imensa sucuri que, certamente, após um bom almoço, ali estava dormindo e se deslocou com lentidão, inicialmente, para desaparecer, ligeira, no mato, que a escuridão da noite já ocultava.

Passado o grande susto, panelas e cangalhas todas esparramadas pelo piso, veio a reflexão a todos quanto ao ocorrido. O fato serviria de lição, posto que ninguém havia tido o cuidado de verificar eficazmente, à chegada, se o que pareceu um tronco de pinheiro o era efetivamente. Reorganizado o rancho, tudo voltou ao normal. Ficou, porém, a todos da comitiva, bem assim, a outros, a grande lição, pois a notícia corre mundo.

O caso ora relatado, tido como verídico pelos tropeiros antigos, segundo versão de Job Gonçalves Cintra, um tradicional proprietário de tropas e transportador, durante muitos anos, de mercadorias entre o Rio de Janeiro e a região de Vargem Grande, foi contado a viva voz, com minúcias e seriedade, ao nosso saudoso pai, Ludgero Pereira Cintra, sobrinho e amigo do informante. Ainda bem jovem, tomamos conhecimento desse fato tão preocupante.

Retomando o fio da meada, queremos também afirmar que se o pesquisador quiser dar-se ao trabalho de constatação da verdade histórica, em caso de polêmica, o que não ocorre com o tema em exame, de que também os pontos de parada estabelecidos às margens dos antigos caminhos de penetração, em todas as regiões do País, deram origem a concentrações urbanas posteriores, não terá nenhuma dificuldade. O consenso entre os historiadores nos leva a tirar ainda outra conclusão: a de que os sertanistas, os pioneiros da conquista da terra mineira, souberam traçar roteiros e escolher com segurança bons locais para o descanso e a alimentação dos viajores e dos animais. Não fosse esta prova de grande experiência e alta sabedoria desses

timoneiros, certamente o elevado número das roças, pousos, currais e ranchos, de que falam tantos eminentes historiadores, não se teriam transformado em povoações, arraiais, vilas e cidades, em pleno coração dessa Minas ou Sertão dos Cataguá, dessa Minas que, segundo o historiador Cassiano Ricardo (*in* “Marcha para o Oeste”, vol. I), era o imenso sertão que, durante o ciclo do ouro, veio a chamar-se também Minas Gerais do Ouro de São Paulo.

Os primeiros invasores da terra utilizaram-se dos caminhos abertos pelos índios, enquanto o transporte de mercadorias era feito no ombro do índio e do negro. A corrida do ouro obrigou à utilização de animais ou tropas de burros, que começaram a trafegar no primeiro quartel do século passado, realizando o transporte de cargas. Dois caminhos eram utilizados: um pelo Vale do Paraíba, pela Garganta do Embaú, e outro pelo Oeste da Mantiqueira, via Atibaia. A política que até então era a de não abrir caminhos deu uma guinada de 180 graus após concluir que, sem estes, não seria possível fazer transporte por meio de tropas. Foi pois nesta segunda fase, a da abertura de picadas para caminhos, que se abriram mais as portas da região sul-mineira, através da Mantiqueira, até as boas e acidentadas terras de Vargem Grande e outras.

## POVO, TRADIÇÕES E COSTUMES

### As congadas

Conservamos ainda em nossa mente uma dúvida: Brasópolis teria vivido também, como a maioria das comunas mineiras, a época das congadas, dos reinados e de outras danças e ritos folclóricos, originários das raízes africanas e mantidos pelos escravos e seus descendentes?

Lembramo-nos bem de nossa infância, quando assistíamos com nossos pais a uma festa típica, à noite, na então Praça do Mercado. Com grande entusiasmo popular, era executado o interessante ritual das congadas, com seus reis, rainhas e demais personagens do séquito de que se compunha a corte. Eram exibidas bonitas indumentárias, armas e objetos característicos de cada participante. Tudo era encantamento, principalmente para as crianças: belas evoluções e lindos bailados eram apresentados na praça literalmente cheia.

As danças, as evoluções, o desfile, o cruzar das espadas e dos instrumentos próprios a tais solenidades, os vários tipos de gingas e requebrados tudo era realizado com muito gosto, garbo e graciosos movimentos, com extrema habilidade e com tal eficiência que a todos impressionava. Espetáculo como esse, ao que nos parece, só assistimos duas vezes em nossa terra. Agradaram-nos plenamente. Deles jamais nos esqueceremos.

Também não podemos ocultar: jamais tivemos ensejo de indagar de alguém, ao longo de várias décadas, se, de fato, no antigo e rico Distrito de Vargem Grande e depois em Vila Braz tais apresentações

eram realizadas tradicionalmente. Cremos que sim, porém, não se sabe porque tais comemorações, de grande interesse popular e cultural, não ocorrem mais na comunidade, desde nosso saudoso tempo de criança. Até o momento, é preciso que se acentue, não foi encontrada, uma só vez, qualquer referência histórica a essas apresentações em São Caetano da Vargem Grande, festas que até hoje são realizadas em quase todas as comunidades, com total apoio dos poderes públicos.

Bem perto, pode-se citar, entre muitas outras, na histórica e próspera São Gonçalo do Sapucaí, até no calendário oficial do Município consta, como destaque, o evento das congadas, festa folclórica que empolga a cidade e a região, sendo prestigiada por todas as camadas sociais e tida até como forte atrativo para turistas de várias regiões do País e do exterior, que ali vão para assistir e participar também das congadas, como tivemos oportunidade de presenciar várias vezes.

### **Os negros escravos**

O contingente de escravos que serviu aos senhores de Vargem Grande formava uma verdadeira legião de dedicados e eficientes colaboradores de seus proprietários, segundo nos relatam a tradição e os registros históricos.

Não se conhecem casos de simples reação ou mesmo de insurreição contra o regime de trabalho a que se achavam sujeitos esses negros durante a escravatura. Pelo contrário, o que se registra é que todos eram amigos de seus amos que, por seu turno, também muito os consideravam. Havia, como se depreende, cooperação e eficiência de todos para o bom andamento das tarefas a serem cumpridas.

Tementes a Deus, humanos, os senhores dirigiam seus escravos com espírito de justiça, boa convivência e demais cuidados necessários, destacando-se, sobretudo, a verdadeira amizade na maioria dos casos. Havia, portanto, alegria no trabalho e nas senzalas. Os servos participavam também de muitas solenidades.

Sabe-se que, por ocasião dos entendimentos que se processaram entre os senhores de escravos de Vargem Grande e os de Itajubá, para a supressão antecipada da escravidão nas referidas localidades, como

efetivamente ocorreu, os senhores do então Distrito destacaram-se nas iniciativas e nas decisões, liderados pelo Cel. Francisco Braz, forçando um rápido desfecho do premeditado evento que, além do benefício direto e imediato concedido aos cativos, libertando-os antecipadamente, contribuiu para que aos 13 de maio de 1888 a Lei Áurea pudesse ser sancionada pela Princesa Isabel.

Segundo registram os historiadores Sebastião Gomes e José Alfredo Gomes, quase todos os escravos de Vargem Grande foram trazidos de Moçambique, do Congo, de Angola, de Benguela e da Costa da Mina. Por outro lado, observa o historiador Waldemar de Almeida Barbosa que, em Minas Gerais, a predominância cabia aos moçambiques, aos angolas, aos benguelas e aos congos; e mais, que os negros oriundos das referidas nações eram classificados ou chamados negros bantos ou de cultura banto. Registra ainda o historiador que esses cativos eram trabalhadores, pacíficos, vivos, inteligentes e facilmente adaptáveis às difíceis condições de vida e de trabalho.

Os escravos vargem-grandenses não fugiram a uma forte tendência de todos os negros – a acentuada devoção a Nossa Senhora do Rosário. Fervorosos devotos dessa milagrosa Rainha, madrugaram habilmente na formação de uma vivência comunitária propícia a que fosse iniciada, sem demora, a construção de uma capela sob essa invocação. Assim, com apoio da população, em poucos anos foi construído o imponente Templo, com uma única e alta torre, dotada de grandes e melodiosos sinos. A Igreja localizava-se, até sua demolição, na Rua Dona Ana Chaves, com frente para a atual Praça Monsenhor Noronha.

Extinta a repugnada prática escravagista, a grande maioria desses negros continuou trabalhando para seus ex-senhores, como assalariados. Essa foi uma fase própria à consolidação espontânea de velhas amizades que, em muitos casos, perduraram no tempo, honrando e dignificando a vida comunitária.

Mas também é oportuno que se recorde que, bem antes dessa extraordinária iniciativa em favor da Abolição, comandada em Vargem Grande pelo Cel. Francisco Braz, já se tinha conhecimento, e com louvor, de diversas concessões de alforria a escravos vargem-grandenses.

Ressalte-se, também, que o governo imperial vinha há mais de dez anos contribuindo, planejadamente, com verbas crescentes destinadas à redução do número de escravos em cada município, ano a ano. Essa providência acentuou-se a partir da criação do Fundo de Emancipação, estabelecido pelo art. 1º do Decreto Imperial nº 6.341, de 20 de setembro de 1876. Através dos governos provinciais, desde o início da vigência dessa legislação, começaram a chegar, anualmente, aos municípios recursos financeiros para a libertação de escravos, o que beneficiou também alguns negros de Vargem Grande.



*Trecho da Rua D. Ana Chaves, tendo ao fundo a Igreja Matriz*

## Índios da região

Por mais que nos tenhamos empenhado na pesquisa a respeito dos silvícolas que habitaram, desde tempos imemoriais, a circunscrição territorial de Brasópolis, nada conseguimos. Não obstante, quem poderá negar que foram os índios que abriram, por toda parte, os primeiros trilhos em nossas selvas que serviram, posteriormente, aos pioneiros para a abertura dos sertões brutos à civilização?

O consagrado historiador Prof. José Armelim Bernardo Guimarães, após profundos estudos e pesquisas, informa que Itajubá e imediações foram habitados pelos índios Puris-Coroados. Fica assim fora de dúvidas o fato de que pelo menos essas nações, já miscigenadas, viveram e caçaram outrora também nas terras brasopolenses. Os trilhos dos nativos foram utilizados pelos colonizadores, facilitando-lhes a penetração. Aqueles que os abriram, à proporção que a pesca e a caça minguavam, adentravam o desconhecido em busca de melhores condições de sobrevivência, abandonando as áreas já exploradas.

Os aborígenes citados, segundo transcrição que faz o eminente historiador Francisco de Paula Ferreira Rezende, da Campanha, em "Minhas Recordações", de informações colhidas, a seu pedido, por Camilo José Soares, um senhor com mais de noventa e oito anos à época, que havia por alguns anos morado entre os nativos, no local denominado Feijão Cru, hoje a cidade de Leopoldina, concluiu que, sob certos aspectos, as nações Puris e Coroados, apesar do seu grande atraso, apresentavam também destacadas qualidades que lhes permitiam sobreviver no meio das selvas.

As informações registradas pelo historiador referem-se aos Puris, Caporés e Coroados, de conformidade com a transcrição mencionada. Tais nações conviviam razoavelmente bem com as tribos vizinhas. Eram pacíficas. Cultivavam, em suas áreas de plantio, a fava mangalê, a batata-doce, a banana e o milho. Suas ferramentas, além da pedra engastada na extremidade de um suporte de madeira, eram facas e foices, estas feitas de arcos de barris.

Pescavam com o timbó e com balaios especiais dotados de armadilhas. Eram excelentes nadadores e velozes corredores. Andavam agachados quando estavam caçando. Eram dados ao furto e bastante traiçoeiros nas suas emboscadas e nos compromissos.

Uniam-se, homem e mulher, por afeição, depois de certo conhecimento e eram fiéis às suas mulheres. Andavam nus e eram bastante atrasados.

Como se pode depreender, os nativos, que por aqui existiam, pertenciam a tribos da mesma origem, costumes e hábitos. Faziam parte daquelas que viveram em certas áreas da Zona da Mata mineira, de que fala o historiador campanhense.

Não se sabe, a rigor, o motivo que influenciou os silvícolas a abandonarem ou, quem sabe, a nem mesmo se fixarem nas terras de Vargem Grande, por onde não foram detectados vestígios de sua presença.

Eis o motivo por que se pode afirmar que essas tribos habitaram a região. Abriram caminhos pelas florestas, mas não permaneceram por longo tempo ou, quem sabe, foram expulsas dali, quando da chegada dos primeiros brancos.

O historiador Waldemar de Almeida Barbosa (*in* “História de Minas Gerais”, vol. 2) registra que as regiões do Sul de Minas e do Vale do Rio Grande foram dominadas originariamente pelos selvagens Cataguá, ferozes guerreiros, que não aceitavam a invasão de suas terras pelos brancos. Resistindo ao trabalho exploratório dos nossos colonizadores, foram eles duramente combatidos e destruídos em várias lutas. O mais duro inimigo que essa nação teve, e que a destruiu, foi Lourenço Castanho Taques, o Velho.

## **A Guarda Nacional**

A essa entidade, criada pela chamada Lei da Guarda Nacional, de 18 de agosto de 1831 (*in* “Dicionário da Terra da Gente de Minas”, Waldemar de Almeida Barbosa), coube saliente papel na manutenção da ordem e das instituições por algumas décadas, nos mais distantes rincões da pátria. A ela e às Companhias de Ordenança, que a antecederam, as nossas comunidades muito devem, pois foi sob o influxo benéfico de tão respeitáveis organizações que se iniciaram, na grande maioria das comunidades de todo o País, as bases dos povoados organizados.

Quase sempre a iniciativa eclesiástica estava à frente, promovida por líderes e sertanistas, plantando aqui e acolá os grandes cruzeiros de madeira, demarcando cemitérios e celebrando missas, muitas vezes

em pequenos descampados, cercados ainda de florestas, onde a construção de rústicas e pequenas capelas tinha sempre início imediato. Concomitantemente, era designado um oficial, geralmente um capitão, para comandar o bairro nascente.

Essas autoridades, prestadoras de serviços relevantes, exerciam suas atribuições com eficiência, comunicando aos superiores hierárquicos as ocorrências julgadas fora da alçada de suas atribuições, fazendo respeitadas a ordem, as leis e os costumes nos núcleos sob sua jurisdição.

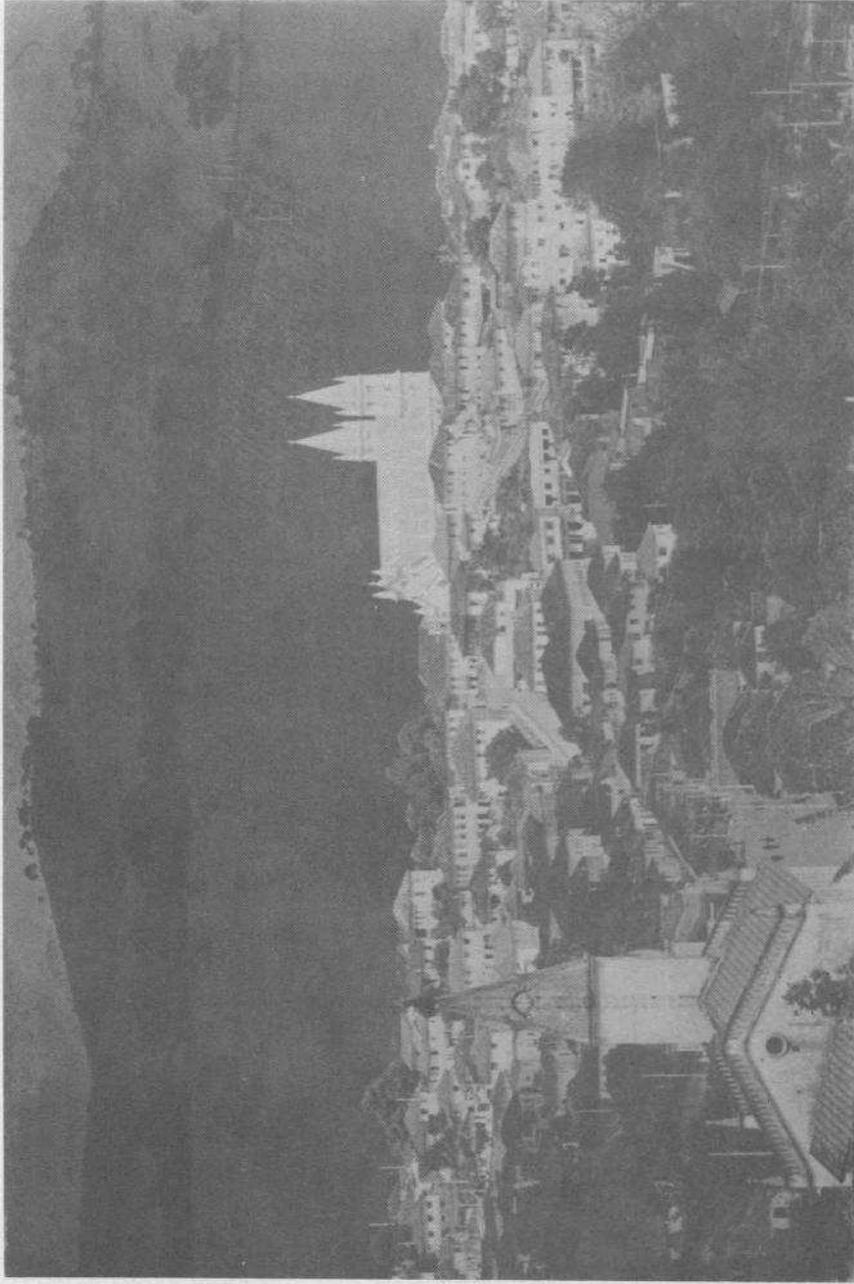
Embora este subtítulo tenha merecido do autor todo interesse, pouco, muito pouco foi possível colher-se a respeito de cada um dos componentes dessas instituições, que integravam o expressivo grupo que se formou em Vargem Grande. Sabe-se, entretanto, que a maioria dos propulsores do progresso dessa comunidade pertenceram à Guarda Nacional, vinculados ao Batalhão de Itajubá que, por ocasião da Revolução Liberal de 1842, era comandado por um vargem-grandense, o Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, um dos grandes empresários locais.

## **Expoentes da comunidade**

A nobre terra, sobre a qual recaem as atenções de quem se preocupa com a sua História, é um maravilhoso estuário, com riquíssimas formações produzidas pelo sedimentar constante de opulentas riquezas de vários matizes, acumuladas pela permanente ação dos devotados agentes da comunidade, através da interminável caudal da sensibilidade que invade, percorre e alimenta as áreas por ela banhadas e trabalhadas, diuturna e pacientemente.

O tempo, ao marcar, cronologicamente, as etapas de seu transcorrer, vai deixando no seu rastro indelével os sinais indestrutíveis de sua presença, sem os quais não seria fácil, àqueles que se dedicam ao estudo e à pesquisa da evolução histórica da sociedade humana, descobrir fatos que lhes permitam elaborar a delicada tecitura do amplo painel que, naturalmente, envolve, sustenta e projeta as comunidades.

É na lida prolongada com tão ricos materiais que deparamos com passagens e eventos de notáveis significações para o contexto



*Brasópolis (dez. 71) – Foto de "O GLOBO"*

sociológico, econômico e cultural da sociedade, com fatos que não devem e não podem ficar sem um registro, ainda que superficial, algumas vezes, para não serem tragados pela voragem iconoclasta do tempo. Eis o motivo que nos leva a abordar aqui, a seguir, também em ligeiras pinceladas, a vida de algumas eminentes personalidades, cujo passado honrou e dignificou seu torrão natal, o Estado e o País.

O funcionário do Distrito de São Caetano da Vargem Grande, ao responder em manuscrito, em 1898, o Questionário enviado pelos órgãos de estatística e registros históricos do Estado de Minas Gerais, deparou entre outros pedidos importantes, com o seguinte: "Entre os filhos já falecidos da localidade, citar os que realmente se distinguiram por atos de benemerência, talento, virtudes. Fornecer dados a respeito se os tiver."

Em resposta, muito judiciosamente, o aludido servidor relacionou diversos vargem-grandenses, natos ou por adoção, que em vida se distinguiram por atos de benemerência e filantropia, proclamados pelo povo e autoridades, acrescentando ainda o seguinte: "... mas a justiça manda que se destaque entre todos, dois vultos que se salientaram: 1º – Fernando Borges Pedroso; depois dele, justo é mencionar-se o Cap. Manoel José Pereira Gomes, varão de um caráter ilibado que se notabilizou pelo espírito excepcionalmente reto e conciliador e pela sua abnegação à (*sic*) construção da Igreja-Matriz. Já como homem público, já como particular, sua ação conciliadora se fazia sentir em todas as dissenções havidas certamente devido aos maus exemplos e com seus esforços acentuou-se no ânimo da população esse espírito de paz, ordem e tranquilidade que se tornou característico desta localidade. Exerceu os mais elevados cargos de nomeação do governo e de eleição popular, no município e neste distrito – havendo-se em todos com muita correção e modéstia ao mesmo tempo, aceitando-os não pela vanglória mas pelo dever de cidadão. A elegante Matriz que possuímos, devemos-la principalmente pelos seus esforços. Faleceu em 1879, com setenta e dois anos de idade".

1 – Como se depreende, foi destacada e extraordinária a atuação desse vargem-grandense de coração, nascido em Pouso Alto, em prol da felicidade e do progresso da comunidade! É eloqüente o "atestado" que mencionado questionário representa. Fala por si só, do que foi a vida de um verdadeiro homem público.

O Capitão Manoel José Pereira Gomes, pai do Cel. Francisco Braz e avô paterno de Presidente Wenceslau Braz foi Vereador à Câ-

mara Municipal de Itajubá, no quadriênio 1853-1856, mandato em que exerceu os cargos de Presidente da Câmara e Agente Executivo, no decorrer de dois exercícios, e, ainda, no quadriênio 1861-1864, tendo, nesta legislatura, durante um exercício, desempenhado o cargo de Presidente da Câmara e Agente Executivo. A administração deste probo e provecto cidadão foi reconhecida como ótima pelos munícipes e historiadores, tornando-a, assim, digna de louvores.

2 – Presente a todos os acontecimentos de monta verificados em sua época, não só em Vargem Grande, como também em Itajubá e região, o Cel. Francisco Braz demonstrou ser um homem atilado, habilidoso, pragmático, conciliador e extremamente devotado à terra que o viu nascer.

Possuía fôlego político bastante para manter-se à tona, representando sua região nos altos escalões dos poderes públicos, após ter-se tornado um líder em sua região, conduzindo Vargem Grande a uma invejável situação entre as localidades que orientava. Despretensioso e modesto, optou pela preparação do filho Wenceslau para assumir tão honrosa e ambicionada responsabilidade e em condições de alçar vôos mais altos. O Professor Darcy Bessone registra: “Chico Braz, o bom varão, de pés na terra, já não vê necessidade de ausentar-se para representar a região nas altas esferas. Wenceslau, seu filho, a representará melhor. Pode eximir-se, portanto, da vitoriosa candidatura a senador que lhe oferecem, sem que a esquivaça afete os interesses regionais”. Assim, como bem inferiu o ilustre biógrafo, o Cel. Francisco Braz, talvez por devotar extremado amor à sua terra, prepara com carinho o campo político que lhe pertencia e o entrega ao filho, permanecendo em Vargem Grande, porém, mantendo e alargando, continuamente, suas bases políticas.

Eleito Vereador à Câmara Municipal de Itajubá, nos períodos de 1892-1894 e de 1895-1897, foi, em consequência, escolhido Presidente da Câmara e Agente Executivo (Prefeito) do Município, durante os dois mandatos. Homem empreendedor, experiente e sábio nas suas decisões, realizou uma administração das mais eficientes, austeras e isentas de perseguição política. Durante os seis anos de seu governo, muito fez por Itajubá. Entre as inúmeras medidas

administrativas que adotou, destacam-se três importantíssimas, sempre elogiadas pelo povo. Uma, na área da educação, consubstanciada na fundação e pleno funcionamento da Escola Normal Municipal de Itajubá, que teve repercussão nacional. Outra, no setor do saneamento básico, representada pelo sistema de água e esgotos da Cidade. A terceira é aquela que representa o maior atestado de seu desprendimento pessoal e de seu amor a Itajubá. Trata-se do “ato de fidalga generosidade do Cel. Francisco Braz quando, tendo de receber dos cofres municipais a importância de 18 contos de réis de seus subsídios, ordenou que fosse ela incluída no orçamento como renda municipal” (in “Anuário Histórico e Geográfico de Minas Gerais”, 1909).

O Cel. Francisco Braz foi o primeiro brasopolense a desempenhar cargo eletivo em nível regional. Dada a indiscutível liderança política que granjeou em Vargem Grande, Itajubá e localidades vizinhas foi fácil sua eleição para a Assembléia Provincial de Minas Gerais, no biênio 1887-1888, pelo Partido Conservador, onde, como hábil negociador, com profunda sabedoria política, conseguiu vários benefícios para sua região.

Iniciou suas atividades políticas e empresariais antes dos dezesseis anos, orientado por seu tio, o chefe conservador local. Venceu essa luta voltada, ainda, para a formação de sua economia. Salientou-se, também, como conceituado homem de negócios e próspero agricultor.

**3 –** Entre os maiores e mais admirados vultos de nossa História e, particularmente, da comunidade brasopolense está o do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, respeitado e reverenciado pelo perfil altaneiro que o colocou no pedestal supremo da nacionalidade, com muita justiça.

Esse grande brasileiro ainda bem cedo foi despertado para as atividades políticas e administrativas da Nação. De sorte que, bem antes de ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo, matriz da cultura jurídica e cívica da Nação, onde aprendeu as grandes lições de liberdade, altivez e independência, já tinha por hábito acompanhar de perto os acontecimentos políticos, econômicos e sociais correntes.

Concluindo em 1890 seu Curso de Direito, aos vinte e dois anos, e ingressando no Ministério Público em Minas Gerais, como

Promotor Público de Jacuí, no Sudoeste mineiro, de onde foi transferido para instalar a Comarca de Monte Santo, ali começou suas atividades políticas como Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo.

O Dr. Wenceslau Braz iniciava, assim, em uma pequena cidade, uma carreira política inimitável, rápida e ascendente que lhe permitiu, dentro de poucos anos, ocupar todos os cargos eletivos, à exceção do de Senador. Exerceu os cargos de Deputado Estadual, Secretário de Estado do Interior e Justiça, Deputado Federal, líder do Governo, Presidente do Estado de Minas Gerais, Vice-presidente e, finalmente, aos quarenta e seis anos, Presidente da República.

Toda sua vida pública foi pautada nos sadios princípios da ética, do bom senso, do equilíbrio, da operosidade, da conciliação e do civismo. A maioria dos brasileiros ignora a parte dos anais do Congresso Nacional que registra, para nosso orgulho, os termos da Mensagem em que o então Presidente da República expunha, aos Congressistas e ao País, as grandes dificuldades por que passava o Tesouro Nacional, concluindo, com o profundo respeito que lhe era peculiar, pela solicitação para que se destinasse a outros fins a dotação orçamentária consignada ao pagamento dos subsídios e da verba de representação do Presidente da República, durante seu mandato. Que atitude gratificante, extraordinária! Desconhecemos, nos vários níveis da Administração Pública, idêntica referência histórica.

O Congresso Nacional, ante a essa inusitada e patriótica decisão, que mereceu aplausos, acatou, apenas em parte, mencionada proposta por julgar imenso o sacrifício que o Presidente Wenceslau pretendia se impor, reduzindo a referida rubrica em 50%.

Apesar de sabermos desde tenra idade que o Presidente era padrinho de batismo de nosso saudoso e querido pai, Ludgero Pereira Cintra, e de estarmos acostumados a ouvir nossa estimada avó paterna, Maria Cândida Cintra – Vó Cotinha –, em diversas oportunidades, em família, referir-se ao Presidente Wenceslau com muita confiança e liberdade, tratando-o sempre intimamente como o “compadre Wenceslau”, apesar, repetimos, dessas agradáveis e constantes recordações, só tivemos a honra de tratar pessoalmente com o Presidente em 1946, no seu sítio de repouso, em Vila Maria, na Serra da Mantiqueira, bem próximo a Campos do Jordão.

À época, modesto empresário, engajáramos também na atividade política, naquela fase em que se fazia a reconstitucionalização do País (1945). Com alguns amigos preparávamos a fundação de um diretório político municipal, em Itajubá. Entre os encargos que recebemos estava o de solicitar o apoio imprescindível do Presidente à aludida pretensão. No cumprimento dessa missão, juntamente com o Prefeito Cel. Alcides Faria, em manhã agradável de outono, de carro, subimos a Serra da Mantiqueira por curvas fechadas e íngremes, atravessando matas verdejantes, com agradabilíssimo clima, depois de passarmos por Piranguçu. O céu estava azul. A brisa soprava levemente... Chegamos, afinal, à tão simples e confortável vivenda. Surpresa! O Presidente encontrava-se logo a alguns passos do grande portão de entrada, de podão em punho, entre a luxuriante vegetação formada por saudáveis macieiras e pereiras, divertindo-se e exercitando-se a um tempo, podando, aqui e ali, árvores de um bem cuidado pomar.

Logo que o vislumbramos, detivemo-nos, cumprimentando-o à distância. Jovial, saudável como sempre foi, semblante rosado pelos dourados raios do gostoso sol da Mantiqueira, aproximou-se dos visitantes. Caminhamos também ao encontro dele que, amavelmente, nos recebeu. Feitas as naturais apresentações, dialogamos longamente com o fidalgo anfitrião, inicialmente, em pleno pomar. Cumprida a missão política, saboreamos o gostoso cafezinho mineiro e nos despedimos.

Regressando, trocamos impressões, comentando a atenção e o fino trato de que fomos alvo. Foi, pois, não uma surpresa, porque já sabíamos como o Dr. Wenceslau recebia seus amigos e conterrâneos, mas uma agradável emoção visitar, conhecer e nos identificarmos com tão destacada personalidade. Posteriormente, como Deputado, como Secretário de Estado ou como amigo e conterrâneo, voltamos a visitá-lo em seu histórico Solar em Itajubá, quando invariavelmente sentíamos o mesmo calor humano, as mesmas demonstrações de sua longa experiência de vida pública, aliadas a nítidos contornos de erudição e de humanismo, daquele que foi um verdadeiro fidalgo. Seu extraordinário vigor físico e refinado humor, até bem próximo de seu falecimento, com mais de noventa e oito anos, causavam admiração a todos que o visitavam.

Wenceslau Braz foi um verdadeiro estadista, na mais nobre e elevada acepção da palavra. Notabilizou-se pelas suas sábias e iluminadas decisões, tomadas em momentos graves para a nacionalidade durante seus governos – Estado e República. O ilustre historiador Darcy Bessone, ao afirmar que Wenceslau foi obrigado a lutar contra os métodos adotados por Pinheiro Machado, inconvenientes e deteriorados para a República, complementa, ressaltando que ele tomou tal atitude apenas com a finalidade de preservar a autoridade do Presidente, aduzindo que jamais estiveram ausentes, na vida e na ação do grande brasileiro, a paciência e a arte de conciliar, herdadas do pai, o velho Chico Braz. Conclui acentuando que, na realidade, Wenceslau foi sempre um pacificador, “um eterno pacificador, isto, sim, o mineiro quis e soube ser”.



*Trecho da Avenida Antônio Vianna de Noronha*

A fecunda e íntegra administração do Presidente, em período difícil de nossa História, seriamente preocupado com os abusos praticados pelos políticos, fosse pela desonestidade ou por decisões injustas, marcou profundamente seu governo. Adotou ele forma singular de dirigir o País, a tudo acompanhando, diretamente ou através de assessores, agindo com rigor no momento oportuno. Tal procedimento, até então inusitado na administração federal, era observado por toda a população, que não lhe faltou jamais com o reconhecimento explícito, manifestando-se com aplausos espontâneos e sinceros sempre que o Chefe da Nação aparecia em público.

Retirando-se das atividades políticas, viveu ele modestamente sua longa vida, dedicando-se às atividades empresariais. Entretanto, sempre esteve atento aos grandes acontecimentos nacionais. Inúmeras vezes consultado pelos altos escalões da República, jamais se esquivou de contribuir, com sua abalizada opinião, como lúcido analista da problemática nacional. Mesmo afastado da vida pública, foi sempre tido, com a mais inteira justiça, como um símbolo da mineiridade, como uma reserva moral da Nação.

4 – Abrimos as portas deste tópico para nele incluir o Doutor Álvaro Ribeiro de Barros, por seus méritos invulgares, alcançados quando de sua marcante presença na vida da Vila Braz.

Como médico humanitário, como cientista, como brilhante jornalista, como pensador, como poeta e literato e, ainda, como crítico erudito, o Dr. Álvaro colocou toda a força de sua inteligência fecunda e de sua invejável capacidade de trabalho a serviço da comunidade que o recebera de braços abertos, inserindo-se, indubitavelmente, entre seus grandes benfeitores.

Em 1907, atendendo convite formulado pelo Cel. Francisco Braz, seu grande amigo, transferiu-se para São Caetano da Vargem Grande, onde, até então, não havia facultativo.

Chegou ele à nova comunidade a tempo de participar, com os pioneiros, do vitorioso movimento social em prol da criação e implantação de uma Santa Casa de Misericórdia. A Assembléia Geral para tal fim foi realizada dia 1/9/1908, quando foi também eleita a primeira Diretoria, à qual ficou pertencendo como Diretor Clínico. A respeito da reunião, relatou o historiador José Alfredo Gomes, em carta dirigida à Revm<sup>a</sup> Irmã Administradora do Hospital São Caetano, décadas

mais tarde, o seguinte: “O Dr. Álvaro Ribeiro de Barros, que fora o orador oficial da primeira reunião fundadora (*sic*) de 7 de setembro de 1908, usou da palavra novamente na solenidade de 2 de abril de 1911 (inauguração), ressaltando e louvando, em seu formoso discurso, o admirável trabalho desenvolvido pela Diretoria, que entrega a Vila Braz um nosocômio, montado com toda a aparelhagem necessária para atender à pobreza, principalmente, digno de uma cidade civilizada. No seu discurso o Dr. Álvaro exaltou, também, o trabalho abnegado desenvolvido por Maria da Conceição Chaves, espontaneamente, no socorro aos pobres doentes, sem recursos pecuniários, apesar de esposa e mãe de numerosa família”, termina o historiógrafo.

Em Vargem Grande, o Dr. Álvaro encontrou a Professora Maria Noêmia da Fonseca, então Diretora do Grupo Escolar Cel. Francisco Braz, a quem desposou em 1908. Deste consórcio brotaram os filhos: o também grande médico Evandro da Fonseca Barros e Clio Fonseca Barros, nascidos em Vila Braz; Maria Barros Aguiar, Élio da Fonseca Barros e Hígia de Barros Costa, nascidos em Campos-RJ.

Tivemos o prazer de conhecer, em Belo Horizonte, as distintas senhoras Clio e Hígia. A esta agradecemos as preciosas informações que nos passou a respeito de seu preclaro genitor.

O Dr. Álvaro Ribeiro de Barros integrou-se plenamente à comunidade, passando a participar de maneira ativa, ao lado das lideranças locais, de todas as iniciativas de interesse coletivo, influenciando, consideravelmente, na formação da mocidade que despontava.

Em 9 de novembro de 1910 fez circular o primeiro número do jornal **O Imparcial**, órgão que, à época, revolucionou o jornalismo interiorano. Como Diretor-redator-chefe, pela sua pena brilhante de literato, de cientista, de filósofo e de crítico, tendo a seu lado um corpo de redatores estrelado por jornalistas do estofa de Álvaro Rangel e Colatino Barroso, entre outros, empolgou Vila Braz e a região. Com sua vasta cultura e seus princípios inquebrantáveis, consubstanciados em atos de lealdade, justiça, pureza de sentimentos e sinceridade absoluta, marcou de maneira indelével sua personalidade.

Convidado a integrar a Congregação Universitária da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que se instalava, e instado por preocupações relacionadas com a sobrevivência da família, resolveu deixar Vila Braz. Em 11 de dezembro de 1910, a população,

surpreendida por tal decisão, que importaria em perda irreparável, une-se, coesamente, para demonstrar sua profunda gratidão ao humanitário médico, por meio de uma grande passeata noturna, da praça central à residência do eminente clínico, encabeçada pelos seus líderes, todos empunhando tochas e velas acesas, ato público que o **O Imparcial** (11/12/1910) cognominou de uma “verdadeira *marche aux flambeaux*”. Em frente à sua residência, o Dr. Álvaro ouviu apelos veementes dos vários oradores para que revogasse sua decisão. Homem profundamente humano, embora prejudicado em seus interesses e objetivos de vida, acolheu o pedido, permanecendo até julho de 1911 quando, sempre cercado do carinho e da gratidão do povo, deixou a Vila com sua família. Premido pela necessidade de melhores condições de sobrevivência e tangido por forte influência avoenga, transferiu-se para Campos-RJ, sua terra natal.

Foi assim, inconformada, com olhos rasos d’água que Vila Braz perdeu a preciosa colaboração de um de seus maiores amigos. A Mesa da Santa Casa reuniu-se para apreciar a resolução, agora irrevogável, de seu grande médico. Deliberou, por unanimidade, manifestar-lhe oficialmente seu agradecimento pelo muito que fez para a Cidade e ressarcir-lo pelos serviços prestados à instituição. O Dr. Álvaro recebeu as homenagens, enquanto fazia doação à Santa Casa, para melhoria de suas instalações, da quantia que lhe seria entregue.

À partida, da gare ferroviária, em 17 de julho de 1911, às 7 horas da manhã, sob um rigoroso inverno, compareceu a população em peso, manifestando, novamente, ao grande amigo, sua imperecível gratidão e suas despedidas. Vários foram os amigos que acompanharam o Dr. Álvaro e digna família até Itajubá.

A festejada poetisa Áurea Pires, da Academia Angrense de Letras, em seu bem-estruturado soneto **Benemérito** exalta, com grande inspiração, graça, sensibilidade e justiça, a memória do Dr. Álvaro Ribeiro de Barros retratando, no último terceto de seus versos, sincera e imorredoura prova de gratidão humana, que bem poderia sintetizar, especificamente, os instantes finais da despedida do reconhecido humanista:

“Na retina levaste a saudade do pobre,  
as bênçãos da mulher, a gratidão do nobre,  
as carícias do infante e as lágrimas do velho”.

5 – Entre tantos e tão significativos valores, um há que estará sempre presente em toda a vida da comunidade, pelo seu carisma, pela sua inteligência, pelo seu amor à terra que abraçou, pela simplicidade e humildade com que sempre se houve, pelas demais virtudes de exemplar e extraordinário chefe espiritual: Monsenhor Joaquim de Oliveira Noronha.

A vida deste autêntico representante de Cristo na terra, deste verdadeiro Apóstolo, foi algo de impressionante, de extraordinário, de maravilhoso. Sua grave e nobre missão de Padre e de Pároco foi cumprida de forma a causar entusiasmo e maiores preocupações com os deveres cristãos por parte de todos os paroquianos. Dedicava-se inteiramente ao cumprimento de suas atividades espirituais e assistenciais e só se ausentava da Paróquia no desempenho de missões especiais.

As lideranças comunitárias puderam sempre contar com o apoio total do Monsenhor Noronha em prol das iniciativas beneméritas ali tomadas, em todos os tempos. Preocupou-se ele, com maior intensidade, com os setores assistenciais: asilos, creches e conferências vicentinas. Presente esteve, com entusiasmo, a todas as campanhas pela educação em todos os níveis.

Em momento algum, mesmo nas horas difíceis, Monsenhor Noronha deixava de manter seu semblante marcado pela tranqüilidade, sua lhanza de trato e aquela fidalguia próprias de um grande sacerdote.

A terra brasopolense muito deve ao inesquecível e venerando Monsenhor Noronha, na intimidade Monsenhor Quinzinho. Dos seus cinqüenta e um anos de vida sacerdotal, doou quarenta e quatro aos paroquianos e à sua terra de adoção, que amou com muito ardor e serviu com grande zelo, realizando, assim, plenamente, o grande sonho de sua vida, acalentado desde quando ingressou no Seminário Maior de Mariana, que foi, como sempre dizia, “o de ser padre, simplesmente padre, nada mais que padre”.

6 – O “Almanaque Sul-Mineiro”, ano de 1884, colocou em destaque o trabalho desenvolvido pelo estimado vargem-grandense Aniceto Pereira Gomes, no campo da mecânica, com a seguinte re-

ferência à comunidade: “Existe nesta povoação um moço de 19 anos de idade, de nome Aniceto Pereira Gomes, que tem notável vocação e especial aptidão para tudo que diz respeito à mecânica. Tem fabricado diversas máquinas...”. Mais à frente, lamenta o articulista não possuir o moço estudos especiais, pois assim poderia destacar-se muito mais. Conclui a referida publicação afirmando que o “talento artístico de Aniceto revelou-se aos 12 anos de idade, quando fabricou uma máquina de ralar mandioca e projetou um moinho para milho, pilões para socar café, fazendo todos estes engenhos funcionar simultaneamente, por meio de uma roda movimentada a água”. Finalmente, a informação diz que Aniceto nunca havia saído da povoação e nem recebido auxílio de mestres, alcançando tão grande progresso técnico só com o privilegiado talento que Deus lhe deu.

Efetivamente, o Sr. Aniceto foi uma revelação de inteligência, operosidade e idealismo. Foi ele, na realidade, um jovem inventor de algumas máquinas, cujos projetos foram aprovados e colocados em atividade, com resultados positivos para o desenvolvimento de sua terra e do País, sinalizando, despreziosamente, caminhos a serem seguidos pelas gerações futuras.

### **Contextura sociológica brasopolense**

A terra brasopolense é parte integrante do território mineiro, onde, segundo afirmações de antigos pesquisadores, analistas sociais e psicológicos, se fez presente a suave, porém, influente força da mulher, embalada pela meiga brisa que afaga os ricos vales, montanhas, planícies e oscilações topográficas, mas, permanentemente devotada à formação da Família, preparada e disposta até aos sacrifícios, cuidando do esposo, filhos e netos, exercendo assim sua importante ação matriarcal. Com essas peculiaridades não poderia o território ser diferente do restante da Capitania, da Província, do Estado. As grandes famílias brasopolenses, induzidas pelo influxo da mulher respeitável, teriam naturalmente que produzir os frutos desejáveis, de ordem vária, pelos tempos afora, dando origem a uma sociedade em que os ditames da decência, da segurança e do espírito haveriam de aflorar.

À proporção que se desenvolvia o meio social mineiro, principalmente a partir do ciclo do ouro, florescia também uma sociedade preponderantemente constituída pela classe média, consoante a influência da mulher, mas também afagada pelos sentimentos de moderação e habilidades conciliadoras, aliadas ao convencimento cada vez maior de que todos esses hábitos e costumes não poderiam medrar, sem que a eles estivessem jungidas as manifestações de liberdade e de independência que viriam, com o tempo, a culminar, aqui, ali, alhures, em explosões de rebeldia, em protestos e reações contra as injustiças e exorbitâncias dos autoritários prepostos da Coroa.

A formação da sociedade nas Alterosas foi, pois, feita sob o sensível influxo da força da família mineira. Na sua contingência de um aglomerado humano organizado, como é natural, teria que gerar, também, em determinada fase de nossa História, aspectos negativos que haveriam de ser superados pela força de doutrinas apregoadas por expressões maiores do pensamento cristão dominante.

E Brasópolis, obviamente, haveria de herdar e ostentar com orgulho as características sociológicas e políticas, bem como as peculiaridades inerentes ao produto da ação permanente de clãs assim amalgamados pelo ato catalisador da *mater familias* que os formam, orientam e impulsionam pelos rumos do futuro. Essa constante elaboração que não limita, pelo contrário, até proporciona às classes por ela formadas o despontar de lideranças autênticas que, se souberem impor pela auscultação da classe social a que pertencem, poderão encarnar com fidelidade os sentimentos e influências desta em benefício da sociedade, do Município, do Estado e, por extensão, do País.

Formando um contexto social em que se acrisolavam, pelas forças naturais do meio, naturalmente, os objetivos sábios pretendidos pela ação matriarcal, Vargem Grande, constituída inicialmente por sólidas famílias vindas de Aiuruoca, Baependi, Campanha, Atibaia, Pouso Alto e outras localidades, além das portuguesas, recebeu essa carga genética predominante em Minas Gerais. Por certo, os integrantes da nascente comunidade haveriam de dar sustentação ao trabalho que se desenvolvia nos mais importantes núcleos habitacionais da Capitania, da Província, em prol da formação de

uma gente dotada de qualidades excelentes – a mineira – em cujo seio, com o transcurso do tempo, haveríamos se sentir a manifestação excepcional da vida social, política e psicológica à qual, consensualmente, os sociólogos e outros cientistas políticos denominaram mineiridade.

A gente brasopolense não poderia, pois, ser diferente no seu modo de ser e de viver. Essa população calma, pacífica, trabalhadora é a resultante da própria influência gerada nas raízes mineiras, já trabalhadas pela ação antropológica, espiritual e psicológica que balizou a formação e a modelagem do tipo do mineiro, sempre cuidadoso, arredo, mais calado que falante, desconfiado, inteligente, sagaz, conciliador, prudente, altivo, virtuoso, raras vezes aventureiro e intemorato, segundo conclusões de Guimarães Rosa.

Registramos algumas interessantes constatações históricas, reveladoras da existência dos caracteres peculiares ao povo mineiro, em índices bem acentuados, nas diversas personalidades descendentes de fortes troncos familiares de Vargem Grande. O Capitão Gomes, por exemplo, foi um homem operoso, inteligente, enérgico, mas sempre conciliador em momentos necessários: bom chefe de família, dotado de alto espírito de liderança, exercitada com o objetivo de conciliar os discordantes, o que caracterizou Vargem Grande, segundo consenso social, como a terra do entendimento e da concórdia. Possuía ele, como se verifica, aquelas qualidades dignas de louvores que caracterizam a gente de Minas, dotada de uma formação especial, modelada principalmente pela mulher mineira.

Outra autêntica expressão do espírito conciliador das Gerais, bem assim daquelas outras esplêndidas qualidades desenvolvidas nas montanhas, pela sua brava gente, foi o Cel. Francisco Braz. Este verdadeiro varão de Plutarco foi um mestre consumado na arte de conciliar e fazer política. Bem moço ainda, já procurava ele, até mesmo nas divergências, abrir caminhos para superação das dificuldades sem, contudo, se afastar um milímetro sequer das posições que defendia.

É o ilustre historiador, Professor Darcy Bessone, quem assinala, e muito bem, os contornos da mineiridade que ostentou o Cel. Francisco Braz durante toda sua vida. Diz o biógrafo de Wenceslau, a respeito do Cel. Braz, que adversário do Cel. Caetano Ferreira da

Costa e Silva ele, Francisco Braz, fazia-se seu comensal, requestava-lhe a neta, por ele criada, e com ela se casaria. Contendor do Cap. Joaquim de Almeida Vergueiro, partilhavam, os dois, lucros e perdas no negócio comum. Foram eles sócios comerciais muitos anos, embora ferrenhos adversários políticos.

O Presidente Wenceslau Braz foi, também, durante sua longa vida, outro vargem-grandense praticante dos princípios da mineiridade, do mineirismo, no que tange ao ser e ao viver dos mineiros.

Aliás, no caso em exame, os exemplos, as lições da vida, no seu dia-a-dia, as posições adotadas para encarar os diversos obstáculos, a serem vencidos pelo homem público e pelo cidadão, Wenceslau as auria nos ensinamentos da mineiridade, na tranqüilidade da convivência com o próprio pai que, na afirmação de Darcy Bessone, foi um bom modelo, como líder político. É ainda desse biógrafo o registro autêntico que se segue: “Exemplificando com a própria vida, não pressentia Francisco Braz que um discípulo bem-amado (Wenceslau) estava atento as suas sábias lições de coexistência humana e política, de compreensão e tolerância, para segui-las sempre, até na Presidência da República.”

Como se verifica, não seria difícil aduzir, ainda, outros modelos de mineiridade, como o fez Afonso Arinos de Melo Franco, os quais honraram e ainda honram a terra querida que lhes serviu de berço.

### **Brasopolenses humildes e populares**

Não é preciso que se diga que as comunidades são compostas de elementos de todas as classes sociais, visto tratar-se de uma realidade inquestionável. Ricos, pobres, jovens, velhos, negros, mulatos, brancos, crentes, materialistas, saudáveis, doentes, trabalhadores, desocupados, honestos, humildes, enfim, pessoas que apresentam os mais variados perfis são os componentes da força humana que vive em comunidade, onde cada qual desempenha o papel que se lhe afigura o conveniente.

As atividades, a vida, o desenvolvimento da comunidade são a resultante da ação de cada elemento na área em que se acha inserido. Acreditamos que não seria possível a existência de um conglomerado humano formado só por ricos ou pobres; por pessoas importantes ou

só por homens humildes. Como a realidade da vida social é essa, o produto da soma dos bens de vários componentes não pode, obviamente, ser analisado, comentado e historiografado sem que, em um trabalho de tal monta, estejam incluídos elementos de todos os matizes, de todas as categorias sociais.

Pessoas humildes, até mesmo aquelas outras marcadas por estigmas, síndromes ou desvios mentais e defeitos físicos, devem ser consideradas em todos os estudos que se fizerem a respeito de um meio social. É que, de algum modo, contribuem para o bom convívio, a alegria e a sociabilidade das comunas ou, pelo menos, marcam, com seus hábitos, modos de vida e costumes, sua presença.

Seria, portanto, uma falha e, se premeditada, uma ingratidão, uma fuga à realidade, se neste trabalho silenciássemos quanto à boa convivência existente, na terra brasopolense, do povo para com diversas figuras populares que, em variadas épocas, alegraram a vida da comunidade.

Vamos, pois, com nossas próprias observações e pesquisas, bem como com a cooperação de outros informantes, tentar relembrar algumas pessoas humildes e populares que, em épocas não muito distantes, participaram, de alguma maneira, da vida cidadina.

a) Inicialmente ocorre-nos à memória, com bastante detalhe, a figura do bom homem que se dedicava à publicidade comercial e dos avisos e comunicados de interesse social. Utilizando sempre um megafone improvisado, ele transmitia pelas esquinas e pontos mais elevados, textos de propaganda e outros referentes a ocorrências importantes, com o que angariava os minguados recursos financeiros com os quais provia sua subsistência. Era conhecido por Tatão. Gordo, bons pulmões e boa dicção, enchia a urbe com sua voz forte.

Alegre, bizarro e até zombeteiro, algumas vezes, a todos agradava com sua costumeira hilaridade. Descuidado nos hábitos de higiene e modestamente vestido, vivia com seu avantajado abdômen à vista. Em se tratando de alimentação, mesmo em quantidades demasiadas para uma pessoa, ele deglutia tudo rapidamente e, com arrotos escandalosos, expelia o excesso de gases.

Não nos ocorre o nome de registro do Tatão, porém sabemos que era um homem bom, irmão do alfaiate Irineu, muito estimado.

Conhecido por todos os recantos da cidade, viveu ele assim largado, à vontade, por muitos anos. A notícia de seu falecimento inesperado causou consternação, principalmente, a quem ele soube alegrar com suas constantes palhaçadas. Recebeu sempre demonstrações espontâneas de carinho.

b) O Zé Golinho era outro tipo interessante e bastante conhecido. Naqueles tempos das lamacentas e quase intransitáveis estradas, o transporte por cavalgaduras era muito utilizado. Para tanto os animais recebiam ferraduras, com o fim de lhes propiciar trânsito com segurança por lugares escorregadios.

Ferrar animais era profissão muito utilizada. Pesada, bruta, mas honrosa, pois exigia dos que a exerciam, os ferradores, certa habilidade, arte e muita confiança no trabalho. Em várias partes urbanas mais afastadas havia pontos de ferradores. Os proprietários de animais escolhiam o profissional de sua confiança.

Zé Golinho vivia sob o efeito de uma boa cachaça. Seu ponto de trabalho era central. Atendia no chamado Beco do Seu Martinho, local que antigamente dava acesso ao Estádio Dr. Ataliba Moraes. Hoje é a Travessa Martinho Braga. Sua grande popularidade decorria não só do fato de ser ele um bom profissional mas, principalmente, porque Zé Golinho, ao repassar, isto é, montar os animais depois de ferrados e até mesmo durante o trabalho de ferragem, tinha por hábito manifestar-se em voz alta, ora cumprimentando os amigos, vezes outras demonstrando sua alegria pelo trabalho, com a seguinte expressão: “eh! baía mais forte! baía mais forte!...”.

Essa manifestação verbal era-lhe costumeira. Sempre a repetia. Daí a curiosidade de alguns, demonstrando não o entenderem, enquanto de outros recebia a retribuição do cumprimento, que consistia na repetição das expressões de alegria e bom humor do Zé Golinho, um tanto exageradas, às vezes. Assim, quando pessoas que se achavam mais distantes ouviam o já conhecido e repetido jargão “eh, baía mais forte! baía mais forte! baía mais forte!”, já sabiam que ele estava se aproximando. Onde chegava, era bem-recebido. Repetia as mesmas expressões sempre espontâneas e explosivas, no bom sentido. Era uma figura estimada. Todos o conheciam como o “Baía mais forte...”

c) Conhecida em todos os recantos, a Candinha do Bernardo era pessoa humilde que andava acompanhada de seus seis filhos menores, a manifestar expressões de alegria, apesar das dificuldades que enfrentava para viver. Declarando-se sempre comadre das pessoas, com todos conversava no seu trabalho de, sem pedir diretamente, angariar donativos para a subsistência dos filhos.

Descendente de escravos, alegre e fina no trato, essa pobre mulher era muito querida, pois alegrava a comunidade, juntamente com seus filhos bem-educados. Estes improvisavam um conjunto seresteiro interessante, mas sem acompanhamento musical, porém com muita graça, harmonia e jeito, cantando modinhas por eles mesmos estruturadas e criadas. Faziam ponto no Mercado Municipal. Essa simpática figura popular bem como seus filhos não se preocupavam, normalmente, com a higiene corporal. Com as vestes rotas e pouco limpas, andavam descalços, com dificuldades, porque tinham os dedos dos pés deformados pelas constantes penetrações de bichos-de-pé de que eram vítimas permanentes.



*Trecho da Av. Cel. Francisco Braz*

Enfim, Candinha do Bernardo era uma boa alma. Seus filhos tinham bom comportamento. Gozavam, por isso, da estima das pessoas, apesar da humildade e da falta de recursos que os cercavam. Eram bem-recebidos onde chegassem, pois externavam bondade e bom humor e os distribuía com todos.

d) Ocorre-nos, ainda, como indivíduos bastante estimados da população, o Zé Sapo, com a mulher Zulmira e o filho Zé Sapinho. Que trinca formidável! Estas pessoas, por vários motivos, eram conhecidas na comunidade, principalmente pelas trapalhadas que praticavam.

São inúmeras as passagens desses verdadeiros atores da grande platéia comunitária, pelo auditório popular, algumas delas cheias de ensinamentos, dizem as pessoas antigas. Entretanto, não conseguimos apreender, senão parcialmente, alguns entreveros familiares produzidos pelo engraçadíssimo trio, porque os informantes só sabiam comentar o geral, sem detalhar nenhum caso.

Portanto, quando se falava na Zulmira e no Zé Sapo, já se esperava que algo de hilariante havia acontecido, tal a confusão em que sempre estavam envolvidos. Foram pai, mãe e filho pessoas boníssimas, comunicativas, que coloriam a paisagem urbana.

e) A Maria Gasogênio, moça criada por Dona Eliza Noronha, era outro elemento bastante estimado. Era magra, alta e meio desengonçada no andar. Conhecia todos os conterrâneos e dispensava-lhes atenção e tratamento amistoso. Estava sempre pronta para realizar qualquer trabalho, por mais difícil que fosse.

Casou-se com o Joaquim Sabonetão, outro magro ou vara-de-passar-tripa, no dizer dos gozadores. Muito alto, espalhafatoso, gostava de despertar a atenção para sua humilde figura e o conseguia, quando passava pelas ruas junto com a mulher.

Constituíam um casal que gozava de grande popularidade, transmitindo sua costumeira e extrovertida forma de comunicação, esbanjando alegria e graça.

f) Nasceu e viveu em Brasópolis um homem negro de nome José Mina. Era filho do escravo liberto Francisco (Chico) Mina, procedente da Costa da Mina.

Zé Mina, assim conhecido vulgarmente, era pessoa educada, trabalhadora, prestativa. A respeito desse homem só se conhecem boas informações. Pautou sua existência em princípios sadios. A prática de nobres ações foi uma constante em sua vida. Católico praticante, cumpriu com rigor os preceitos cristãos, orientando com desvelo e segurança sua numerosa prole. Cuidadoso e responsável pelas suas obrigações, revelou-se ainda um vicentino assíduo e eficiente.

Pessoas que com ele conviveram mais de perto informam que era inteligente e até mesmo muito espirituoso nos diálogos entre companheiros de trabalho e amigos. Contavam que em uma reunião convencional com seus colegas vicentinos, após a tradicional corrida da sacola, destinada ao recebimento das espórtulas dos presentes, alguém levantou, a título de brincadeira, dúvidas quanto não ter deixado cair alguma coisa, quando levou a mão à boca da sacola na hora da contribuição.

Tudo não passou de uma boa gozação que fizeram com Zé Mina, que nesta foi colhido pela malha falsa, já que é comum esquecer-se o dinheiro quando se troca de roupa. Tinha trocado de calça. Esquecera o dinheiro. Apesar de tudo, com tranqüilidade, humor e inteligência, disse aos colegas, em resposta à dúvida levantada: “Não deixei cair dinheiro na sacola, porque não tinha; mas coloquei ali meu coração”. Teve ele, assim, uma saída magistral para o momento, causando admiração a todos.

O viver de José Mina foi, mais ou menos, o que afirmamos. De sua humildade, valor pessoal, educação e dedicação deixou provas indiscutíveis, honrando os predicados do velho pai cuja vida, como cativo ou como cidadão, foi modelar.

g) Não poderíamos finalizar este subtítulo sem nele inserir um especial agradecimento às pessoas simples, às figuras humildes da comunidade, pelo muito que fizeram, cada qual com sua alegria, com seu humor, com sua peculiaridade, espontaneidade e manifestações de estima, quebrando a monotonia social, dando um quê diferente no viver de cada um, resultando tal comportamento na criação de um clima de compreensão e de bons sentimentos entre todos.

## Algumas damas da época

Deixar fora destas páginas, ainda que de passagem, acontecimentos e até nomes de pessoas que, fazendo parte da História local, chegaram ao nosso conhecimento, direta ou indiretamente, constituiria falha lamentável.

Esclarecemos, entretanto, que, por falta de registros e dados outros, deixamos de fazer pesquisa destinada, especificamente, a elaborar a matéria desta subepígrafe. Eis porque dela vão constar apenas aqueles informes que conseguimos obter pela tradição. Para tanto, o pesquisador anotou e recolheu tudo o que lhe pareceu interessante nas mais variadas fontes.

Não se pode esquecer que a História, a grande mestra da vida, é uma permanente ação em prol da transferência, à posteridade, das experiências, atos e fatos do presente. Trata-se, assim, de um trabalho constante, diuturno, tendo por fim preservar tudo que possa ocorrer em uma sociedade pela forma que estiver ao alcance do homem. É, pois, obrigação de todo cidadão, fiel aos seus deveres, lutar para que o produto do esforço de cada geração, devidamente selecionado e aperfeiçoado tanto quanto possível, seja colocado nas mãos das gerações futuras. Estas, recebendo tão importante acervo, terão também a obrigação de trabalhá-lo convenientemente, para entregá-lo às descendências subseqüentes.

O que buscamos é fazer História, dignamente, de forma a mais ampla possível. Esta filosofia de ação nos permitiu até acolher, para integrar a obra, trabalhos inéditos devidamente autorizados, de ilustres e historiadores e genealogistas, o que vem dar maior abrangência ao nosso objetivo.

Decalcados, pois, nos dados de que dispomos, chegamos tranqüilamente à conclusão de que além de Ana Dias Chaves (uma das doadoras do Patrimônio), filha do Cap. Domingos Dias Chaves, casada com João Gonçalves de Moraes e cunhada de Joaquim Pinto da Fonseca e Cassiano Pereira de Toledo, considerada com justiça benemérita da comunidade, por ter, juntamente com os citados familiares, doado o terreno para a edificação da Cidade, há uma outra respeitável dama – Feliciano Maria da Silva – que devemos considerar, também, como benemérita, porque contribuiu, eficazmente, para a grandeza e o desenvolvimento da comunidade.

Essa notável senhora, dotada de grande coragem e capacidade, nasceu em Baependi. Era filha do Alferes Antônio Dias Pereira e de Rita Mendes da Silva. Casou-se com José Pereira da Rosa, natural da Ilha do Pico, Açores, na Matriz Nova de Itajubá, em 7/1/1823. O casal teve vinte e quatro filhos. O esposo faleceu em 1873. A viúva, em 1889, com noventa anos. Tanto José Pereira da Rosa como sua mulher Feliciano estão sepultados no mausoléu da família Pereira da Rosa, que é constituído por uma pequena Capela, localizada no Cemitério Bom Pastor, tendo por Orago São Miguel, segundo informação da Professora Francisca Rosa Pereira.

Aduz ainda a ilustre informante, membro dessa nobre família, que o bravo casal, José Pereira Rosa e Feliciano Maria da Silva, foi proprietário de terras no Município, desde Candelária, hoje Luminosa, até São Caetano da Vargem Grande, onde manteve o maior contingente de escravos da região.

Se outras qualidades não possuísse tão ilustre dama, só o fato de ter criado e educado tantos filhos bastaria para consagrar sua vida. Após a viuvez, depois de tanta luta, ainda se manteve ativa à frente de negócios, administrando com sabedoria e elevados propósitos seus inumeráveis bens, gerando emprego e trabalho para muitos. Além dessas virtudes, seus atos de filantropia faziam acreditar-se ter possuído um coração maior que o peito. Por justiça devemos considerá-la, também, como benemérita.

Por se tratar de uma personalidade de escol, como afirmamos, é que no Arquivo Público Mineiro, na Sinopse Estatística do IBGE, nº 54-9-FM – 318Q – Caixa 2B, que contém a resposta manuscrita ao questionário datado de 1893, do Distrito de São Caetano da Vargem Grande, está o seguinte registro: “Entre os falecidos, filhos desta localidade, poder-se-ia mencionar muitos que se distinguiram por atos de filantropia, começando por Feliciano.”

Manuseando o jornal **Em Guarda**, de 11 de maio de 1952, então editado na comunidade, deparamos com a crônica do saudoso brasopolense Orlando Egreja, intitulada "As nossas Matronas de Antanho", em que o autor, segundo sua ótica, distingue algumas das nossas distintas conterrâneas, declinando suas virtudes.

Com este comentário estamos fazendo História e, também, homenageando a mulher brasopolense, sem distinção social, considerando apenas o mérito das mencionadas damas.

Vamos, pois, reverenciar a memória do apreciado cronista e a família brasopolense, nominando, com nossa redação, as senhoras então lembradas e acrescentar outras, segundo o critério adotado:

– Maria Senhorinha, a comadre de todas as famílias, a parteira incansável, presente onde era chamada a servir, sempre alegre e atuando com humildade;

– Benedita Bento viveu trabalhando, sofrendo, resignadamente;

– Maria Campos, a Mariquinha do Clarimundo, devotada aos dos filhos doentes. Foi uma verdadeira mártir. Veio a morrer de insidiosa moléstia, nos braços dos filhos e esposo;

– Maria Antônio Pinheiro Freitas formou e educou numerosa prole, com equilíbrio, sensatez e ternura;

– Eudóxia Valadares Marinho, muito alegre, cercava-se de numerosas e distintas amigas;

– Mindoca, Porfíria e Aninha Paes, descendentes de uma das maiores famílias vargem-grandenses, alegres e comunicativas;

– Cota de Melo, trabalhando na área de saúde, exerceu com altruísmo sua honrosa profissão, de grande utilidade naquela época;

– Candola, do Totó Rebelo, muito paciente, uma trabalhadora incansável;

– Maria Stussi, uma lutadora pela educação dos filhos, dando grande apoio ao marido;

– Ambrosina Rezende da Silveira, de finas qualidades, filantropa admirável, vivendo em sua fazenda;

– Francisca Pereira Ribeiro, mãe de Joaquim Carlos Pereira, dedicada esposa, pessoa cheia de ideais nobres;

– Amélia Melo, genitora das ilustres Professoras Nenzinha Melo e Adolfina Melo Carvalho. Foi educadora excepcional;

– Maria Antônia Pereira de Mendonça, já alquebrada pelos longos anos de vida, era exemplo de trabalho e de bondade, ao lado das filhas, Siá Ninha do Nico, Siá Bebianá, Siá Mariquinha Moraes e Dona Filha Brito;

– Presciliana Carvalho de Moraes, dotada de elevados sentimentos, fina educação, inteligência, revivendo no talento e sensibilidade artística da neta (Popê Lopes), herdeira de seu nome, a mais inspirada poetisa de nossa terra;

– Liberalina Cintra de Alcântara Pereira, nossa saudosa tia, dama de grandes dotes, que amou, mesmo de longe, intensamente, sua terra;

– Siá Nica do Aniceto Gomes, todavia incentivando o esposo. Dedicada à educação da numerosa prole;

– Júlia Gomes de Oliveira, portadora de excepcionais qualidades: sóbria, sensata e dinâmica;

– Virgínia de Oliveira, honrada, modesta e trabalhadora. Educou seu filho Ladislau (Lalau) de Oliveira com desvelo, inculcando-lhe os sentimentos de justiça e de honestidade;

– Marica Martins, de um lado do Rio Vargem Grande, no Bairro do Banhado, tendo por vizinha, na outra margem, sua xará Marica Martins, ambas expressões maiores de bondade, de trabalho e de outras virtudes;

– Ana de Oliveira Ferreira (Sinhaninha do Alexandre, como era conhecida) construiu com inteligência e brilho seu lar. Legou a Brasópolis homens de letras, professores, poetas, musicistas e juristas;

– Maria Severina Gonçalves Cintra e filha com o mesmo nome, portadoras de excepcionais qualidades. A primeira era neta e, a segunda, bisneta do Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Comandante do Batalhão da Guarda Nacional, sediado em Itajubá. A filha Maria Severina, foi casada com o saudoso e sempre lembrado Joaquim José de Faria e Souza (Chico João). Sua filha, Maria Clara de Faria, distinta, bondosa, exemplar esposa e mãe, relembra muito bem a figura humana sempre bondosa da mãe;

– Maria Gouvêa Braga viveu sempre dedicada ao lar e à religião;

– Marianinha de Oliveira Carvalho, esposa exemplar, culta, representando uma das destacadas figuras do magistério;

– Maria Luíza Viana era a virtude personificada;

– Maricota Ferreira, pobre mas hospitaleira, sempre pronta a distribuir o pouco que possuía. Foi uma heroína;

– Maria Rosária, devotava ao esposo, o Bonifácio, dedicação total. Orgulhosa pelo bom marido que tinha, o que, por sua vez, não faltava aos encargos religiosos à frente das procissões, portando o símbolo da cruz;

– Venância, Rufina e Marcelina Rebelo, três velhinhas, cujas cútis tinham a cor do ébano, lembradas dada a bondade, a educação e as amizades que possuíam. Trouxeram do berço esmerada educação;

– Ana Galdina da Paixão (Donana), nossa estimada avó materna, dedicada zeladora do Santíssimo Sacramento, de fina educação. Mãe devotada, criou e educou os filhos, apesar de pobre;

– Maria Lucas, analfabeta, porém muito inteligente, discutia com qualquer pessoa e levava vantagem. Era conhecida, respeitada e admirada;

– Leonor Chiaradia, com seus dezoito filhos, ainda cuidava de outras crianças. Piedosa, esposa exemplar, mãe carinhosa;

– Vicência Chiaradia, gentil, fina de trato e paciente, praticava atos de filantropia em boa dosagem;

– Lina Cândida de Brito, viúva, pobre, mas dotada de disposição para a luta; criou e educou um casal de netos órfãos;

– Maria Cândida de Brito, irmã de Lina, trabalhadora, digna. Teve numerosos filhos. Faleceu ainda jovem, cheia de fé em Deus;

– Isabel Pereira dos Santos, mãe amantíssima, esposa modelar. Exemplo a ser imitado. Teve diversos filhos ilustres, entre estes, o Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, ex-Presidente da República e orgulho da gente brasopolense;

– Maria Cândida Cintra (Cotinha), nossa querida avó paterna. Expressão de trabalho, bondade e abnegação. Criou e educou doze filhos. Participava dos empreendimentos comunitários. Apesar de sua longa existência (quase noventa anos), ainda cuidava de suas propriedades rurais com eficiência, embora residisse na Cidade.

Como membros destacados na área da educação vamos encontrar as saudosas ex-Professoras Marieta Ferraz Egreja, Benedita (Nenzinha) Melo, Miquelina Pugliesi, Benedita (Titi) Noronha Lopes, entre muitas outras, às quais a educação em Brasópolis muito ficou a dever.

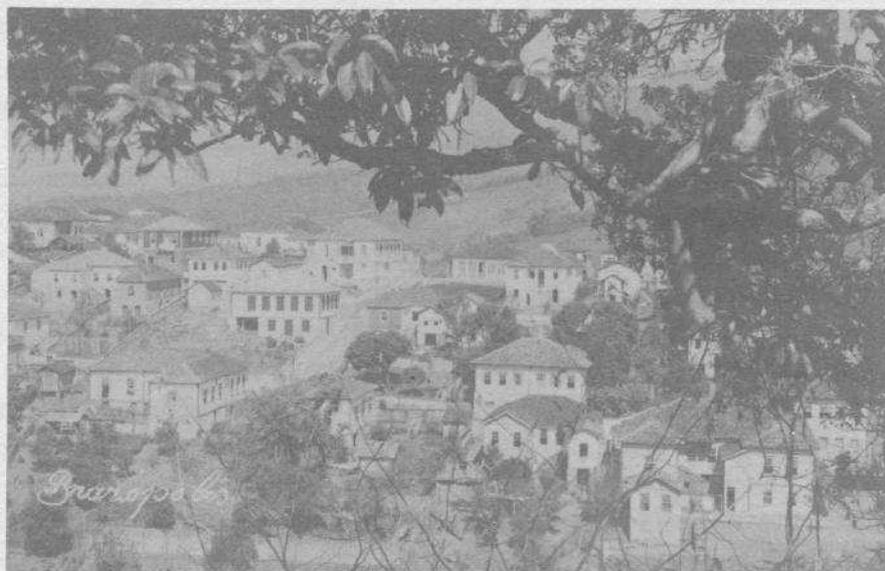
Educadoras na acepção nata da palavra, essas competentes e devotadas mestras engrandeceram o magistério primário na localidade. Tivemos a honra de ser modesto aluno de algumas delas. Podemos, pois, não só como ex-aluno, mas também como ex-professor universitário, afirmar que o trabalho desenvolvido por elas na comunidade foi pleno de idealismo, tudo fazendo por aqueles que estiveram sob seus cuidados pedagógicos.

Não poderíamos deixar sem uma referência a Professora Georgina Pereira de Oliveira, de outra geração, mas que também se colocou entre suas ex-colegas.

Queremos, também, de todo o coração, que todas as senhoras, contemporâneas do passado e do presente, estejam sendo também homenageadas, segundo seus méritos, como Dona Guiomar Silva Machado e outras.



*Trecho da Rua Silvestre Ferraz*



*Vista geral de Brasópolis*

## CAPÍTULO XI

---

### PIONEIRISMO, ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA

#### As sesmarias

Aqueles que tiveram a curiosidade de vasculhar a história da origem e fundação da maioria das comunidades mineiras irão encontrar, em quase todas elas, sesmeiros entre os seus fundadores. O fato é explicado pela preocupação dos sertanistas, interessados na aquisição de terras, em serem os primeiros a chegar às regiões a desbravar. É que nessa condição teriam mais segurança no êxito da iniciativa, além do ensejo de melhores opções quanto à qualidade das terras e à localização das mesmas.

Cunha Matos, ilustre historiador (*in* “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais”, 1837, vol. I, 1979, Arquivo Público Mineiro), afirma que grande parte da Província de Minas foi distribuída por sesmarias, concedidas pelos governadores até 1808, *ad referendum* do Conselho Ultramarino e, posteriormente, pela Mesa do Desembargo do Paço do Império, até que a Provisão de 22/10/1823 suspendeu tais concessões.

Os interessados eram obrigados, pela legislação então em vigor, a juntar aos pedidos de concessão de terras o mapa topográfico das áreas pretendidas. Dado o reduzido número de topógrafos, essa exigência constituía-se em um entrave à pretensão dos requerentes. Somente os pedidos devidamente instruídos eram examinados e encaminhados pelas Câmaras Municipais.

O instituto da sesmaria foi regulado no País, inicialmente, pela Carta Régia de 16 de março de 1682. A Carta Régia de 1º de abril de

1713 delegou ao Governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais a doação de sesmarias, até a publicação do Alvará de 25 de janeiro de 1809.

Durante o longo período que antecedeu à instalação do Tribunal de Desembargo do Paço, verificaram-se abusos pelos sesmeiros, em relação à área requerida e ao número de vezes que um mesmo solicitante utilizava o mencionado direito em benefício próprio e de familiares.

Segundo informam abalizados historiadores, os sesmeiros foram, via de regra, os fundadores de nossas Cidades. Como não encontramos na História de Vargem Grande registros da passagem desses pioneiros do desbravamento dos nossos sertões, recorremos ao Arquivo Público Mineiro, onde não constam nomes de requerentes desse direito na área dessa comuna.

Tal preocupação objetivava, principalmente, caso tivéssemos obtido êxito nesse trabalho, fazer retroagir a algumas décadas, quem sabe, anteriores a 1803, os fatos da História local, eis que a partir dessa data possuímos registros sobre os primeiros habitantes da área. Como não localizamos processos de concessão de sesmaria que nos revelassem datas anteriores, fomos obrigados, logicamente, a deduzir que, a partir de 1753, época em que o Bispado de São Paulo tomou posse da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, começaram a chegar, também à região de Vargem Grande, os primeiros desbravadores e vanguardeiros. Se tivessem esses hipotéticos pioneiros requerido sesmarias, iríamos desvendar seus nomes, época de ocupação da terra etc., o que nos permitiria fazer recuar, na esteira do tempo, o início da História de Vargem Grande.

No Arquivo Público Mineiro compulsamos a Revista nº XXXVII, vol. II, do referido órgão, que contém o registro de todas as sesmarias concedidas no Sul de Minas (Comarca do Rio das Mortes) de 1702 até 1892. Entretanto, só encontramos no elenco de sesmarias deferidas nesse território algumas localizadas em regiões próximas a Vargem Grande. Anotamos todas, porém, ainda que fosse só para nos alegrar, nem uma concessão foi feita no próprio território do Distrito de São Caetano da Vargem Grande.

Abaixo relacionamos apenas os sesmeiros que se instalaram em áreas mais próximas desse Distrito, segundo a publicação, começando por:

– Manoel Roiz de Aguiar – Vertente da Serra da Mantiqueira – 18/8/1785 – Códice SC 119 – Pág. 178-V;

– Cláudio Furgim de Almeida – Paragem Pouso Alegre – 15/9/1770 – Códice SC 146 – Pág. 222-V;

– Antônio Francisco de Andrade – Serra da Mantiqueira – 19/7/1784 – Códice SC 234 – Pág. 72;

– João Dias de Quadros Aranha – Barra do Sapucaí-Mirim – 31/1/1822 – Códice SC 04 – Pág. 9-V;

– Francisco da Costa de Carvalho Bahia – Paragem Campo Largo do Itaim – Freguesia de Pouso Alegre – 22/5/1821 – Códice SC 384 – Pág. 95;

– Antônio da Cunha de Carvalho – Paragem Santana do Sapucaí, ao pé do Rio Mandu – 23/11/1789 – Códice SC 285 – Pág. 174-V;

– Antônio Pinheiro d'Oliveira – Freguesia Sant'Ana do Sapucaí (Silvianópolis) – 24/7/1821 – Códice 384 – Pág. 99;

– José Dias Palhão – Paragem Córrego dos Mamonos, Distrito de Santa Rita do Sapucaí – 24/10/1797 – Códice SC 275 – Pág. 38-V.

Esperávamos encontrar, entre as citadas, também a sesmaria concedida ao Cap. João da Costa Manso, à qual se refere o tabelião aposentado Miguel Antunes da Silva, do Distrito de Luminosa, ao formular dados preciosos sobre a História de Candelária. Essa sesmaria, conforme informação do historiógrafo Pedro Paulo Filho, residente em Campos do Jordão-SP, compreendia, também, terras paulistas (do outro lado da Mantiqueira), disputadas pelo sesmeiro paulista contíguo, Inácio Caetano Vieira de Carvalho. Certamente, a sesmaria passou à História como uma concessão feita pelo Governador da Capitania de São Paulo. Entretanto, era avantajada sua área em território mineiro, pois suas divisas estendiam-se pelo atual Município de Wenceslau Braz, onde chegavam bem próximas ao local conhecido como Ponte de Santo Antônio, a 10 quilômetros de Itajubá, área onde o Ribeirão Santo Antônio desemboca no Rio Sapucaí.

Como se constata, a área da sesmaria do Cap. João da Costa Manso, única que se tem notícia pela tradição, muito se aproximava também de Vargem Grande, tanto quanto as sesmarias de José Dias Palhão (Santa Rita do Sapucaí) e João Dias de Quadros Aranha (Sapucaí-Mirim).

O historiógrafo Pedro Paulo Filho, ao narrar a epopéia da fundação de Campos do Jordão-SP, (*in* o jornal “Estância”, de Campos do Jordão-SP, 17ª ed., Suplemento Histórico, 90), registra que o sertanista Gaspar Vaz da Cunha, cognominado Oyaguara, vindo do Vale do Paraíba, “rompeu as matas virgens da Mantiqueira através de picadas, em direção às Minas de Itagybá; extasiou-se com as exóticas e exuberantes paisagens do Sapucaí, mas não sabia que estava desbravando caminhos que o levariam ao paraíso da terra – Campos do Jordão”. Continua Pedro Paulo: “Em 1771 a coragem épica de Inácio Caetano Vieira Carvalho, seguindo as pegadas de Oyaguara, vindo de Taubaté, fixou-se com sua família nos campos da Mantiqueira, fundando a Fazenda Bom Sucesso, em área concedida por carta de sesmaria pelo Governador da Capitania de São Paulo”.

A arremetida de Inácio Caetano Vieira Carvalho, aliada à sua garra na luta contra seu colega e vizinho, sesmeiro Cap. João da Costa Manso, do lado mineiro, que, transpondo a Mantiqueira, tudo fez para levar as divisas de sua sesmaria até onde foi possível, é que possibilitou a permanência de Campos do Jordão como território paulista, registra o historiador.

Para Costa Manso, dois foram, provavelmente, os motivos que o fizeram levar suas divisas para além da referida Serra. Primeiro, aumentaria a área de sua sesmaria (sede da Fazenda São Pedro) e, depois, alargaria as fronteiras da Capitania, dando cumprimento às decisões emanadas de autoridades superiores que estabeleceram uma linha imaginária por onde deveria passar a divisa questionada, isto é, a 10 léguas de distância da Vila de Guaratinguetá.

No que tange à concessão de sesmarias na região compreendida pelas margens do Alto Sapucaí, pertencentes atualmente aos Municípios de Wenceslau Braz, Itajubá, Brasópolis, Cachoeira de Minas, Piranguçu, Piranguinho, São José do Alegre e outros, sabe-se apenas o seguinte: corria o ano de 1788 quando Antônio de Oliveira Lopes, então residente na Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, concluiu o levantamento topográfico da citada região, elaborado em cumprimento a determinações do então Governador da Capitania, Luiz Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, cujo objetivo era concedê-la em sesmarias. Em virtude de ter essa ordem sido expedida

através da Comarca do Rio das Mortes (São João del-Rei), o profissional dirigiu-se à sede dessa comarca, a fim de entregar às autoridades responsáveis o mapa referido, contendo a divisão das terras.

Ao realizar essa viagem, Oliveira Lopes pernitoou em Queluz, no local denominado Varginha do Lourenço, na estalagem de João da Costa Rodrigues, onde se encontrou ocasionalmente com Tiradentes. Transcorria a véspera do Natal do ano de 1788. O herói maior da Inconfidência Mineira, nessa pousada, durante o jantar, transmitiu-lhe o plano da revolução que idealizou, tendo encontrado receptividade para sua pregação. O proprietário da estalagem, João da Costa Rodrigues, como era natural, tomou conhecimento do conteúdo da exposição do inconfidente, sem se interessar pelo assunto.

Deixando-se entusiasmar pelo movimento, Antônio de Oliveira Lopes aproximou-se de Tiradentes, cujos passos já vinham sendo seguidos de perto. Como seria de prever, esse novo revolucionário também passou a ser vigiado, tendo sido preso, processado e condenado à morte, com comutação para a pena de degredo por 10 anos, em Caconda (Angola, África) (*in* "Autos da Devassa", vol. 7), para onde seguiu em 1792.

Em consequência, seu longo e estafante trabalho de medição das terras do Alto Sapucaí, na região de Itajubá, não foi considerado ou, quem sabe, nem chegou às mãos das autoridades às quais se destinava, por ter sido elaborado por quem se tornou um traidor da Coroa.

Como se pode perceber, a decisão do Conselho Ultramarino de adentrar e colonizar a Terra de Santa Cruz, através da concessão das chamadas cartas de sesmaria, pelas quais se concedia títulos de terras, foi medida acauteladora e sábia no que disse respeito à divisão e distribuição delas, evitando os conflitos, enquanto que no plano econômico oferecia opções àqueles que, dispondo de fundos, almejavam investir e ampliar seus negócios com segurança. Sobretudo, foi ainda por meio dessas concessões que, de fato, se conseguiu a ocupação total e permanente da Colônia, com a penetração dos sertões ínvios, deixando-se atrás, na caminhada, o início da formação das paragens, das estalagens, dos currais, dos pequenos burgos que, com o correr dos tempos, transformaram-se em povoados, vilas e cidades.

## **Governos Municipais**

De conformidade com os sistemas de governo vigorantes em cada época, Brasópolis teve, desde sua emancipação política até os tempos presentes, como governantes e legisladores os respeitáveis e dedicados cidadãos:

### **Biênio 1902 a 1904**

Cel. Francisco Braz Pereira Gomes – Presidente da Câmara e Agente Executivo; Antônio Pereira de Mendonça – Vice-presidente; José Serôdio – Secretário; Joaquim José de Faria e Souza, Ten. João Gonçalves Cintra, Cândido Rennó, Alfredo Vianna, Joaquim Carlos da Silveira, José Martins Tosta Júnior, Antônio Ferreira de Castro Gouvêa (suplente).

### **Triênio 1905 a 1907**

Cel. Francisco Braz Pereira Gomes – Presidente da Câmara e Agente Executivo; Antônio Pereira de Mendonça – Vice-presidente; José Serôdio – Secretário; Ten. João Gonçalves Cintra, Cândido Rennó, Joaquim José de Faria e Souza, Antônio Ferreira de Castro Gouvêa, Alfredo Vianna, Joaquim Carlos da Silveira.

### **Quadriênio 1908 a 1911**

Cel. Francisco Braz Pereira Gomes – Presidente da Câmara e Agente Executivo; Cândido Pereira de Mendonça – Vice-presidente; Tarquínio Ferreira Lopes – Secretário; Florim Alves Marinho, Asdrúbal Pedroso, Francisco de Faria e Souza, José Pereira da Rosa, José Caetano Ferreira, Martinho de Melo Braga, Alfredo Monteiro Chaves (suplente).

### **Período de 1912 a 1922**

Deixamos de citar os participantes do governo e do Poder Legislativo, no período mencionado, em virtude de não terem sido encontrados os livros de atas e demais assentamentos a ele referentes.

Acreditamos que os documentos ainda existem e que poderão ser encontrados, oportunamente, o que poderá sanar essa lacuna de nossa obra. Que tão lamentável ocorrência sirva de advertência aos responsáveis, aos guardiões da documentação histórica da comunidade, alertando-os quanto às preocupações e zelo que todo funcionário deve ter para com tudo que esteja entregue à sua responsabilidade.

A falha em apreço só prejudicou a História do Legislativo Municipal pois, quanto aos detentores da função de Agente Executivo, encontramos registros seguros de que a atividade foi exercida pelo Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, de 1914 a 1922.

#### **Quadriênio 1923 a 1926**

Cel. Henrique Braz Pereira Gomes – Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo; Francisco Pereira Rosa – Vice-presidente; Tomaz Wood Júnior – Secretário; Cirilo Gonçalves Cintra, Joaquim Inácio Pereira, José Aniceto Gomes, Basílio Dias Pinto, Dr. Ataliba de Moraes (suplente).

#### **Quadriênio 1927 a 1930**

Cel. Henrique Braz Gomes – Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo; José Martins Tosta do Amaral – Vice-presidente; José Alfredo Gomes – Secretário; José Brito Sobrinho, João Ribeiro Rennó, João de Faria e Souza, Antônio Avelino de Almeida (Vereador especial), Oscar da Silva Borges, Joaquim Vergueiro, Benedito Pereira de Mendonça.

#### **Período de 1931 a 1933**

Prefeito Municipal – Comendador José Alfredo Gomes (nomeado). Conselho Consultivo: José Pinto Gonçalves e Joaquim de Almeida Campos e Silva, representantes do Comércio; Dr. Antônio de Barros Dias, representante das Classes Liberais; Evaristo Pinto de Carvalho, representante da Agricultura; Antônio Carvalho de Mendonça, representante dos Operários.

Os membros do Conselho Consultivo e o Prefeito, pela legislação vigente, eram nomeados pelo Interventor Federal (Governador) no Estado. O Conselho, órgão de assessoramento do prefeito, era recrutado entre as classes sociais e econômicas mais expressivas no município.

#### **Prefeitos nomeados**

##### **Período de 1933 a 1945**

Dr. Ataliba de Moraes.

##### **Período de 22/11/1945 a 5/12/1945**

Dr. Francisco Pereira Rosa.

**Período de 6/12/1945 a 31/12/1946**

Benedito Pereira de Mendonça.

**Período de 1/1/1947 a 17/4/1947**

Dr. José Pereira de Mendonça.

**Período de 18/4/1947 a 14/12/1947**

José de Almeida Vergueiro.

**Quadriênio 15/12/1947 a 31/1/1951**

Prefeito – Farmacêutico Heitor Machado; Vice-prefeito – Dr. Euclides Machado de Souza. Câmara Municipal: Agenor Braz de Noronha, Alfredo Albano de Oliveira, Antônio Faria Filho, Cirilo Gonçalves Cintra, Edson Guimarães, João Capitulino de Barros, Joaquim Carlos Pereira, Joaquim Luiz Gonzaga, José Barbosa Lima, Paulo Carneiro, Sebastião Gomes.

Suplentes convocados: Sebastião Lisboa, Vicente Paula Pinto.

**Quadriênio 1951 a 1955**

Prefeito – Benedito Pereira de Mendonça; Vice-prefeito – Isaac Pereira de Faria. Câmara Municipal: Antônio Gomes de Oliveira, Cel. Geraldo Félix da Mota, Francisco Dias Ferreira Neto, Sebastião de Paula Pinto, Ricardo Albano de Oliveira, José Gonçalves da Silveira, Sebastião Lisboa, Dr. José Pereira de Mendonça, Henrique de Aquino Ribeiro, José Brito Sobrinho, João Ribeiro Rennó.

Suplentes convocados: Joaquim Maurílio Cintra, Prof<sup>a</sup> Maria Assunção Braz Melo, Benedito Inácio de Faria, Dr. Euclides Machado de Souza, Waldemar Pereira Mendonça, Manoel Evaristo Mota, José Braz dos Reis, João José Ribeiro.

**Quadriênio 1955 a 1959**

Prefeito – Cel. Geraldo Félix da Mota; Vice-prefeito – José Aniceto Gomes. Câmara Municipal: Benedito Pereira de Mendonça, José Onofre Ribeiro, Antônio Gomes de Oliveira, Sebastião Lisboa, Luiz Pereira de Almeida, José Alfredo Gomes, José Gomes Faria, João José Ribeiro, Elias Simão Jorge, Alfredo Luiz da Silva, Hilza Dias de Carvalho.

Suplentes convocados: Sebastião Luiz dos Santos, Dr. Raul Gama Martins de Oliveira, José Cintra Siqueira, José Caetano Pereira, Sílvio Stussi, Geraldo Mendonça, João Pedro Visotto, José Pereira de Faria.

### **Quadriênio 1959 a 1963**

Prefeito – Prof. Francisco Pedroso Vergueiro; Vice-prefeito – Noé Pereira Serpa. Câmara Municipal: Altino Pereira Rosa, Benedito Pereira da Costa, Élcio Ribeiro Motta, Elias Simão Jorge, Francisco Dias Ferreira Neto, Francisco Rezende, Geraldo Gomes, João José Ribeiro, José Gomes de Faria, José Onofre Ribeiro, José Pinheiro de Freitas.

Suplentes convocados: Manoel Dias Machado, Osório Ferreira de Melo, Prof. Otacílio Pereira Machado, Dr. Rodolfo Ferreira, Sebastião Felipe de Oliveira, Sílvio Stussi.

### **Quadriênio 1963 a 1967**

Prefeito – Noé Pereira Serpa; Vice-prefeito – Francisco Pereira de Mendonça. Câmara Municipal: Altino Pereira Rosa, Antônio Gomes de Oliveira, Benedito Pereira da Costa, Celso Gomes Negrão, Élcio Ribeiro Motta, Elias Simão Jorge, Francisco Dias Ferreira Neto, Francisco Oswaldo Gomes, Gustavo Del-Prete de Melo, Jarbas Guimarães Neto, João José Ribeiro.

Suplentes convocados: José Gomes de Faria, Manoel Dias Machado, Sílvio Stussi, Vicente de Paula Pinto, Vinícius Tavares.

### **Quadriênio 1967 a 1971**

Prefeito – José Fernandes dos Reis; Vice-prefeito – José Gomes de Faria. Câmara Municipal: Antônio Gomes de Oliveira, Dr. Antônio de Paula Martins, Antônio Visotto, Belmiro Cintra Vergueiro, Benedito Pereira da Costa, Dr. Euclides Machado de Souza, Francisco Oswaldo Gomes, Hélio Rosa, Joaquim Pereira Serpa, José Cláudio Rezende, Francisco Pereira de Mendonça.

Suplentes convocados: Prof. Otacílio Pereira Machado, Paulo Cintra, Vicente de Paula Pinto, Vinícius Tavares.

### **Biênio 1971 a 1973**

Prefeito – Geraldo Gomes; Vice-prefeito – Comendador Antônio Gomes de Oliveira. Câmara Municipal: Alcides Lopes, Altino Pereira Rosa, Prof. Otacílio Pereira Machado, Antônio Ambrósio Pereira, Gabriel Pereira Moraes, José Carlos Guimarães, José Júlio Marcondes Salgado, Sílvio Benedito Noronha, Antônio Visotto, João José Ribeiro, Vicente de Paula Pinto.

Suplentes convocados: Dr. Euclides Machado de Souza, Vítor Pereira Goulart.

### **Quadriênio 1973 a 1977**

Prefeito – Antônio Visotto; Vice-prefeito – Vicente de Paula Pinto. Câmara Municipal: Comendador Antônio Gomes de Oliveira, Prof. Otacílio Pereira Machado, Paulo Pereira Machado, Isaac Dias, José Augusto dos Santos, Joaquim Pires Vieira, Benedito Quintanilha da Silva, Jair Fernandes dos Reis, Francisco de Paula, Alcides Lopes, Mário Lisboa.

Suplentes convocados: Dr. Joaquim Pereira Serpa, Francisco Régis Resende de Noronha.

### **Sexênio 1977 a 1983**

Prefeito – José Fernandes dos Reis; Vice-prefeito – José Júlio Marcondes Salgado. Câmara Municipal: Com. Antônio Gomes de Oliveira, Vítor Pereira Goulart, Francisco Régis Resende de Noronha, José Claudio de Rezende, Prof. Otacílio Pereira Machado, Dr. Alceu Gonzaga, José Luiz Gonzaga, Sebastião Braz Rebelo, Sebastião de Oliveira Barbosa, Apolinário da Cruz Ferreira, Inocêncio José de Faria.

Suplentes convocados: Prof. Walter Silva Pereira, José Pereira Dias, Francisco Oswaldo Gomes.

### **Sexênio 1983 a 1988**

Prefeito – João Lúcio Faria; Vice-prefeito – Hermínio Gonzaga. O Prefeito exerceu o cargo até 1º de maio de 1986, quando renunciou para candidatar-se à Assembléia Legislativa de Minas Gerais. O Vice-prefeito, empossado em 1/5/1986, exerceu o cargo até 31/12/1988. Câmara Municipal: José Luiz Cipresso Cintra, Prof. Otacílio Pereira Machado, José Carlos de Souza, José Ribeiro, José Pereira da Costa, Francisco de Paula, Eva de Oliveira Pires, Milton Carneiro da Fonseca, Agenor de Souza Chagas, Noir Pereira dos Santos, Romeu Cintra Gomes.

### **Quadriênio 1988 a 1992**

Prefeito – José Fernandes dos Reis; Vice-prefeito – Lázaro Pereira Serpa. Câmara Municipal: José Amauri Noronha Gomes, José Luiz Gonzaga, Profª Terezinha de Jesus Costa, Dino Ambrósio Neto, José Benedito da Silva, José Carneiro da Fonseca, José Estêvão Monte Sião, José Ribeiro, Rubens de Almeida, Sérgio Fernandes dos Reis, Valdir Serpa dos Santos.

### **Quadriênio 1993 a 1997**

Prefeito – Dr. Josias Gomes. Vice-prefeito – Dr. Paulo de Tarso Pereira Gomes. Câmara Municipal: Robson de Queiroz Costa, Delfim

Pereira Guedes, Milton Carneiro da Fonseca, João do Carmo Lúcio, Valdemir de Paula, Dino Ambrósio Neto, Luiz Orlando, Rubens de Almeida, José Edílito Torres, Wagner Silva Pereira, Sérgio Fernandes dos Reis.

### **Observação oportuna**

O regime político de exceção a que se achava submetido o País, desde 1930, findou-se com a eleição da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Em 7 de junho de 1936, com a realização de eleições municipais para Vereadores, que se empossaram em 20 de junho, restabeleceu-se o funcionamento das Câmaras Municipais.

Entre as importantes atribuições das Câmaras recém-eleitas estava a de indicar ao governador do Estado o nome do cidadão a ser nomeado, pela referida autoridade, para o cargo de prefeito municipal.

Deixamos de mencionar os nomes dos vereadores eleitos nessa legislatura, bem assim os componentes da Mesa da Câmara e a relação dos atos praticados pela nova Edilidade, em virtude de não terem sido encontrados, tanto nos arquivos do Poder Legislativo como nos da Prefeitura Municipal, os respectivos registros oficiais.

Admite-se que a Câmara eleita em 7 de junho de 1936 e empossada em 20 do mesmo mês e ano tenha indicado, para o cargo de prefeito municipal, o nome honrado do então Prefeito nomeado, Dr. Ataliba de Moraes, que ali se encontrava em exercício desde 1933. Assim, o médico permaneceu no cargo até 22 de novembro de 1945, quando foi sucedido pelo Dr. Francisco Pereira Rosa.

### **Parlamentares brasopolenses**

1 – Cel. Francisco Braz Pereira Gomes – eleito Deputado à Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais para a 27ª legislatura (1888 a 1889). Cumpriu integralmente seu mandato (*in* “Revista do Arquivo Público Mineiro”).

2 – Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes – eleito Deputado à Sessão Constituinte e 1ª legislatura do Congresso do Estado de Minas Gerais (1891 a 1895). Foi reeleito para a 2ª legislatura (1895 a 1898) (*in* “Revista do Arquivo Público Mineiro”).

3 – Dr. José de Almeida Vergueiro – eleito Deputado à Sessão Constituinte e 1ª legislatura do Congresso do Estado de São Paulo (1891 a 1895) e reeleito para a 2ª legislatura (1895 a 1898) (Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, através da colaboração do Departamento de Consultoria e Pesquisa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, viabilizada pelo Prof. Marco Antônio Santos Leite).

4 – Dr. Silvestre Ferraz Egreja – eleito Deputado à Sessão Constituinte e 1ª legislatura do Congresso do Estado de São Paulo (1934 a 1937) (“Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro” – 1930 – 1983, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, coordenação de Israel Beloc e Alzira Alves de Abreu).

5 – Dr. Euclides Pereira Cintra – eleito Deputado à Assembléia Legislativa de Minas Gerais para as legislaturas seguintes: 2ª – 1951 a 1954; 3ª – 1955 a 1958; 4ª – 1959 a 1962; 5ª – 1963 a 1966; 6ª – 1967 a 1970; 7ª – 1971 a 1974; 8ª – 1975 a 1978; 9ª – 1979 a 1982; 10ª – 1983 a 1986. Não foi reeleito para a 11ª, classificando-se como terceiro suplente. Durante quase 35 anos, consecutivamente, desempenhou mandatos de deputado estadual, tendo antes exercido o de vereador à Câmara Municipal de Itajubá, durante a 1ª legislatura (1947 a 1950). Com referência à sua eleição para a 2ª legislatura (1951 a 1954), registre-se que, em 17/5/1951, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, recontando votos, declarou eleito o então primeiro suplente da bancada do PTB. Esta decisão da Justiça eleitoral deslocou o Deputado Euclides Pereira Cintra para a primeira suplência desse partido. Como primeiro suplente esteve em exercício nessa legislatura nos períodos de 26/3 a 25/5/1952, de 21/8/1953 a 31/7/1954, e de 4/8 a 25/10/1954 (*in* “Revista do Arquivo Público Mineiro”, ano XXVII, dezembro de 1976). Licenciou-se de 3/2 a 11/8/1966 para exercer o cargo de secretário de Estado do Trabalho e Cultura Popular.

6 – Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes – Presidente do Estado de Minas Gerais, Vice-presidente e Presidente da República, foi eleito Deputado ao Congresso Nacional por Minas Gerais, para a 5ª legislatura (1903 a 1905) e para a 6ª (1906 a 1908) (*in* “Revista do Arquivo Público Mineiro”, ano XXVII, dezembro de 1976).

7 – Dr. Silvestre Ferraz Egreja – eleito Deputado ao Congresso Nacional por São Paulo, para a 2ª legislatura (1951 a 1954) e para a 3ª

(1955 a 1958); na 5ª legislatura (1963 a 1966), como suplente de deputado federal, assumiu vagas nos períodos de maio a novembro de 1963 e de abril de 1964 a dezembro de 1966; na 6ª legislatura (1967 a 1970) e na 8ª (1975 a 1978) esteve no exercício do mandato como deputado eleito (*in* “Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro”, 1930 a 1983).

### **Secretários de Estado brasopolenses**

Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes – Secretário de Estado o Interior, Justiça e Educação. Governo do Estado de Minas Gerais – Presidente: Francisco Silviano de Almeida Brandão. Período: 16/9/1899 a 7/1/1902. Ausentou-se da Pasta de 16/9/1899 a 7/1/1900, tendo sido substituído pelo Secretário de Estado das Finanças, Dr. Francisco Antônio de Sales (*in* “Revista do APM”, ano XXVI, maio, 1975).

Dr. Euclides Pereira Cintra – Secretário de Estado do Trabalho e Cultura Popular. Governo do Estado de Minas Gerais – Governador: Israel Pinheiro da Silva. Período: 31/1/1966 a 11/8/1966. Em 11/8/1966 renunciou ao cargo de Secretário de Estado para concorrer às eleições para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (reeleição) (*in* “Revista do APM”, ano XXVI, maio, 1975).

### **Força político-eleitoral**

Tendo-se em vista os registros existentes e a tradição, pode-se afirmar, sem receio, que o surgimento da vigorosa comunidade de Vargem Grande foi produto da inteligência, da força e do valor indômito de homens que se fixaram nesse burgo, dispostos à realização de um hercúleo trabalho econômico, social e político que chegasse, como aconteceu, a impressionar povoações então existentes na região.

Uma das ocorrências verificadas ainda ao amanhecer desse bem-urdido plano, e que comprova a assertiva do historiador, reside no fato de ter sido o emergente povoado, logo ao nascer, elevado eclesiasticamente à condição de capela Curada, vinculada à Freguesia de Nossa Senhora da Soledade da Boa Vista de Itajubá, pertencente então ao Termo Judiciário de Pouso Alegre. Pelo Decreto Imperial de 14 julho de julho de 1832 foi criada essa Freguesia.

Transformada em capela curada, Vargem Grande adquiriu condições de participar de eleições pelo Colégio de Itajubá, componente do 3º Distrito Eleitoral da Província de Minas Gerais. As lideranças paroquiais do novo Curato promoveram o alistamento dos seus cidadãos e se prepararam para participar de eleições pela primeira vez. O jovem quadro eleitoral ficou assim constituído: 455 eleitores qualificados. Entre estes, de conformidade com a legislação eleitoral, foram escolhidos 10 eleitores-gerais, formados pelos vargem-grandenses João Antônio Dias Pereira, Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, Ten. José Martins Tosta, Francisco José Pereira da Rosa, Antônio Luiz Alves de Noronha, Fernando Borges Pedroso, Cap. Jerônimo José de Souza, Inácio João de Oliveira, Manoel José Veloso e José Bernardino Pinto de Noronha. E, ainda, 10 eleitores especiais: João Cândido Pereira, Cap. Manoel José Pereira Gomes, José Felipe de Oliveira, Manoel Pereira Goulart, Joaquim Pinto da Fonseca Júnior, Antônio Pereira da Silva Rosa, Antônio Marcelino de Faria, Vicente Vitorino de Lima, Benedito Antônio da Rocha e João Antônio Dias Pereira (*in* “Almanaque Sul-Mineiro”, Bernardo Saturnino da Veiga, 1874).

Com este representativo contingente eleitoral, a Capela Curada de Sant’Ana da Vargem Grande participou da primeira eleição geral de 1844, contribuindo de forma expressiva para a projeção do jovem e próspero Distrito de Itajubá, que assim se preparava para que em 1848 fosse transformado em Município e Termo Judiciário.

Desse modo, a nova comunidade despontava, já na sua formação inicial, como um grande centro de poder político-eleitoral, predestinado a eleger, como de fato elegeu, deputados provinciais, deputados estaduais, deputados federais, presidente do Estado, vice-presidente e presidente da República, transformando-se em respeitável força político-eleitoral, que influenciou poderosamente no progresso e no desenvolvimento da região.

## CAPÍTULO XII

### ASPECTOS HISTÓRICOS, BIOGRÁFICOS E GENEALÓGICOS

#### Pioneiros da fundação da Comunidade

Como sói acontecer, os grupos sociais, as comunidades, têm seus pró-homens, os intrépidos e audazes lidadores da primeira hora. Aqueles que, dotados de coragem, de destreza e de inteligência, sonham com o futuro.

Varsia Grande, conforme grafia usada pelos elaboradores de antigos registros e relatórios (RP 236, Registro Paroquial de Propriedades, 1855/1856, registros n<sup>os</sup> 01, 02, 03, etc., págs. 1 e 2, Arquivo Público Mineiro), não poderia fugir à regra. Teve também seus extraordinários sertanistas e empreendedores que, com pertinácia e bravura, romperam o manto ocultante do sertão desconhecido, cheio de fantasias e lendas, dando início, concretamente, à formação de mais um núcleo humano. A princípio, em trabalho desordenado, sem planos, sem visão. Depois, já com características de arraial, a tarefa passou a ser executada com o elevado ideal de se formar uma futura comunidade, o que realmente aconteceu.

Nessas fases distantes da nossa História há que distinguir, entre os desbravadores, aqueles que se movimentaram por algum nobre motivo; outros, que só se preocuparam com as glórias que lhes dissessem respeito e, ainda, até aqueles que, dotados de melhor visão do futuro, voaram mais longe e, por isso, dedicaram-se, também, com carinho, ao interesse coletivo. Estes nada mais fizeram, em tal circunstância, inconscientemente, que um investimento a médio e longo prazos. É que em casos análogos o trabalho dedicado e a

verdadeira doação muitas vezes são vistos, observados e acompanhados com interesse pelos demais componentes do grupo. E a justiça é feita, através do tempo, a cada um, segundo os méritos apresentados, salvo raras exceções, reconhecendo-se-lhes os serviços prestados.

Aí está a História a nos apontar em cada localidade, com justiça, os verdadeiros beneméritos, aqueles que tudo fizeram pelo engrandecimento do núcleo em que viveram, ajudando e apoiando iniciativas que visavam, em todos os setores da atividade humana, ao bem comum. Homens, mulheres e até escravos e índios, todos, enfim, que se destacaram, efetivamente, no desbravamento e na implantação das nossas cidades, vilas e arraiais, tornando-os preparados para oferecer um mínimo de condições de vida aos seus habitantes, são submetidos ao julgamento dos pósteros.

Segundo a tradição e registros, Vargem Grande teve seu início, sem maiores pretensões, às margens do antigo caminho que vinha de Paraisópolis em direção a Itajubá, as atuais Ruas Capitão Gomes e José Pereira da Rosa, que primitivamente se chamavam Rua do Comércio, onde havia algumas casas. Depois, deslocou-se para o cimo da colina contígua, onde atualmente se encontra a Igreja Matriz. É o historiador Sebastião Gomes quem informa ter sido a referida colina, uma área inóspita, coberta por denso pinheiral, a escolhida para a construção de modesta capelinha. É que a densa formação de araucária, ali existente, em certa ocasião foi açoitada por violento vendaval que a destroçou, propiciando a ocupação de terra, a edificação da ermida, a formação e desenvolvimento de um arraial (jornal “Brasópolis” nº 1.201, de 21/11/1948, edição especial).

O eminente historiador Dr. Nelson de Senna, inserindo tal ocorrência no “Anuário Corográfico de Minas Gerais”, de 1909, consigna que “ainda em 1838 esse território (Varsia Grande) era quase que sertão. Nesse ano foi que se fundou a povoação. Foram seus primeiros habitantes os Senhores Antônio da Silva Melo, Gabriel Leite de Faria, Antônio Gonçalves da Silva Torres, Adolfo Schmidt, Joaquim Bernardes de Oliveira, Antônio Pereira de Souza, José Dias Chaves”.

O mesmo historiador afirma ainda estarem registrados no “Almanaque Sul-Mineiro”, da Campanha, de 1884, as seguintes notícias de Vargem Grande: “O patrimônio de 20 alqueires foi doado

pela família de Dona Ana Chaves, que é considerada benfeitora do lugar, com os também já falecidos cidadãos Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, João Gonçalves de Moraes, Alferes Antônio Dias Pereira, José Pereira da Rosa, Antônio Gonçalves da Silva Torres, Cap. Manoel José Pereira Gomes e Ten. Francisco José Dias Pereira”. Essa informação, como se vê, foi também transcrita.

Até que se tenha informações em contrário, dignas de serem consideradas, não se pode fugir a uma realidade histórica comprovada, que se consubstancia na presença de João Bernardes da Mata, já como proprietário de fazenda, em Bom Sucesso, em época anterior a 1803.

O termo existente na Mitra Diocesana de São Paulo, referente ao fato, registra que em 25 de junho de 1803 o Padre José Geraldo de Souza e Silva, chegando a Bom Sucesso, ali implantou um grande Cruzeiro, com a finalidade de ser um marco indiscutível da posse eclesiástica de toda aquela região para o Bispado de São Paulo. O local onde foi fincado o lenho e demarcada a área para construção de cemitério, atos esses que antecederam à celebração da Missa – o Morro do João Bernardes –, como a própria denominação diz, situava-se dentro da propriedade desse senhor, que esteve presente às solenidades e somente não assinou naquela ocasião o respectivo termo porque não fora convidado a fazê-lo.

Temos assim que João Bernardes da Mata foi, senão o primeiro, um dos primeiros sertanistas a fixar-se na região, quando toda ela era ainda sertão bruto. Acredita-se mesmo que esse pioneiro ali já se encontrava desde os idos de 1770, procedente da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itagybá, cuja posse para o Bispado de São Paulo deu-se em 8 de setembro de 1753, como curato, conforme auto de posse existente nesse bispado, assinado pelo Vigário da Vara, Padre Alves Vilela. Essa Freguesia dispunha de capelão curado – o Padre José Antônio da Silva Cardoso. Foi criada por Provisão de 24 de novembro de 1762, do Bispo de São Paulo, Dom Frei Antônio da Madre de Deus (*in* “Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais”, Waldemar de Almeida Barbosa).

A primeira missa de que se tem notícia em toda a área de Bom Sucesso e adjacências foi a celebrada em 25 de junho de 1803 pelo aludido Padre.

Não tendo esse sacerdote colhido, na ocasião, a assinatura do proprietário do terreno no ato da posse, achou por bem a Mitra de São Paulo que se fizesse a ratificação desta, o que ocorreu em 20 de dezembro de 1810.

Recebida essa orientação superior, o então Vigário Colado da Freguesia, Padre Joaquim José Ferreira, dirigiu-se a Bom Sucesso, onde “disse Missa, confessou e deu comunhão a um freguês”, de tudo lavrando um termo que foi assinado por ele, Vigário, e por todos os presentes moradores do bairro e arredores. O segundo signatário foi João Bernardes da Mata, dono da fazenda. Os demais assinantes foram o Cap. José Gonçalves da Silva, Comandante do Bairro Bom Sucesso, Cap. Manoel Pereira Goulart, Gabriel Antônio da Silva e Antônio José de Oliveira, todos moradores próximos.

Pelas presenças à essa solenidade, realizada 8 anos após a posse, assistida apenas por João Bernardes da Mata, pode-se aferir o forte efeito indutor produzido nos forasteiros interessados na posse das terras, mercê da presença, no local, do Padre José Geraldo de Souza e Silva, em 1803. Agora, pelo menos, já eram seis os sertanistas que participaram da ratificação da posse.

Após esse último ato público, aumentou a afluência de pessoas ao território e redondezas, vindas de Baependi, Aiuruoca, Campanha, Pouso Alto e outras localidades. Entre os participantes do movimento migratório destacam-se os empreendedores Cláudio Gonçalves de Oliveira, Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Manoel Antônio Rebelo, Francisco Paes Rebelo, Alferes Antônio Dias Pereira e o Major Joaquim Carlos de Noronha.

A seqüência desse movimento conduziu os interessados à ocupação de outras áreas da região, com o que outros núcleos menos influentes foram sendo formados, tais como os Bairros da Laje, Cruz Vera, Anhumas, Esmeril e Araújos.

Vargem Grande, a partir de 1837/1838, destacou-se, passando a exercer influência sobre os demais conglomerados populacionais ali formados, tornando-se o arraial preferido pelos que chegavam, como também por alguns outros já instalados nos núcleos próximos.

O Cemitério demarcado no ano de 1803, em Bom Sucesso, serviu durante muitos anos a todos os outros conglomerados populacionais, localizados até duas léguas de distância.

O movimento migratório teve prosseguimento. Destacamos entre os empreendedores que ali chegaram, nessa última fase, o Cap. Manoel José Pereira Gomes, Cap. José Pereira da Rosa, João Gonçalves de Moraes, Cassiano Pereira de Toledo, Francisco Gonçalves Cintra, Joaquim Pinto da Fonseca, Francisco Dias Chaves e Ana Dias Chaves.

Creemos que aqui estão relacionados os nomes dos pioneiros do relevante trabalho de formação de uma comunidade vigorosa. Esse esforço vanguardeiro recebeu, é claro, a profícua cooperação de outros batalhadores, à proporção que iam chegando e se engajando em tão árduo, longo e interminável empreendimento.

### **Benfeitores vargem-grandenses**

No transcorrer da elaboração desta obra, à proporção que fazia os registros dos fatos, preocupou-se o narrador com a atuação e o desempenho de cada personagem que entrava para a História de Vargem Grande, desde quando ainda eram poucos os arrojados, audazes e denodados sertanistas que resolveram fixar-se nas plagas maravilhosas que haveriam de estar compreendidas pelo Município de São Caetano da Vargem Grande, a partir da Lei nº 319, de 30/9/1901.

Portanto, durante nosso trabalho, embora de maneira não ordenada, muitas personalidades foram nomeadas e intituladas beneméritas. Outras, no entanto, ainda desconhecidas do grande público, vão sendo agora por nós reveladas, após longos períodos do mais completo olvido. E tudo isso, às vezes, fruto de descuido dos escrivães da época, sempre mais preocupados com o fato examinado e pouco ou nada com os nomes.

Nossa intenção foi evitar, tanto quanto possível, que alguns daqueles que se dedicaram de corpo e alma, que doaram bens, tempo e até saúde à comunidade, continuassem no ostracismo. Foi este o motivo por que resolvemos inserir neste trabalho o título sobre o qual ora estamos escrevendo. Nele o historiador está incluindo, com total isenção, os nomes que selecionou e julgou dignos de aqui figurar, fugindo sempre à preocupação de agradar ou causar descontentamento. Nosso compromisso é para com a verdade e a justiça. Queremos que todos quantos se destacaram na árdua luta para que fosse possível,

partindo-se da estaca zero, construir os alicerces de uma grande comunidade futura, como é o caso de Brasópolis, tenham seu trabalho reconhecido e proclamado.

É óbvio que não será fácil, por vários motivos, cumprir, sem falhas, este nosso ideal. De uma coisa, entretanto, temos certeza: a que um dia haveremos de chegar bem próximos da meta almejada.

Convém seja destacado que, para iniciar o trabalho que se tem em mãos, vasculhamos tudo que esteve ao nosso alcance, procurando conhecer até detalhes do pouco que existe sobre a memória histórica de Vargem Grande.

No Arquivo Público Mineiro encontramos (o conteúdo nº 9-FM 318 – Q – Caixa 2b, da Sinopse Estatística do IBGE) um questionário elaborado em 1893 e enviado a todas as localidades, com a finalidade de colher dados para a edição, pelo Governo do Estado, de um documentário histórico-informativo sobre todos os municípios e distritos de Minas Gerais, que não foi editado.

O questionário referente ao Município de Itajubá, na parte relativa ao Distrito de São Caetano da Vargem Grande, só foi preenchido em 1898, a bico-de-pena. Todos os seus tópicos foram respondidos, registrando informes preciosos de um passado distante. Ali encontramos referências a personalidades invulgares que, entrementes, jamais foram lembradas pelos pósteros, o que nos causou certa perplexidade.

Vamos, pois, considerar como se fora nossa a parte que está transcrita, *ipsis litteris*, do tópico desse interrogatório, cujo título colocamos entre aspas:

*“Entre os filhos dessa localidade já falecidos, citar os que realmente distinguiram-se por atos de benemerência, talento, virtudes. Fornecer dados a respeito se os tiver”.*

A resposta dada a esse título constante das páginas 38, 39 e 40, contém a seguinte redação, manuscrita em bela caligrafia e redação escoreita:

*“Entre os falecidos, filhos desta localidade, poder-se-ia mencionar muitos que se distinguiram por atos de filantropia e benemerência, começando por Dona Ana Dias Chaves que doou o terreno para a edificação da povoação (75 hectares mais ou menos);*

*Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Alferes Antônio Dias Pereira, Joaquim Pinto da Fonseca, José Pereira da Rosa, Major Joaquim Carlos de Noronha, Dona Feliciano Maria da Silva e outros que, além de outros atos, concorreram eficazmente para o povoamento da localidade e contribuíram para a criação da atual matriz, mas manda a justiça que se destaquem dois vultos que se salientaram: 1º - Fernando Borges Pedroso, falecido em 1882, com 64 anos de idade. Espírito forte e eminentemente filantrópico, na carência de médico dedicou toda sua existência a servir à população como médico homeopata, prestando, por esse meio, inolvidáveis serviços, havendo-se nesse mister como verdadeiro apóstolo da caridade. Quando pela pobreza o paciente não podia ser medicado em sua choupana, com proveito, era logo transportado para a casa do intransigente sectário de Hahnemann que, apesar de pobre também, não poupava sacrifícios para que o desfavorecido da sorte recuperasse a saúde. E quantos há por aí que devem a existência à sua hospitalidade, desvelos e vigílias. Não poucas vezes vimos a sua modesta casa transformada em hospital de caridade.*

*Gozou o biografado de geral estima e mereceu diversos cargos de eleição popular e de nomeação no Distrito. Quando se aproximava o termo de sua preciosa existência, predisse, com admirável precisão, o dia e a hora de entregar sua alma ao Criador. A veracidade desta ocorrência nós a afirmamos, porque prestamos ao moribundo os serviços de amigo, fazendo-lhe companhia até exalar o último suspiro. Possuído de resignação e tranqüilidade inerentes aos justos, faleceu em 1882. Depois dele, justo é mencionar-se o Cap. Manoel José Pereira Gomes, varão de um caráter ilibado que se notabilizou pelo espírito excepcionalmente reto e conciliador e pela sua abnegação à construção da Igreja Matriz. Já como homem público, já como particular, sua ação conciliadora se fazia sentir em todas as dissensões havidas, certamente devido aos maus exemplos, e com seus esforços acentou-se no ânimo da população esse espírito de paz, ordem e tranqüilidade. Exerceu os mais elevados cargos de nomeação do governo e de eleição popular no Município e neste Distrito, havendo-se em todos com muita correção e modéstia, ao mesmo tempo, aceitando-os não pela vanglória mas pelo dever de cidadão. A elegante matriz que possuímos devemos-la principalmente pelos seus esforços. Faleceu em 1879, com 72 anos de idade.”*

Aqui finaliza a transcrição da resposta dada a esse tópico do questionário, reproduzida integralmente, para que ficasse inserida na História da Comunidade.

Como se depreende, foi destacada e extraordinária a atuação desse vargem-grandense de coração, nascido em Pouso Alto, em prol da felicidade e do progresso da comunidade! Foi ele um verdadeiro homem público!

Fechando este título, vamos colocar em destaque outras personalidades que, salvo melhor juízo, devem ser consideradas como benfeitoras ou como beneméritas da comunidade brasopolense, desde os passos iniciais para a fundação do Arraial até a época atual. A ordem cronológica de ocorrência dos fatos, e não a importância ou projeção de cada acontecimento, será adotada, salvo possíveis equívocos.

**1** – Fazendo-se inteira justiça, destacamos João Bernardes da Mata, primeiro proprietário de terras de que se tem notícia veraz, em Bom Sucesso, local em que se elaborou, segundo se infere, a fundação de Vargem Grande. Praticou ele ato concreto de benemerência ao doar terras - o Morro do João Bernardes – para a demarcação de cemitério e construção de praça onde foi erigido o Santo Cruzeiro, em 25 de junho de 1803. Não obstante, este primeiro benemérito e pioneiro da fundação do município, ao que nos consta, jamais foi homenageado, ainda que modestamente.

**2** – Do importante texto histórico transcrito anteriormente, rico em detalhes de alta significação, consta que o benemérito cidadão Fernando Borges Pedroso dedicou grande parte de sua vida ao tratamento da saúde de seus semelhantes, além de ter outros relevantes serviços prestados à comunidade.

Ocupante de cargos eletivos e de nomeação, embora esteja, em nossa História, consagrado como um dos beneméritos da comunidade vargem-grandense, jamais foi ele lembrado. Ainda há tempo para se resgatar essa imensa dívida. Oxalá queiram as autoridades e possa a sociedade hodierna cumprir esse sagrado dever, dando seu nome a um logradouro, já que ele fez muito pelo sofredores.

**3** – Os Capitães Manoel Pereira Goulart e José Gonçalves da Silva merecem ser lembrados como benfeitores pela valiosa e oportuna iniciativa da edificação, em 1812, da Capela da Laje, localizada a

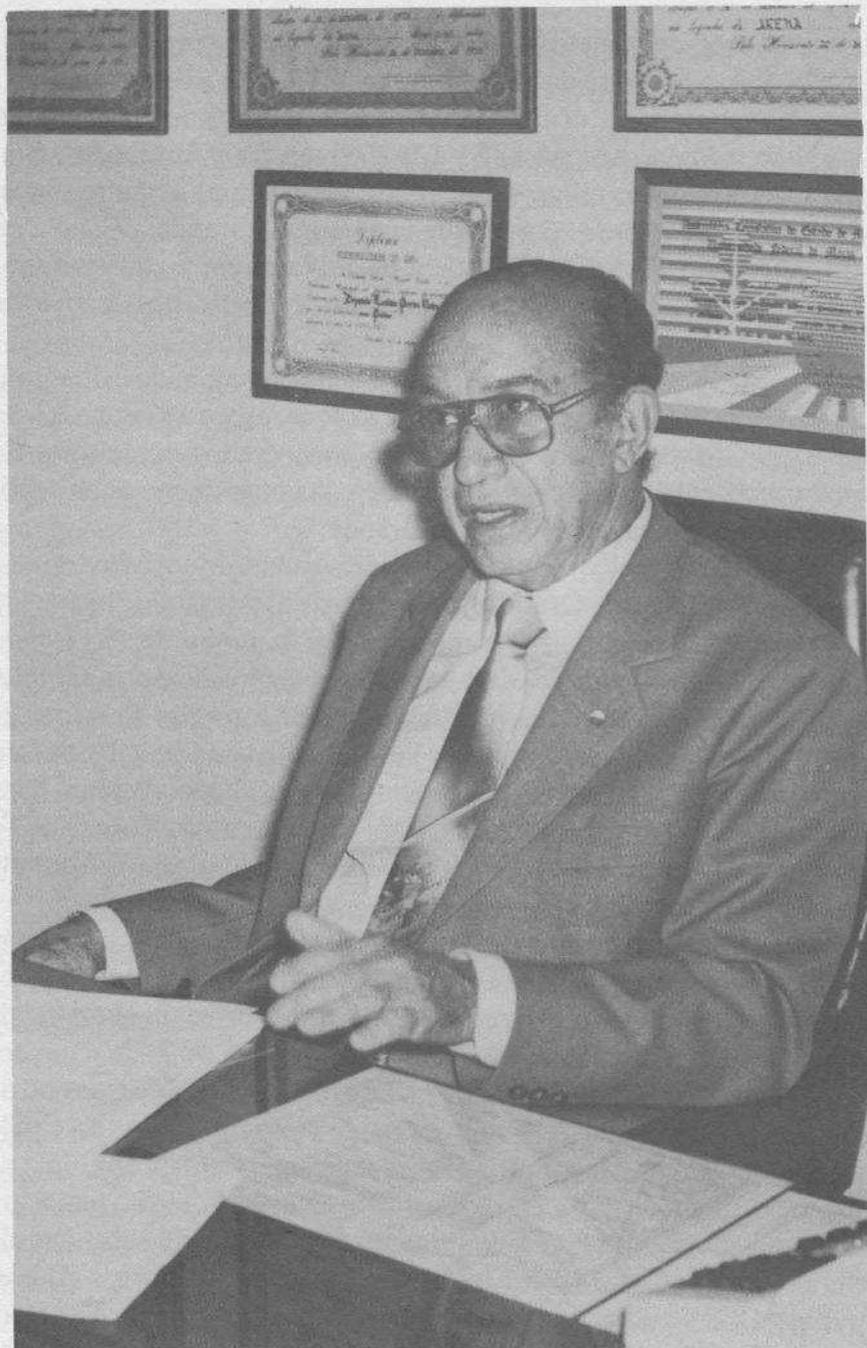
alguns poucos quilômetros de Bom Sucesso, que teve por orago a Virgem Nossa Senhora da Piedade.

A mencionada ermida teve, desde o início, por Capelão Residente o Padre Athanásio José Rodrigues, transformando-se no centro das atividades religiosas de toda a região durante muitos anos. Só em 1838, quando foi construída em Vargem Grande a Capela de Sant'Ana, pelo Padre João Batista de Alvarenga, ao iniciar-se a formação do arraial, é que os atos religiosos, em parte, passaram a ser realizados no novo Templo.

4 – João Gonçalves de Moraes e seus concunhados, Joaquim Pinto da Fonseca e Cassiano Pereira de Toledo, esposo e cunhados de Ana Dias Chaves, devem ser também considerados benfeitores da comunidade pela participação na doação da gleba de terras onde foi implantada a Povoação de Vargem Grande.

5 – Merece realce a atuação do Padre Athanásio José Rodrigues, Capelão de Vargem Grande, pela oportuníssima iniciativa da construção da Igreja Matriz, tomada em 20 de junho de 1847, bem como os valorosos membros da comissão de construção desse Templo, assim formada: Major Joaquim Carlos de Noronha, Presidente; Guarda-mor Inácio José Nogueira, Félix Ribeiro da Silva, Francisco Batista Leite, Cap. Manoel José Pereira Gomes, Alferes Antônio Dias Pereira, Joaquim Pinto da Fonseca, Cap. José Pereira da Rosa, Adolfo Schimidt, Antônio Gonçalves Torres e Ten.-cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, membros.

6 – Alcançaram também papel relevante nos trabalhos de criação do Distrito e Freguesia de São Caetano da Vargem Grande, os seguintes cidadãos: ex-Deputado Provincial Dr. Manoel Joaquim Pereira de Magalhães, autor da emenda à Lei Provincial nº 364, de 30 de setembro de 1848, que criou o Município de Itajubá e o Distrito de São Caetano da Vargem Grande; Major Joaquim Carlos de Noronha (sogro do citado Deputado); Alferes Antônio Dias Pereira que, mais tarde, como Juiz de Paz, adotou as medidas necessárias para a instalação do Termo Judiciário de Itajubá, quando foi nomeado primeiro Juiz Municipal substituto do referido Termo; Cap. Manoel José Pereira Gomes que, com o Alferes Antônio Dias Pereira, encabeçou a lista de subscrição popular, com importâncias elevadas, destinada à aquisição dos prédios destinados ao Fórum, à Câmara Municipal e à Cadeia Pública desse Termo.



*O autor (Foto de 1985)*

7 – José Pereira da Rosa, além de outras destacadas virtudes que exornaram seu caráter, muito contribuiu, até financeiramente, para todas as iniciativas de cunho social e filantrópico de seu tempo, incentivando os movimentos destinados ao levantamento de recursos financeiros. Também sua esposa, Feliciano Maria da Silva, durante toda sua vida, foi uma admirável filantropa.

8 – Na simpática constelação formada pelos grandes benfeitores e beneméritos da comunidade brasopolense, em toda a sua História encontramos homens de notáveis qualidades morais, intelectuais e filantrópicas que doaram o melhor do que eram possuidores para a grandeza de tão querido recanto de Minas Gerais, que se propuseram a transformá-lo, com o correr do tempo, em destacada urbe. Inúmeras são as estrelas que nela se incrustaram, representando valores de diversas ordens. Entretanto, há que reconhecer que, entre tantos e tão notáveis personalidades, uma avulta, se agiganta, adquirindo proporções extraordinárias: a do impoluto Cel. Francisco Braz Pereira Gomes.

Sem nenhuma dúvida, este foi um dos maiores valores da História brasopolense, como cidadão prestante, político, administrador e filantropo, ressaltado, naturalmente, o nome de seu filho eminente, o Presidente Wenceslau Braz, que extrapola os acanhados limites da História regional para projetar-se fortemente na História Pátria. A vida do Cel. Francisco Braz pode mesmo ser considerada como de uma permanente doação de tudo que possuía: bondade, inteligência, operosidade, bens materiais etc. à terra que o viu nascer.

São Caetano da Vargem Grande e Itajubá muito devem a esse destacado homem público. Simples, austero, trabalhador, portador de formação moral e espiritual invejáveis, o Cel. Francisco Braz foi o grande impulsionador do progresso de sua terra, liderando a ação preparatória à criação do Município. Como Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Itajubá foi Agente do Executivo dessa cidade, realizando ali notável administração.

Posteriormente, como Vereador e Presidente da Câmara Municipal de seu torrão natal, por sucessivas legislaturas, foi Agente Executivo dedicando-se, de maneira incansável, ao progresso geral do Município.

Da mesma forma agiu durante seu mandato de deputado à Assembléia Provincial, realizando uma atuação digna de menção,

colocando seu Município entre os beneficiários de várias medidas administrativas e políticas emanadas do Governo Provincial.

9 – O Cel. Henrique Braz Pereira Gomes, então Tenente, foi outro líder exemplar. Dotado de espírito conciliador, magnânimo, sempre preocupado com a transparência absoluta de seus atos, governou o Município de Brasópolis várias vezes, na condição de Vereador e Presidente da Câmara Municipal, marcando com realce sua atuação político-administrativa.

10 – Dezenas de outros ilustres e dignos brasopolenses, que se tornaram também credores da imperecível gratidão da comunidade, pelo esforço e empenho que dispenderam em prol do engrandecimento de tão amada terra, não terão seus nomes aqui lembrados, a fim de que se não cometam injustiças. É que, se neste título generalizássemos as citações, cometeríamos, certamente, falhas involuntárias. Daí a decisão de assim agir. Ao fazê-lo, abrimos, entretanto, as portas largas da História para, na grandeza conceitual de cada um, fazermos nelas penetrar quantos forem julgados merecedores de idêntico reconhecimento e homenagem, segundo o critério pessoal e particular de cada analista.

### **Esclarecimento necessário**

Não era de nossa intenção ao iniciar a presente obra incluir nela estudos de caráter genealógico, não obstante tratar-se de matéria de suma importância, eis porque deixamos de realizar também pesquisas com tal escopo.

Todavia, à proporção que caminhávamos para o cumprimento de nosso intento, passamos a sentir a necessidade de aqui incluir algo a respeito, ainda que fosse uma elaboração restrita aos tradicionais troncos familiares da comunidade, registrando e apreciando ocorrências verificadas até certa época de sua História.

Despertados para a importância e interesse do tema, para uma monografia de fins históricos, foram iniciadas pesquisas a respeito. Tivemos então oportunidade de descobrir trabalhos como os dos genealogistas e historiadores Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra, referente à família Cintra, de Brasópolis, e Dr. José Guimarães,

sobre os Pereira Gulartes, ao mesmo tempo voltados quase que especificamente para a genealogia local.

Estudados, devidamente, os ensaios foram por nós considerados como um valioso complemento ao conjunto de matérias que integram esta monografia. Eis porque decidimos, obtidas as indispensáveis autorizações dos ilustres autores, incorporá-los como integrantes deste capítulo.

Desta forma, mercê da compreensão desses ilustres genealogistas, estamos enriquecendo nosso trabalho ao incluir nele matéria que, sobre ser de significativo interesse para centenas de pessoas, possui também alto sentido sociológico-histórico.

### **As famílias Dias Pereira/Pereira Dias**

Trata-se de uma das mais importantes da comunidade. Teve sua origem em Baependi-MG, quando ali se casaram, em 3/9/1772, o português Antônio Dias, filho de Francisco Dias e de Maria Sonhoana (*sic*). Antônio, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção, da localidade de Ozeda, Bispado de Miranda, Portugal, com a baependiense Helena Maria, filha de Antônio Pereira Gularte e de Felícia da Costa, naturais de Baependi-MG, onde residiram. Mais tarde transferiram-se para Aiuruoca-MG. Antônio Pereira Gularte já havia falecido em abril de 1788.

O casal Antônio Dias-Helena Maria tornou-se tronco da grande família Dias Pereira/Pereira Dias, que se formou em Brasópolis, Itajubá, Paraisópolis, Baependi, Aiuruoca e outras cidades da região.

Os filhos conhecidos do casal, nascidos em Aiuruoca e Baependi, são os seguintes: *Rosa Maria de Jesus*, natural de Aiuruoca, casada em 3/2/1796 com João Peres de Gusmão, natural de Aiuruoca, filho do Cap. João Peres e de Maria Antônia de Castilho; *Felícia Maria Domiciana*, natural de Aiuruoca, casada em 24/5/1803 com Francisco José de Souza, natural de Baependi, filho do Guarda-mor Caetano José de Souza e de Ana Maria de Oliveira; Alferes *Antônio Dias Pereira*, batizado em Aiuruoca em 6/7/1776. Posteriormente, declarou ser natural de Baependi onde, em 29/8/1803, casou-se com Rita Mendes da Silva, natural dessa cidade, filha de Marcos José de Souza Mendes e de Maria da Silva Oliveira.

O ilustre Dr. José Guimarães, cujo trabalho sobre a genealogia da família Dias Pereira/Pereira Dias foi decalcado em fontes fidedignas, informa o seguinte: “Tivemos oportunidade de ler e copiar, em 1945, algumas notas genealógicas sobre a família Dias Pereira e Pereira Rosa, de Brasópolis e Itajubá, organizadas pelo Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy oferecidas ao Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra. As referidas notas, fundadas em tradições, continham muitos erros nos nomes de pessoas e no número de gerações, não sendo aproveitadas na sua parte antiga. A partir do casal aqui registrado – Alferes Antônio Dias Pereira – Rita Mendes da Silva – os dados fornecidos pelo Dr. Guaracy encontraram plena confirmação nas provas documentais, demonstrando conhecimento direto das pessoas mencionadas”.

O Alferes Antônio Dias Pereira, filho de Antônio Dias e Helena Maria, transferindo-se de Baependi para Vargem Grande, ali adquiriu a Fazenda Bom Sucesso, onde sempre residiu até falecer em 1850.

Constituiu ele numerosa família. São conhecidos os seguintes filhos do casal Alferes Antônio Dias Pereira-Rita Mendes da Silva, ou seja, netos do casal-tronco, Antônio Dias-Helena Maria: *José Pereira Dias*, que constituiu família no Bairro Árias, Município de Paraisópolis; Cap. *João Antônio Dias Pereira*, casado com Maria Apolinária Santiago. Residiu em Brasópolis, deixando família numerosa; *Francisco Dias Pereira*, casado com a sobrinha Laurinda. Sem sucessão; *Maria Mendes da Silva*, natural de Baependi, casada com João Rodrigues Braga em 7/4/1818, sendo ele natural de Itajubá; *Feliciana Maria da Silva*, natural de Baependi, 7/1/1823, casada com José Pereira da Rosa, português, filho de outro José Pereira da Rosa e Luíza Inácia Joaquina.

José Pereira da Rosa, tronco da família Pereira da Rosa, era nosso tetravô pela parte paterna. Homem de largas posses, foi o maior proprietário de terras em Vargem Grande, tendo sido com sua esposa, Feliciana Maria da Silva, expressivos benfeitores de sua terra de adoção.

Alguns dados genealógicos e biográficos utilizados neste trabalho foram gentilmente cedidos por Almira Ribeiro Guaracy, filha do genealogista Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, ex-Juiz de Direito, aposentado, ilustre filho de Brasópolis, descendente direto das famílias Dias Pereira/Pereira Dias e Pereira da Rosa.

Quem se der ao trabalho de conhecer plenamente o conteúdo da elaboração genealógica “Os Pereira Gulartes”, do Dr. José Guimarães, constatará que, em certa fase da vida da comunidade brasopolense, cerca de 80% de sua população eram resultantes do entrelaçamento e desenvolvimento das famílias Dias Pereira/Pereira Dias e Pereira da Rosa.

### **Família Pereira da Rosa**

Com a chegada a Itajubá de Domingos Pereira da Rosa, sua mulher Luíza e os 5 filhos do casal, procedentes da Ilha do Pico, possessão portuguesa, foi dado início à formação da grande família Pereira da Rosa, conforme registra o Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, em suas “Memórias”, publicadas pelo Arquivo Público Mineiro.

Segundo o trabalho genealógico elaborado com muito cuidado pelo Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, sobre a família Pereira da Rosa, o referido casal, oriundo da Freguesia de Santo Antônio, da Ilha do Pico, Açores, chegou a Itajubá com os filhos *Manoel José Pereira*, casado com Ana dos Santos Cabral, filha do Cap. Francisco dos Santos e de Ana Maria do Espírito Santo; *Domingos José Pereira*, sobre quem não se descobriu assentamentos quanto a casamento; *Maria Pereira*, casada com José dos Santos Cabral, alcunhado “O Santinho”, filho do Cap. Francisco dos Santos e de Ana Maria do Espírito Santo. O Cap. Francisco dos Santos, segundo informa o Cel. Francisco Braz, era filho de José dos Santos Cabral, abastado homem de negócios, senhor de um coração generoso que, pelo lado materno, era bisavô do Dr. Wenceslau Braz; *Bebiana Pereira*, que não consta ter-se casado; *José Pereira da Rosa*, português, natural da Freguesia de Santo Antônio, da Ilha do Pico, Açores (há aqui uma divergência quanto ao seu progenitor). O Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, em seus assentamentos, registra-o como sendo filho do português Domingos Pereira da Rosa, enquanto que o Dr. José Guimarães, em seu esboço genealógico sobre os Pereira Gulartes, informa ser filho de outro José Pereira da Rosa, sendo que quanto ao nome da mãe, Luíza Inácia Joaquina, não há divergência, casado na Matriz de Itajubá, em 7/1/1823, com Feliciano Maria da Silva, filha do Alferes Antônio Dias Pereira e Rita Mendes da Silva.

José Pereira da Rosa e Feliciano Maria da Silva sempre residiram em Brasópolis onde faleceram, ele, em 1873, e ela, em 1889, com noventa anos. Tiveram, entre os filhos: *Antônio Pereira da Silva Rosa*, casado com Maria Dias Monteiro Galvão, residentes em Brasópolis; *João Pereira da Silva Rosa*, casado com (1ª vez) Maria Galvão e (2ª vez) com Maria Lobo, viúva de Joaquim Lobo, português; *José Pereira da Silva Rosa* de apelido “Zé Pereirinha”, fazendeiro em Brasópolis e Paraisópolis, passando a residir em Tomasina-PR, onde deixou geração; *José Maria Pereira da Rosa*, casado com Francisca Ribeiro de Souza, natural de Cachoeira Paulista; *Manoel Pereira da Silva Rosa*, em 10/10/1864, casado, em Itajubá, com sua parenta em 3º grau Ana dos Santos Pereira; *Joaquim Pereira da Rosa*, casado com Maria Joaquina, fazendeiro em Campos do Jordão, onde deixou geração; *Francisco José Pereira da Rosa*, casado em Ouro Preto, em 1866, com Rita Cândida da Mota; *Vicente Pereira da Rosa*, fazendeiro em Brasópolis; *Antônio Pereira da Rosa*, casado com Maria Romeiro, de Pindamonhangaba. Fazendeiro em Lorena, com geração naquela cidade e no Rio de Janeiro (ver “Genealogia Paulistana”, 5º vol., pág. 139, 9-3); *Bebiano Pereira Rosa*, casado com sua sobrinha Francisca, filha de Antônio Pereira da Silva Rosa; *Gertrudes Pereira da Silva*, nossa bisavó, casada com o Cap. Jerônimo José de Souza, natural de Braga, Portugal, filho de José Joaquim da Silva e de Maria Luíza Rosa Abondana; *Rita Pereira da Silva*, casada com Antônio Ferreira de Castro Gouvêa, português, alto comerciante em Brasópolis, onde faleceu em avançada idade. Numerosa descendência; *Silvéria Pereira da Silva*, casada com João Cândido Pereira de Mendonça, fazendeiro em Brasópolis, com diversos filhos; *Maria Antônia*, casada com José Luiz Pereira de Mendonça, fazendeiro em Brasópolis, com descendência; *Laurinha Pereira da Silva*, casada (1ª vez) com seu tio materno Francisco Dias Pereira, filho do Alferes Antônio Dias e (2ª vez) com José Costa Pinto, português, sem sucessão; *Luíza Pereira da Silva* nasceu em Várzea Grande (Brasópolis), em 22/6/1863, casada com Frederico Augusto de Moraes, natural de Vilas Boas, Portugal; *Pedro Pereira da Rosa*, falecido solteiro (in “Os Pereira Gulartes” – Esboço genealógico, Dr. José Guimarães). Informa, entretanto, dona Francisca Rosa Pereira (Chiquita), em carta constante de nosso arquivo, que o casal teve vinte e quatro filhos.

Gertrudes Pereira da Silva e seu esposo, o Cap. Jerônimo José de Souza, viveram e faleceram em Brasópolis. Os filhos deste casal são netos do casal José Pereira da Rosa-Feliciano Maria da Silva e bisnetos do casal Alferes Antônio Dias Pereira-Rita Mendes da Silva, destacando-se assim o forte entrelaçamento das duas importantes famílias-tronco: Dias Pereira/Pereira Dias e Pereira da Rosa, de Brasópolis.

Deixamos de tratar aqui dos descendentes do Cap. Jerônimo José de Souza e de Gertrudes Pereira da Silva em virtude de ter o eminente genealogista Dr. José Guimarães, em seu trabalho “Os Pereira Gulartes”, dado seqüência ao registro dos netos e bisnetos do mencionado casal, cujas existências chegaram ao conhecimento do autor.

### **“Família Cintra, de Brasópolis”<sup>1</sup>**

Essa tradicional família, hoje já muito numerosa e disseminada em outras cidades, principalmente em Itajubá, tem o seu tronco na pessoa de Francisco Gonçalves Cintra, natural de Três Corações, de onde veio para o novel Arraial de Vargem Grande, em meados do século XIX, pelo ano de 1840, mais ou menos.

Pertencia à tradicional família Gonçalves de Avelar, daquela cidade, que era então simples Arraial, denominado Capela de Três Corações do Rio Verde, filial da Paróquia de Campanha.

Francisco Gonçalves Cintra era o quinto filho de uma família de nove irmãos. Nasceu aos 8 de julho de 1821. Consta o seu batizado no novo livro de batismos da Paróquia de Campanha. Foram seus pais o Alferes Joaquim Gonçalves de Avelar e Isabel Felicíssima dos Anjos.

Há versão de que Francisco Gonçalves Cintra adotava em sua terra natal o sobrenome Avelar, passando a assinar Cintra na terra por adoção, Vargem Grande.

---

<sup>1</sup> O trabalhoso levantamento genealógico intitulado Família Cintra, de Brasópolis que, com muita honra, incluímos nesta obra, foi elaborado com grande eficácia e comprovada veracidade pelo insigne sacerdote, genealogista, pesquisador e historiador, Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra, que durante vários lustros foi dinâmico e virtuoso Pároco de Maria da Fé, Borda da Mata e Rev.<sup>mo</sup> Vigário-auxiliar de Ouro Fino.

Seu irmão, o mais velho, nascido em 23 de janeiro de 1814, assinava Joaquim Gonçalves Pimentel.

Era costume antigo filhos de um mesmo casal assinarem sobrenomes diferentes, em homenagem a determinados antepassados. Era o chamado patronímico. Pode-se assim explicar essa diversidade de sobrenomes na mesma família: Avelar, Pimentel e Cintra.

Francisco Gonçalves Cintra casou-se em Vargem Grande com Cândida Maria de Jesus, filha de João Gonçalves de Moraes e de Ana Josefa de Jesus, aos 20 de novembro de 1847 (conforme consta no Livro nº 1-A, folha 86-verso do arquivo paroquial de Itajubá, a cuja paróquia era filiada a Capela de Vargem Grande, segundo pesquisa do Professor José Armelino Bernardo Guimarães, competente historiador em Itajubá).

Cândida Maria de Jesus foi batizada na Paróquia de Pouso Alegre, no Oratório das Dores, Freguesia de Conceição dos Ouros.

Do casal nasceram seis filhos, dos quais descendem todos os membros da família Cintra de Brasópolis: *Francisco Gonçalves Cintra Júnior*, casado com Maria Severina Cintra. Falecido em 31 de outubro de 1921. Deixou oito filhos; *João Gonçalves Cintra* (Janjão), casado com Maria Pereira de Souza. Falecido em Brasópolis, em 1928. Deixou cinco filhos; *Maria Cândida Cintra* (Cotinha), casada com José Pereira de Sousa Rosa. Nascida em 1857 e falecida em 20 de agosto de 1940. Deixou 12 filhos; *Sofia Cândida Cintra*, casada com o português José Teixeira Braga. Faleceu com apenas vinte anos de idade, por ocasião do nascimento de sua única filha, Sofia, aos 16 de abril de 1881. Esta foi casada com Aníbal Pedroso e faleceu em 20 de janeiro de 1987, no Rio de Janeiro, com cento e cinco anos; *América Gonçalves Cintra*, casada com Francisco Miguel (Chico Miguel). Não deixou filhos; *Job Gonçalves Cintra*, casado com Cecília Menezes. Não deixou descendência.

Francisco Gonçalves Cintra dedicou-se, em Vargem Grande, às atividades agrícolas e comerciais. Tornou-se fazendeiro vitorioso. Assim relata um almanaque mineiro, em 1869. Outro almanaque mineiro noticia que seus filhos Francisco Gonçalves Cintra Júnior e João Gonçalves Cintra eram eleitores em 1884. O primeiro exerceu o cargo de delegado de polícia por muitos anos. O segundo foi membro da Câmara Municipal.

Francisco Gonçalves Cintra transferiu-se, em data desconhecida, para a Cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Presume-se que tenha falecido naquela cidade paulista. Sabe-se que sua família regressou algum tempo depois para Vargem Grande. Ignora-se se algum dos seus descendentes tenha conhecimento do seu destino final. Nos arquivos civil e eclesiástico de Brasópolis não consta registro de seu óbito. A notícia de seu deslocamento para Espírito Santo do Pinhal foi colhida de uma das suas filhas, Maria Cândida Cintra (Cotinha), pelo autor destas linhas. Faltaram-lhe, então, a curiosidade e o interesse por outros detalhes a respeito. Outro descendente de Francisco Gonçalves Cintra faz referência também a esse fato, por notícia coletada no seio da família.

A esposa de Francisco Gonçalves Cintra, Cândida Maria de Jesus Cintra, faleceu em Brasópolis, com noventa anos de idade, na residência de sua filha América Gonçalves Cintra, no dia 15 de junho de 1915. Em vida, era carinhosamente apelidada pelos seus familiares por Mãe da Roça ou Vó Candinha. O túmulo que recebeu seus restos mortais se encontra na rua de entrada do Cemitério Bom Pastor, do lado direito, nas proximidades do portão. Numa pedra de mármore estão gravados seu nome, Cândida Maria de Jesus Cintra, data de falecimento e filiação.

Cândida Maria de Jesus Cintra era filha de João Gonçalves de Moraes e Ana Dias Chaves, conforme certidão de óbito. Ana Dias Chaves foi registrada com o sobrenome Josefa de Jesus. Na opinião do abalizado e culto pesquisador e genealogista, de saudosa memória, Dr. José Guimarães, em carta dirigida a quem escreve estas notas, era a mesma pessoa que teria permutado o sobrenome para Dias Chaves, de seu pai Capitão Domingos Dias Chaves e de seu avô paterno chamado, também, Domingos Dias Chaves.

Ana Dias Chaves, sogra, portanto, de Francisco Gonçalves Cintra, tronco da família Cintra de Brasópolis, é, sem dúvida, conforme a tradição e historiadores de Brasópolis, juntamente com seu esposo João Gonçalves de Moraes e cunhados, a doadora do Patrimônio Paroquial de Brasópolis e grande incentivadora do desenvolvimento do Arraial de Vargem Grande. Foi certamente devido ao seu prestígio que o primeiro orago da primitiva capela de Vargem Grande era Sant'Ana, ainda hoje venerada como padroeira secundária, no altar-mor da Igreja Matriz, ao lado da imagem de São Caetano.

São muitos os descendentes de Francisco Gonçalves Cintra que não adotam o seu sobrenome. Isto é devido às uniões matrimoniais, máxime nas famílias Pereira, Faria e outras, adotando esses sobrenomes para seus descendentes, principalmente quando era a esposa que pertencia à família Cintra. Daí os sobrenomes Pereira Cintra, Faria Cintra, Cintra Siqueira e outros.

Não se pode escrever ou falar sobre a família Cintra, de Brasópolis, sem lembrar com respeito da figura de Joaquim Pinto da Fonseca, que chegou a Vargem Grande, juntamente com Francisco Gonçalves Cintra, vindo com ele, também, da Capela de Três Corações do Rio Verde. Casou-se com Josefa Bernarda de Jesus, irmã de Ana Dias Chaves. Tornou-se pessoa de destaque no desenvolvimento do arraial e líder na comunidade religiosa. A primeira comissão para a construção da Igreja Matriz o teve como tesoureiro. Foi provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Residia em Cruz Vera.

Borda da Mata, 20 de fevereiro de 1992

a) *Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra.*”

### **Outras importantes famílias**

Os vanguardeiros do trabalho de formação do núcleo que deu origem a Vargem Grande não foram muitos, porém, quase todos eram dotados de altas qualidades morais, de grande capacidade de entrosamento, de dinamismo e de compreensão.

Evidência mais clara desta afirmação vamos encontrar na união de todos os líderes, nos momentos históricos mais importantes para Vargem Grande. Também nas ligações de família que se verificaram, na comunidade, fazendo destas um grande clã.

Quem primeiro nos despertou para tal fato foi o saudoso médico brasopolense, Doutor Artur Mendonça Chaves, em longa carta escrita em Poços de Caldas, onde residia, na qual expressava seu grande amor pelo torrão natal, fazendo várias alusões a ocorrências sociais e políticas de seu tempo. Ao finalizar, depois de se referir ao Alferes Antônio Dias Pereira, lembrando seus atos de benemerência em

prol de Vargem Grande, bem como as relações de parentesco do Alferes com ele, Dr. Artur afirmou, categoricamente, que “na terra de São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, a maioria das pessoas que ali residia, até a década de 1950, era pertencente aos mesmos troncos e que, entre as famílias da comunidade, quase sempre havia uma relação de parentesco”.

Estava com razão o estimado médico, quanto às suas assertivas, fundadas em seu grande conhecimento, pois, além de pertencer também aos troncos familiares dos ilustres ancestrais que deram origem à nobre genealogia brasopolense, era também um dedicado e eminente defensor da rememoração de fatos históricos de sua terra.

Se nos dermos ao trabalho de ler atentamente o esboço produzido pelo genealogista de Ouro Fino, Dr. José Guimarães, incorporado a esta obra, vamos concluir que, de fato, as famílias pioneiras de Vargem Grande formaram muitos liames, por consagüinidade e por afinidade.

Na genealogia brasopolense vamos encontrar, até a década de 40, entre muitos outros, os poderosos troncos constituídos pelos Pereira Goulart, Pereira Mendonça, Pereira Gomes, Pereira Cintra, Gonçalves Cintra, Pereira Rosa, Gonçalves Torres, Pereira da Mota, Martins Tosta, Martins, Chaves, Crescêncio, Pereira de Souza, Rebelo, Gouvêa, Faria, Faria e Souza, Pereira Faria, Tostes Amaral, Martins de Mendonça, Oliveira Noronha, Ramos, Galvão, Oliveira, Gonzaga, Pereira Costa, Visotto, Albano, Dias Pereira, Pereira Dias, Siqueira, Oliveira Melo, Bernardes de Oliveira, Rocha, Ferreira, Almeida Vergueiro, Almeida, Oliveira Rebelo, Pinheiro de Freitas, Machado, Pinto da Fonseca, Marques, Veloso, Pereira Serpa, Silva Passos, Araújo, Vieira Cortês, Braga, Nogueira, Silva, Morais Caridade, Rezende, Barbosa, Reis, Vilela, Lopes, Gomes, Cipresso, Mendonça, Cardoso, Viana de Noronha, Mota, Barros, Santos, Mendes, Salgado, Vichi, Faria Cardoso, Monteiro Chaves, Carneiro, Pinheiro, Morais, Gularte, Miranda, Peixoto.

Não é preciso dizer que foi notável a contribuição de todos estes importantes segmentos para a formação de uma sociedade bem-sedimentada, privilegiada pelos valores morais, intelectuais, culturais e políticos, como sói ser a brasopolense.

## Aspectos genealógicos locais

A formação da sociedade de Vargem Grande, desde os seus primeiros elos familiares, evidenciou uma forte tendência de entrelaçamento entre as ainda poucas famílias importantes que ali se instalaram.

Tal ocorrência não fugiu à percepção daqueles que se preocuparam com o estudo da formação e do desenvolvimento da comunidade em questão. É que durante algumas décadas perdurou essa inclinação que deu margem à observação e comentários a respeito, produzidos por historiadores e autoridades.

Desde tenra idade, lembramos-nos bem, ouvia de pessoas gradas da cidade comentários afirmativos acerca de tal constatação. Assim, bem mais tarde, já não nos constituía uma novidade o fato, também percebido por muitos observadores, referente aos liames e à interligação acentuada da família brasopolense.

Detectado tal fenômeno sociológico, procuramos, como narrador, dar veracidade ao mesmo, incorporando-o à História. Começamos, para tanto, a pesquisar. Descobrimos a existência de parte das “Memórias” do Cel. Francisco Braz, publicadas na “Revista do Arquivo Público Mineiro”, segundo o genealogista Dr. José Guimarães, que contêm alguns dados importantes a respeito. Sabemos ainda, através do mesmo informante, que não citou o número da revista, ter o ilustre memorialista entregue os originais de seu trabalho ao filho Wenceslau, em 1914.

Após um longo esforço, conseguimos localizar um pequeno trecho das “Memórias” citadas, enviado pelo saudoso brasopolense Dr. Francisco Pereira Rosa, em carta de 4/11/1931, ao Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, residente em Belo Horizonte.

Por especial gentileza de Almira Ribeiro Guaracy Rebelo, filha do eminente magistrado brasopolense, conseguimos cópia do referido trecho do trabalho do Cel. Francisco Braz, bem assim da citada carta, de onde pudemos extrair, na parte em que o autor transmitia ao filho informações sobre as ligações familiares deste com os seus ancestrais, a seguinte afirmação: “Desses dois enlaces resultou a constituição das famílias Santos e Pereira, que ficaram assim entrelaçadas e assim continuam até hoje, porque os membros de uma faziam parte da outra”, acentuou o Cel. Francisco Braz, em suas “Memórias”.

É interessante também o que diz o próprio Dr. Francisco Rosa, na carta ao seu parente próximo, Dr. Pedro, encaminhando cópias do mencionado ensaio, referindo-se ao assunto em exame. Diz o missivista: “Pouca gente está a par das minúcias sobre os nossos antepassados. Lembro-me que o Dr. Pereira dos Santos era um desses poucos. Ele contava tintim por tintim os pormenores a respeito. A mim mesmo ele contou várias vezes, mas não tomei notas. Conversando com algumas pessoas”, continua o Dr. Rosa, “soube que Dona Feliciano Dias (Feliciano Maria da Silva) era filha do Alferes Antônio Dias Pereira e, portanto, irmã da senhora mãe do Cel. Francisco Braz”, conclui.

A fim de complementar os dados históricos suscitados na carta em exame, explicitamos que a mãe do Cel. Francisco Braz, filha do Alferes Antônio Dias Pereira, chamava-se Flausina Maria de São José. Era casada com o Cap. Manoel José Pereira Gomes, pai do Cel. Braz.

Feliciano Maria da Silva, citada pelo Dr. Rosa, irmã de Flausina Maria de São José, foi casada com o Cap. José Pereira da Rosa. Era, portanto, bisavó do Dr. Francisco Pereira da Rosa.

## Últimas palavras

Esta obra faz referência ao precioso levantamento genealógico datado de outubro de 1982, de autoria do eminente genealogista Dr. José Guimarães, intitulado “Os Pereira Gulartes”, acolhendo importantes troncos familiares de Brasópolis, Itajubá e de outros municípios da região.

O mencionado trabalho, depois de devidamente analisado, foi reconhecido de grande utilidade para a historiografia e, especialmente, para a sociedade local, motivo por que deliberamos, após a devida autorização da família do autor, dar-lhe publicidade, incorporando-o a esta monografia.

Assim, as últimas páginas desta publicação, seqüentes aos dados bibliográficos, dão guarida aos referidos estudos genealógicos, compreendendo respeitáveis famílias oriundas de Aiuruoca, Baependi etc., inclusive algumas vindas de Portugal e colônias.

Oportuna e significativa foi, a nosso ver, a resolução em tela, principalmente quando se sabe que nosso trabalho não compreende pesquisas e análises sobre os grupos familiares de nossa comunidade,

tema que, além de ser do interesse dos nossos meios sociais, amplia e enriquece nossa obra.

Após a decisão supramencionada, julgamos que soou o momento de afirmar que conseguimos completar nosso trabalho, nele inserindo os temas e matérias que lhe são pertinentes. Para tanto jamais faltou a preciosa cooperação de distintos e inúmeros amigos.

Estamos pois, como se verifica, encerrando uma árdua tarefa. Ao descansarmos nossa pena, sobre a mesa de atividades diuturnas, desejamos que as últimas palavras ora grafadas constituam um sincero e respeitoso agradecimento: ao Divino Mestre, que nos deu saúde, ânimo e inspiração para enfrentar e vencer dificuldades, e, ainda, a todos quantos, de alguma forma, contribuíram para que pudéssemos, cheios de emoção, ter a alegria de colocar nesta monografia o seu ponto final.



*Vista parcial da Praça dos Sagrados Corações*

## BIBLIOGRAFIA

A Diocese de Pouso Alegre. *Jornal do Ano Jubilar*, 1950.

*Almanaque Administrativo Cível e Industrial da Província de Minas Gerais*. (Coleções de 1864 e 1870).

ALMEIDA, Aluísio. *A Revolução Liberal de 1842*.

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. *Wenceslau - Um Pescador na Presidência*. Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968.

ANTÔNIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*. Editado em Lisboa, 1711, Oficina Real Deslauderina, devidamente autorizado.

*Anuário de Minas Gerais*. 1909.

*Arquivo da Câmara Municipal de Brasópolis*. (Atas e livros diversos).

*Arquivo da Câmara Municipal de Itajubá*. (Livros, atas e outros documentos, 1848 a 1902).

*Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Pouso Alegre*. (Desde 1901).

*Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo*.

*Arquivo da Paróquia de Brasópolis*. (Livros de batizados, casamentos e óbitos).

*Arquivo da Paróquia de Itajubá*. (Livros de batizados, casamentos e óbitos).

*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.* (Coleção de volumes editada pela Câmara dos Deputados, Brasília, 1977 a 1981).

AVELAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa e Econômica do Brasil.* 1ª edição, 1970, Fename.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas.* Publicado pelo Arquivo Público Mineiro, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas Gerais.* Vols. I, II e III. Ed. Comunicação.

*Brasópolis.* (Órgão dos poderes públicos municipais. Várias coleções, inclusive o nº 1.201, de 21/11/1948, edição especial).

BRAZ, Cel. Francisco. *Memórias,* 25/2/1914, publicadas no *Brasópolis,* edição de 21/11/1948.

CARVALHO, Cônego Augusto José de. *Terra do Bom Jesus.* Ed. Artes Gráficas Irmão Gino Ltda., 1982.

CARVALHO, Cônego Augusto José de. *Trem de Manobra.* Ed. Artes Gráficas Irmão Gino Ltda., 1982.

CASTRO, Celso Falabela de Figueiredo. *Os Sertões do Leste.* Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987.

CAVICHI, José. *Calendário de Brasópolis (1803 a 1957).* Gráfica do Jornal Brasópolis, 1958.

CINTRA, Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves. *Família Cintra, de Brasópolis,* 1992 (inédito).

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei.* Vols. I e II, 2ª edição, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

*Coleção de Leis Mineiras.* Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1923.

*Correio de Itajubá.* (Várias coleções).

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões.* Livraria Francisco Alves, 23ª edição, 1954.

- CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Vols. I e II, 1979, publicação do Arquivo Público Mineiro.
- Em Guarda*. Jornal publicado pelo Diretório Municipal da UDN, Brasópolis, ano I, nº 17, 11/5/1952.
- FRANQUEIRA, Jorge Ribeiro. *A Vida de Maria da Fé*. Monsanto Editora Gráfica Ltda., São Paulo.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Vols. I, II e III, 2ª edição, Livraria José Olímpio, 1951.
- GUARACY, Pedro Leão de Souza. *Árvores Genealógicas das Famílias Pereira Dias e Pereira da Rosa*, 1940 (inédito).
- GUIMARÃES, José. *As Três Ilhoas*. 3 vols., 1990.
- GUIMARÃES, José. *Os Pereira Gulartes*. Esboço genealógico, 1982.
- GUIMARÃES, José Armelim Bernardo. *Efemérides Itajubenses*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1988.
- GUIMARÃES, José Armelim Bernardo. *História de Itajubá*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1987.
- GUIMARÃES, José Armelim Bernardo. *Wenceslau Braz, o Mineiro que dobrou o Caudilho*. Gráfica Sul de Minas, 1967/1968.
- HOMEM, Domiciano Machado. *Cachoeira de Minas - Administração, Política e História*. Tripolitografia, Pouso Alegre, 1981.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Coleção dos Municípios mineiros e outras publicações).
- JARDIM, Márcio. *Síntese Factual da Inconfidência Mineira*. Instituto Cultural Codeser, 1988, Editora Littera Maciel Ltda.
- LAMBERT, Levindo Furquim. *Biogeografia de uma Cidade Mineira*. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.
- LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. *Descoberta e Povoamento do Sul de Minas*, 1970.

- LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Abril S/A Cultural, São Paulo, 1983.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1956.
- Livro da Lei Mineira*. Tomo XII, 1846; Tomo XIV, 1848.
- MAGALHÃES, Álvaro. *Dicionário Enciclopédico Brasileiro* (ilustrado), 1947. Edição da Livraria Globo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo.
- Microfilmagens do Arquivo Público Mineiro. (Diversos filmes).
- Minas Gerais*. Suplemento de 29/3/1974.
- O Imparcial*. Semanário editado em Vila Braz, de 1910 a 1912.
- PAIVA, João Lopes de. *Paraisópolis de Ontem e de Hoje*, 1982.
- PIMENTA, Dermeval José. *Aspectos Gerais da História de Itajubá*. *Revista Acaiaca*, nº 40, julho, 1952, Belo Horizonte. Celso Brant. Edição especial.
- Revista Radium*. Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, setembro a novembro, 1922.
- Revistas do Arquivo Público Mineiro (diversas).
- Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Congresso de História Nacional, 1914, parte II.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. *Minhas Recordações*. Reedição dos 250 anos da Campanha, 1987, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Vols. I e II, 2ª edição.
- ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro*. Tomo I, 1954, Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro.
- ROSA, Francisco Pereira. *Carta ao Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy*, 4/11/1931, Brasópolis.
- SANTOS, Lúcio José dos. *História de Minas Gerais*. Resumo didático, 2ª edição, 1972, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

SENNA, Nelson de. *Anuário Histórico Corográfico de Minas Gerais*, 1990.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. *História de Itaúna*. Vols. I e II, 1986, Editora Littera Maciel Ltda.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas*. Vols. I e II, 4ª edição, Editora Itatiaia.

VASCONCELOS, Sílvio de. *Mineiridade*. Editora Abril S/A Cultural, São Paulo, 1981.

*Vargem-Grandense*. Jornal do Distrito de São Caetano da Vargem Grande.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque Sul-Mineiro*. 1874 e 1884.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Vols. I e II, 5ª edição, José Olímpio Editora, 1952.

*Vila Braz*. Jornal da comunidade, editado até 1923, quando foi substituído pelo *Brasópolis*.

OBS.: Incluem-se, também, cartas e fontes oriundas da tradição, depoimentos e informes recebidos de pessoas absolutamente idôneas do lugar.

## OS PEREIRA GULARTES

Procedentes dos Açores e radicados nas  
cidades mineiras de Baependi, Aiuruoca,  
Campanha, Itajubá e Brasópolis.

*Esboço genealógico organizado  
por José Guimarães*

“Este esboço genealógico seria apenas um apêndice da Genealogia da Família Cunha Gago para registrar a origem e ascendência de Rosa Maria Gularte, casada em Aiuruoca com José da Silva Leme e radicados em Cambuquira, então pertencente à cidade da Campanha.

Mas, com anotações do Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, que recebemos de nosso particular amigo o Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor Pedro Cintra, sacerdote da Diocese de Pouso Alegre, com anotações extraídas das Memórias do Coronel Francisco Braz Pereira Gomes, publicadas no “Anuário de Minas Gerais”, e com pesquisas que realizamos nos livros paroquiais de Delfim Moreira e em outras fontes, foi possível algum acréscimo deste estudo na parte itajubense.

Muitas informações recebemos da família da Professora Da. Etelvina Lima e do Engenheiro J. Ernani Lima, mas, entendendo que a ampliação desta genealogia deve ser feita por pessoa mais ligada às famílias de Itajubá e mais próxima das fontes, limitamo-nos a fazer algumas cópias xerografadas para que sirvam de subsídio a trabalho de maior amplitude.

Temos o hábito de registrar sempre as grafias primitivas e originais. Muitos nomes próprios foram registrados nas suas grafias antigas. O apelido flamengo Govarte, com diversas variantes, transformou-se nos Açores em

Gularte ou Golarte. Por influência francesa passou a ser Goulart. Usamos neste esboço a forma Golarte ou Gularte, como se encontra nos registros antigos de Baependi, Aiuruoca e Campanha.

Esta é a origem e razão deste esboço genealógico.

Ouro Fino, 1 de outubro de 1982.

*José Guimarães*

Em aditamento cumpre registrar as valiosas informações recebidas da genealogista paranaense Leny Braga Brandão, de Foz do Iguaçu, bem como cópias das Memórias de seu avô e cópias das Memórias do Cel. Francisco Braz.

Os PEREIRA GOLARTE, de Baependi e Aiuruoca-MG, segundo cremos, formam uma só família, faltam-nos porém os documentos que provem as diversas ligações de seus membros.

Em 1752 moravam nas Furnas, em Baependi, João Pereira Gularte e Manuel Pereira Gularte, tendo sido lançados para pagamentos de dízimos (Arquivo Público Mineiro). Nesse mesmo ano, outro João Pereira Gularte era morador em Alagoa de Aiuruoca, conforme os mesmos lançamentos de dízimos (Arquivo Público Mineiro).

João Pereira Gularte, morador nas Furnas, em Baependi, viera da Ilha Graciosa, Açores, já casado com Leonarda Pereira. Descobrimos a filha Rosa Maria Pereira Gularte, nat. da Ilha Graciosa, que, em Baependi, em 11/9/1749, c.c. Inácio da Silva ou Inácio Pereira.

Antônio Pereira Gularte, sendo casado com Felícia da Costa, foi morador em Baependi, passando depois a residir em Aiuruoca. Esse Antônio Pereira Gularte era irmão de Manuel Pereira Gularte, sendo este pai de Leonarda, que era solteira em 1767. Cremos, pois, que Manuel Pereira Gularte e Antônio Pereira Gularte fossem filhos de João Pereira Gularte e de Leonarda Pereira, moradores nas Furnas.

João Pereira Gularte, morador em Alagoa de Aiuruoca, que era natural das Ilhas e casado com Isabel Nunes de Siqueira, nat. do Bispado de S. Paulo, levou a batismo em Aiuruoca, em 1747, uma filha que teve por madrinha Leonarda Pereira, casada. Tal fato faz crer que esse João Pereira Gularte também fosse filho do primeiro João Pereira Gularte e de Leonarda Pereira, moradores nas Furnas.

João Pereira Gularte e Antônio Pereira Gularte eram moradores no bairro da Boa Vista, em Aiuruoca, em 20/12/1757, data em que foram lançados para pagamentos de dízimos (Arquivo Público Mineiro). Em 1762, escravos do primeiro foram padrinhos de filhos de escravos do segundo.

Em 1754, em Aiuruoca, num casamento, serviram de testemunhas Manuel Pereira Gularte e Antônio Pereira Gularte. O primeiro assinou seu nome e o segundo era analfabeto.

João Pereira Gularte e Isabel Nunes de Siqueira tiveram filha que se chamou Rosa. Antônio Pereira Gularte e Felícia da Costa também tiveram filha que se chamou Rosa. No casamento desta Rosa foi testemunha João Pereira Gularte.

Antônio Pereira Gularte era tio de Rita, solteira em 1762, quando foi madrinha de batismo de um primo. João Pereira Gularte teve filha que se chamou Rita e que se casou em Aiuruoca em 1775.

Manuel Pereira Gularte c.c. Maria da Conceição, tiveram filhas que se casaram em Baependi e na capela da Piedade, filial de S. João del-Rei. Na mesma capela da Piedade e na capela do Espírito Santo (filial de Aiuruoca e posteriormente de Lavras) realizaram-se casamentos de filhas de João Lourenço do Amaral e de Leonarda Pereira de Jesus, que se casaram em Baependi em 1770. Não existe o registro deste casamento, tendo sido feita uma justificação no ano de 1825, da qual, infelizmente, não consta a filiação dos noivos.

Em face dos parentescos conhecidos e de tantos outros indícios, fazemos as seguintes conclusões:

O casal João Pereira Gularte – Leonarda Pereira teve os seguintes filhos:

- 1-1 João Pereira Gularte, nat. das Ilhas, c.c. Isabel Nunes de Siqueira, nat. do Bispado de S. Paulo.
- 1-2 Rosa Maria Pereira Gularte, nat. da Ilha Graciosa, c.c. Inácio Pereira ou Silva, nat. de Baependi.
- 1-3 Manuel Pereira Gularte, c.c. Maria da Conceição, tendo filhas, inclusive Leonarda Pereira de Jesus que se c.c. João Lourenço do Amaral.
- 1-4 Antônio Pereira Gularte, nat. de Baependi, c.c. Felícia da Costa, nat. de Baependi.
  - 1-1 João Pereira Gularte, nat. das Ilhas, c.c. Isabel Nunes de Siqueira, nat. do Bispado de S. Paulo (Ver Família Nunes de Siqueira). João Pereira Gularte já era falecido em fevereiro de 1773. Descobrimos:
    - 2-1 Rosa Pereira de Jesus, nat. de Aiuruoca, onde, em 24/5/1762, c.c. Manuel Ferreira de Carvalho, nat. de S. Vicente de Souza, Conselho de Filgueiras, Comarca de Guimarães, filho de João Ferreira de Carvalho e de Maria Soares Barbosa. Descobrimos:
      - 3-1 Joaquim Ferreira de Carvalho, nat. de Aiuruoca. Em Guaratinguetá-SP, em 1788, c.c. Maria Antônia de Lima,

- filha de Antônio Machado de Lima e de Teresa de Jesus Coelho (“Gen. Paulistana”, 3º, 51).
- 3-2 João Ferreira de Carvalho, nat. de Aiuruoca, que, na capela filial da Alagoa, em 22/6/1789, c.c. Antônia Esméria de S. Joseph, nat. de Aiuruoca, filha de Salvador João da Silva e de Maria de Figueiredo Costa. Descobrimos:
- 4-1 Escolástica Rosa de S. José, nat. de Aiuruoca, onde, em 30/9/1812, c.c. José Garcia Ferreira, nat. de Aiuruoca, filho de João Garcia Duarte e de Feliciano Maria de Jesus (Família Garcia Duarte).
- 3-3 Antônio Ferreira de Carvalho, bat. em Aiuruoca em 25/10/1769. Aí mesmo, em 27/7/1796, c.c. Teresa Maria de Jesus, nat. de Aiuruoca, filha de Manuel da Silva Nes Pereira e de Inês Marques Ferreira.
- 3-4 Manuel Ferreira Ribeiro, nat. de Aiuruoca. Na capela da Alagoa, em 31/1/1786, c.c. Ana Maria da Conceição, nat. de Aiuruoca, filha de Domingos Leme de Brito e de Maria da Conceição Silva.
- 3-5 Bento Ferreira de Carvalho, nat. de Aiuruoca, onde, em 2/5/1802, c.c. Laureana Maria das Neves, nat. de S. João del-Rei, filha de José Garcia e de Maria das Neves (Freitas?). Bento Ferreira de Carvalho faleceu em Aiuruoca antes de 1819. A viúva contraiu segundo matrimônio em Pouso Alegre, onde passou a residir. Filhos deste casal:
- 4-1 Maria das Neves, nat. de Aiuruoca. Em Pouso Alegre, em 10/9/1827, c.c. Custódio Ferreira Rocha, nat. de S. João del-Rei, filho de Felisberto Ferreira Rocha e de Ana Inácia de Jesus.
- 4-2 Mariana Emerenciana de Santana, em Pouso Alegre, em 29/8/1831, c.c. José Francisco dos Santos, filho de Francisco Pereira dos Reis e de Vicência Maria de Jesus.
- 4-3 Ana Constância de Jesus, nat. de Aiuruoca. Na capela de Santa Rita, em 5 ou 10/2/1834 (existem dois termos), c.c. Manuel Cândido Vilela, nat. de Aiuruoca, filho de Francisco Tomaz Vilela e de Luísa Cândida de S. José (Família das Três Ilhoas).
- 4-4 Maria, filha póstuma, bat. em Aiuruoca em 1819 (certidão no processo matrimonial de 4-1 supra).
- 3-6 Francisco, bat. em Alagoa de Aiuruoca em 12/9/1773.

- 3-7 Maria Luciana Ferreira, nat. de Aiuruoca. Na capela da Alagoa, em 15/10/1798, c.c. José da Silva Ferreira, nat. de Itajubá, filho de Manuel da Silva Nes Pereira e de Inês Marques Ferreira. Descobrimos:
- 4-1 Teresa da Silva, em Aiuruoca, em abril de 1821, hab. para c.c. José de Faria Andrade, filho do Furriel José de Faria de Andrade e de Helena Maria de Jesus (Família Correa Mascarenhas).
  - 4-2 Maria Vitória Ferreira, c.c. Joaquim José Nogueira.
    - 5-1 Prudenciano José Nogueira (Família Nunes de Siqueira).
  - 4-3 Manuel Ferreira da Silva, c.c. Clara de Faria de Andrade, filha de José de Faria de Andrade e de Helena Maria de Jesus (Família Garcia Duarte).
- 3-8 Vicente Ferreira de Carvalho, nat. de Aiuruoca, onde, em 17/2/1806, c.c. Feliciano Maria de Jesus, nat. de Aiuruoca, filha de João Garcia Duarte e de outra Feliciano Maria de Jesus Ver Garcias das Três Ilhoas). Descobrimos:
- 4-1 J(oão Ferreira da Silva, em Aiuruoca, em maio de 1825, hab. para c.c. Ana Ferreira Felgas (ou Ana Maria Felgas), nat. de Aiuruoca, viúva de José Furtado de Medeiros, ela filha de João Ferreira Felgas e de Ana Nunes de Jesus. Ver família Nunes de Siqueira.
  - 4-2 Venância Altina da Conceição, em Aiuruoca, em 1824, hab. para c.c. seu parente em 4º grau Justino José Correa, nat. de Aiuruoca, filho do Major José Joaquim Correa Guimarães e de sua primeira esposa Maria Joaquina da Silveira. Com geração na linha masculina, na Família Guimarães.
  - 4-3 Vicente, bat. em 11/12/1811.
  - 4-4 Emídio, bat. em 5/9/1813.
  - 4-5 Joaquina, bat. em 21/3/1815.
  - 4-6 Ana, bat. em 19/3/1817.
  - 4-7 Lúcia, bat. em 6/8/1820.
  - 4-8 Maria, bat. em 22/9/1822.
  - 4-9 Cândida, bat. em 23/11/1824.
  - 4-10 Francisco, bat. em 8/9/1826.
  - 4-11 Alexandrina, bat. em 3/5/1828, todos em Aiuruoca.

- 2-2 Maria Pereira de Jesus, nat. de Aiuruoca, onde, em 8/5/1769, c.c. Jerônimo Moreira Cide, nat. de Pouso Alto, filho de Domingos Teixeira Cide e de Margarida de Brito. Descobrimos os filhos:
- 3-1 Antônia Pereira de Jesus, nat. de Aiuruoca, onde, em 24/11/1790, c.c. João de Faria Rangel, nat. de Aiuruoca, filho de Domingos Leme de Brito e de Maria da Conceição ("Gen. Paulistana", 9º, 107).
- 3-2 Luísa Moreira, nat. de Aiuruoca. Na capela filial da Alagoa, em 22/5/1806, c.c. Lino Manuel Pinto, nat. de Mogi das Cruzes, filho de Aleixo Pinto de Moraes e de Iria Antônia Maria.
- 3-3 Margarida Moreira, nat. de Aiuruoca. Na capela filial da Alagoa, em 22/5/1806, c.c. seu parente (consangüinidade em 4º grau misto de 3º), José de Souza Martins, nat. de Aiuruoca, filho de João de Souza Martins e de Joana da Silva Ribeiro, por esta neto de José Ribeiro, por este bisneto de Maria "Condessa", sendo esta irmã de Isabel Nunes de Siqueira, mulher de João Pereira Gularte, em 1-1 supra (Ver Família Nunes Siqueira).
- 3-4 José Moreira Cide, nat. de Aiuruoca. Na capela filial da Alagoa, em 9/2/1807, c.c. Ana Francisca da Conceição, nat. de Aiuruoca, filha de Custódio Correa Rangel e de Maria Francisca de Carvalho.
- 3-5 Ana Pereira do Nascimento, nat. de Aiuruoca. Na capela filial da Alagoa, em 6/7/1809, c.c. Félix Álvares de Almeida, viúvo de Bárbara Maria de Carvalho.
- 2-3 Ana Pereira de Jesus, na capela de Alagoa, filial de Aiuruoca, em 22/2/1773, c.c. José Moreira Cide, nat. de Pouso Alto, filho de Francisco Moreira Cide e de Maria da Conceição. (Em 20/9/1793, José Moreira Cide, viúvo, 2ª vez, c.c. Ângela Maria, nat. de Baependi, filha de Salvador Teixeira da Cunha e de Domingas Ribeiro do Prado, tendo geração deste segundo matrimônio em Baependi).
- 2-4 Rita Pereira de Jesus, bat. na capela da Alagoa em 8/11/1747. Na mesma capela, em 11/2/1765, c.c. José Henrique de Carvalho, nat. de Santa Maria de Frende, Conselho de Bayão, Comarca de Sobretamega, Bispado do Porto, filho de Caetano de Carvalho e de Maria Pereira Resende. Este casal, depois de morar algum tempo em Aiuruoca, passou a residir em Resende-RJ. Geração na linha masculina, em Família Henrique de Carvalho.

- 2-5 João Pereira Gularte, nat. de Aiuruoca, onde, em 13/8/1781, c.c. Maria da Silva Ferreira, nat. de Aiuruoca, filha de Manuel da Silva Nes Pereira e de Inês Marques Ferreira. Ambos faleceram em Aiuruoca, com testamento, ela em 7/8/1820 e ele em 2/9/1822. Sem sucessão.
- 2-6 Manuel Pereira Gularte, nat. de Aiuruoca. Na capela filial da Alagoa, em 21/1/1786, c.c. Brizida Maria da Conceição, nat. de Aiuruoca, filha de Domingos Leme de Brito e de Maria da Conceição Silva (“Gen. Paulistana”, 9º, 108).
- 2-7 Capitão Inácio Pereira Gularte, c.c. Leonor Felizarda de Barros, viúva de José Ferreira Leite, ela filha do Capitão José de Barros Monteiro e de Ana Teresa da Assunção. A respeito do casamento de Leonor Felizarda de Barros com José Ferreira Leite ou Leite Ribeiro, ver “A Família Vidal Leite Ribeiro”, de autoria do Dr. Armando Vidal Leite Ribeiro, pág. 55. O Capitão Inácio Pereira Gularte (ou Goulart, como consta dos registros de Aiuruoca) faleceu em São Vicente Ferrer em 21/5/1827, com testamento em que declara deixar 13 filhos. Segundo informação de Ari Florenzano, Leonor Felizarda de Barros faleceu em 2/10/1845, com testamento, no qual menciona 10 filhos. Citaremos os 13 filhos constantes do testamento do Capitão Inácio Pereira Gularte, completando esse registro com informações de Ari Florenzano.
- 3-1 Joaquim. Diz Ari Florenzano que foi Joaquim Bernardes Pereira que, em S. Vicente Ferrer, em 8/11/1813, c.c. Maria Justina da Conceição, filha do Alferes Antônio Luís da Silva e de Ana Antônia de Sampaio.
- 3-2 Antônio. Foi Antônio Felisberto Pereira.
- 3-3 João. Foi João Felisberto Pereira.
- 3-4 Francisco. Não mencionado por Ari Florenzano.
- 3-5 Felisberto. Foi Felisberto Cândido Pereira que, em Andrelândia (Turvo), em 15/7/1833, c.c. Mariana Marcelina de Paiva, filha de Antônio Vieira de Andrade e de Antônia Marcelina de Paiva.
- 3-6 Miguel. Foi Miguel José Pereira, bat. em 10/2/1820.
- 3-7 Maria, em 1827 estava c.c. Antônio Luís. Não figuram nas informações de Ari Florenzano.
- 3-8 Francisca. Foi Francisca Bernardina de Barros, c.c. João Francisco Monteiro, tendo a filha:

- 4-1 Luísa, bat. em 24/2/1829.
- 3-9 Mariana. Foi Mariana Leopoldina Cândida, bat. em S. Vicente Ferrer em 2/8/1807. Em 15/7/1829 c.c. Antônio Cunha e Carvalho, viúvo.
- 3-10 Inácia. Foi Inácia Felizarda de Barros, bat. em 12/3/1809, tendo c.c. Manuel Alves da Cunha.
- 4-1 Manuela, bat. em 11/6/1837.
- 4-2 Leonor, bat. em 30/8/1836.
- 4-3 Mariana.
- 3-11 Luciana. Não consta das notas de Ari Florenzano.
- 3-12 Maria Luíza. Foi bat. em 19/6/1815.
- 3-13 Rita. Foi Rita Zeferina de Barros, bat. em 18/2/1819. Em 10/6/1843, c.c. Ricardo Henrique Duarte.
- 2-8 Isabel Nunes de Siqueira, nat. de Aiuruoca, c.c. Tenente José de Paiva e Silva, nat. da Conceição da Barra, viúvo de Maria Josefa da Trindade, ele filho de Domingos de Paiva e de Tomásia Maria da Silva, np. de Antônio Fernandes e de Madalena de Paiva, nm. de Paulo da Silva da Fonseca e de Antônia Caetana. O Tenente José de Paiva e Silva faleceu em Campanha, em 28/12/1803, com 60 anos, deixando testamento.
- 3-1 Escolástica Joaquina de Paiva, bat. em São Gonçalo cerca de 1780. Em Campanha, em 20/3/1798, c.c. Francisco Inácio de Toledo, nat. de Aiuruoca, filho de Antônio Francisco Braga e de Úrsula Margarida de Toledo. Com geração. Títulos Bragas e Correa Arnaut.
- 3-2 Ana Joaquina, bat. em Campanha em 19/9/1780.
- 3-3 João Antônio de Paiva, bat. em Campanha em 22/7/1782. Em Aiuruoca, em 28/1/1799, c.c. Maria Teresa de Toledo, nat. de Aiuruoca, filha de Antônio Francisco Braga e de Úrsula Margarida de Toledo. Títulos Bragas e Correa Arnaut.
- 3-4 Ana Escolástica, bat. em Campanha em 15/8/1784.
- 3-5 Antônia Marcelina de Paiva, bat. em Campanha em 15/6/1786. Aí mesmo, em 28/7/1803, c.c. Joaquim Luís Pinheiro, filho de Luís Pinheiro e de Maria Barbosa da Rosa. Em 1828 Antônia de Paiva estava casada com Joaquim José da Silveira, conforme referência no testamento de seu irmão José.
- 3-6 José Francisco de Paiva e Silva, nat. de São Gonçalo do Sapucaí. Em Campanha, em 7/6/1805, c.c. Maria de Jesus,

- exposta em casa do Capitão Antônio Borges da Costa. José Francisco de Paiva e Silva faleceu em Baependi, com testamento datado de 31/3/1828. Sem sucessão.
- 3-7 Vicente de Paiva e Silva, casado. No testamento de seu irmão José, foi designado por Vicente Ferreira de Paiva.
- 3-8 Cel. Joaquim Severino de Paiva e Silva, bat. em São Gonçalo em 5/12/1792, foi c.c. Maria Benta Carneiro, filha de Manuel Carneiro Santiago e de Ana Fernandes da Silva. Residiam em S. Bernardo, de Santa Catarina (hoje Natércia). Filhos:
- 4-1 Ana Isabel, em 1849 estava c.c. Antônio Carneiro Santiago, filho de (?) Alfs. Manuel Carneiro Santiago e de Ana Fernandes.
- 4-2 Maria Cândida de Paiva, com 15 anos, casou em Santa Catarina em 26/5/1839 com Antônio Ribeiro da Luz, com 24 anos, nat. e morador no Carmo, filho do Capitão Mateus Antônio da Luz e de Ana Ribeiro de Carvalho.
- 5-1 Padre Antônio Ribeiro da Luz
- 4-3 Manuel Severino de Paiva, casado, com 21 anos em 1849.
- 4-4 Joaquina Cândida de Paiva, com 19 anos, em 16/8/1845, em Santa Catarina c.c. seu primo Manuel Carneiro Santiago Neto, com 20 anos, filho de José Carneiro Santiago e de Inácia Joaquina de Mendonça.
- 4-5 Emerenciana Umbelina de Paiva, com 19 anos, em 15/1/1851, no Oratório de S. Bernardo, em Santa Catarina, c.c. (afim em 4º x 3º graus) João Tristão de Azevedo, viúvo de Ana Paula Bueno.
- 4-6 Placidina Honória de Paiva, com 17 anos, em 15/1/1851, em Santa Catarina c.c. Antônio Ribeiro de Magalhães, com 23 anos, filho do Capitão Antônio de Souza Magalhães e de Joaquina Ribeiro de Magalhães.
- 4-7 Antônio Carneiro de Paiva, com 13 anos em 1849. Falecido em 1857.
- 4-8 Joaquim Severino de Paiva Júnior, com 12 anos em 1849.
- 4-9 João Carneiro de Paiva, com 12 anos em 1849.
- 3-8 Cel. Joaquim Severino de Paiva, em Santa Catarina, em 2/2/1852, casou 2ª vez com Ana Flausina de Souza, com 23 anos, filha de Antônio Ferreira de Souza e de Cândida Generosa Verginiana. O Cel. Joaquim Severino faleceu em

- 1/3/1857 em Santa Catarina. Deixou 2 filhos do 2º casamento:  
4-10 José.  
4-11 Francisco.
- 3-9 Pedro José de Paiva, nat. da Campanha. Em Aiuruoca, na fazenda da “Conquista” dos Arantes, em 17/1/1814, c.c. Delfina Diocésia de Arantes, nat. de Aiuruoca, filha do Capitão Francisco de Arantes Cunha e de Anacleto Felisbina do Sacramento (Ver “A Família Arantes”, de autoria do ilustre genealogista Dr. Arnaldo Arantes, página 62).
- 3-10 Maria Vilana de Paiva. Em Campanha, em 28/8/1792, c.c. Isidoro Martins da Costa, nat. da Campanha, filho de Antônio Martins da Costa e de Maria da Conceição. Título Martins Ribeiro. Maria Vilana não foi mencionada no testamento de seu pai, nem no de seu irmão José, pelo que cremos tenha falecido antes de 1803.
- 3-11 Tomásia Antônia Cândida de Paiva, nat. de Aiuruoca. Em Campanha, em 10/9/1792, c.c. Alferes Joaquim Mendes dos Santos, filho de José Mendes dos Santos e de Ana Josefa da Conceição. Tomásia faleceu em Baependi em 1839, com testamento. Não teve sucessão do casamento, mas declarou que, quando solteira, teve a filha natural Maria, exposta em São Gonçalo do Sapucaí em casa de Inácio de Siqueira.
- 2-8 Isabel Nunes de Siqueira, em Campanha, em 24/5/1806, segunda vez, c.c. Antônio Martins do Prado, viúvo de Maria Francisca de Jesus.
- 1-2 Rosa Maria Pereira Gularte, nat. da Ilha Graciosa, Açores. Em Baependi, em 11/9/1749, c.c. Inácio Pereira (ou Silva), nat. de Baependi, filho de Caetano Pereira e de Maria Leme do Prado. Descobrimos os seguintes filhos:
- 2-1 Inácia, bat. em Aiuruoca em 24/8/1763, tendo por padrinho Manuel Pereira Gularte, solteiro.
- 2-2 Maria Joaquina, nat. de Baependi. Em Aiuruoca, em 18/1/1775, c.c. seu parente em 4º grau, Simão Rodrigues dos Reis, nat. de Aiuruoca, filho de Antônio de Barros Freire e de Antônia Nunes de Siqueira. Geração na linha masculina. Título Rodrigues de Siqueira.
- 1-3 Manuel Pereira Gularte, era casado, tendo a filha seguinte:
- 2-1 Leonarda, solteira em 1767, foi madrinha de um primo em Aiuruoca. Creio ser Leonarda Pereira de Jesus, que se casou em

Baependi, cerca de 1770, com João Lourenço do Amaral. Não existe o termo de casamento, mas somente uma justificação feita em Baependi em 1825, sem as filiações dos nubentes. João Lourenço do Amaral, viúvo, contraiu segundo matrimônio em S. João del-Rei, em 1797. Descobrimos os filhos:

- 3-1 Ana Lourença da Conceição, nat. de Aiuruoca. Na capela da Piedade, filial de S. João del-Rei, em 20/6/1796, c.c. Felipe José da Costa, nat. de S. João del-Rei, filho de Domingos da Costa Guimarães e de Rita de Souza do Nascimento.
- 3-2 Manuel Lourenço Gularte, nat. de Aiuruoca. Na capela filial do Turvo, em 31/1/1798, c.c. Esméria Ferreira de Jesus, nat. de Aiuruoca, filha de Antônio Ferreira Guimarães e de Ana Teresa da Luz.
- 3-3 Francisco Lourenço do Amaral, nat. de Aiuruoca, onde, em 27/1/1813, c.c. Justiniana Cândida Nogueira, nat. de Aiuruoca, filha de João Francisco da Silva e de Maria Custódia Nogueira (Ver "O Fundador de Baependi", onde omitimos essa filha).
- 3-4 Maria Teodora de Jesus, nat. de Aiuruoca. Na capela filial do Turvo, em 28/11/1797, c.c. Licenciado Antônio de Souza Barbosa, viúvo de Vitória Maria de Oliveira.
- 3-5 Isabel Lourença, nat. de Aiuruoca. Na capela do Espírito Santo, em 1796, c.c. Antônio Rodrigues da Costa, nat. de Aiuruoca, filho de Miguel Rodrigues e de Francisca Inácia.
- 1-3 Manuel Pereira Gularte, c.c. Maria da Conceição, teve as filhas seguintes e talvez a filha Leonarda, já mencionada, da qual não descobri o nome de sua mãe.
- 2-2 Angélica Maria dos Santos, nat. de Baependi, onde, em 10/3/1762, c.c. Manuel Dias da Costa, nat. de S. Pedro de Bairos, Arcebispado de Braga, filho de Francisco Dias e de Custódia da Costa.
- 2-3 Ana Maria da Conceição, na capela da Piedade, filial de S. João del-Rei, em 22/2/1789, c.c. Antônio José de Bitencor, filho de Manuel José de Bitencor e de Maria do Rego Leme ou Barbosa ("Gen. Paulistana", 3º, 68).
- 1-4 Antônio Pereira Gularte, nat. de Baependi, c.c. Felícia da Costa, nat. de Baependi. O casal morou em Baependi e posteriormente em Aiuruoca. Antônio Pereira Gularte já era falecido em abril de 1788.

Descobrimos os filhos:

- 2-1 Rosa Maria Gularte, nat. de Baependi. Em Aiuruoca em 16/5/1764, c.c. Furriel José da Silva Leme, nat. de Baependi, filho de Guilherme da Cunha Gago e de sua segunda esposa Mecia da Veiga Leme. Fixaram residência em Cambuquira, então pertencente a Campanha, onde era a residência do noivo. Com grande geração na linha masculina, na Família Cunha Gago. Antepassados do autor deste esboço genealógico.
- 2-2 Ana Maria Gularte, nat. de Baependi. Em Aiuruoca, em 2/2/1769, c.c. Manuel Ferreira Dias, nat. de Campanhão, Bispado do Porto, filho de Manuel Dias e de Helena Ferreira. Manuel Ferreira Dias era viúvo de Teresa Vaz de Toledo, sepultada em Baependi, onde se casaram em 7/12/1762. Filhos de Ana Maria Gularte:
- 3-1 João, bat. em Aiuruoca em 1/12/1776, teve por padrinhos os avós maternos.
- 3-2 José Ferreira Dias, em S. João del-Rei, em 1795, c.c. Maria Alves do Espírito Santo, filha de Antônio Alves do Espírito Santo e de (não consta o nome de sua mãe). Dados conforme justificação existente em Baependi.
- 3-3 Inácio José dos Santos, nat. de Aiuruoca. Em Baependi, em 11/2/1802, c.c. Margarida Francisca da Trindade, nat. de Baependi, filha de Manuel Antônio de Toledo, falecido, e de Ana Rosa da Trindade.
- 3-4 Maria Joaquina Ferreira, nat. de Baependi, onde, em 24/4/1793, c.c. Cláudio Antônio Machado, nat. da Campanha, filho de Antônio Machado Lima e de Ana Pinheira Cardoso. Descobrimos o filho:
- 4-1 Dionísio Antônio Machado, nat. de Baependi. Em Pouso Alegre, em 14/1/1816, c.c. Joana Maria da Conceição nat. de Silvianópolis, filha de João Bicudo e de Mariana Cardoso.
- 5-1 Pedro Antônio Machado, em Ouro Fino, em 1855, c.c. Maria da Luz, filha de Ricardo Rodrigues da Silva e de Cândida Maria de Jesus.
- 2-3 Helena Maria, nat. de Baependi. Em Aiuruoca-MG, em 3/9/1772, c.c. Antônio Dias, nat. da Freguesia de N. S. da Assunção do lugar de Ozeda, Bispado de Miranda, filho de Francisco Dias e de Maria Sonhoana (?). Este nome, mal-escrito, parece ser Joanhoaria ou Senhoaria. Descobrimos os seguintes filhos do casal:

- 3-1 Rosa Maria de Jesus, nat. de Aiuruoca. Em Baependi, em 3/2/1796, c.c. João Peres de Gusmão, nat. de Aiuruoca, filho do Capitão João Peres de Gusmão e de Maria Antônia de Castilho.
- 3-2 Felícia Maria Domiciana, nat. de Aiuruoca. Em Baependi, em 24/5/1803, c.c. Francisco José de Souza, nat. de Baependi, filho do Guarda-mor Caetano José de Souza e de Ana Maria de Oliveira. O noivo com 29 e a noiva com 20 anos de idade.
- 3-3 Alferes Antônio Dias Pereira, bat. em Aiuruoca em 6/7/1776, declararia mais tarde ser natural de Baependi. Em 29/8/1803, em Baependi, c.c. Rita Mendes da Silva, nat. de Baependi, que contava 20 anos, filha de Marcos José de Souza Mendes e de Maria da Silva de Oliveira. Tivemos oportunidade de ler e copiar, em 1945, algumas notas genealógicas sobre as famílias Dias Pereira e Pereira Rosa, de Brasópolis e Itajubá, organizadas pelo Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy e oferecidas ao Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra. As referidas notas, fundadas em tradições, continham muitos erros nos nomes de pessoas e no número de gerações, não sendo aproveitadas na sua parte antiga. A partir do casal aqui registrado – Alferes Antônio Dias Pereira – Rita Mendes da Silva, os dados fornecidos pelo Dr. Guaracy encontram plena confirmação nas provas documentais, demonstrando conhecimento direto das pessoas mencionadas. Conta o Dr. Guaracy que o Alferes Antônio Dias Pereira comprou a fazenda “Bom Sucesso”, hoje “Dias”, situada na estação “Dias” da Rede Mineira de Viação, município de Brasópolis, em princípios do século XIX, aí residindo até seu falecimento em 1850. Deixou o casal os seguintes filhos:
- 4-1 José Pereira Dias, segundo conta o Dr. Guaracy, constituiu família e residiu no Bairro Árias, município de Paraisópolis, e que faleceu aos 84 anos, deixando prole que se estende pelos municípios de Paraisópolis, Brasópolis, Cambuí, Camanducaia e S. Bento do Sapucaí. Descobrimos José Pereira Dias, c.c. Francisca Maria de Jesus, servindo como padrinhos em Itajubá em 18/7/1844.

4-2 Capitão João Antônio Dias Pereira, c.c. Maria Apolinária de Santiago. Morou em Brasópolis, deixando numerosa descendência. Descobrimos:

5-1 Francisco José Dias Lúcio, bat. em Brasópolis em 10/7/1853. Aí mesmo, em 22/7/1874, hab. para c.c. sua prima Eugênia Maria de Jesus, bat. em Brasópolis em 24/8/1856, filha de Antônio José Gomes Pereira e de Francisca Severina da Silva. Neste título.

5-2 Ana Maria do Espírito Santo, nat. da Vargem Grande (Brasópolis), onde, em 6/8/1859, hab. para c.c. seu primo José Pereira Gomes, nat. de Itajubá e morador em Brasópolis, filho de Manuel José Pereira Gomes e de Flausina Maria de São José. Neste título.

5-3 Rita Francisca de São José, nat. de Brasópolis. Aí mesmo, em 19/12/1865, hab. para c.c. seu primo Francisco José Dias Pereira, nat. de Brasópolis, filho de Joaquim José Pereira Dias e de Claudina Eufrosina de São José, sendo esta falecida. Neste título.

5-4 João Antônio Dias Pereira Júnior, batizado em Itajubá em 18/7/1844. Em Itajubá, em 20/6/1866, sendo morador em Brasópolis, hab. para c.c. sua prima Júlia Eufrosina de Jesus, nat. de Itajubá, filha de Joaquim José Pereira Dias e de Claudina Eufrosina de Jesus, sendo esta falecida. Neste título.

5-5 Felícia Maria Justa, nat. de Brasópolis. Aí mesmo, em 8/1/1872, hab. para c.c. seu primo Luiz Pereira Gomes, nat. de Brasópolis, filho de Manoel José Pereira Gomes e de Flausina Maria de São José. Neste título.

4-3 Maria Mendes da Silva, nat. de Baependi. Em Itajubá, em 7/4/1818, c.c. João Rodrigues Braga, nat. de Itajubá, filho de José Rodrigues Braga e de Maria da Fé de São Bernardo. Título Rodrigues Braga.

4-4 Feliciano Maria da Silva, nat. de Baependi. Na matriz nova de Itajubá, em 7/1/1823, c.c. José Pereira da Rosa, nat. da Freguesia de Santo Antônio da Ilha do Pico, Açores, filho de outro José Pereira da Rosa e de Luíza

Inácia Joaquina. Segundo tradição, José Pereira da Rosa havia nascido em alto-mar, e, como tinha um olho azul e outro verde, sua mãe “atribuía um ao céu e outro ao mar”. Faleceu José Pereira da Rosa em 1873. Feliciano Maria da Silva (ou Feleciana Pereira da Silva) faleceu em 1889, com 90 anos. Filhos do casal, segundo notas do Dr. Guaracy:

5-1 Antônio Pereira da Silva Rosa, c.c. Maria Dias Monteiro Galvão. Residentes em Brasópolis.

6-1 Tobias Pereira da Rosa, nat. de Brasópolis. Aí mesmo, em 27/12/1887, hab. para c.c. sua prima Ana Procópio Ribeiro, nat. de Brasópolis e batizada em Paraisópolis, filha de José Maria Pereira da Rosa e de Francisca Ribeiro de Souza. Neste título. (Segundo o Dr. Guaracy, Tobias Pereira da Rosa vivia em 1945, sendo pai do Dr. Francisco Rosa, Juiz de Brasópolis e Itajubá).

6-2 Maria Pereira Dias, c.c., Tenente José Martins Tosta Júnior. Descobrimos:

7-1 Francisca Pereira Júnior. Em Brasópolis, em 22/7/1899, hab. para c.c. seu primo João de Paula Ribeiro, filho de José Maria Pereira da Rosa e de Francisca Ribeiro de Souza. Neste título.

5-2 João Pereira da Silva Rosa, 1ª vez, c.c. Maria Galvão.

5-2 João Pereira da Silva Rosa, 2ª vez, c.c. Maria Lobo, viúva de Joaquim Lobo, português.

5-3 José Pereira da Silva Rosa (Zé Pereirinha) foi fazendeiro em Brasópolis e Paraisópolis, passando a residir em Tomasina-PR, onde deixou geração.

5-4 José Maria Pereira da Rosa, c.c. Francisca Ribeiro de Souza, nat. de Cachoeira-SP. (Uma nota do Dr. Guaracy informa que Tobias Pereira da Rosa, pai do Dr. Francisco Rosa, procede deste casal, o que registramos na dúvida). Descobrimos os filhos:

6-1 Ana Procópio Ribeiro, nat. de Brasópolis e bat. em Paraisópolis. Em Brasópolis, em 27/12/1887, hab. para c.c. seu primo Tobias Pereira da Rosa, nat. de Brasópolis, filho de Antônio Pereira da

Silva Rosa e de Maria Dias Monteiro Galvão.  
Neste título.

6-2 João de Paula Ribeiro, em Brasópolis, em 22/7/1899,  
hab. para c.c. sua prima Francisca Pereira Júnior,  
filha do Tenente José Martins Tosta Júnior e de  
Maria Pereira Dias. Neste título.

5-5 Manuel Pereira da Silva Rosa, nat. de Brasópolis.  
Em Itajubá, em 10/10/1864, hab. para c.c. sua  
parenta em 3º grau, Ana dos Santos Pereira, nat. de  
Itajubá, filha de Francisco Xavier dos Santos e de  
Maria Luíza de Mendonça. Foi proprietário da  
fazenda Bengalal, em Brasópolis; depois foi  
fazendeiro em Espírito Santo do Pinhal-SP.

5-6 Joaquim Pereira da Rosa, c.c. Maria Joaquina.  
Fazendeiro em Campos do Jordão-SP., onde faleceu,  
deixando descendentes.

5-7 Francisco José Pereira da Rosa, nat. de Itajubá e  
morador em Brasópolis. Casou em Ouros em maio  
de 1866 com Rita Cândida da Mota, nat. de Santa  
Rita, filha do Ten. Francisco da Mota Paes e de Ana  
Vitória de Mendonça. Fazendeiro em Espírito Santo  
do Pinhal-SP. Com geração.

5-8 Vicente Pereira da Rosa, fazendeiro em Brasópolis,  
onde faleceu.

5-9 Antônio Pereira da Rosa, c.c. Maria Romeiro, de  
Pindamonhangaba. Fazendeiro em Pinda e Lorena,  
com geração nesta última cidade e no Rio de Janeiro  
(Ver "Genealogia Paulistana", 5º, 139, 9-3).

5-10 Bebiano Pereira Rosa, c.c. sua sobrinha Francisca.  
Uma nota do Dr. Guaracy parece indicar que esta  
Francisca era filha de 5-1 supra.

5-11 Gertrudes Pereira da Silva, c.c. o Capitão Jerônimo  
José de Souza, natural de Portugal, filho de José  
Joaquim da Silva e de Maria Luíza Rosa Abondana.  
O Cap. da Guarda Nacional Jerônimo José de Souza  
faleceu em Brasópolis em 1904, deixando os  
seguintes filhos:

6-1 José Pereira de Souza Rosa, nascido em 11/9/1856  
e falecido em 1906, c.c. Maria Cândida Cintra

(Cotinha), filha de Francisco Gonçalves Cintra, natural de Três Corações, e de Cândida Maria de Jesus, natural de Pouso Alegre, já citados. José Pereira de Souza Rosa foi fazendeiro e agricultor em Brasópolis. Deixou os filhos:

7-1 Liberalina Pereira Cintra, c.c. Sebastião de Alcântara.

7-2 Alvarina Pereira Cintra, nascida em 10/7/1880 e falecida em 5/3/1967, c.c. seu parente Adolfo Gonçalves Cintra, filho de Francisco Gonçalves Cintra Júnior e de Maria Severina Cintra. Deixando o casal os seguintes filhos:

8-1 José Cintra, falecido com 9 anos aos 6/10/1912.

8-2 Sebastião Gonçalves Cintra, nascido em 14/2/1905, c.c. Ida Hadad. Falecido aos 19/5/1967.

8-3 Valdemar Amâncio Cintra, c.c. Luzia Borges.

9-1 Guilherme Cintra, c.c. Maria Madalena Lemes, em Campanha, no dia 13/12/1969.

8-4 Lauro Gonçalves Cintra, nascido aos 10/4/1910 e falecido aos 7/10/1983.

8-5 Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra, nascido em Brasópolis, no dia 17/2/1913. Ordenado em Pouso Alegre em 8/12/1937. Foi Vigário em Ouro Fino, Maria da Fé e Borda da Mata. Aí exerceu o paróquio por mais de 40 anos. Aposentado, continua morando em Borda da Mata, onde é muito querido pelo muito que fez pela Paróquia.

8-6 Genuíno Pereira Cintra, nascido aos 4/8/1915, c.c. Valdomira Freitas Cintra, sua parenta em 2º grau. Falecido aos 29/11/1952.

- 8-7 José Gonçalves Cintra, c.c. Hermantina Gomes. Falecido.
- 8-8 Adolfo Gonçalves Cintra, nascido aos 17/10/1918, c.c. Ana Dias. Falecido.
- 8-9 Adolfina Benedita Cintra, nascida aos 16/1/1920, c.c. Geraldo Putini, falecido.
- 7-3 José Caetano Pereira, casado pela primeira vez com Maria, e pela segunda vez com Ana Faria, sua parenta.
- 7-4 Ana Pereira Cintra, casada com Gilberto Siqueira.
- 7-5 Venceslau Pereira Cintra, c.c. Inácia Cintra Faria, sua parenta.
- 7-6 Isaura Pereira Cintra, casada com Adolfo Tribst.
- 7-7 Maria Pereira Cintra, casada com Alcebíades Pereira.
- 7-8 Ludgero Pereira Cintra, nascido em 26/3/1889 e falecido em 9/3/1971, em Itajubá, c.c. Ana Ferraz Cintra, nascida em 24/6/1894 e falecida em 9/4/1969, em Itajubá, filha de Olímpio Dias Ferraz e de Ana Galdina da Paixão, falecida em Brasópolis. Com geração em Brasópolis.
- 7-9 Pedro Acácio Cintra, c.c. Júlia Braga.
- 7-10 Joaquim Maurílio Cintra, c.c. Inácia Faria, sua parenta.
- 7-11 Benedita Cândida Cintra, c.c. Joaquim de Faria Cardoso.
- 7-12 Sebastião Pereira Cintra, casado pela primeira vez com Maria Pereira (outros Pereiras) e pela segunda vez com Malvina Borges.
- 6-2 Maria Pereira de Souza, nascida em 20/11/1857 e falecida em 14/7/1924, c.c. João Gonçalves Cintra (Janjão). Casamento em 1876, com 5 filhos, de que se conhece o seguinte:
- 7-1 João, falecido solteiro em 1918.
- 6-3 Antônio Pereira de Souza, casado pela primeira

vez com Maria Madalena da Fonseca, falecida em 1888. Teve o casal:

7-1 José Pinto de Souza, residente em "Dias", Brasópolis.

6-3 Antônio Pereira de Souza, em 1901, segunda vez, c.c. Auta Pinto de Oliveira. Com 5 filhos, de que se conhece:

7-1 Getúlio, falecido solteiro em 1926.

7-2 Leonídia, professora, solteira, residente em Brasópolis.

6-4 Feliciano Pereira de Souza, primeira vez, c.c. Cassimiro Pinto Bessa, natural de Portugal, comerciante em Brasópolis, falecido com 27 anos, em 1885. Teve o casal:

7-1 Antônio Pinto Bessa Leal. Em 1945, morava em São Lourenço-MG, casado, deixando um casal de filhos.

6-4 Feliciano Pereira de Souza, segunda vez, c.c. João Martins Seródio, português, comerciante. Faleceram, ela em 30/9/1916 e ele em 2/11/1903, sem geração.

6-5 João Pereira de Souza, nascido em 24/12/1861 e falecido em Pedralva em 12/1/1914, c.c. Maria Cristina Tenório, nascida em Cachoeiras. Fazendeiro em Cachoeiras e Borda da Mata. Com 8 filhos:

7-1 Elvira Tenório de Souza Junqueira, casada em 28/5/1904 com José Junqueira de Carvalho, fazendeiro em Ouro Fino, filho de Fermínio Flaviano de Carvalho e de Ana Cândida de Oliveira Tavares, casados em Machado em 12/6/1872. São seus filhos:

8-1 José Junqueira Júnior, engenheiro, c.c. Maria José Lomônaco Junqueira, em Ouro Fino, no dia 20/2/1933. Com geração.

8-2 Otávio Junqueira, advogado, c.c. Stela da Silva, em Belo Horizonte, no dia 28/4/1936. Com geração.

- 8-3 Vivaldo Junqueira, farmacêutico e fazendeiro, c.c. Bernardina Andrade Ribeiro Junqueira, em Santa Rita do Sapucaí, no dia 31/12/1936. Com geração.
- 8-4 Isaura Junqueira, normalista, c.c. Luís Perez Garcia, em Ouro Fino, no dia 13/4/1938. Falecida em 30/6/1955. Com geração.
- 8-5 Boanerges Junqueira, dentista, c.c. Elza Andrade, em São Lourenço, em 31/12/1938. Faleceram vítimas de um desastre em 22/2/1965. Com geração.
- 8-6 Maria José (Cotinha), c.c. Paulo Caplara, em Ouro Fino, no dia 15/1/1942. Falecida em 6/4/1966.
- 8-7 Nelson Junqueira, veterinário e fazendeiro, c.c. Maria Alice Ribeiro de Miranda, em Ouro Fino, no dia 29/6/1943. Com geração.
- 8-8 Laércio Junqueira, engenheiro e fazendeiro, c.c. Eleusis Lemos Quaglia, em Ouro Fino, no dia 16/5/1947. Com geração.
- 8-9 Olavo Junqueira, c.c. Maria Filomena de Andrade, em Ouro Fino, no dia 10/2/1949. Com geração.
- 8-10 Ondina Junqueira, c.c. Jairo Kaliffe, em Ouro Fino, no dia 10/1/1955. Falecida em 24/8/1958. Com geração.
- 8-11 Nair Junqueira, normalista, c.c. José Miguel Munhoz, em Ouro Fino, no dia 25/12/1955. Com geração.
- 8-12 Moacyr Junqueira, farmacêutico, fazendeiro, c.c. Maria do Rosário Ferrari, em Ouro Fino, no dia 22/4/1958. Com geração.
- 7-2 Ana de Souza Tenório, c.c. José Megale. Com geração em Borda da Mata.

- 7-3 Maria Tenório de Souza, c.c. José Norberto de Almeida Dutra, filho de José Vicente de Almeida Júnior e de Maria Luíza de Carvalho.
- 8-1 Maria José, falecida.
- 8-2 Idalga, c.c. Vitório Matagrano.
- 7-4 Joaquim Tenório de Souza, casado. Com geração em Conceição da Glória.
- 7-5 Sebastião Tenório de Souza, c.c. Honória de Couto. Com geração em Borda da Mata.
- 7-6 Eliza de Souza Tenório, c.c. João Amaral Sampaio. Geração em Ouro Fino, além de outros:
- 8-1 Zélia Sampaio, c.c. Júlio de Almeida.
- 9-1 a 9-6: Sebastião, Fernanda Elisa, Sálvio, André, Túlio e Júlio.
- 7-7 Deolinda Tenório de Souza, c.c. Cândido Lino Alves. Com geração em Ouro Fino.
- 7-8 Oswaldo Tenório de Souza, nascido em 3/12/1905, c.c. Laura de Oliveira Souza, filha de José Procópio de Oliveira e de Maria Francisca Rodrigues do Vale (Sinhára). Fazendeiro em Ouro Fino, tendo, além de outros:
- 8-1 Ladislau de Souza, c.c. Alvarina Ribeiro de Souza. Com geração em Ouro Fino.
- 8-2 Geraldo Tenório de Souza, c.c. Maria Aparecida. Com geração.
- 8-3 Osvaldina Tenório de Oliveira, c.c. José Aparecido de Oliveira, com geração em Ouro Fino.
- 8-4 Maria Isabel de Souza Pereira, c.c. Flaviano Pereira. Com geração.
- 8-5 Conceição Oliveira de Souza, solteira, supervisora educacional.
- 8-6 Maria Alice de Sousa, c.c. Marcelino Lúcio Corrêa.
- 9-1 Aline Sousa Corrêa.
- 8-7 Maria Helena de Oliveira Sousa

Coldibelli, c.c. José Airton Coldibelli.  
Com geração em Ouro Fino.

8-8 Maria Aparecida de Oliveira Sousa  
Honorato, c.c. José Fernando Honorato  
em 12/11/1978, em Ouro Fino.

9-1 Fernando Sousa Honorato, nascido  
em 10/12/1982.

6-6 Ana Pereira de Souza, nascida em 8/4/1863, c.c.  
Cassemiro José Osório, português. Fazendeiros  
em Pedralva, onde fundaram as Usinas  
Campestre e Pedrão para fabrico de açúcar.  
Depois de 1918, passaram a residir em Itajubá  
onde ele faleceu em setembro de 1932. O casal  
teve 7 filhos.

6-7 Rita Pereira de Souza, nascida em 6/4/1872 e  
falecida em 1/7/1939, em São Paulo. Em 1888,  
c.c. Artur Gomes da Rocha Azevedo,  
farmacêutico, de família campanhense, sendo o  
pai português. Residiram em São José do Rio  
Pardo e na capital paulista, onde Artur faleceu  
em 1936. Com 2 filhos.

7-1 Ademir, químico industrial, nascido em  
1898.

7-2 Plínio, advogado, nascido em 1905.

6-8 Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, nascido em  
28/6/1873, advogado pela Faculdade de Direito  
de São Paulo, formado em 15/12/1893. Elaborou  
um estudo genealógico sobre sua família,  
trabalho ainda inédito, do qual extraiu notas que  
forneceu ao Rev.<sup>mo</sup> Monsenhor Pedro Samuel  
Gonçalves Cintra. Dr. Pedro Leão, em 16/6/1894,  
primeira vez, c.c. Elvira de Noronha Lopes  
Ribeiro, natural de Paraisópolis e falecida em  
20/1/1904. Teve o casal os filhos:

7-1 Jair Ribeiro Guaracy, eng<sup>o</sup> agrônomo.  
Residia em Lavras em 1945, foi professor  
da Escola de Agronomia. Casado com Olga  
Penna Salles. Faleceu em 21/11/1966. Com  
um filho:

- 8-1 Jair Salles Guaracy, nascido em 20/8/1919,  
c.c. Kate Emerich, médica.
- 7-2 Delmira Ribeiro Guaracy, nascida em  
26/3/1898. Residia em Paraisópolis em  
1945. C.c. Francisco Antônio Cordeiro,  
falecida em 13/6/1968, deixou filhos:
- 8-1 Adelaide Guaracy, contadora, nascida  
em 18/7/1939.
- 8-2 Elvira Guaracy Cordeiro, contadora,  
nascida em 18/7/1939.
- 7-3 Normélio Ribeiro Guaracy, nasc. em 13/7/1889,  
c.c. Augusta de Carvalho Teixeira, em  
Cássia, falecido em 27/4/1946, com 2 filhos:
- 8-1 Selma Teixeira Guaracy, nascida em  
10/3/1926, c.c. Wilson Pinto de Souza.
- 8-2 Norma Teixeira Guaracy, nascida em  
16/7/1925, c.c. João Barbosa Lins.
- 7-4 Gilberto Ribeiro Guaracy, nascido em  
13/1/1902, falecido em dezembro de 1954.  
C.c. Maria dos Reis. Foi professor e coletor  
em Carmo do Rio Claro. Deixou os filhos:
- 8-1 Mauro Reis Guaracy, nascido em 28/7/1925,  
c.c. Zulmira Célia de Senna, falecido  
em janeiro de 1979.
- 8-2 Maria Elvira Reis Guaracy, nasc. em  
11/8/1926, casada com Antônio de tal...
- 8-3 Ana Maria Reis Guaracy, nasc. em  
26/6/1928, casada com José Vicente  
Oliveira.
- 8-4 Terezinha Reis Guaracy, nasc. em  
23/11/1932, casada com...
- 6-8 Dr. Pedro Leão de Souza Guaracy, em 8/9/1908,  
segunda vez, c.c. Almerinda de Noronha Lopes  
Ribeiro, prima de sua primeira mulher. Teve o  
casal:
- 7-5 Pedro Ribeiro Guaracy, nasc. em 25/6/1909,  
médico, formado em 1932. Em B. Horizonte,  
em 1934, c.c. Yole Giffoni, deixando os filhos:
- 8-1 Ricardo Giffoni Guaracy, nascido em

- 22/10/1939, adm. de empresas, c.c.  
Eliane Boechat, falecido em 29/7/1972.
- 8-2 Márcia Giffoni Guaracy, nasc. em  
20/10/1946, cas. com José Vinicius  
Medrado.
- 8-3 Sérgio Giffoni Guaracy, nasc. em  
9/9/1953, c.c. Rosália Costa.
- 7-6 Edgardo Ribeiro Guaracy, nasc. em  
10/4/1913, advogado em B. Horizonte, c.c.  
Vitória Salem, falecido em 1/2/1975,  
deixando os filhos:
- 8-1 Heloísa Salem Guaracy, nasc. em  
12/5/1950, licenciada em História, c.c.  
Paulo Machado.
- 8-2 Rogério Salem Guaracy, nasc. em  
16/12/1953, bacharel em Direito,  
funcionário da Justiça do Trabalho.
- 8-3 Patrícia Ribeiro Guaracy, nasc. em  
4/10/1962, psicóloga, funcionária da  
Prefeitura de B. Horizonte.
- 7-7 Almira Ribeiro Guaracy, nasc. em 6/1/1923,  
técnica de administração, funcionária do  
INPS, c.c. Merval Oliveira Rebelo. O casal  
teve os filhos:
- 8-1 Maximiliano Pedro Guaracy Rebelo,  
nasc. em 22/12/1953, arquiteto, c.c.  
Maria Lúcia Jordão Torres.
- 8-2 José Henrique Guaracy Rebelo, nasc.  
em 26/3/1956, advogado e Procurador  
do Estado de Minas Gerais, c.c. Eloísa  
Elena Fontão.
- 8-3 Juliana Maria Guaracy Rebelo, nasc. em  
26/3/1956, comunicadora, relações-  
públicas e jornalista.
- 8-4 Merval Oliveira Rebelo Filho, nasc. em  
9/9/1961, arquiteto.
- 6-9 Francisco Pereira de Souza Tibiriçá (Chiquinho),  
nasc. em 20/7/1873, engenheiro topógrafo, c.c.  
Ana Rodrigues (Sinhazinha), filha de Frutuoso

Fortunato Rodrigues, paulista (este genro do José Martins Tosta, fazendeiro em Brasópolis, faleceu em Queluz-SP, em outubro de 1923. Em 1945, a viúva e filhos residiam em São Paulo. Além de outros filhos, teve o casal:

7-1 (a filha mais velha é Freira).

7-2 Jurema, c.c. José Salomon, residente em Itajubá.

5-12 Rita Pereira da Silva, c.c. Antônio Ferreira de Castro Gouvêa, português, comerciante em Brasópolis, onde faleceu em avançada idade. Numerosa descendência.

5-13 Maria Antônia, c.c. José Luiz Pereira de Mendonça, fazendeiro em Brasópolis, com descendência.

5-14 Silvéria Pereira da Silva, c.c. João Cândido Pereira de Mendonça. Fazendeiro em Brasópolis. Filhos do casal:

6-1 Cândido Pereira de Mendonça, c.c. Maria Cecília Martins Mendonça.

7-1 João Cândido Mendonça, c.c. Maria Braga, em Brasópolis, com descendência.

7-2 Waldemar Mendonça, c.c. Silvéria Pereira Faria, em Brasópolis, com geração.

7-3 Cândida Mendonça (Candola), c.c. Sebastião Vergueiro.

7-4 Alice Mendonça, c.c. Benedito Mendonça Chaves, em Itajubá, com geração.

7-5 Cecília Mendonça, c.c. Tomaz Wood, em Brasópolis, com geração.

7-6 Sofia Mendonça, c.c. Augusto Carvalho, com os filhos:

8-1 Pedro Augusto de Carvalho, c.c. Adolfinha Melo.

8-2 Cláudio Augusto de Carvalho, c.c. Maria Aparecida Salgado.

8-3 Luiz Augusto de Carvalho, engenheiro civil, c.c. Haidée Osório, em Itajubá.

8-4 Armando José de Carvalho, c.c. Dalva Carneiro.

8-5 Cônego Augusto José de Carvalho, da

Diocese de Pouso Alegre.

8-6 Maria Augusta de Carvalho, c.c. Nelson Viana.

8-7 Ângela Augusta de Carvalho, solteira.

8-8 José Augusto de Carvalho, c.c. Maria do Carmo Jordão.

6-2 Isaac Pereira de Mendonça, c.c. ...

6-3 Ana Pereira de Mendonça, c.c. seu primo Antônio Pereira de Mendonça (Nico Mendonça), com geração.

6-4 Maria Felicidade Pereira de Mendonça (Sinhá), c.c. Antônio Pereira de Faria (Tonico Amélia), avós do ex-prefeito de Brasópolis, João Lúcio de Faria.

5-15 Laurinda Pereira da Silva, primeira vez, c.c. seu tio materno Francisco Dias Pereira, filho do Alferes Antônio Dias Pereira e de Rita Mendes da Silva. Neste título. Sem sucessão.

5-15 Laurinha Pereira da Silva, segunda vez, c.c. José da Costa Pinto, português. Sem sucessão.

5-16 Luíza Pereira da Silva, natural de Várzea Grande (Brasópolis), habilitada em 22/6/1863, c.c. Frederico Augusto de Moraes, natural de Vilas Boas, no Reino de Portugal, filho de José Joaquim de Moraes da Silva Gomes e de Carlota Maria da Cruz. Teve o casal uma filha.

5-17 Pedro, falecido solteiro.

4-5 Joaquim José Pereira (Dias), nat. de Baependi. Em Itajubá, em 19/8/1933, c.c. Claudina Flausina de Jesus (ou Claudina Euflausina de São José), nat. de Pouso Alto, filha de Antônio José Gomes e de Maria Flausina de Jesus. Joaquim José Pereira declarou, num depoimento de 1853, contar 41 anos. Segundo o Dr. Guaracy, este é o tronco da família Dias, em Itajubá. Descobrimos:

5-1 Francisco José Dias Pereira, nat. de Brasópolis. Aí mesmo, em 19/12/1865, hab. para c.c. sua prima Rita Francisca de São José, nat. de Brasópolis, filha de João Antônio Dias Pereira e de Maria Apolinária de Santiago. Neste título.

5-2 Lucinda Vitalina de São José, nat. de Itajubá. Aí

mesmo, em 3/12/1956, hab. para c.c. seu primo em 2º grau, Francisco Veloso da Silva, nat. de Itajubá, filho de Pedro Veloso da Silva e de Maria Francisca de Jesus, np. de Ângelo José da Silva e de Maria Escolástica Mendes, nm. de Antônio José Gomes e de Maria Eufrosina de Jesus. Eram moradores em Itajubá.

5-3 Mariana Flausina de Jesus, nat. de Itajubá. Aí mesmo, em 20/11/1868, hab. para c.c. seu primo em 2º grau, José Inácio da Silva, nat. de Itajubá e morador na Freguesia de São Sebastião, filho de Pedro Veloso da Silva e de Maria Francisca de Jesus, já citados.

5-4 Júlia Eufrosina de Jesus, bat. em Itajubá em 19/10/1851. Aí mesmo, 20/6/1866, hab. para c.c. seu primo João Antônio Dias Pereira Júnior, nat. de Itajubá e morador na Várzea Grande (Brasópolis), filho de João Antônio Dias Pereira e de Maria Apolinária de Santiago. Neste título.

4-6 Antônio José Dias, depondo no processo matrimonial de uma sobrinha, em Itajubá, em 3/4/1845, teve a seguinte qualificação: brasileiro, nat. de Baependi, com 39 anos, casado, lavrador. Foi casado com Maria do Carmo Mendes. Sem sucessão.

4-7 Flausina Maria de São José, nat. de Itajubá. Aí mesmo, em 19/8/1833, c.c. Manuel José Pereira Gomes, n. em 1808 em Pouso Alto, filho de Antônio José Gomes e de Maria Flausina de Jesus. O casal deixou 14 filhos.

5-1 Coronel Francisco Braz Pereira Gomes, c.c. Isabel Pereira dos Santos, esta falecida em 18/5/1905. Além de outros, tiveram o filho:

6-1 Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, nascido em Brasópolis em 26/2/1868. Presidente da República de 1914 a 1918.

Casado com Maria Carneiro Pereira Santiago, filha do Coronel João Carneiro Santiago Jr. Com sucessão.

5-2 Maria Teresa Cristina, bat. em Itajubá em 5/8/1847. Em Brasópolis, onde residia, em 29/9/1866, hab. para c.c. seu parente em 4º grau, Jesuíno Pereira

- Gularte, bat. em Itajubá, filho de Manuel Pereira Gularte e de Ana Sabina de Castro. Neste título.
- 5-3 Pedro Gomes, bat. em Brasópolis em 22/7/1850. Aí mesmo, em 16/9/1874, hab. para c.c. sua parenta em 4º grau, Ana Inácia de Oliveira, bat. em Brasópolis em 27/4/1857, filha de Inácio João de Oliveira e de Maria Severina da Silva.
- 5-4 Antônio José Gomes Pereira, c.c. Francisca Severina da Silva. Descobrimos os filhos:
- 6-1 Eugênia Maria de Jesus, bat. em Brasópolis em 24/8/1856. Aí mesmo, em 22/7/1874, hab. para c.c. seu primo Francisco José Dias Lúcio, bat. em Brasópolis em 10/7/1853, filho do Alferes João Antônio Dias Pereira e de Maria Apolinária de Santiago. Neste título.
- 6-2 Manuel José Gomes Pereira, em Brasópolis, em 30/10/1877, hab. para c.c. sua prima Mariana Flausina de Jesus, filha de Manuel José Veloso e de Maria Flausina de São José. Havia consangüinidade em 2º grau. Neste título.
- 5-5 João Pereira Gomes, nat. de Várzea Grande, onde, em 12/1/1866, hab. para c.c. sua parenta em 4º grau, Maria Teodora de Castro, nat. de Várzea Grande (Brasópolis), filha de Manuel Pereira Gularte e de Ana Sabina de Castro. Neste título.
- 5-6 Luís Pereira Gomes, nat. de Brasópolis, onde, em 8/1/1872, hab. para c.c. sua prima Felícia Maria Justa, nat. de Brasópolis, filha de João Antônio Dias Pereira e de Maria Apolinária de Santiago. Neste título.
- 5-7 Maria Flausina de Jesus, bat. em Itajubá em 9/8/1835. Aí mesmo, em 28/1/1853, hab. para c.c. seu primo Manuel José Veloso, bat. em Itajubá em 18/7/1830, filho de Francisco José Veloso (já falecido em 1853) e de Ana Flausina de Jesus (esta era irmã do Cap. Manuel José Pereira Gomes, citado em 4-7 supra). Descobrimos a filha:
- 6-1 Mariana Flausina de Jesus, em Brasópolis, em 30/10/1877, hab. para c.c. seu primo Manuel José Gomes Pereira, filho de Antônio José

Gomes Pereira e de Francisca Severina da Silva  
(Citados).

5-8 Joaquim.

5-9 Manuel.

5-10 Galdino.

5-11 Ana.

5-12 Rita.

5-13 Júlia.

5-14 José Pereira Gomes, nat. de Itajubá e morador em Brasópolis, onde, em 6/8/1859, hab. para c.c. sua prima Ana Maria do Espírito Santo, nat. de Brasópolis, filha de João Antônio Dias Pereira e de Maria Apolinária de Santiago. Neste título.

4-8 Emerenciana Maria Severina, c.c. Tenente José Caetano da Silva Vieira, filho do Coronel Caetano Ferreira da Costa e Silva e de Gertrudes Vieira. Descobrimos os filhos:

5-1 Honória Emerenciana da Silva, nat. de Brasópolis, onde, em 25/11/1874, hab. para c.c. seu primo em 2º grau, José Caetano Ferreira, nat. e morador em Itajubá.

5-2 Caetano Ferreira da Silva Vieira, nat. de Brasópolis, onde, em 25/11/1874, hab. para c.c. sua prima em 2º grau, Maria Caetana Vieira, nat. de Itajubá e irmã de José Caetano Ferreira, acima citado em 5-1.

5-3 Maria Severina Cintra, falecida em 1935, com 78 anos de idade, c.c. Francisco Gonçalves Cintra Júnior, filho de Francisco Gonçalves Cintra e de Cândida Maria de Jesus, np. de Joaquim Gonçalves de Avelar e de Isabel Felicíssima dos Anjos, nm. de João Gonçalves de Moraes e de Ana Josefa de Jesus. Além de outros, tiveram o filho:

6-1 Adolfo Gonçalves Cintra, c.c. Alvarina Pereira Cintra, filha de José Pereira de Souza Rosa e de Maria Cândida Cintra. Neste título. Além de outros, tiveram o filho:

7-1 Monsenhor Pedro Samuel Gonçalves Cintra, da Diocese de Pouso Alegre.

4-9 Francisco Dias Pereira, c.c. sua sobrinha Laurinda Pereira da Silva, filha de José Pereira da Rosa e de Feliciano Maria da Silva. Neste título. Sem sucessão.

- 3-4 José Dias Pereira, nat. de Aiuruoca. Em Baependi, em 17/1/1804, c.c. Branca da Silva Mendes, nat. de Baependi, filha do Guarda-mor Caetano José de Souza Mendes e de Ana Maria de Oliveira. José Dias Pereira, nascido cerca de 1774, morava na Freguesia de Pouso Alegre em 1823. Descobrimos o filho:
- 4-1 Francisco José Dias, nascido em Baependi cerca 1804. Em Pouso Alegre, em 30/5/1823, hab. para c.c. sua parenta Silvéria da Silva Mendes, nascida em Pouso Alto cerca de 1807, filha do Capitão Manuel Pereira Gularte e de Francisca Mendes da Silva. Neste título. Descobrimos:
- 5-1 Antônio Dias Pereira, nat. da capela de Paraisópolis, filial de Pouso Alegre. Aí, em Paraisópolis, em 23/7/1850, hab. para c.c. Inácia Robina de Souza, nat. da mesma capela, filha de José Luís de Souza e de Francisca de Paula da Conceição.
- 2-3 Helena Maria de Jesus (viúva de Antônio Dias). Na matriz de São João del-Rei, em 16/12/1781, segunda vez, c.c. o Capitão Manuel Ferreira dos Santos, nat. de Aiuruoca, filho de João Ferreira dos Santos e de Maria José de Jesus. Título Martins do Prado. Eram moradores em Aiuruoca, onde foi registrado o casamento. Em 1788, em Baependi, Manuel Pereira dos Santos foi testemunha do casamento de seu cunhado João Pereira Gularte. O Capitão Manuel Ferreira dos Santos faleceu em 15/12/1820, sendo sepultado no cemitério do Ribeirão da Caveira, bairro onde residia, na Freguesia de Pouso Alegre. Esse lugar distava 20 léguas da sede paroquial. Deixou testamento e seis filhos:
- 3-5 Maria Luíza Domiciana, nat. de Baependi. Aí mesmo, em 17/1/1804, c.c. João de Souza Mendes, nat. de Baependi, filho do Guarda-mor Caetano José de Souza Mendes e de Ana Maria de Oliveira.
- 3-6 Ana Flausina da Conceição, nat. de Baependi. Em Itajubá, hoje Delfim Moreira, em 22/5/1813, c.c. João Francisco Valadão, nat. de N. S. do Pilar da Ilha das Flores, Açores, filho de Francisco Valadão e de Ana Pimentel.
- 3-7 Genoveva Maria de S. José, nat. de Baependi. Em Itajubá, em 27/5/1813, c.c. seu parente em 3º grau, Miguel Joaquim Ferreira, nat. de Aiuruoca, filho de Simão Rodrigues dos Reis e de Maria Joaquina. Título Rodrigues de Siqueira.

- 3-8 João Ferreira dos Santos, nat. de Baependi. Em Itajubá, em 22/1/1816, c.c. Beralda Maria, viúva de Manuel das Neves dos Santos, ela filha de José Rodrigues Braga e de Maria da Fé de São Bernardo. Título Rodrigues Braga.
- 3-9 Francisca, casada antes de 1820.
- 3-10 Manuel Ferreira dos Santos, casado antes de 1820.
- 2-4 Joana Maria Pereira, nat. de Aiuruoca. Aí mesmo, em 6/9/1771, c.c. Domingos da Silveira, nat. da Borda do Campo (Barbacena), filho de outro Domingos da Silveira e de Francisca de Oliveira.
- 2-5 Felícia da Costa, nat. de Aiuruoca. Aí mesmo, em 20/5/1773, c.c. Manuel Bueno, nat. de Santo André de Vale de Frades, Bispado de Miranda, filho de outro Manuel Bueno e de Isabel do Vale.
- 3-1 Bento, nasc. em 30/9/1774 e bat. em Aiuruoca em 9/10/1774. Padrinhos os avós maternos.
- 2-5 Felícia da Costa, casou 2ª vez com Manuel Antônio de Castro, tendo os filhos:
- 3-2 Francisco, bat. em 20/10/1776 em Aiuruoca.
- 3-3 Maria, bat. em 1/11/1778 em Aiuruoca.
- 3-4 Domingos, bat. em 18/6/1780 em Aiuruoca.
- 3-5 Joana Maria de Jesus, nasc. em Baependi cerca de 1782. Aí mesmo em 31/7/1800 c.c. Capitão Joaquim José da Mota Paes, com 50 anos de idade, viúvo de Quitéria Leme Cabral. Joana era madrastra de Félix de Mota Paes, de Cachoeira de Minas.
- 2-6 Manuel Pereira Gularte, bat. em Aiuruoca em 12/1/1766, teve por padrinhos Manuel Nunes Barbosa e Quitéria, filha de Caetano Pereira. Em Aiuruoca, em 25/2/1783, primeira vez, c.c. Maria Teresa de Jesus, nat. da Borda do Campo (Barbacena), filha de Simão Rodrigues Chaves e de Escolástica Pereira de Araujo. Descobrimos:
- 3-1 Manuel Pereira Gularte, nat. de Aiuruoca. Em 1818 depondo no processo matrimonial de sua irmã, em Itajubá, foi qualificado como branco, casado, natural de Aiuruoca, morador em Itajubá, com 34 anos de idade, portanto, nascido cerca de 1784. Em Itajubá, em 14/4/1810, c.c. Helena Severina da Silva, nat. de Itajubá, filha de José Rodrigues Braga e de Maria da Fé de São Bernardo. Título Rodrigues Braga. Descobrimos:

- 4-1 Manuel Pereira Gularte, c.c. Ana Sabina de Castro.  
5-1 Jesuino Pereira Gularte, bat. em Itajubá em 14/12/1844.  
Em Brasópolis, em 29/9/1866, hab. para c.c. sua parenta em 4º grau, Maria Teresa Cristina, nat. de Itajubá, filha do Capitão Manuel José Pereira Gomes e de Flausina Maria de São José. Neste título.
- 5-2 Maria Teodora de Castro. Em Brasópolis, em 12/1/1866, hab. para c.c. seu parente em 4º grau, José Pereira Gomes, nat. de Brasópolis, filho de Manuel José Pereira Gomes e de Euflausina Maria de Jesus (*sic*). Neste título.
- 4-2 Antônio Pereira Gularte, nat. de Itajubá. Aí mesmo, em 3/4/1845, hab. para c.c. sua parenta Rita Mendes da Silva, nat. de Itajubá, filha de João Rodrigues Braga e de Maria Mendes da Silva. Título Rodrigues Braga. Descobrimos:  
5-1 Vitalina Maria Mendes. Em Brasópolis, em 17/11/1874, hab. para c.c. seu primo José Francisco Pereira, nat. de Itajubá, filho de Manuel Pereira Machado e de Cândida Maria de Jesus. Neste título.
- 2-6 Manuel Pereira Gularte (viúvo de Maria Pereira de Jesus). Em Baependi, em 13/5/1793, segunda vez, c.c. Francisca da Silva Mendes, nat. de Baependi, filha de Marcos José de Souza Mendes e de Maria da Silva de Oliveira. Descobrimos:  
3-2 Joana da Silva Mendes (ou Joana Maria Pereira), nat. de Pouso Alto. Em Pouso Alegre, em 14/12/1818, c.c. Bento José de Castro (Leite), nascido cerca de 1795, nat. de São Mamede de Sepaens, Monte Longo, Arc. de Braga, filho de José de Castro Guimarães e de Custódia Leite. No processo matrimonial foi testemunha Manuel Pereira Gularte, casado, natural de Aiuruoca, com 34 anos de idade, que era irmão da noiva. Descobrimos:  
4-1 Domiciana Leite, nat. de Camanducaia. Em Pouso Alegre (?), em 16/5/1843, hab. para c.c. seu primo Joaquim Pereira Gularte, nat. de Pouso Alegre (?), filho de Manuel Pereira Gularte e de Ana Rosa da Assunção. Neste título.
- 3-3 Manuel Pereira Gularte, nat. de Baependi. Em Pouso Alegre, em 26/1/1819, c.c. Ana Rosa da Assunção, nat. de Santa

Ana do Sapucaí (Silvianópolis), filha de Manuel Joaquim Lopes e de Florinda Rosa da Assunção. No termo de casamento não consta que fosse viúvo, não podendo ser confundido com 3-1 supra, pois aquele, além de ser casado, era natural de Aiuruoca. Descobrimos:

- 4-1 José Pereira Gularte, nat. de Pouso Alegre e morador em São José das Formigas (Paraisópolis). Em Pouso Alegre, em 19/12/1842, hab. para c.c. sua parenta Ana Luíza, nat. de Pouso Alegre, filha de Manuel Luís Gonçalves e de Florinda Alves de Lima, esta filha de João Alves de Lima (irmão de Florinda Rosa da Assunção, citada em 3-3 supra).
- 4-2 Joaquim Pereira Gularte, nat. de Pouso Alegre. Aí mesmo ou em Camanducaia, em 16/5/1843, hab. para c.c. sua prima Domiciana Leite, nat. de Camanducaia, filha de Bento José de Castro Leite e de Joana Maria Pereira ou Joana da Silva Mendes. Neste título.
- 4-3 Ana Rosa da Assunção, nat. de Pouso Alegre. Aí mesmo, em 27/2/1840, hab. para c.c. Alexandrino de Souza Mendes, nat. de Pouso Alto, filho de Joaquim de Souza Mendes e de Joaquina Esméria.
- 3-4 Silvéria da Silva Mendes, nat. de Pouso Alto. Em Pouso Alegre, em 30/5/1823, c.c. seu parente Francisco José Dias, nat. de Baependi, filho de José Dias Pereira e de Branca Mendes da Silva. Geração na linha masculina, neste título.
- 3-5 Francisca da Silva Mendes, nat. de Pouso Alto. Em Pouso Alegre, em 31/5/1823, c.c. Manuel Antônio Rodrigues, nat. de Pindamonhangaba, filho de João Carlos da Silva e de Ana Rodrigues.
- 3-6 Domingos Pereira Gularte, nat. de Baependi, casou em Pindamonhangaba em 1823, com Ana Maria de Faria, nat. de Baependi, filha de Manuel de Faria Lopes e de Ana Mendes da Silva.
- 2-7 João Pereira Gularte, nascido em 24/12/1766 e bat. em Aiuruoca em 4/1/1767, teve por padrinhos Antônio Dias, solteiro, e Leonarda, filha de Manuel Pereira Gularte e prima do batizando. Em Baependi, em 13/2/1788, c.c. Francisca de Oliveira, nat. da Piedade (Lorena), SP, filha de Miguel Rodrigues e de Luíza Inácia. João Pereira Gularte, branco, roceiro, viúvo, nat. de Aiuruoca, era morador de Ouro Fino em 1829, contando 63 anos

de idade. Viera para Ouro Fino cerca de 1817, procedente de Itajubá. Descobrimos:

3-1 Tomás Pereira Gularte, nat. de Pouso Alto. Em Itajubá (hoje Delfim Moreira), em 14/4/1810, c.c. Claudina Maria do Amor Divino, nat. de Itajubá (Delfim Moreira), filha do Alferes José da Costa de Miranda e de Rosa Maria de São José. Título Costa Preto. Descobrimos:

4-1 José (Tomás) Pereira Gularte, nat. de Itajubá (Delfim Moreira). No Oratório do Piranguinho, da mesma paróquia, em 20/1/1836, c.c. Maria Dias Chaves (ou Maria Joaquina de Castro), nat. de Itajubá, filha de Domingos Antônio de Castro e de Maria Joaquina Dias. Descobrimos:

5-1 Marcelina Romana de Castro, nat. de S. José do Paraíso. Aí mesmo, em junho de 1853, hab. para c.c. Joaquim Antônio dos Santos, nat. de Lisboa, filho de Joaquim Antônio dos Santos e de Maria Rosa de Jesus.

5-2 Maria Inácia de Castro, nat. de S. José do Paraíso. Aí mesmo, em dezembro de 1851, hab. para c.c. seu parente em 2º grau, José Gomes Cruz, nat. de Itajubá, filho de Manuel Florêncio Gomes e de Maria Joaquina Dias.

3-2 Felícia Maria da Costa, nat. de Pouso Alto. Em Itajubá (Delfim Moreira), em 11/1/1812, c.c. Antônio Pinto de Carvalho, nat. de Pouso Alto, filho de João Pinto de Carvalho e de Francisca Ribeira.

3-3 Germano Pereira Gularte, nat. de Pouso Alto. Em Itajubá (Delfim Moreira), em 11/1/1812, c.c. Gertrudes Rodrigues da Silva, nat. de Pouso Alto, filha de João Pinto de Carvalho e de Francisca Ribeira. Descobrimos:

4-1 Francisca Rodrigues de Souza, nat. de Itajubá. Em Ouro Fino, em 1830, hab. para c.c. Francisco de Paula Leal, nat. de Ouro Fino.

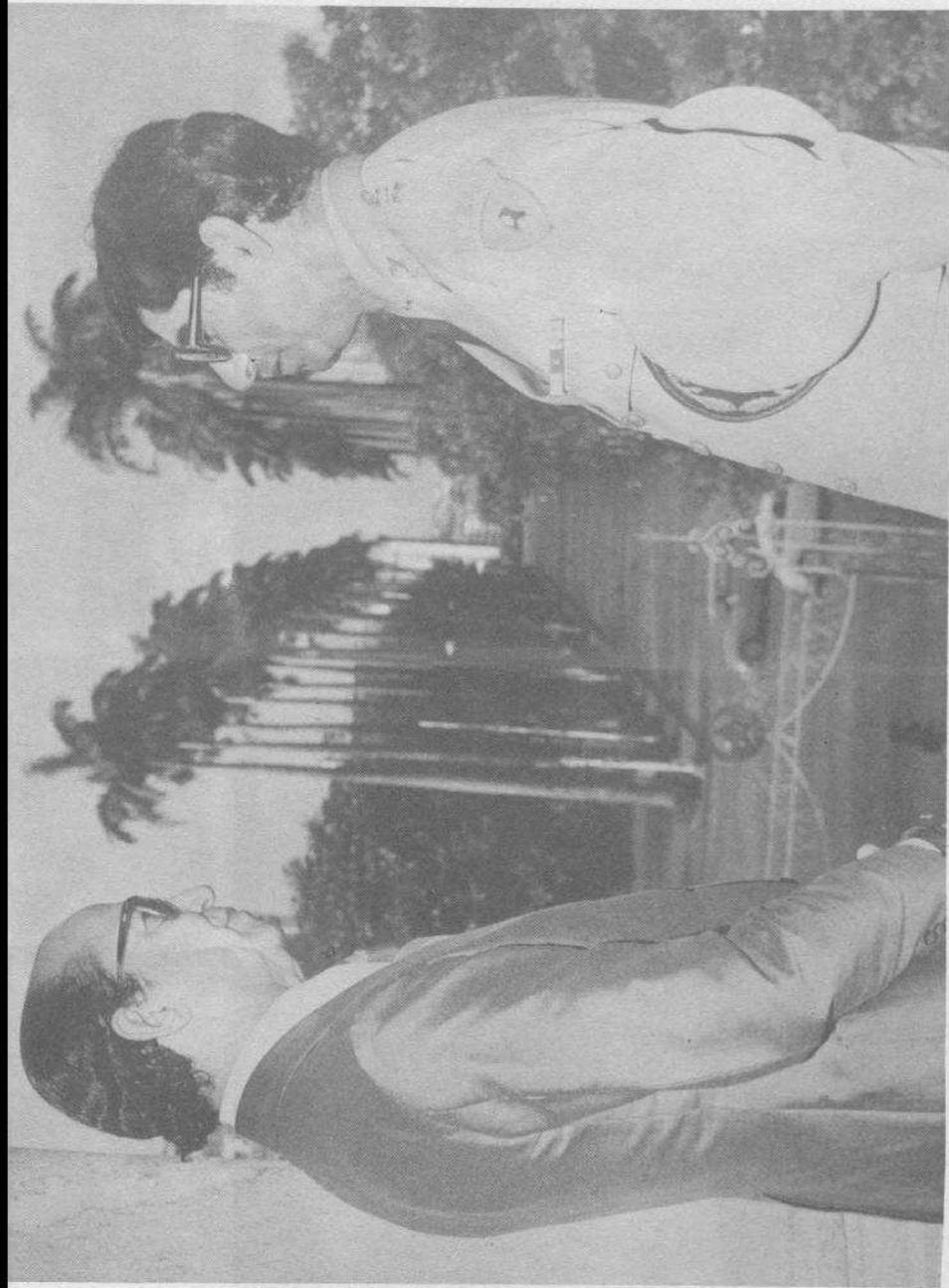
3-4 João Pereira Gularte, nat. de Pouso Alto. Em Itajubá (Delfim Moreira), em 18/5/1815, c.c. Maria José, nat. de Itajubá, filha de João Batista da Silva e de Ana Felícia (do Amor de Deus). Título Rodrigues Braga. Descobrimos:

4-1 Lina Maria de Jesus, nat. de Itajubá. Aí mesmo, em

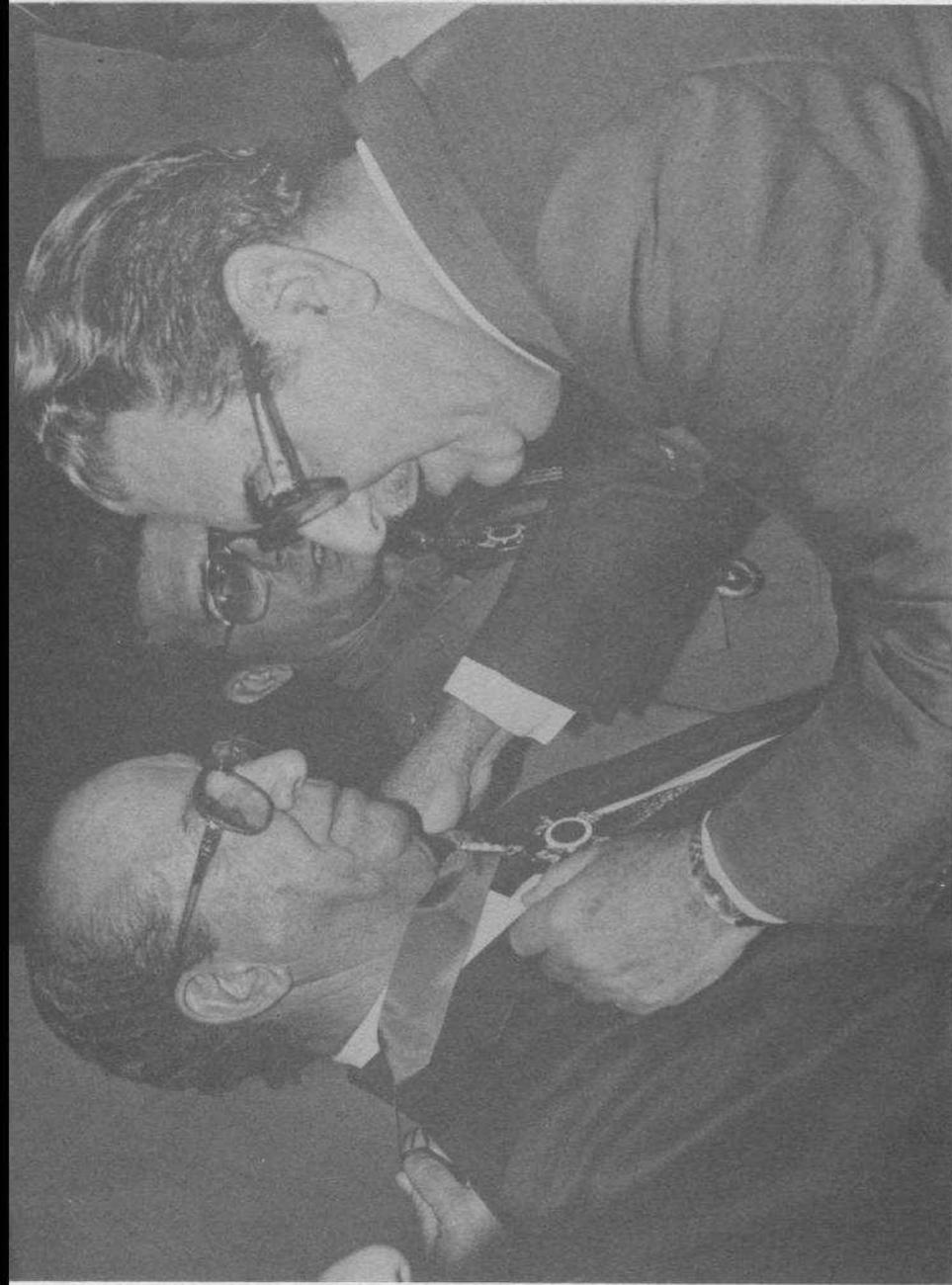
- 28/1/1833, c.c. José Antônio da Silva, nat. de Aiuruoca, filho de José da Silva Braga e de Maria Luíza das Neves.
- 3-5 Ana Francisca de Oliveira, nascida em Itajubá cerca de 1809. Em Ouro Fino, em 1824, hab. para c.c. José do Carmo Saraiva, nat. de S. Paulo, filho de Desidério do Carmo Saraiva e de Francisca Maria da Conceição, np. de José do Carmo Saraiva e de Ana Teixeira do Carmo, nm. do Alferes Manuel Tavares Pacheco e de Maria da Conceição de São José. Residiam na região do Campo Místico, hoje Bueno Brandão.
- 4-1 Manuel, bat. em Ouro Fino, em 7/8/1825, com 10 dias de idade.
- 2-8 Inácio José dos Santos, nat. de Baependi. Primeira vez, c.c. Maria dos Santos.
- 2-8 Inácio José dos Santos, viúvo. Na Ermida de N. S. das Dores, filial de Lavras, em 17/7/1789, segunda vez, c.c. Teodózia Maria da Silveira, nat. de São João del-Rei, filha de Diogo da Silveira Cardoso e de Francisca Furtado de Mendonça."

**Nota do autor:**

As árvores genealógicas inseridas nas páginas 345, 346 e 347 foram elaboradas pelo Dr. José Guimarães em 30/12/1988.



*Na sacada principal do Palácio da Liberdade, em solenidade realizada no salão nobre dia 6/12/77,  
o Dep. Euclides Pereira Cíntra palestra com o Major Josué Arruda, Assistente Militar*

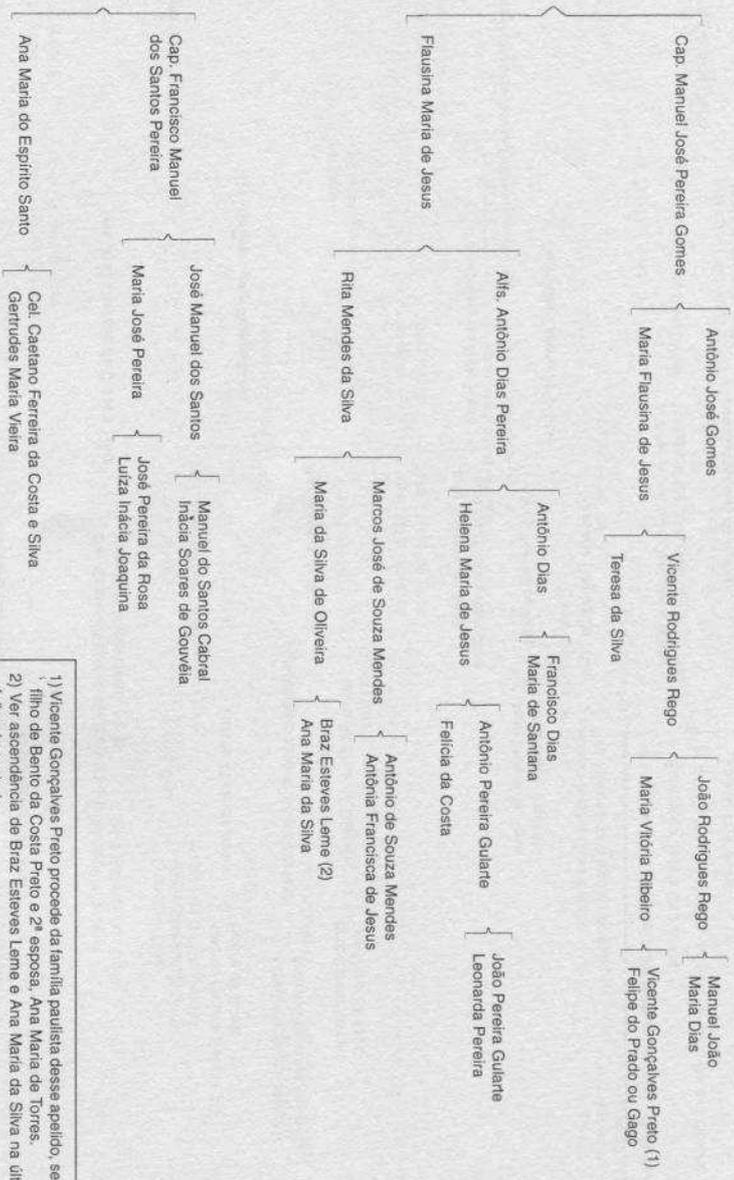


*O Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, entrega ao Dep. Euclides Pereira Coutinho, a Grande Medalha da Inconfidência Mineira, em 14/12/85*

Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes (1868-1966)

Presidente da República 1914-1918

Dona Isabel Pereira dos Santos    Cel. Francisco Braz Pereira Gomes



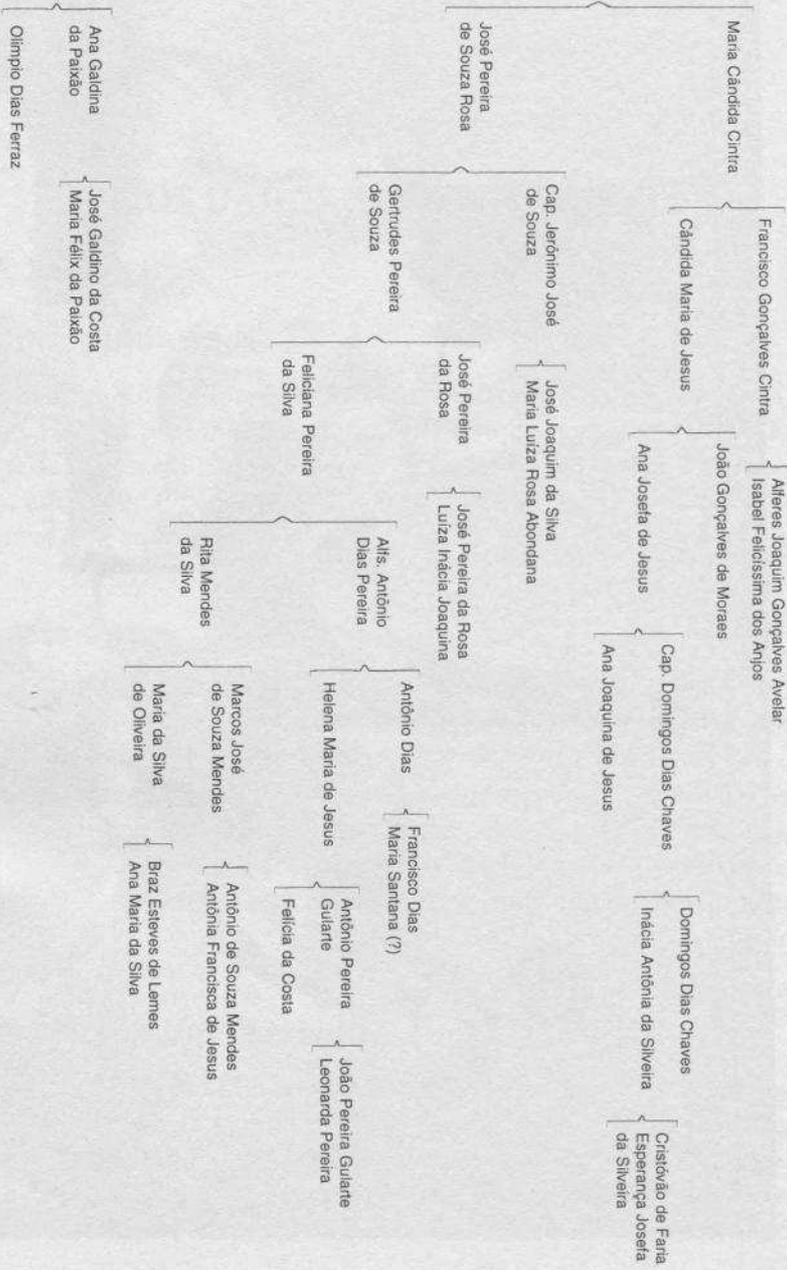
1) Vicente Gonçalves Prieto procede da família paulista desse apelido, sendo filho de Benito da Costa Prieto e 2ª esposa, Ana Maria de Torres.  
 2) Ver ascendência de Braz Esteves Leme e Ana Maria da Silva na última folha do costado.  
 Este quadro genealógico reifica enganos que têm sido divulgados, inclusive no "VI Anuário de Minas Gerais", pág. 83, bem como na folha do costado que publicamos no "Brasil Genealógico".

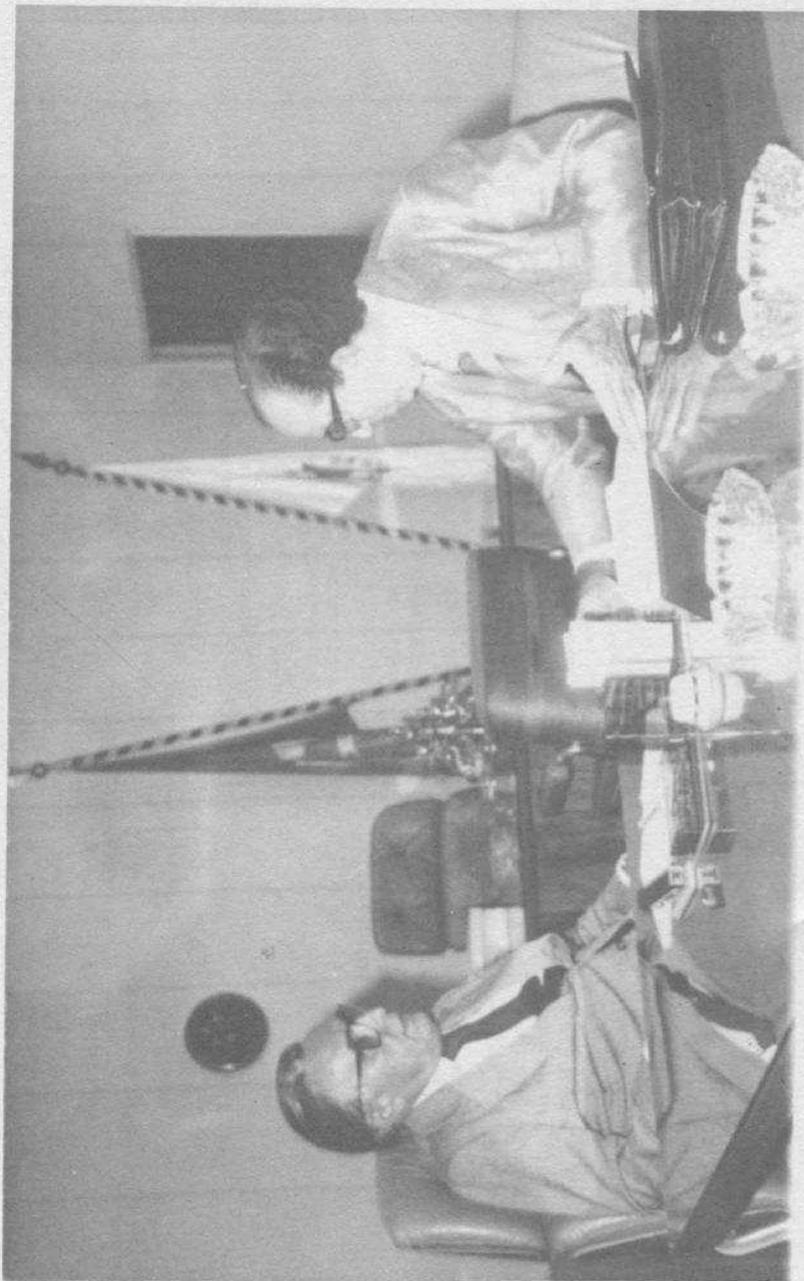


Dr. Euclides Pereira Cintra

Ana Ferraz Cintra

Ludgero Pereira Cintra





*Em 7/2/1980 – Palácio dos Despachos – O autor postula para sua terra, sendo atendido pelo Governador Francelino Pereira*

## OUTROS DADOS SOBRE O AUTOR

### Trabalhos publicados

*Wenceslau Braz*, *Expressão de Minas na História do Brasil*, ensaio, em 1969; *Mário Casasanta*, biografia, discurso de posse na Academia Itajubense de Letras, em 1973; *Psicologia do Trabalho e Relações Humanas*, apostilas, em 1969; *Problemas Brasileiros*, apostilas, em 1970; *Álcool – Combustível do Futuro*, em 1985.

### Formação universitária

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela PUC-MG, em 1959; licenciado-para Ensino Técnico – IMACO; MEC, 1969; bacharel em Pedagogia e Administração Escolar, em 1972, pela FAFID.

Em nível de extensão universitária, possui longas cargas horárias nas seguintes disciplinas: Psicologia Educacional, Psicologia Experimental, Biologia, Introdução à Filosofia, História da Filosofia, Estatística e Psicologia Aplicada à Engenharia, além de vários seminários de alto interesse universitário.

### Cargos e mandatos exercidos

Vereador à Câmara Municipal de Itajubá, de 1948 a 1951; secretário de Estado do Trabalho e Cultura Popular, Governo de Minas Gerais, em 1986; primeiro secretário da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 1962 e 1963; presidente das comissões de Legislação e Justiça, de Educação e de órgãos técnicos da Assembléia Legislativa de

Minas Gerais, no período compreendido pelos anos de 1951 a 1986 (2ª a 10ª legislaturas), como deputado estadual; vice-diretor e professor da Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Minas Gerais, de 1970 a 1975; professor e chefe do Departamento de Disciplinas Gerais da Faculdade de Engenharia Industrial do CEFET/MG, de 1975 a 1978; vice-líder do Governo do Estado de Minas Gerais, na Assembléia Legislativa, de 1979 a 1983; presidente do Instituto de Previdência do Legislativo de Minas Gerais (IPLEMG), de 1981 a 1983; diretor-presidente da Cia. Acesita Energética S/A, Belo Horizonte, de 1987 a 1990; diretor de produção da Cia. Agro-Industrial de Matosinhos – Belo Horizonte, em 1951.

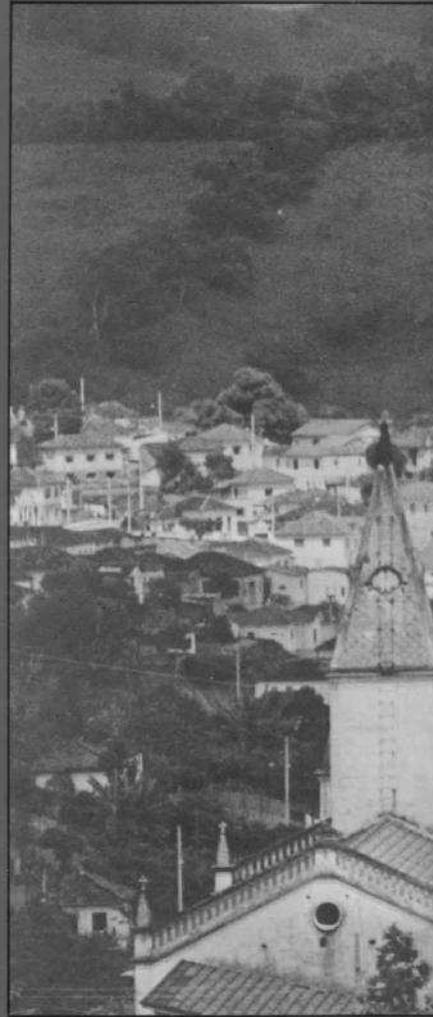
### **Magistério secundário e superior**

Com processos, pareceres e registros regulares, expedidos pelo MEC e pelo Conselho Federal de Educação, lecionou as seguintes disciplinas: Direito, Economia, Psicologia do Trabalho e Relações Humanas, Estatística, Problemas Brasileiros, Sociologia da Educação e Estrutura e Funcionamento do Ensino.

### **Entidades de classe**

Pertence à Ordem dos Advogados do Brasil (inscrição nº 6.315-OAB/MG), à Liga Brasileira de Radioamadores (LABRE) e ao Sindicato dos Professores de Ensino Médio e Superior de Minas Gerais.

Este livro foi composto em  
tipologia Times New Roman, corpo 12/14,  
e impresso em papel Offset 90g/m<sup>2</sup>,  
nas oficinas gráficas de OMEIO,  
Rua Pacífico Faria, 337 – bairro Pompéia,  
Belo Horizonte – MG, no mês de novembro  
de mil novecentos e noventa e cinco.



ISBN 85-7160-050-3

Euclides Pereira Cintra

## Do Litoral a Vargem Grande



DO LITORAL A VARGEM GRANDE  
Euclides Pereira Cintra

MAZZA  
edições

# BRASÓPOLIS

Aspectos Históricos Gerais

MAZZA  
edições

ISBN 85-7160-050-3

Medalha Carlos Chagas, em 1980, pelo Governo de Minas Gerais; Medalha Davdaro da Fonseca, em 1982, pelo Município de Itajubá; Medalha do Mérito Legislativo, grau especial, em 1984, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Medalha Santos Dumont, de ouro, em 1985, pelo Governo de Minas Gerais; Medalha do Sesquicentário de Diamantina, pelo Governo daquela cidade; Grande Medalha da Inconfidência Mineira (ouro), em 1986, pelo Governo de Minas Gerais.

### Ação político-administrativa

Euclides Pereira Cintra apresenta um acervo incommensurável de trabalhos prestados ao seu Estado e à sua região. Competente, dedicado, digno e modesto, conseguiu oferecer valiosa contribuição ao desenvolvimento cultural, econômico e social do povo mineiro, no transcurso dos quase que cinquenta anos de atividade política, administrativa e empresarial de sua fecunda existência.

Por tudo isso é rotulado, com carinho e respeito, por seus co-estaduanos. Evidentemente, sua luta indormida pelo progresso de Minas Gerais, principalmente das regiões a que se dedicou mais diretamente, com autenticidade e grandeza d'âima, apresenta saldo altamente positivo, obviamente já incorporado à História mineira.

(Outros dados nas páginas 349 e 350)

O autor nasceu em Brasópolis-MG, aos 5 dias do mês de junho de 1916, onde iniciou sua formação humanística e suas atividades profissionais. Posteriormente transferiu-se para Itajubá. Eleito deputado estadual por Minas Gerais, em 1951, fixou residência em Belo Horizonte.

Mineira, desde a fundação, o quadro da Academia Itajubense de História, onde proferiu várias palestras sobre personalidades históricas vinculadas à comunidade. Em maio de 1973, como ocupante da Cadeira nº 29, patrocinada por Mário Casassanta, empossou-se na Academia Itajubense de Letras, membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais (a se empossar) e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, como sócio efetivo e como participante da atual diretoria.

Jornalista, fundador, diretor e redator-chefe do jornal "O Correo de Itajubá", colabora em jornais e revistas da Capital e do interior de Minas Gerais.

Homem público de reconhecidos méritos foi, com inteira justiça, distinguido com as seguintes condecorações: Medalha Presidente Wenceslau Braz, em 1968, pelo Governo de Minas Gerais; Medalha de Honra da Inconfidência Mineira, em 1973, pelo Governo de Minas Gerais; Medalha Gra-Cruz, em 1973, pela Ordem dos Bandeirantes; Medalha de Grande Oficial, em 1973, pela Suprema Ordem Militar dos Templários de Jerusalém; Medalha Santos Dumont, de prata, em 1977, pelo Governo de Minas Gerais;